Colorado Tem
gelaboca
SORVETES
viva a delícia da simplicidade
3323-2885
Av. Brasil, 505 - Sala 2 - Centro

O REGIONAL
JORNAL
59 anos
BI-SEMANAL

NOVA ESPERANÇA
Fundado em 03/04/60 - Ano 59 ..... Nº 3101
Rua Lord Lovat nº 500 - Telefax (44) 3252-1177
Telefone (44) 99111-1871

COLORADO
Fundado em 25/12/76 - Ano 43 ..... Nº 2188
Rua Dep. Branco Mendes nº 549
Telefone - (44) 99111-1871 - (44) 99823-7917
contato@oregionaljornal.com.br

Nesta edição: 24 páginas

Diretor: Edemar Del Grossi
www.oregionaljornal.com.br
Nova Esperança, Domingo, 11 de Agosto de 2019

Itambé recebe ônibus adaptado

O deputado Tiago Amaral esteve nesta sexta-feira (2), em Itambé, para a entrega de um ônibus adaptado para pessoas com deficiência física.

O veículo foi adquirido com recursos de R$ 240 mil viabilizados pelo deputado Tiago Amaral e o prefeito Vítor Fedrigo junto ao Governo do Estado. O ônibus conta com adaptação para cadeirantes, rampa elevatória e capacidade para transportar até 17 pessoas com conforto e segurança.

No município, o veículo será destinado à assistência social, para transporte de grupos para passeios, viagens e atividades na região.

Segundo a prefeitura, o município conta com 15 grupos atendidos pela assistência social, entre eles, idosos, PCD (pessoas com deficiência), crianças e pessoas de baixa renda.

Ministra da Mulher quer replicar projeto social de Itaipu na Ilha de Marajó

Damares Alves afirmou em Foz do Iguaçu (PR) que projeto de canoagem Meninos do Lago tem potencial para ajudar comunidades ribeirinhas do Brasil

A ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou nesta quinta-feira (1º), em Foz do Iguaçu, que pretende levar a experiência do projeto de canoagem Meninos do Lago, desenvolvido por Itaipu Binacional e parceiros, para regiões ribeirinhas do Brasil. Segundo ela, a ideia é fazer um projeto-piloto na Ilha de Marajó, no Estado do Pará, atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

"Itaipu faz um trabalho social incrível, que precisa ser replicado", defendeu. "É um trabalho social que deu certo aqui, que já produziu campeões mundiais, e queremos levar também para a ilha da Marajó. Porque lá nós também temos campeões mundiais anônimos, esquecidos. Vamos atrás deles. Espero que essa parceria com Itaipu seja para vida toda", completou.

A ministra esteve na cidade para participar do lançamento da campanha "Criança não é brinquedo", da Receita Federal, e depois cumpriu agenda na binacional. Um dos compromissos foi no Parque da Piracema, onde ela conheceu o projeto Meninos do Lago e conversou com coordenadores e jovens atendidos pelo programa.

A ministra também fez uma visita técnica à usina, conheceu o circuito turístico e participou de uma reunião de trabalho no Centro Executivo da Itaipu, na Vila A, onde foi recebida pelo diretor-geral brasileiro, Joaquim Silva e Luna, e pelos diretores de Coordenação, Luiz Felipe Carbonell, e técnico executivo, Celso Torino.

Durante a reunião, Damares conheceu outros projetos na área de responsabilidade social de Itaipu e também o trabalho da Rede Proteger, composta por cerca de 40 entidades da região (entre elas, a própria Itaipu) e que atua na área de proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente na região. A apresentação foi feita pelo assistente da Diretoria de Coordenação, Márcio Ferreira Bortolini.

A ministra disse que ficou impressionada com o alcance e os resultados obtidos pelos projetos da binacional. Para ela, Itaipu é exemplo de empresa pública que atua com responsabilidade social. Disse ainda que pretende sugerir a todos os ministros que também conheçam a usina e seus projetos. "Queremos fazer parcerias com Itaipu para alcançar os inviabilizados do Brasil."

Damares deu como exemplo a situação do município de Melgaço (PA), no arquipélago do Marajó, que tem 24 mil habitantes e o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. O local é cercado por água e conta com uma população jovem e disposta a aprender esportes aquáticos. Só falta incentivo.

"Nós temos lá na Ilha de Marajó crianças em situação de vulnerabilidade, crianças que as políticas públicas ainda não alcançaram. E aqui a gente viu que não é só o Estado que tem que cuidar. A responsabilidade social é de todo mundo. Itaipu fez e deu certo, está cumprindo o seu papel. E hoje tem know-how para ajudar, para ensinar e para contagiar os outros a fazer também", declarou.

A ministra disse ainda que visitar Itaipu era um sonho e que teve a expectativa superada. "Saio da maior geradora de energia do mundo com a energia renovada", afirmou, "e disposta a continuar acreditando que o sonho é possível. Porque Itaipu é um sonho que foi realizado".

Mais de 3 mil beneficiados

Os projetos de responsabilidade social desenvolvidos por Itaipu em parceria com outras entidades atendem diretamente a mais de 3 mil crianças e adolescentes da rede pública de ensino de Foz do Iguaçu e região. São iniciativas ligadas ao esporte, à educação, capacitação, formação profissional e combate ao uso de entorpecentes.

Só podem participar dos programas alunos que estejam matriculados e tenham frequência na escola. A Itaipu faz acompanhamento de desempenho escolar e presta suporte social às famílias dos beneficiários.

Um dos projetos que ganhou impulso em 2019 foi justamente o Meninos do Lago, que a ministra conheceu no Parque da Piracema. O projeto é voltado para alunos de 5 a 16 anos de idade e atende neste ano cerca de 600 estudantes das escolas públicas de Foz do Iguaçu. O número é seis vezes maior do que o registrado no ano passado.

As aulas de canoagem são feitas no Canal Itaipu, dentro do complexo hidrelétrico, e em centros de convivência da prefeitura. O projeto é coordenado pela Itaipu, em parceria com o Instituto Meninos do Lago (Imel), Federação Paranaense de Canoagem e prefeitura municipal. Alguns dos principais atletas da modalidade do Brasil foram revelados pelo projeto.

Além dos jovens, neste ano o Meninos do Lago passou a beneficiar adultos com deficiência. A intenção de Itaipu é, no futuro, abrir o projeto também para as crianças com deficiência, promovendo a inclusão por meio do esporte.

Polícia Militar do Paraná celebra 165 anos

A Polícia Militar do Paraná completa 165 anos de história e tradição. A data foi comemorada em solenidade nesta sexta-feira (09) na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), em São José dos Pinhais. Na cerimônia também foi entregue o Espadim Tiradentes a 34 cadetes que ingressaram no Curso de Formação de Oficiais (CFO) neste ano.

O secretário estadual da Segurança Pública, Romulo Marinho Soares, destacou que a história da Polícia Militar é feita de sacrifícios, de patriotismo e construída por pessoas que escolheram trabalhar em prol dos outros em detrimento de si mesmas.

"Os últimos dados da Segurança Pública mostram que neste primeiro semestre tivemos a redução de 20% dos homicídios, e de roubos e furtos, na casa dos 18% e 11%, respectivamente. Isso é reflexo da eficiência do trabalho que envolve inteligência, planejamento, estratégia, integração e dedicação de cada militar estadual", disse Marinho.

Para o comandante-geral da PM, coronel Péricles de Matos, o sucesso da Corporação é fruto do trabalho e do sacrifício de cada policial militar que abriu mão se sua vida particular em prol da sociedade paranaense. "Hoje é preciso não somente celebrar história da Polícia Militar do Paraná traçada ao longo desses 165 anos, mas também enaltecer os grandes responsáveis por ela, os militares estaduais", disse.

HISTÓRIA - A Polícia Militar do Paraná foi criada em 10 de agosto de 1854 como uma unidade de caçadores, com a denominação de Companhia de Força Policial. A história da corporação é entrelaçada aos mais importantes episódios históricos do Paraná e sua atuação exerceu papel essencial no controle de revoltas militares internas, como a Revolução Federalista, de 1893, a Guerra do Contestado, de 1912, e até mesmo na Guerra do Paraguai.

"Para nós é uma grande honra promover essas festividades em que valorizamos os valores militares da PM. É uma satisfação ver novos integrantes ingressando na Corporação, que passarão nos próximos três anos sendo capacitados antes de serem entregues à sociedade como oficiais da PM", disse o comandante da APMG, coronel Ronaldo de Abreu. "A Academia tem, como sempre, se voltado à excelência de ensino, buscando novos conceitos e ensinamentos para que nós possamos ter um melhor atendimento à população, finalizou.

ESPADIM TIRADENTES - O evento também marcou o início da carreira militar dos 34 cadetes da APMG. Durante a solenidade, os padrinhos e as madrinhas entregaram a eles o Espadim Tiradentes, arma símbolo do cadete, futuro oficial, e que os acompanhará no período de três anos de formação acadêmica antes de passarem ao serviço operacional.

Para a cadete Milena Marchi Barbosa sempre foi um sonho seguir a carreira militar e, segundo ela, com muito esforço e dedicação conseguiu entrar na Corporação. "Escolhi essa carreira porque eu quero fazer algo para a sociedade que possa ajudar as pessoas e eu tenho certeza que na PM eu conseguirei isso", disse.

"A PM é uma instituição de muita responsabilidade e seriedade. Fizemos um juramento de sacrificar a própria vida, se preciso for, para defender o cidadão. Estar aqui em um ambiente escolar que é referência para toda a América Latina é muito gratificante, é um orgulho poder fazer parte dessa corporação", disse o cadete Diego William Yuseinski, que entrou como soldado na PM em 2013.

Após o evento houve o tradicional desfile de tropas representativas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Participaram integrantes da APMG, do 6º Comando Regional da PM (6º CRPM), do Regimento de Polícia Montada (RPMon), do Batalhão de Polícia Ambiental Força-Verde (BPAmb-FV), do Batalhão de Operações Especiais (Bope), do Grupo de Operações de Socorro Tático (Gost), do Colégio da Polícia Militar e do Colégio da Vila Militar. Fonte AEN Noticias

Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 001/2019 - B

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Itaguajé - PR, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições complementares, referente ao Teste Seletivo aberto através do Edital nº 001/2019, conforme abaixo discriminado:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
421468	ENFERMEIRO	CAROLINA ASSUMPÇÃO OSHIRO	1159196
418156	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	DEBORA SOUZA ANUNCIAÇAO	132400652

Art. 2º - Informamos aos candidatos homologados que a **Prova Escrita Objetiva** será aplicada no dia **11 de agosto de 2019 ás 08h30min** no **COLÉGIO ESTADUAL LOURDES ALVES MELO**, sito à Rua São Paulo, nº 573 – Centro, em Itaguajé - PR.

Art. 3º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itaguajé - PR, 08 de agosto de 2019.

CRISÓGONO NOLETO E SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
ESTADO DO PARANÁ
RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

À
PREFEITURA MUNICIPAL
FLÓRIDA - PARANÁ

TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, **MEIRE KIKO NOZAKI ARABORI,** CPF n.º 055.900.839-23, candidata aprovada em 3º lugar para o cargo de TRIBUTARISTA, no Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2019, venho pelo presente, expressar desistência da vaga referente ao cargo para o qual fui convocado por meio do Edital de Convocação nº 003/2019.

Flórida, 07 de agosto de 2019.

MEIRE KIKO NOZAKI ARABORI

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA ESTADO DO PARANÁ
PROTOCOLO Nº 250 2019
DATA 07/08/2019
FUNCIONÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o Termo de Desistência protocolado em 07/08/2019, por parte da candidata aprovada em 3º lugar para o cargo de Tributarista convocada por meio do Edital de Convocação nº 003/2019

Resolve

Art.1º Fica convocada, a candidata abaixo relacionada aprovada no concurso público aberto pelo Edital de Concurso Público nº 001/2019 cujo resultado final divulgado pelo Edital de Concurso Público nº 001/2019-G, homologado em 23 de junho de 2019 pelo Decreto nº 3.223/2019, a comparecer na Prefeitura Municipal de Flórida na Divisão de Recursos Humanos/Setor de Pessoal, no período de 12/08/2019 a 16/08/2019, no horário das 8:30h/11:00h-13:30h/17:00h:

CARGO: TRIBUTARISTA		
NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
Tamires Villas Boas Custodio	060.300.799-64	4º

Art.2º A convocada deverá comparecer munida dos documentos relacionados abaixo, sendo que o não comparecimento no prazo estipulado, implicará na desclassificação da candidata:

1) CPF;
2) RG;
3) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral ou último comprovante de votação;
4) Certidão de Estado Civil;
5) Documentos que comprove os requisitos exigidos para o cargo;
6) Certidão negativa de antecedentes criminais;
7) Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos;
8) Número de Inscrição no PIS/PASEP, se possuir;
9) Comprovante de residência;
10) Declaração de Bens;
11) Declaração de que não infringe o art. 37, XVI da CF (Acumulação de Cargos e Funções), e ainda quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37, §10, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20/98;
12) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse da administração;

Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida-PR, 9 de agosto de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

A Prefeitura Municipal de Itaguajé e a Empresa DRZ – Consultora do Plano Diretor Municipal estão convidando a população em geral, Vereadores, Associações de Classe, Entidades diversas, Órgãos Públicos e Conselhos Municipais para participarem da CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, a ser realizada dia 26 de agosto, com início às 13:00 horas, no prédio da CÂMARA MUNICIPAL, localizado na Av. Gov. Lupion, nesta Cidade.

A participação de todos é muito importante, pois este Plano terá validade por 10 (dez) anos, e todas as próximas ações do Município deverão estar de acordo com o Plano Diretor.

VAMOS AJUDAR NOSSA CIDADE
VENHA PARTICIPAR E EXERCER SUA CIDADANIA A HORA É AGORA

Itaguajé, 7 de agosto de 2019.

CRISÓGONO NOLETO E SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO
Fone/Fax (44) 3256.1133
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ 95.642.286/0001-15

Município de Ângulo
SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

A empresa abaixo, torna público que requereu ao IAP – Instituto Ambiental do Paraná, **Licença Ambiental** para o empreendimento a seguir especificado:
EMPRESA: Prefeitura Municipal de Ângulo
ATIVIDADE: Reconstrução de Ponte
ENDEREÇO: Estrada Izzo, sobre o Ribeirão Valência.
MUNICÍPIO: ÂNGULO – PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

ROZENO FERNANDES GUIMARÃES, torna público que recebeu do IAP a Licença de Operação para aviários de engorda de frangos de corte, localizados no lote 322-A-1/322-B-1/333-D/333-C1-2, Gleba Anhumaí, Município de Nova Esperança – Estado do Paraná.
Com vencimento em 05/08/2023.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

LUCIA REGINA ROCHA torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para ATIVIDADE DE AVICULTURA DE CORTE a ser implantada NO LOTE Nº25-B DA SECCAO MARACAJA, DO PLANO DE LOTEAMENTO DO TERRENO IVAI, MUNICIPIO DE TAMBOARA - PARANA.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

MILTON MENEGUETTI torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para ATIVIDADE DE AVICULTURA DE CORTE a ser implantada SITIO SANTO EXPEDITO, LOTE Nº10-A, GLEBA 06 DA COLONIA SAO SEBASTIAO DO GUARACI, SANTA INES - PARANA.

Câmara Municipal de Flórida
ESTADO DO PARANÁ
Rua São Pedro, 613, Centro, CEP 86780-000
(44) 3257-1144 – fax (44) 3257-1144
www.cmflorida.pr.gov.br

MOÇÃO DE APLAUSOS Nº 003/2019

A Câmara Municipal de Flórida, Estado do Paraná, através do seu Presidente, **Sergio Cesnik**, a pedido da Vereadora **MARIA ANTONIA DIAS SANTOS,** vem parabenizar a Karateca **JAMILLY DOS SANTOS JORGE** (faixa Roxa) pela conquista do 1º lugar na Copa dos Campeões do XXX Campeonato Paranaense de Karatê- Dô- Tradicional, na Categoria Paranaense Kata- 12/13 anos-Individual. O Campeonato foi realizado em Colombo-Pr, organizado Pela Federação de Karatê-Dô-Tradicional do Estado do | Paraná. (FKTPR)

Parabéns a Karateca por mais essa conquista, sendo pela 3ª Vez Campeã Paranaense nessa Categoria, e aos familiares pelo incentivo, onde não mediram esforços para o êxito desse Título.

Deus abençoe a **JAMILLY DOS SANTOS JORGE**, continue sempre assim, tão dedicada em favor do Esporte e da Cultura, levando consigo o nome de nosso Município e incentivando mais crianças a buscarem a prática desse Esporte.

Edifício da Câmara Municipal de Flórida, aos 05 (cinco) dias do mês de agosto de dois mil e dezenove.

SERGIO CESNIK
Presidente

MARIA ANTONIA DIAS SANTOS
Vereadora

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O presidente da Comissão Especial Eleitoral do CMDCA de Itaguajé torna público o Resultado da Prova Escrita dos Candidatos ao Processo de Escolha do Conselho Tutelar, conforme os termos do Edital nº02/2019.

Nº	Candidatos Inscritos	Nota	Classificação
01	Maria Aparecida da Silva Souza	90	1º
02	Cirleia Alves Ferreira	90	2º
03	Andréia Cristina de Carvalho	90	3º
04	Eduardo Dias de Oliveira Batista	90	4º
05	Maria Carla de Souza	85	5º
06	Edilaine Gisele Brites Francisco	85	6º
07	Sueli Alves Pinaffi	80	7º
08	Nadir Araújo dos Santos	80	8º
09	Yara Fernanda Ramalho Martins	75	9º
10	Franciele Priscila dos Reis	70	10º
11	Elenice Ferreira de Oliveira	70	11º
12	Bruna Antunes da Costa	70	12º

- A classificação descrita se encontra de acordo com o Art. 17º do Edital nº02/2019.

ITAGUAJÉ-PR, 09 de Agosto de 2019.

Pablo Cezar Silvério
Presidente da Comissão Especial Eleitoral
CMDCA

Prefeitura Municipal de Paranapoema

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 78/2019

Art. 1º - O Presidente da Comissão Organizadora de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Paranapoema - PR, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO** referente ao Teste Seletivo aberto através do Edital Nº 59/2019, conforme abaixo discriminado:

Art. 2º - Depois de transcorrido o prazo para os recursos pleiteados contra o resultado e classificação dos candidatos, fica MANTIDO o Resultado e Classificação dos Candidatos, que fora divulgado em 07 de agosto de 2019.

CARGO – MOTORISTA

INSC.	NOME	NOTA	RESULTADO
01.16	MARCOS ROBERTO ITO	60,00	1.
01.03	TATIANA PADILHA	55,00	2.
01.04	JAIME CANET MARQUES DE SALES	55,00	3.
01.18	LUIZ ANTÔNIO DA SILVA	50,00	4.
01.15	MAURÍCIO NUNES PORFÍRIO	40,00	5.
01.06	ROSEVAL FONSECA	40,00	6.
01.07	RONALDO RODRIGUES DE PAULA	40,00	7.
01.10	JÚNIOR PEREIRA DE ARRUDA	40,00	8.
01.01	JOSÉ APARECIDO BEZERRA DE OLIVEIRA	40,00	9.
01.11	JOSIMAR PEREIRA DE ARRUDA	40,00	10.
01.17	HIGO JÚLIO DA SILVA	40,00	11.
01.02	PAULO RICARDO POLIDORIO QUEIROZ	40,00	12.
01.09	SEBASTIÃO BENEDITO LEME	40,00	13.
01.19	LAYANE APARECIDA DA SILVA ARAÚJO	30,00	14.
01.14	CARLOS PEREIRA	15,00	15.
01.12	ANDREIA ANAIANE AMERICO DE LIMA	15,00	16.
01.08	LUCIANO DE OLIVEIRA SANTINELLI	10,00	17.
01.13	EDUARDO MONARI RAMIRO	10,00	18.
01.05	MÁRCIO CÂNDIDO DA SILVA	10,00	19.
01.20	JOSIANE DOS SANTOS LUIZ	00,00	20.

Art. 3º - Torna-se HOMOLOGADO o Resultado Final e Classificação dos candidatos, divulgado em 07 de agosto de 2019 no jornal de circulação do município, bem como em seu endereço eletrônico.

Art. 4º - A convocação dos candidatos aprovados se dará observando a classificação divulgada no Edital de Resultado e Classificação, conforme critérios estabelecidos no Item 10 do Edital de Abertura.

Art. 5º - O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação, estando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Paranapoema - PR, 09 de agosto de 2019.

JOÃO DOS SANTOS COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N.º 77/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Prefeita do Município de Paranapoema - PR, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no **Processo Seletivo Simplificado para Realização de Estágio aberto através do Edital n.º 03/2019**, a comparecer na sede da **Prefeitura Municipal de Paranapoema,** Departamento de Recursos Humanos, durante o período de **12 à 16 de Agosto de 2019,** no horário de funcionamento da Prefeitura, a fim de resignar-se ao processo admissional, contendo cópia dos documentos abaixo relacionados:

1 – carteira de identidade;
2 – CPF;
3 – título de eleitor, com comprovante de votação das últimas eleições;
4 – certidão do registro civil – nascimento ou casamento;
5 – comprovante de quitação com o serviço militar – caso o convocado for do sexo masculino;
6 – certidão de nascimento dos filhos com até 14 (quatorze) anos de idade;
7 – carteira de vacinação dos filhos com até 05 (cinco) anos de idade.
8 – 02 (duas) fotografias 3 x 4 – recentes;
9 – comprovante de residência;
10 – comprovante de matrícula;
11 – histórico escolar do ano letivo atual;
12 – histórico escolar do ano letivo anterior.

CARGO – ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA

NOME	CLASSIFICAÇÃO
VANESSA HILANA GONÇALVES OLIANO	7.

O não comparecimento do candidato no período estipulado implicará na desclassificação do mesmo.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura do Município de Paranapoema, Estado do Paraná, 09 de Agosto de 2019.

Leurides Sampaio Ferreira Navarro
PREFEITA MUNICIPAL

EDITAL N.º 79/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Prefeita do Município de Paranapoema - PR, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no **Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital n.º 59/2019**, a comparecer na sede da **Prefeitura Municipal de Paranapoema,** Departamento de Recursos Humanos, durante o período de **12 à 16 de agosto de 2019,** no horário de funcionamento da Prefeitura, a fim de resignar-se ao processo admissional, contendo cópia dos documentos abaixo relacionados:

1 – carteira de identidade;
2 – CPF;
3 – PIS/PASEP;
4 – 02 (duas) fotografias 3 x 4 – recentes;
5 – título de eleitor, com comprovante de votação das últimas eleições;
6 – carteira profissional – para comprovação do número, série, data da expedição e emprego;
7 – certidão do registro civil – nascimento ou casamento;
8 – comprovante de quitação com o serviço militar – caso o convocado for do sexo masculino;
9 – atestado de saúde fornecido por médico do trabalho habilitado pelo Município, para comprovar aptidão física e mental para o emprego;
10 – certidão de nascimento dos filhos com até 14 (quatorze) anos de idade;
11 – carteira de vacinação dos filhos com até 05 (cinco) anos de idade.

CARGO – MOTORISTA

NOME	CLASSIFICAÇÃO
MARCOS ROBERTO ITO	1.
TATIANA PADILHA	2.
JAIME CANET MARQUES DE SALES	3.

O não comparecimento do candidato no período estipulado implicará na desclassificação do mesmo.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura do Município de Paranapoema, Estado do Paraná, 09 de agosto de 2019.

Leurides Sampaio Ferreira Navarro
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI
PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 243-1157
CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivaí – Estado do Paraná

Ofício Circular nº 07/2019 Contb.

São Jorge do Ivaí, 31 de Julho de 2019

Prezado (a) Senhor (a),

Em atenção ao disposto no Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97 de 20 de Março de 1997, NOTIFICAMOS, aos Partidos Políticos, Sindicatos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de São Jorge do Ivaí, da liberação dos seguintes recursos Federais:

Origem do Recurso Federal Recebido:	Data:	Valor R$
F.P.M. – Fundo de Participação dos Municípios	10.07.2019	198.825,45
Idem	19.07.2019	71.597,27
Idem	30.07.2019	198.423,21
A.F.M.	30.07.2019	389.352,05
Salário Educação	15.07.2019	14.163,63
P.N.A.T.E.	31.07.2019	1.108,42
C.I.D.E.	10.07.2019	2.746,74
Royal Petro	17.07.2019	158,49
Fundeb	02 A 31.07.2019	190.758,98
Merenda	05.07.2019	7.842,00
B.L. G.B.F.	24.07.2019	1.430,00
P.A.B. Atenção Básica	03.07.2019	28.267,35
Incentivo Financeiro para Vigilância em Saúde	02.07.2019	4.484,34
Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde	31.07.2019	150.000,00
I.T.R.	19.07.2019	109,44
Fundo Especial	25.07.2019	13.771,24

Sendo o que se apresenta para o momento, nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

André Luis Bovo
Prefeito Municipal

Marcos Granzotto Neto
Tesoureiro

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

Avenida Siqueira Campos, 83, Centro
Jardim Olinda – Paraná – CEP. 87.690-000
CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 – Fax: (044) 33111214

AVISO DE LICITAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019
Licitação com item destinado para Micro Empresas e Empresas de Pequeno porte, conforme Art.48 da Lei Complementar 147/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA através do Pregoeiro e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere as Portarias nº 01 e 02 de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 23 de agosto de 2019, às 09:00 horas no endereço, Siqueira Campos, 83, Jardim Olinda-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação de Pregão Presencial nº 020/2019.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:
O objeto deste Pregão é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.**

Jardim Olinda, 07 de agosto de 2019.

LUCIMAR DE SOUZA MORAIS
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - B

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Itaguajé - PR, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** a inscrição complementar, referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 001/2019, conforme abaixo discriminado:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
418163	AGENTE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MOTORISTA	RODRIGO DE FARIA ANUNCIAÇAO	63208604

Art. 2º - Informamos ao candidato homologado que a **Prova Escrita Objetiva** será aplicada no dia **11 de agosto de 2019 ás 08h30min** no **COLÉGIO ESTADUAL LOURDES ALVES MELO**, sito à Rua São Paulo, nº 573 – Centro, em Itaguajé - PR.

Art. 3º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itaguajé - PR, 08 de agosto de 2019.

CRISÓGONO NOLETO E SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO COMFUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
AV. Davi Gomes, nº12, - Centro - Fone: (044) 32561131
CNPJ 03.594.840/0001-18 - CEP: 86.755-000 – Ângulo – Paraná
e-mail samae@angulo.pr.gov.br

REPUBLICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ORIGEM:	**Dispensa de Licitação nº 04/2019**
CONTRATANTE:	**SAMAE - Serviço Autonomo de Água e Esgoto**
CONTRATADO:	**SMAC DISTRIBUIDORA LTDA**
OBJETO:	**Aquisição de peças e produtos para utilização na perfuração de dois poços para produção de água potável no Município de Ângulo.**
VALOR:	**R$ 15.280,16 (Quinze mil duzentos e oitenta reais e dezesseis centavos).**
BASE LEGAL:	**Art. 24, II, Lei nº 8.666/93**

Ângulo, 21 de Maio de 2019.

JOSÉ CARLOS BORGES
Diretor do SAMAE

Empresas que incentivam a leitura e a informação
Retire seu exemplar gratuitamente nos estabelecimentos

Ângulo
Panificadora União
Atalaia
G&G Móveis
Auto Posto Flórida
Colorado
Restaurante e Churrascaria Sabor e Arte
Auto Posto A Jato
Livraria do Tio
Restaurante-Churrascaria-Pizzaria Colorado
Supermercado Ramos - Jardim Cairi
Distrito de Alto Alegre
SuperMercado Casquinha
Cruzeiro do Sul
Hotel e Restaurante Eliana
Floraí
Auto Posto E1
Fran's Doces e Salgados
Auto Posto Floraí
Inajá
Panificadora e Confeitaria União
Farmácia Santa Inês
Panificadora e Confeitaria Nossa Senhora
Itaguajé
Supermercado Pontal
Quitanda do Marreta
Jardim Olinda
Panificadora Doce Sabor
Nova Esperança
A Churrascaria
Panificadora Pão de Mel
Auto Posto Sede Alvorada II
Bar Líder
Ourizona
Mercado Bandeirantes
Panificadora e Confeitaria Doce Pão
Mercado Vieira
Mercearia Nossa Senhora Aparecida
Paranacity
Lanchonete do Roberto
Paranapoema
Auto Posto Paraná
Panificadora Evangelista
Michel Cabeleireiro
Panificadora 2 Irmãos
Presidente Castelo Branco
Loterias Faraoni
Santa Inês
Auto Posto Santa Inês
Panificadora Cantinho do Pão
São Jorge do Ivaí
Farmácia Popular
Auto Posto Forini
Studio Mec Foto e Vídeo
Farmácia Farmadin
Uniflor
Mercado Mineiro
Distrito de Fiorópolis
Venda do José Baixinho

JORNAL O REGIONAL BI-SEMANAL

Editado por: Del Grossi & Cia Ltda - EPP
CNPJ/MF 79.989.505/0001-80
DATA DE FUNDAÇÃO
03/04/1960
Administração, Redação, Publicidade
Rua Lord Lovat, nº 500 (sede própria), SL 1
Telefone: 9.9111-1871 - Tefefax: (44) 3252-1177
E-mail: **contato@oregionaljornal.com.br**
CEP 87.600.000 - Nova Esperança - Paraná
SUCURSAL EM COLORADO
Rua Deputado Branco Mendes, nº 549
1º Andar (sede própria)
Telefax: (44) 3323-2543
CEP 86.690.000 - Colorado – Paraná
Diretor: Edemar Del Grossi

Conselho Editorial:
Darlene Siqueira, Antonia Donata
Diretores de Redação:
Lucas Siqueira Del Grossi, Luis Fernandes, Maria Gomes
Colaboradores:
Alcidio Odair Polo - Colorado
Antonio Vitoretti - Nova Esperança
Projeto Gráfico:
Raul Siqueira Del Grossi
Tiragem: 3.000 exemplares
É permitida a reprodução de qualquer matéria veiculada, sem previa autorização da direção, desde que conste a fonte: "Jornal o Regional".
Artigos assinados são de responsabilidade do autor, não representam a opinião do veículo que dispõe de direito de resposta.

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA ESTADO DO PARANÁ
RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

-HOMOLOGAÇÃO-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2018

Pelo presente termo, fica HOMOLOGADO o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 10.520/02 a Lei Federal nº 8.666/93.

Fica HOMOLOGADA, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos feita pela Comissão.

Empresas vencedoras: ELLENCO SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA, com o valor de R$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil).

RODOPARANA IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA, com o valor de R$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais).

Florida, 08 de agosto de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3.264 DE 06 DE AGOSTO DE 2019.

Revoga Todo o Ato do Pregão Presencial nº 44/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 49, caput da Lei Federal nº 8.666/93, e considerando critérios de oportunidade e conveniência.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado todo o Ato do Pregão Presencial de nº 44/2019, considerando critérios de questão de revisão das condições do edital.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 06 de agosto de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL´AGO
Prefeita Municipal

REPUBLICAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019

Processo n° 109/2019

OBJETO: Registro de Preços para a Contratação de Empresa para a prestação de serviços de Oficina de aulas de Inglês para a rede municipal de ensino do Município de Florida, conforme Descrições contidas em Edital.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 20.420,00 (vinte mil, quatrocentos e vinte reais).
CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: conforme edital.
MODO DE JULGAMENTO: menor preço por Lote.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: até 30 (trinta) dias após apresentação de nota fiscal.
PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: Até 12 (nove) meses após a assinatura do contrato.
DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: 22 de agosto de 2019, às 09h00min.
LOCAL DE ABERTURA: Rua São Pedro, 443, Centro, Flórida, Paraná (Paço Municipal)

Flórida, 08 de agosto de 2019.

CARLOS HENRIQUE GILIO
Pregoeiro

-HOMOLOGAÇÃO-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019

Pelo presente termo, fica HOMOLOGADO o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 10.520/02 a Lei Federal nº 8.666/93.

Fica HOMOLOGADA, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos feita pela Comissão.

Empresa vencedora: D. GOMES DA ROCHA E CIA LTDA-ME, com o valor R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).

Florida, 09 de agosto de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2019

Processo n° 116/2019

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição fracionada de Itens para campanhas realizadas pelas Secretarias Municipais e materiais de consumo tipo e copa e cozinha para todos os departamentos desta Municipalidade, conforme especificações descritas no anexo I que é parte integrante do presente edital.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 168.339,23 (cento e sessenta e oito mil, trezentos e trinta e nove mil e vinte e três centavos).
CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: conforme edital.
MODO DE JULGAMENTO: menor preço por Item.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: até 30 (trinta) dias após apresentação de nota fiscal.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 12 (doze) meses contados da Ata de Registro de Preços.
DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: 26 de agosto de 2019 as 09h00min.
LOCAL DE ABERTURA: Rua São Pedro, 443, Centro, Flórida, Paraná (Paço Municipal).

Flórida, 09 de agosto de 2019.

CARLOS HENRIQUE GILIO
Pregoeiro

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019

Processo n° 117/2019

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição fracionada de Medicamentos e Materiais Hospitalares para a manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Florida, conforme especificações descritas no anexo I que é parte integrante do presente edital.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 400.665,06 (quatrocentos mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e seis centavos)
CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: conforme edital.
MODO DE JULGAMENTO: menor preço por Item.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: até 30 (trinta) dias após apresentação de nota fiscal.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 12 (doze) meses contados da Ata de Registro de Preços.
DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: 27 de agosto de 2019 as 09h00min.
LOCAL DE ABERTURA: Rua São Pedro, 443, Centro, Flórida, Paraná (Paço Municipal).

Flórida, 09 de agosto de 2019.

CARLOS HENRIQUE GILIO
Pregoeiro

DECRETO Nº 3.265, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Nomeia Vanessa Cristina Benhozzi para o cargo efetivo de Professor de Educação Infantil.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a habilitação dos documentos apresentados, e considerando as conclusões do atestado de saúde ocupacional admissional

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 12 de agosto de 2019, Vanessa Cristina Benhozzi, portadora do CPF nº 082.387.419-20, aprovada no Concurso Público nº 001/2019, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil/30h, vencimento inicial nível B-I.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Flórida, 9 de agosto de 2019

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3.259, DE 1º DE AGOSTO DE 2019.

Concede adicional de escolaridade à servidora Paula Gonçalves Ferrari e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 21 e no art.24 da lei Municipal nº 383 de 24 de novembro de 2011, e considerando o resultado de avaliação de títulos nº 006/2019, de 24 de julho de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o adicional de escolaridade à servidora Paula Gonçalves Ferrari, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, matrícula nº 2-01066, no percentual de 5%(cinco por cento), os quais incidirão sobre os respectivos vencimentos base e passarão a compô-los de forma permanente para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 1º de agosto de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA ESTADO DO PARANÁ
RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

DECRETO Nº 3.258, DE 1º DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a progressão e adicional por tempo de serviço a servidores e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art..21, inciso I, da Lei Municipal nº 383/2011 e o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 258/2008

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído um (1) nível de vencimento por Progressão Vertical por Tempo de serviço, conforme dispõe o art.21, inciso I, da lei Municipal nº 383/2011, aos seguintes servidores:

Matrícula	Nome	Cargo	Nível de Vencimento
2-01170	Claudineia Ferreira da Silva	Agente Operacional/40h	De 7 para 8
2-01109	Cleusa Rossi Barbosa	Auxiliar Administrativo/40h	De 18 para 19
2-01060	Cristiane Aparecida Pastre	Auxiliar de Enfermagem/40h	De 47 para 48
2-01112	Dulcinéia Turra Bulgarelli	Instrutor de Música/20h	De 12 para 13
2-01117	Evandro Sérgio Luprete	Nutricionista/20h	De 62 para 63
2-00081	João Cesnik	Agente Administrativo/40h	De 114 para 115
2-01132	João Cornélio de Souza Filho	Agente Administrativo/40h	De 58 para 59
2-01110	Maria José de Carvalho dos Santos	Auxiliar Administrativo/40h	De 18 para 19
2-01114	Paula Andreia Benhosse	Merendeira/40h	De 12 para 13
2-01115	Rosilda Pereira de Souza	Padeira/40h	De 17 para 18

Art. 2º Fica atribuído o adicional de 1% (um por cento) por Tempo de Serviço, conforme dispõe o art. 6º § 1º da Lei Municipal nº 258, de 21 de maio de 2008, aos seguintes servidores:

Matrícula	Nome	Cargo	Adicional
2-01170	Claudineia Ferreira da Silva	Agente Operacional/40h	De 6% para 7%
2-01109	Cleusa Rossi Barbosa	Auxiliar Administrativo/40h	De 11% para 12%
2-01112	Dulcinéia Turra Bulgarelli	Instrutor de Música/20h	De 11% para 12%
2-01117	Evandro Sérgio Luprete	Nutricionista/20h	De 11% para 12%
2-01132	João Cornélio de Souza Filho	Agente Administrativo/40h	De 10% para 11%
2-01110	Maria José de Carvalho dos Santos	Auxiliar Administrativo/40h	De 11% para 12%
2-01114	Paula Andreia Benhosse	Merendeira/40h	De 11% para 12%
2-01115	Rosilda Pereira de Souza	Padeira/40h	De 11% para 12%

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 1º de agosto de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

ATALAIA
PREFEITURA DA CIDADE
#CONSTRUINDO O NOVO JUNTOS#
ESTADO PARANÁ
www.atalaia.pr.gov.br
Paço Municipal Prefeito Antonio Carlos Gilio - Praça José Bento dos Santos, 02 - Centro
CEP 87630-000 - Fone/fax (44) 3254-1122 - e-mail: administracao@atalaia.pr.gov.br

EDITAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL– LOA/2020

Em atendimento ao PARÁGRAFO 4º, ARTIGO 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL-LRF – a Prefeitura Municipal de Atalaia, pelo Prefeito Municipal Senhor FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA, com objetivo de ampliar e aprofundar a Democracia, bem como desenvolver a Cidadania, CONVIDA a comunidade para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada na Casa da Cultura no dia 13 de agosto de 2019 (terça-feira), com início às 09h30min para o planejamento da Lei Orçamentária Anual- LOA, referente ao Exercício de 2020.

Atalaia – PR, 09 de agosto de 2019.

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANTO INÁCIO – PR

RESOLUÇÃO 05/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTO INÁCIO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei Municipal Nº 1140/2015, e considerando a deliberação da plenária realizada no dia 01/08/2019, resolve:

Art. 1º- Nomear os novos representantes do **Conselho Municipal da Assistência Social de Santo Inácio**:

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Titular: Adriana Cristina Augusto
Suplente: Terezinha Zeloí Souza Corrêa

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Titular: Lucilaine de Fátima Arroyo Antão
Suplente: Cibele Freitas Treze

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Titular: Neuraci Silva Santos
Suplente: Rute de Jesus Oliveira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER:
Titular: Hugo Luiz de Jesus
Suplente: Deyvidy Hernandes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Titular: Wilson Alves de Alcântara Júnior
Suplente: Taís Aparecida de Araújo

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO INÁCIO
Titular: Wiliani Adani Amorim Sgrinholi
Suplente: Silvia Cristina dos Santos

PASTORAL DA CRIANÇA
Titular: Elza Maciel Matos
Suplente: Sonia Oliveira Da Silva Marrafão

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO
Titular: Elena Otília Herman Micheli
Suplente: Maria Aparecida do Nascimento Gonçalves

TRABALHADORES DA ÁREA:
Titular: Celislaine Andrade Seleguin
Suplente: Douglas Fernando Araújo de Paula

REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS DO SUAS:
Titular: Maria Aparecida Vilela
Suplente: Joelma Cristina Dias

Art.2º- Prefeito Municipal proceder conforme exigência legal.

Santo Inácio, 01 de Agosto de 2019.

Elza Maciel Matos
Presidente do CMAS

CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 28/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR E CONSIDERANDO A RESOLUÇÃO Nº 58/08 E DEMAIS ALTERAÇÕES,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal, CAMILA AZEVEDO PAMIO, lotada na Câmara Municipal de Colorado, no cargo efetivo de Agente de Administração, para exercer o cargo de Agente de Controle Interno, para um mandato de 2 (dois) anos, conforme Resolução 58/08, com redação alterada pela Resolução 63/09.

Art. 2º - Conceder gratificação de 75% (setenta e cinco por cento), do vencimento base da servidora, para exercício da função de Agente de Controle Interno, de acordo com o art. 3º, § 2º da Resolução 58/08, com redação alterada pela Resolução 63/09.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de Agosto de 2019.

Marcelo Marcos Higino
Presidente

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul
C.G.C. 75731034/0001-55
Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600 - Telefax: 44 - 465-1299
Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2019 – PMCSUL

O MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL, ora denominado licitador, torna público que às 09 horas do dia 28 de Agosto de 2019 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de CRUZEIRO DO SUL, sito à Av. Dr. Gastão Vidigal, 600, Centro, CEP: 87650-000, a Comissão de Licitação através da portaria nº. Portaria nº 1015/2018 de 06/02/2018 receberá para abertura e julgamentos dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a documentação e as propostas para a Contratação de empresa(s) para fornecimento de equipamentos (Grade Terraceadora e Arado subsolador de desarme automático), materiais (Rolo de filme plástico, Balancim, Catraca, Palanque, Mourão, Arame liso) e prestação de serviços de horas máquinas com Trator de Pneus e pá carregadeira, através de recursos recebidos pelo convênio Nº 191/2018-SEAB repassado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para realização de ações de gestão de solo e água em Microbacias, especificamente na Microbacia denominada Tupitinga e Ubiratama. Esta licitação será regida pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei complementar nº. 123/06, Lei complementar nº 147/14 e Diretrizes de Aquisição do BIRD (Conforme previsto pelo Art. 42 da Lei 8.666/93) e demais normas legais posteriores e por este Edital, sendo à presente licitação do tipo Menor Preço por item. O recebimento dos Envelopes 1 contendo a documentação de Habilitação e Envelope 02 proposta de preço dos interessados dar-se-á até às 08h45min do dia 28 de Agosto de 2019, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - Pr, no endereço acima indicado. 1.3 – A abertura dos envelopes 01 contendo a documentação de habilitação dar-se-á no mesmo local acima estabelecido, às 09 horas do dia 28 de Agosto de 2019. Havendo a concordância expressa de todos os proponentes em renunciar a interposição de recurso da fase de habilitação, pela Declaração de Renúncia, conforme modelo constante no Anexo I, proceder-se-á, nesta mesma data, a abertura do envelope 2, contendo a Proposta de Preço, dos proponentes habilitados. O presente Edital estará à disposição dos interessados no site www.cruzeirodosul.pr.gov.br – Portal de Transparência – Aba Licitações, ou requerido pessoalmente no Departamento de Licitação ou através do e-mail: secretaria@cruzeirodosul.pr.gov.br. A retirada presencial ou por e-mail poderá ser feita nos dias úteis, no horário das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h. Cruzeiro do Sul – Pr., 07 de Agosto de 2019.
Ademir Mulon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 059/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

CONTRATADA: MASCARELLO CARROCERIAS E ONIBUS LTDA, inscrita no CNPJ n. 05.440.065/0001-71, com sede na Avenida Aracy Tanaka Biazetto, 16.450 – Bairro Santos Dumont – CEP: 85.804-605, Cascavel – Estado do Paraná.

OBJETO
Aquisição de 01 (Um) veículo do Tipo Micro Ônibus, NOVO, ZERO KM, ano e modelo de 2019, com capacidade mínima de 22 lugares, mais cadeirante e motorista, contendo as seguintes características/especificações: - Veículo Micro-Ônibus novo, 0Km, fabricação nacional, fabricante Mascarello, marca Marcarello, Modelo Gran Micro S2, com chassi fabricante e marca Volkswagen Modelo 8.160 OD, com: motor com potência de 162 cv, caixa de câmbio com cinco marchas à frente e uma à ré, direção hidráulica, freio com ABS, peso bruto total de 8.500 kg, capacidade para 22 lugares mais um auxiliar e um motorista, uma Box para cadeirante, plataforma elevatória para cadeirante, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, com todos os itens obrigatórios de acordo com o CNT, o veículo deverá atender todas as normas vigentes dos órgãos responsáveis DETRAN/DENATRAN/CONTRAN, veículo deve estar em conformidade com as normas vigentes com relação a emissão de poluentes, garantia mínima de 12 meses, conforme resolução 114/2018.

VALOR
R$ 238.700,00
Os recursos financeiros para custear as despesas para contratação do objeto desta licitação, serão através de recursos provenientes do CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CEAS/PR;, recebido por esta Prefeitura Municipal, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, onde os recursos estão previstos na seguinte dotação orçamentária:
611 – 12.004.08.244.0008.2.039.4.4.90.52.00.00 – 31817 – Equip de Material Permanente

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO DE ENTREGA
A vigência do presente contrato será de até 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação do extrato do presente instrumento
O prazo de entrega do objeto será de no máximo 90 (noventa) dias após o recebimento da nota de empenho.

DO FORO
Foro da Comarca de Paranacity – Pr

Cruzeiro do Sul, 26 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
Contratante

MASCARELLO CARROCERIAS E ONIBUS LTDA.
Contratada

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

DECRETO Nº 76/2019

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, Prefeita Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e amparada no artigo 37 da Lei 265/2000 de 16 de novembro de 2000.

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeada a **DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA**, Estado do Paraná, nos termos do artigo 37° da Lei Municipal n° 265/2000 de 16 de novembro de 2000, composta como seguintes membros:

Diretor Presidente: **JOÃO DOS SANTOS COSTA**

Diretor Administrativo e Financeiro: **LUIZ ALVES DOS SANTOS**

Diretor de Benefícios: **DANILO HENRIQUE BENTO**

Assessora Jurídica: **MARIA ISADORA MEREDA DOS SANTOS**

Art. 2° - Fica Empossado o **CONSELHO FISCAL** do Instituto, conforme eleição por voto direto e secreto dos Servidores Municipais, os seguintes membros:

Presidente: **JOÃO BOSCO DE ALENCAR**

Vice-Presidente: **ELISANDRA CORREA GUIMARÃES**

Conselheira Membro: **MARIA SOCORRO BEZERRA DE SOUZA**

PARÁGRAFO ÚNICO – As atribuições da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal estão previstas na lei constante no Artigo 1° deste Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Paranapoema, Estado do Paraná, 01 de agosto de 2019.

Leurides Sampaio Ferreira Navarro
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
CGC. Nº. 00.471.001/0001-14
Rua Vereador Firmino Luiz, 205-Fone fax: 44**313 1362
CEP: 86.660-000 – SANTA INÊS – PR

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2019

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, **DECRETA:**

Art. 1º. Que a partir da sessão ordinária do dia 12 de agosto de 2019, todas as sessões ordinárias e extraordinárias, bem como as sessões solenes, a serem realizadas pela Câmara Municipal de Santa Inês/PR, serão gravadas em mídia digital e mantidas nos arquivos da Câmara, bem como serão disponibilizadas em sua íntegra no Portal da Transparência no sitio eletrônico http://www.cmsantaines.pr.gov.br/.

Parágrafo Único - Embora as sessões sejam gravadas em mídia digital, de cada sessão será lavrada uma ata dos trabalhos, contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de a mesma seja levada ao plenário para apreciação, conforme determina o art. 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Inês.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Inês/PR, 06 de agosto de 2019.

CLEUZA DE FREITAS LIMA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO
CNPJ 95.642.286/0001-15
Av: Valério Osmar Estevão, 72 - Fone (044) 3256-1133
CEP 86.755-000 - ÂNGULO - PARANÁ
Email: pmangulo@irapida.com.br

DECRETO Nº 096/2019

***Súmula**: Realiza Progressão Vertical por Tempo de Serviço aos Servidores Públicos Municipais, com base na Lei nº. 384/2007, de 27 de Março de 2007;*

O Prefeito Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, Rogério Aparecido Bernardo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Art. 4º, II, alínea "a", "b", "c", e Art. 6º, da Lei nº 384/2007, de 27 de Março de 2007;

DECRETA

Art 1º - Ficam elevados por progressão vertical por tempo de serviços, conforme os artigos acima citados, os servidores abaixo relacionados:

Matrícula	Nome	Nível Salarial Anterior	Nível Salarial Atual
367	SIDNEY APARECIDO DRIUSSI	NIV 64	NIV 65
368	IVAN CARLOS CUNHA FERNANDES	NIV 53	NIV 54
369	LUZIA TELES DE PADUA DA SILVA	NIV 20	NIV 21
470	ROSELAINE RODRIGUES MARQUES DA SILVA	NIV 08	NIV 09
477	MARIANA LUIZA SVERZUT	NIV 08	NIV 09
471	ALINE CRISTINA BOSSI	NIV 13	NIV 14
549	VALÉRIA CRISTINA FIORINI DETONI	NIV 16	NIV 17
520	PATRICIA GOMES DA SILVA ELIAS	NIV 39	NIV 40
519	MARCIO ALDO RODRIGUES	NIV 15	NIV 16
518	VALCIR APARECIDO DE SOUZA	NIV 15	NIV 16
523	JOSELANE PRIGOL	NIV 38	NIV 39
525	SIMONE DA SILVA FIGUEIREDO	NIV 04	NIV 05
581	PATRICIA BATISTA DE OLIVEIRA	NIV 01	NIV 02

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Edição, revogadas as disposições em contrario, com efeitos financeiros a partir de Agosto de 2019, devendo ser publicado em Diário Oficial do Município.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO, EM 09 DE AGOSTO DE 2019.

ROGÉRIO APARECIDO BERNARDO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019

PROCESSO DE COMPRA Nº 185/2019

Aos 30 de Julho de 2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 57/2019, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa INOVA TRUCK LTDA., C.N.P.J./MF nº 19.184.214/0001-93, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	05	Teia INMETRO	INMETRO	290,83	15.990,85
3	5	Tacógrafo digital instalado	FIP	1.750,00	14.000,00
4	30	Bobina para tacógrafo para impressões	VDO	40,00	1.200,00
5	5	Sensor de velocidade.	VDO	455,00	3.640,00
6	80	Caixa de disco de Tacógrafo (disco de 7 dias contendo 10 jogos e de 1 dia contendo 100 unidades)	TCO	38,00	3.040,00
7	4	Motor de velocidade	VDO	280,00	1.120,00
8	15	Jogo de agulha	VDO	90,00	1.350,00
9	5	Máquina relógio 1308	VDO	190,00	950,00
10	5	Máquina relógio 1318	VDO	240,00	1.200,00
11	4	Placa de tacógrafo	VDO	490,00	1.960,00
12	5	Gaveta 1390	VDO	590,00	2.950,00
13	5	Motor de passo	VDO	230,00	1.150,00
14	8	Placa sit. da limpeza	VDO	140,00	840,00
15	14	Tomadas para tacógrafo	REVIG	45,00	630,00
16	10	Chicote elétrico TCO	REVIG	110,00	1.100,00
17	8	Conjunto display 1390	VDO	690,00	5.540,00
18	4	Conjunto registrador	VDO	280,00	1.120,00
19	4	Máquina relógio 1390	VDO	240,00	960,00

Fornecedor: INOVA TRUCK LTDA., C.N.P.J./MF nº 19.184.214/0001-93, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	55	Aferição de tacógrafos, incluindo selagem e envelo	INOVA TRUCK	90,00	4.950,00
				Valor Total:	81.015,85

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar de data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 57/2019.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(ns) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 5 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 8º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d)A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.
e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g)Fica designada a servidora, Paulina Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8/6514, portadora do CI/RG nº 9066502-5 e inscrita no CPF/MF nº, 062344679-03 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.
h)Fica designado como fiscal substituto Diego Alcarde Rá, matrícula nº. 500283, portador (a) da CI/RG nº.84374030 e inscrito (a) no CPF/MF nº, 05149815978 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos e serem entregues deverão ter validade mínima de 01 ano, contada a partir da entrega.

1.6 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho específicas:

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto deste Pregão serão entregues em perfeita condição de uso e serviços de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracterize, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 57/2019.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, apliçando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 57/2019, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os licitantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguacu - PR, esgotadas as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguacu, e pelo(a) Sr.(a) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada na Editora Central Ltda.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal
em Exercício

NOVA TRUCK LTDA., C.N.P.J./MF nº 19.184.214/0001-93

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUACU	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 57/2019 - PR
CNPJ: 76.285.329/0001-08 Rua Bernardino Bogo, 175 C.E.P.: 87160-000 - Mandaguaçu - PR	Processo Administrativo: 183/2019 Processo de Licitação: 185/2019 Data do Processo: 27/06/2019 Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, GILMAR CADAMURO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 185/2019
b) Licitação Nr.: 57/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/08/2019
e) Objeto da Licitação: Aquisição e prestação de serviços de alinhamento e manutenção de tacógrafos e manutenção de velocímetros, com aquisição de peças, conforme exigências técnicas do INMETRO, nos veículos da frota municipal

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Qtde de Itens	Média Desc/to (%)	(em Reais R$) Total dos Itens
- 009398 - INOVA TRUCK LTDA	19	0,0000	81.915,85
	19		81.915,85

Mandaguaçu, 1 de Agosto de 2019.

GILMAR CADAMURO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal
em Exercício

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUACU	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 54/2019 - PR
CNPJ: 76.285.329/0001-08 Rua Bernardino Bogo, 175 C.E.P.: 87160-000 - Mandaguaçu - PR	Processo Administrativo: 183/2019 Processo de Licitação: 183/2019 Data do Processo: 25/06/2019 Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, GILMAR CADAMURO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 183/2019
b) Licitação Nr.: 54/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/07/2019
e) Objeto da Licitação: Serviços de funilaria e pintura nos veículos da frota municipal

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Qtde de Itens	Média Desc/to (%)	(em Reais R$) Total dos Itens
- 009389 - ALESSANDRO APARECIDO OSTOLIN 05455446967	2	0,0000	55.000,00
	2		55.000,00

Mandaguaçu, 24 de Julho de 2019.

GILMAR CADAMURO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal
em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019

PROCESSO DE COMPRA Nº 183/2019

Aos 22 de Julho de 2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 54/2019, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa ALESSANDRO APARECIDO OSTOLIN 05455446967, C.N.P.J./MF nº 25.302.417/0001-30, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	500	Serviço de Pintura com incluso de materiais para os veículos da Frota Municipal. Obs: As peças dos veículos a serem substituídas, quando necessário, serão de responsabilidade da Contratante.	ALESSANDRO AO	65,00	32.500,00
1	500	Serviço de Funilaria para os veículos da Frota Municipal. Obs: As peças dos veículos a serem substituídas, quando necessário, serão de responsabilidade da Contratante.	ALESSANDRO AO	45,00	22.500,00
				Valor Total:	55.000,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar de data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 54/2019.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(ns) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 5 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 8º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d)A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.
e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g)Fica designada a servidora, Paulina Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8/6514, portadora do CI/RG nº 9066502-5 e inscrita no CPF/MF nº, 062344679-03 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.
h)Fica designado como fiscal substituto Diego Alcarde Rá, matrícula nº. 500283, portador (a) da CI/RG nº.84374030 e inscrito (a) no CPF/MF nº, 05149815978 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos e serem entregues deverão ter validade mínima de 01 ano, contada a partir da entrega.

1.6 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho específicas:

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto deste Pregão serão entregues em perfeita condição de uso e serviços de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracterize, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 54/2019.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, apliçando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 54/2019, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os licitantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguacu - PR, esgotadas as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguacu, e pelo(a) Sr.(a) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada na Editora Central Ltda.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal
em Exercício

INFOCRIATIVA COM.DE IMPRESSOS E SERV.LTDA., C.N.P.J./MF nº 01.318.680/0001-22

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUACU	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2019 - PR
CNPJ: 76.285.329/0001-08 Rua Bernardino Bogo, 175 C.E.P.: 87160-000 - Mandaguaçu - PR	Processo Administrativo: 170/2019 Processo de Licitação: 173/2019 Data do Processo: 06/06/2019 Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, GILMAR CADAMURO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 173/2019
b) Licitação Nr.: 55/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/07/2019
e) Objeto da Licitação: Aquisição de formulários contínuos de nota fiscal do produtor rural

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Qtde de Itens	Média Desc/to (%)	(em Reais R$) Total dos Itens
- 000139 - INFOCRIATIVA COM.DE IMPRESSOS E SERV.LTDA.	1	0,0000	30.450,00
	1		30.450,00

Mandaguaçu, 24 de Julho de 2019.

GILMAR CADAMURO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal
em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
Estado do Paraná
CNPJ 76.279.975/0001-62

EXTRATO DO CONTRATO Nº 92/2019

Referência: Pregão Presencial nº 29/2019

Data de Assinatura do Contrato: 29/07/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Uniflor, Estado do Paraná.

CONTRATADO: B. V. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ Nº: 01.569.752/0001-30

ENDEREÇO: Avenida Senador Souza Naves, nº 646 – Centro, Cruzeiro do Sul/PR

OBJETO: Seleção de Registro de Preço para aquisições de materiais de construção e acabamentos, para atender todos os departamentos do Município de Uniflor, Estado do Paraná.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 412.248,44 (Quatrocentos e Doze Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

Prazo de Vigência: 28/07/2020

FORO: Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Uniflor (Pr), 30 de Julho de 2019.

Alan Rogério Petenazzi
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

DECRETO Nº 079/2019

SÚMULA: Nomeia a **Srª. SUELI NOVAKOWSKI DOS SANTOS** , para assumir o cargo de **PSICÓLOGO**, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando o **disposto no Edital nº. 074/2019 de 01 de agosto de 2019., contratado (a) no PSS - Processo Seletivo Simplificado.**

DECRETA

Art. 1º. – Nomear a funcionária **Srª SUELI NOVAKOWSKI DOS SANTOS,** CI RG nº. 2.016.114-0 SSP PR ,CPF nº. 443.142.309-59, para exercer o cargo de **PSCÓLOGO,** conforme previsto no **Edital nº. 074/2019 de 01 de agosto de 2019.**

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranapoema Estado do **Paraná**, em 07 de agosto de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos 05 de agosto de 2019., compareceu á Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, a **Srª SUELI NOVAKOWSKI DOS SANTOS** ,brasileira, casada, CI RG nº. 2.016.114-0 SSP PR ,CPF nº. 443.142.309-59, tendo tomado posse e entrado em exercício imediatamente, apresentou também documentos solicitados pelo **Edital de Convocação nº 074/2019 de 01 de agosto de 2019.**

Após haver prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres do cargo, bem como cumprir fielmente as Constituições, as Leis e os Regulamentos, não medindo esforços a bem do Município, e do regime, foi-lhe dado Posse pela Prefeita Municipal de Paranapoema-Estado do Paraná.

Paço Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, 07 de agosto de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 080/2019

SÚMULA: Nomeia a **Srª. AILTON BEZERRA SILVA,** para assumir o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando o **disposto no Edital nº. 075/2019 de 01 de agosto de 2019. no PSS - Processo Seletivo Simplificado.**

DECRETA

Art. 1º. – Nomear a funcionária **Srª. AILTON BEZERRA SILVA,** brasileiro, casado, CI RG nº, 001066840 PR, CPF nº. 037.971.389-62, para exercer o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**. conforme previsto no **Edital nº. 075/2019 de 01 de agosto de 2019.**

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranapoema Estado do Paraná, em 07 de agosto de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos 05 de agosto de 2019.,compareceu á Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, a **Srª. AILTON BEZERRA SILVA,**brasileiro, casado, CI RG nº. 001066840 PR, CPF nº. 037.971.389-62, tendo tomado posse e entrado em exercício imediatamente, apresentou também documentos solicitados pelo **Edital de Convocação nº 075/2019 de 01 de agosto de 2019.**

Após haver prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres do cargo, bem como cumprir fielmente as Constituições, as Leis e os Regulamentos, não medindo esforços a bem do Município, e do regime, foi-lhe dado Posse pela Prefeita Municipal de Paranapoema-Estado do Paraná.

Paço Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, 07 de agosto de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 078/2019

SÚMULA: Nomeia a **Srª. THAIS ANDRESSA SOARES MENEZES,** para assumir o cargo de **ODONTOLOGA,** e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando o **disposto no Edital nº. 074/2019 de 01 de agosto de 2019., contratado (a) no PSS - Processo Seletivo Simplificado.**

DECRETA

Art. 1º. – Nomear a funcionária **Srª THAIS ANDRESSA SOARES MENEZES,** CI RG nº, 13.241.752-0 PR, CPF nº. 086.239.249-75, para exercer o cargo de **ODONTOLOGA,** conforme previsto no **Edital nº. 074/2019 de 01 de agosto de 2019.**

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranapoema Estado do Paraná, em 07 de agosto de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos 05 de agosto de 2019., compareceu á Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, a **Srª THAIS ANDRESSA SOARES MENEZES,** brasileira, casada, CI RG nº, 13.241.752-0 - **PR** ,CPF nº. 086.239.249-75, tendo tomado posse e entrado em exercício imediatamente, apresentou também documentos solicitados pelo **Edital de Convocação nº 074/2019 de 01 de agosto de 2019.**

Após haver prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres do cargo, bem como cumprir fielmente as Constituições, as Leis e os Regulamentos, não medindo esforços a bem do Município, e do regime, foi-lhe dado Posse pela Prefeita Municipal de Paranapoema-Estado do Paraná.

Paço Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, 07 de agosto de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 077/2019

SÚMULA: Nomeia a **Srª. GEISA LENARA DE SOUZA CARVALHO,** para assumir o cargo de **FISIOTERAPEUTA,** e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando o **disposto no Edital nº. 074/2019 de 01 de agosto de 2019., contratado (a) no PSS - Processo Seletivo Simplificado.**

DECRETA

Art. 1º. – Nomear a funcionária **Srª. GEISA LENARA DE SOUZA CARVALHO,** CI RG nº. 10.744.203-0 SSP PR, CPF nº. 088.066.569-61, para exercer o cargo de **FISIOTERAPEUTA,** conforme previsto no **Edital nº. 074/2019 de 01 de agosto de 2019.**

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranapoema Estado do Paraná, em 07 de agosto de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos 05 de agosto de 2019., compareceu á Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, a **Srª. GEISA LENARA DE SOUZA CARVALHO,** brasileira, solteira, CI RG nº. 10.744.203-0 SSP PR, CPF nº. 088.066.569-61, tendo tomado posse e entrado em exercício imediatamente, apresentou também documentos solicitados pelo **Edital de Convocação nº 074/2019 de 01 de agosto de 2019.**

Após haver prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres do cargo, bem como cumprir fielmente as Constituições, as Leis e os Regulamentos, não medindo esforços a bem do Município, e do regime, foi-lhe dado Posse pela Prefeita Municipal de Paranapoema-Estado do Paraná.

Paço Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, 07 de agosto de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul
C.G.C. 75731034/0001-55
Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600 - Telefax: 44 - 465-1299
Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

REMUNE

RELAÇÃO MUNICIPAL DOS MEDICAMENTOS

CRUZEIRO DO SUL / PARANÁ
2019

1.	• Aciclovir 200mg (comprimido)
2.	• Ácido Acetilsalicílico 100mg (comprimido)
3.	• Ácido Fólico 0,2mg/ml Sol. Oral 30ml
4.	• Ácido Fólico 5mg (comprimido)
5.	• Água para injetáveis – Estéril e Apirogenica com 10ml ampola
6.	• Albendazol 400mg (comprimido)
7.	• Albendazol 40mg/ml Solução oral 10ml
8.	• Alendronato de Sódio 70mg (comprimido)
9.	• Alopurinol 300mg (comprimido)
10.	• Amiodarona 200mg (comprimido)
11.	• Amitriptilina (Cloridrato) 25mg (comprimido)
12.	• Amoxilina + Clavulanato de Potássio 500mg + 125mg (comprimido)
13.	• Amoxilina + Clavulanato de Potássio 50mg + 12,5mg/ml – Susp. Oral – 75ml ou 100ml
14.	• Amoxilina 500mg (cápsula)
15.	• Amoxilina 50mg/ml – Suspenção Oral 150ml
16.	• Anlodipino (Besilato) 5mg (comprimido)
17.	• Atenolol 50mg (comprimido)
18.	• Azitromicina 40mg/ml – Susp. Oral com Diluente – Seringa Dosadora
19.	• Azitromicina 500mg – Blister com 3 comprimidos
20.	• Beclometasona 250mcg/dose Inalatório – Uso Oral
21.	• Beclometasona 50mcg/dose Aerosol Oral – c/200 doses
22.	• Benzilpenicilina Benz. 1.200.000 UI pó susp. injetável com diluente – Frasco Ampola
23.	• Benzilpenicilina Benz. 600.00 UI pó susp. injetável com diluente – Frasco Ampola
24.	• Benzilpenicilina Procaína + Potássio 3.000.00 UI + 1.000.00 UI – pó susp. Injetável com diluente – Frasco Ampola
25.	• Biperideno 2mg (comprimido)
26.	• Budesonida 32mcg/dose – Susp. Em Spray NASAL
27.	• Budesonida 64mcg/dose – Susp. Em Spray NASAL
28.	• Captopril 25mg (comprimido)
29.	• Carbamazepina 200mg (comprimido)
30.	• Carbamazepina 20mg/ml 100ml – Suspenção Oral
31.	• Carbonato de Cálcio + Vitamina D 1500mg + 400UI (equivalente a 600mg de Ca ** comprimido)
32.	• Carbonato de Cálcio 1,250mg (500mg de Ca**) (comprimido)
33.	• Carbonato de Lítio 300mg (comprimido)

Conselho Municipal de Assistência Social de Cruzeiro do Sul -PR

Resolução :05/2019

Súmula: Dispõe sobre a Convocação da XII Conferência Municipal de Assistência Social de Cruzeiro do Sul ,Estado do Paraná .

O Conselho Municipal de Assistência Social de Cruzeiro do Sul,PR no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal 010/2001 e Lei Federal 8742 de 07 de dezembro de 1993 e considerando as deliberações em plenária do conselho realizada em 08/08/2019;

Considerando, que a participação social é exercício da democracia e de cidadania, diretamente ou por meio de organizações representativas.

Resolve:

Art. 1º: Convocar entidades representantes do Poder Púbico e sociedade civil para participarem da XII da Conferência Municipal de Assistência Social de Cruzeiro do Sul , PR , a ser realizada no dia 14/08/2019, no Salão da Terceira , localizado na Avenida DR Gastão Vidigal, s/n, Centro de Cruzeiro do Sul, PR.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Sul, PR ,09/08/2019

Elide Simone de Oliveira
Presidente do CMAS

Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027-2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ,** por meio de seu Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio Portaria nº. 02/2019, torna público para conhecimento dos interessados a Alteração de Edital, para **REGISTRO DE PREÇO** na modalidade **Pregão Presencial nº. 27/2019 – Processo Licitatório nº. 078-2019,** do tipo Menor Preço por Item, **EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**.

Do Objeto da Licitação:
O objeto da presente licitação será a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTAS E TONERS REMANUFATURADO, DE FORMA PARCELADA DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA USO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, será **PRORROGADO PARA O DIA 23 DE AGOSTO DE 2019 ás** 09:15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, em razão de alterações nas quantidades e valor da proposta de preço do edital.

Maiores informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Gerência de Licitações e Compras, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00, e das 13:00 às 17:00, no endereço supra.

Itaguajé, 09 de Agosto de 2019.

ALESSANDRO SILVA DIAS
Pregoeiro do Município

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ,** por meio de seu Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio Portaria nº. 02/2019, torna público para conhecimento dos interessados, que faz realizar procedimento de licitação para **REGISTRO DE PREÇO** na modalidade **Pregão Presencial nº. 30/2019 – Processo Licitatório nº. 087-2019,** do tipo Menor Preço por Item, **EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** conforme especificado no Edital.

Do Objeto da Licitação:
O objeto da presente licitação será a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS, PLANTAS FRUTIFERAS, FLORES E PAISAGISMO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DESTE MUNICIPIO**, conforme Termo de Referência (anexo I) do Edital.

Do recebimento e abertura dos envelopes:
Os envelopes serão recebidos até às 08:45 horas, do dia 22 de Agosto de 2019, sendo que sessão pública para abertura e julgamento será no mesmo dia, às 09:15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal.

Maiores informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Gerência de Licitações e Compras, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00, e das 13:00 às 17:00, no endereço supra.

Itaguajé, 09 de Agosto de 2019.

ALESSANDRO SILVA DIAS
Pregoeiro do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. 76.279.975/0001-62

PORTARIA Nº. 183/2019

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE

CONCEDER ao Servidor **"CLEITON BONETTI"**, portador da cédula de identidade RG. nº. 3.142.443-7/PR, matricula nº. 30089, lotado no Departamento de Agricultura, no cargo de Diretor de Divisão de Agricultura - CC-3, 30 (trinta) dias consecutivos de férias, referente ás férias revogada e não usufruídas.

A partir do dia 07/08/2019 até 05/09/2019, devendo retornar no dia **06/09/2019.**

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações devidas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 08 (oito) dias do mês de 08 (agosto) do ano de 2019 (dois mil e dezenove).....

=ALAN ROGÉRIO PETENAZZI=
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 186/2019

Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE

CONCEDER a Servidora **"LAIS MORETO"**, portadora da cédula de identidade RG. nº. 10.517.410-13/PR, matricula nº. 30067, lotada no Departamento Jurídico, no cargo efetivo de Assistente Administrativo, 06 (seis) dias consecutivos de férias, referente aos 06 (seis) dias de férias restantes, conforme Termo de Acordo Interno.

A partir do dia 12/08/2019 até 17/08/2019, devendo retornar no dia **18/08/2019.**

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações devidas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 08 (oito) dias do mês de 08 (agosto) do ano de 2019 (dois mil e dezenove).....

=ALAN ROGÉRIO PETENAZZI=
PREFEITO MUNICIPAL

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO COMFUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
AV. Davi Gomes, nº12, - Centro - Fone: (044) 32561131
CNPJ 03.594.840/0001-18 - CEP: 86.755-000 – Ângulo – Paraná
e-mail samae@angulo.pr.gov.br

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ORIGEM:	**Dispensa de Licitação nº 10/2019**
CONTRATANTE:	**SAMAE - Serviço Autonomo de Água e Esgoto**
CONTRATADO:	**HIDROINGA POÇOS ARTESIANOS LTDA**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de teste de vazão em poço tubular perfurado no Município (por período de 24 horas), atráves do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Ângulo - SAMAE.**
VALOR:	**R$ 5.480,00 (Cinco mil, quatrocentos e oitenta reais).**
BASE LEGAL:	**Art. 24, II, Lei nº 8.666/93**

Ângulo, 02 de Agosto de 2019.

JOSÉ CARLOS BORGES
Diretor do SAMAE

Instituto de Previdência Social do Município de Paranacity
ESTADO DO PARANÁ
E-mail: funpar@paranacity.pr.gov.br — CNPJ 08.683.905/0001-15
Fone/Fax (44) 3463-2177 - Rua Mario Xavier de Souza, 1248 - CEP 87560-000

ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Referente ao Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 004/2019, ratifico, nos termos do art. 25, da Lei Federal 8.666/93, para Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Licença de uso anual do Sistema para Cálculos de Aposentadoria e Pensões –SICAP WEB, incluindo treinamento para os usuários em um custo total de **R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).**

Cumpra-se. Formalize-se o contrato e publique-se.

Paranacity – Pr, 06 de agosto de 2019.

SILVIO BUCH
Presidente

EXTRATO DE CONTRATO
Inexigibilidade n. 004/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Licença de uso por dois anos, do Sistema para Cálculos de Aposentadoria e Pensões –SICAP WEB, incluindo treinamento para os usuários.

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Social do Município de Paranacity – Funpar -. CNPJ 08.683.905/0001-15.

CONTRATADA: COPPINI & CIA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.729.009/0001-40.

LICITAÇÃO: Inexigibilidade.

VALOR: R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

DATA: 08 de agosto de 2019.

Paranacity, 08 de agosto de 2019.

SILVIO BUCH
Presidente do FUNPAR

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE COLORADO – COLORADO PREV.

Portaria nº 091/2019

A Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Colorado – Colorado Prev., no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 2005/2001 de 28.12.01., publicada no Jornal – O Regional de 30.12.01, e considerando o disposto nas Leis Complementares nºs. 01/2013 e 02/2013 do Município de Colorado,

RESOLVE:

1º- Fica reenquadrada a servidora Inativa, com direito de paridade, conforme abaixo relacionados, com efeito retroativo a partir do dia primeiro do mês de junho do ano de dois mil e dezenove.

Nome	Categoria	Classe/Nível
- Ivanil Aparecida Salatta Calegari	Inativo	Classe-C, Nível-50

2º)- Revogam-se as disposições em contrário.

Colorado, 02 de agosto de 2019.

DENIS HENRIQUE RODRIGUES DE JESUS
Diretor Presidente

CARLOS DO NASCIMENTO PEREIRA
Diretor Prev. Atuária

VANDERLEY MARETI
Diretor Admin. Financeiro

Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

Decreto nº 71/2019 de 08/08/2019

Ementa: Abre Crédito Transposição e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1050/2018 de 21/11/2018.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Transposição, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 154.500,00 (cento e cinqüenta e quatro mil quinhentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0012.2.026.		MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS	
241 - 3.3.90.32.00.00	31494	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	30.000,00
07.001.10.301.0012.2.028.		PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	
247 - 3.3.90.30.00.00	31494	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
09.001.15.452.0007.2.059.		MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
432 - 3.3.90.30.00.00	01504	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
436 - 3.3.90.39.00.00	01504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	24.500,00
		Total Suplementação:	**154.500,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0012.2.029.		PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	
254 - 3.1.90.11.00.00	31494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
07.001.10.301.0012.2.030.		PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS	
262 - 3.1.90.11.00.00	31494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
07.001.10.301.0012.2.031.		SAÚDE BUCAL	
268 - 3.1.90.11.00.00	31494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
09.001.15.452.0007.2.055.		CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
374 - 3.3.90.39.00.00	01504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.001.15.452.0007.2.057.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	
397 - 3.3.90.30.00.00	01504	MATERIAL DE CONSUMO	24.500,00
		Total Redução:	**154.500,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAGUAJÉ , Estado em 08 de agosto de 2019.

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto nº 70/2019 de 08/08/2019

Ementa: Abre Crédito Transposição e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1050/2018 de 21/11/2018.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Transposição, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.001.12.361.0035.2.015.		FUNDEB 60%	
143 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
146 - 3.1.91.13.00.00	01101	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	40.000,00
		Total Suplementação:	**240.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.001.12.361.0035.2.016.		FUNDEB 40%	
148 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
152 - 3.3.90.30.00.00	01102	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
		Total Redução:	**240.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAGUAJÉ , Estado em 08 de agosto de 2019.

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

EDITAL Nº 12/2019

O Sr. Manoel Rodrigo Amado, Prefeito do Município de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e,

Considerando o resultado do concurso Público Municipal nº 001/2019 de 18/03/2019.

CONVOCA

O candidato aprovado a seguir relacionado para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura de Ourizona-Pr, num prazo de 5 (cinco) dias, a fim de submeter-se ao processo admissional, munido dos seguintes documentos:

a) Uma foto 3x4 recente
b) fotocópia da cédula de identidade
c) fotocópia da reservista
d) fotocópia do cartão CPF
e) fotocópia do titulo de eleitor e comprovante da última eleição
f) fotocópia da certidão de casamento ou nascimento
g) fotocópia da inscrição no Pis/Pasep e Carteira de Trabalho(frente e verso)
h) fotocópia do cartão de vacinação e declaração do posto de saúde constando a vacinação em dia
i) fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos
j) fotocópia do cartão de vacinação dos filhos menores de 4 anos
k) certidão de antecedentes criminais (fornecido pelo Fórum)
l) fotocópia do comprovante de residência
m) Comprovante de escolaridade (Certificado de Conclusão do Curso) e Registro no Conselho de Classe (quando for o caso)
n) Atestado Médico de boa saúde física e mental que será agendado pelo Departamento de RH e realizado na Alfa Saúde Ocupacional
o) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo RH: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e Declaração de Bens.
p) Nº. da conta corrente: Banco do Brasil, Bradesco ou Sicredi

Inscr.	Cargo	Candidato	Clas.
374733	Engenheiro Civil	Danilo Romero Trindade	1º

Paço Municipal de Ourizona, aos 09 de Agosto de 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 11/2019

O Sr. Manoel Rodrigo Amado, Prefeito do Município de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e,

Considerando o resultado do concurso Público Municipal nº 001/2019 de 18/03/2019.

CONVOCA

O candidato aprovado a seguir relacionado para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura de Ourizona-Pr, num prazo de 5 (cinco) dias, a fim de submeter-se ao processo admissional, munido dos seguintes documentos:

a) Uma foto 3x4 recente
b) fotocópia da cédula de identidade
c) fotocópia da reservista
d) fotocópia do cartão CPF
e) fotocópia do titulo de eleitor e comprovante da última eleição
f) fotocópia da certidão de casamento ou nascimento
g) fotocópia da inscrição no Pis/Pasep e Carteira de Trabalho(frente e verso)
h) fotocópia do cartão de vacinação e declaração do posto de saúde constando a vacinação em dia
i) fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos
j) fotocópia do cartão de vacinação dos filhos menores de 4 anos
k) certidão de antecedentes criminais (fornecido pelo Fórum)
l) fotocópia do comprovante de residência
m) Comprovante de escolaridade (Certificado de Conclusão do Curso) e Registro no Conselho de Classe (quando for o caso)
n) Atestado Médico de boa saúde física e mental que será agendado pelo Departamento de RH e realizado na Alfa Saúde Ocupacional
o) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo RH: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e Declaração de Bens.
p) Nº. da conta corrente: Banco do Brasil, Bradesco ou Sicredi

Inscr.	Cargo	Candidato	Clas.
374604	Assistente Administrativo	Lucas Hulala Nascimento	4º
374664	Professor	Adely Maria da Costa Calvo	3º

Paço Municipal de Ourizona, aos 09 de Agosto de 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

Portaria nº 113/2019

O Sr. **MANOEL RODRIGO AMADO**, Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Conceder 45 (quarenta e cinco) dias de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA,** Art. 108, V e Art. 131, Parágrafos 1º e 2º da Lei municipal 263/91 – Regime Jurídico Único, a servidora **ROSELI APARECIDA DA SILVA CREVELARO,** RG. Nº 4.195.366-7-PR., lotada como Professora, no Departamento de Educação, contados no período de 28/07/2019 a 09/09/2019, conforme atestado do médico do Dr. Henrique Ludwig Bueno – CRM/PR. 27099 do Hospital Bom Samaritano, da cidade de Maringá-Pr. – CID. (Z.763)

Registre-se e Cumpra-se

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 05 DE AGOSTO DE 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. 76.279.975/0001-62

PORTARIA Nº. 184/2019

SÚMULA: "Dispõe sobre nomeação para o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico e da outras providências".

- Considerando as disposições do art. 37, II da Constituição Federal;
- Considerando as disposições do art. 4º da Lei Municipal nº 792/2003;
- Considerando as disposições da Lei Municipal nº 827/2005;
- Considerando as disposições da Portaria nº 107/2019;

O Município de Uniflor, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado a partir do dia 12/08/2019 para o cargo de provimento em comissão nos termos da Lei Municipal nº 792/2003 alterada pela Lei Municipal nº 827/2005, o advogado Reginaldo Leopoldo Góis, inscrito na OAB/Pr nº 80.543, para o desempenho da funções vinculadas ao Gabinete do Prefeito;

Art. 2º. Os vencimentos referentes ao cargo serão atribuídos nos termos da Lei Municipal nº 792/2003; Anexo II : Nível CC-1, e posteriores alterações dados pela Lei Municipal nº 827/2005.

Art. 3º. Fica revogada eventuais disposições contrárias expedidas anteriormente.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Registra-se Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Uniflor, Estado do Paraná aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Alan Rogério Petenazzi
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Gabinete do Prefeito Municipal de Uniflor, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Clésio Herradon de Souza
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 185/2019

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município

RESOLVE

CONCEDER a Servidora **"CRISTIANA DA SILVA RODRIGUES"**, portadora da cédula de identidade RG. nº. 7.957.378-7/PR, matricula nº. 30057, lotada no Departamento de Meio Ambiente, no cargo de Gari, 30 (trinta) dias consecutivos de férias, referente ao período aquisitivo de 07/07/2018 à 06/07/2019 a partir do dia 12/08/2019 até 10/09/2019, devendo retornar no dia **11/09/2019.**

DETERMINAR o empenho e pagamento da importância equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração a ser percebida no mês de agosto de 2019, pela Servidora a título de gratificação de férias.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações devidas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 08 (oito) dias do mês de 08 (agosto) do ano de 2019 (dois mil e dezenove).....

=ALAN ROGÉRIO PETENAZZI=
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul
C.G.C. 75731034/0001-55
Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600 - Telefax: 44 - 465-1299
Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

REPUBLICAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

CRUZEIRO DO SUL - 2017

Ademir Mulon

Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul

Elizabeth Miya Soda

Gestora Municipal da Assistência Social

Elizabeth Miya Soda

Presidente CMDI

Comissão de Elaboração:

Elide Simone de Oliveira Medeiros - D.M. Assistência Social/ Órgão Gestor

Elizabeth Miya Soda Gestora Municipal da A. Social

Tatiane Cordeiro da Anunciação Psicóloga

Hugo Leonardo de Souza Assistente Social

Elizabeth Miya Soda Presidente CMDI

Esbelta Ferreira Pinto Educação

Marcos Cesar Sugigan Saúde

Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

Nome:	*Representação Governamental*
Elizabeth Miya Soda	Dep. Mun. Assistência Social
Esbelta Ferreira Pinto	Dep. Mun. De Educação
Kelly Paviani Stevanato	Dep. Mun. De Saúde

Nome:	Representação Sociedade Civil
Sabina Sugigan (idosa)	
Maria Aparecida Buso de Araújo	
Antonia Almeida Lacerda (idosa)	

APRESENTAÇÃO

Assim, objetivando orientar as políticas públicas e melhorar a qualidade de vida da população maior de sessenta anos, com prestações de serviços de qualidade e compromisso aos que ao longo de sua vida, contribuíram e ainda contribuem das mais variadas formas para o desenvolvimento desta cidade.

Em meados da década de 1980, toma ímpeto o movimento da sociedade civil, exigindo a valorização e o respeito à pessoa idosa. Esse movimento influenciou a construção da constituição cidadã (1988), primeira Constituição da república Federativa do brasil a versar sobre a proteção jurídica ao idoso, a qual impõe a família, a sociedade e ao estado o dever de amparar os idosos.

Outra perspectiva de fortalecimento de garantia de direitos do idoso surgiu a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que preza pela organização da Assistência Social – LOAS, com o objetivo de regular os artigos 203 e 204, defendidos na Constituição Federal: A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos V – a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1993), objetivando a universalização dos benefícios, a inclusão social.

Assim, percebe-se a participação do idoso no processo de construção e efetivação das garantias asseguradas em Lei, é essencial.

Esse direito é assegurado pela assistência social, por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas é preciso frisar que este é concedido à pessoa idosa, a partir dos 65 anos de idade, e que já existe uma luta nacional dos mesmos para que essa idade seja a partir dos 60 anos, idade em que o Estatuto do Idoso reconhece a pessoa idosa. A LOAS estabelece diretrizes, objetivos e as ações quanto ao funcionamento da Assistência Social, consolidando-a enquanto direito.

A inscrição da assistência social no elenco dos direitos sociais constitutivos da cidadania configura como um marco histórico de grande importância. Isso significa que, do ponto de vista formal, a assistência social se converte em direito reclamável pelo cidadão, devendo ser encarada não mais como concessão de favores, mas sim como prestação de serviços sócio-assistenciais ao alcance do idoso.

Apesar dessas conquistas, até 1994 não existia no Brasil uma política nacional para os idosos; o que havia era um conjunto de iniciativas privadas (já antigas) e algumas medidas públicas consubstanciadas em programas destinados a idosos carentes.

Era mais uma ação assistencial em "favor" deles do que uma política que lhes proporciona serviços e ações preventivas e reabilitadoras.

A partir dessas conquistas contidas na Constituição Federal, foi implantada no Brasil, a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), buscando a efetividade dos princípios constitucionais, tornando-se um instrumento legal e legítimo de proteção à pessoa idosa.

É definido no art. 1º da PNI "A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade" (PNI, 1994, p.1).

Entre outras diretrizes o art. 1º da PNI, destaca, a viabilização de formas alternativas de participação e o convívio com o idoso integrando gerações, além da promoção da participação e integração do idoso na implementação, formulação e avaliação das políticas a partir de seus representantes.

A PNI preza também, em seu Art. 4º, pelo convívio do idoso com a família.

Logo, a PNI tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, apontando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade e estabelecendo normas para que os direitos sociais dos idosos sejam consolidados, buscando garantir sua efetiva participação na sociedade como instrumento de cidadania.

Ressalta-se que a PNI estabeleceu condições de acesso aos direitos do idoso fazendo-o saber que a lei expressa o seu direito de cidadania e, assim, deve ser viabilizado tanto pela esfera governamental, quanto pela sociedade.

A Política Nacional do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei.

Outro marco legal relevante é o Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, veio para consolidar os direitos prescritos na PNI e apontar mecanismos para sua efetivação.

O Estatuto do Idoso estabelece prioridade absoluta às normas protetivas ao idoso, elencando novos direitos e estabelecendo vários mecanismos específicos de proteção, os quais vão desde precedência no atendimento a permanente aprimoramento de suas condições de vida até a inviolabilidade física, psíquica e moral.

No âmbito desse Estatuto, os principais direitos do idoso encontram-se no artigo 3°, o qual preceitua:

Esta Lei tem para o idoso representatividade ímpar no campo da conquista dos direitos, além de contemplar diferentes aspectos da vida cotidiana destacando ainda o papel da família enfatizando sua obrigação para com a pessoa idosa, bem como as responsabilidades da sociedade e do Poder Público, assegurando ainda os direitos e reafirmando o direito da proteção à vida, prevendo oportunidades para a preservação da saúde física e mental do idoso, onde deve ser competência do poder público a garantia ao acesso à saúde, ao atendimento preferencial em instituições públicas e privadas, responsabilizando ainda o poder público pelo fornecimento de medicamentos gratuitamente, vacinas, bem como órtese, próteses e qualquer outro recurso relativo a sua qualidade de vida, se o mesmo ou se a sua família não puder prover naquele momento.

Mas, não basta esse arcabouço de leis, é preciso acompanhar o seu cumprimento. E o que se vê é um total descaso, abandono, violência contra os idosos, quer seja pelo governo, sociedade e família. Denúncias são apresentadas diariamente por meio do Disque 100, meio de comunicação etc. É preciso informar e estimular seu protagonismo acerca de seus direitos, bem como despertar as autoridades competentes para que possam agir no sentido de se fazer cumprir as leis.

Atualmente, presenciamos um abismo entre as leis e a realidade dos idosos no Brasil e no nosso Estado. Para que a situação modifique, é necessário que elas continuem sendo debatidas e reivindicadas em todos os espaços possíveis, pois somente a mobilização permanente da sociedade será capaz de levar até aos idosos a esperança de uma nova visão sobre o processo de envelhecimento dos cidadãos brasileiros, revelando que envelhecer é um direito de todos.

Para o enfrentamento dessa realidade, os idosos buscam fortalecimento no espaço público gerado pelo movimento social, fóruns e conselhos de idosos, que lhes permitem se posicionarem pela concretização de ideais democráticos, como a conquista de sua cidadania, reinventando sua própria velhice.

O Plano Municipal da Pessoa Idosa será um marco garantidor de políticaspúblicas em prol dessa camada da população que tanto contribuiu para a sociedade que vivemos hoje e que tanto ainda quer contribuir.

Isso só acontecerá se criarmos políticas que façam as pessoas idosas se sentirem valorizadas e se criem espaços para os mesmos.

O Plano Municipal da Pessoa Idosa foi criado e está estruturado para ampliar esse horizonte para as pessoas idosas, não é um plano simplesmente de benefícios para essa camada da população, mas um plano que busca garantir o espaço para a pessoa idosa dentro da nossa sociedade, tornando esse grupo etário um protagonista da sociedade.

O Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa , em reunião em outubro de 2017, é resultado do trabalho conjunto do Departamento Municipal de Assistencia Social, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa , técnicos do CRAS, responsáveis pela articulação e execução da Política Municipal para a Pessoa Idosa na cidade de Jardim Olinda, contando também com a participação efetiva da sociedade civil organizada, via Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

A partir das deliberações da Conferencia Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, o Plano levou em conta os Marcos Regulatórios existentes em níveis local, nacional e internacional, contemplando princípios, diretrizes e objetivos, privilegiando a construção participativa e perseguindo uma perspectiva intersetorial no âmbito interno, mas sempre mantendo o diálogo com a sociedade. A partir dos oito eixos propostos: 1-Assistência Social; 2-Cultura, Esporte e Lazer; 3-Educação; 4-Habitação, Urbanismo e Acessibilidade; 5-Saúde; 6-Segurança e Direitos Humanos; 7-Trabalho e Previdência Social e 8-Transporte. Poderá acolher novas proposições especialmente quando da realização das próximas conferências, e deverá necessariamente estar comtemplando no Plano Plurianual-PPA no município, para que seja garantido os recursos financeiros para execução das ações propostas.

As ações aqui elencadas foram organizadas por eixos e/ou temas prioritários quais sejam, assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação, urbanismo, acessibilidade, segurança e direitos humanos, cultura, esporte e lazer, com intuito de oferecer estruturas adequada de participação e de proteção integral à pessoa idosa, requalificando recursos humanos para favorecer a participação e o controle democrático desta parcela da sociedade.

Importante salientar que essas ações fazem parte de estudos e pesquisas capazes de gerar conhecimento e desconstruir preconceitos contra a pessoa idosa, como uma das formas de interferir na cultura de exclusão e segregação posta na estruturação social atual.

O Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, construído coletivamente compromete todos os órgãos governamentais e sociedade civil, a congregarem esforços para realizar cada uma das propostas tornando Cruzeiro do Sul, um espaço propicio a vivencia da cidadania plena da Pessoa Idosa independente da condição econômica ou social.

1 –INTRODUÇÃO

O Plano Municipal da Pessoa Idosaserá o instrumento que norteará os programas, projetose açõesda PrefeituraMunicipal deCruzeiro do Sul PR , para o publico idoso, tendocomoprincípiocontrolesocial, a participaçãoda sociedadenasuaelaboraçãoe a transparênciacomomecanismoseficazesde controlesocial.

O Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será o instrumento que norteará os programas, projetos e ações da Politica Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Cruzeiro do Sul, para o público Idoso, tendo como princípio o controle social, a participação da sociedade na sua elaboração e a transparência como mecanismos eficazes no controle social.

2. MARCO REFERENCIAL

A partir da promulgação da Constituição de 1988, o país experimentou um grande interesse pelos direitos sociais, com novas formações de movimentos sociais com grupos específicos com a formação de novos movimentos sociais que já não se confinavam na tradicional oposição capital e trabalho.

Nesse contexto, a questão da velhice e do envelhecimento tornou-se objeto de intensa preocupação pública e, em anos anteriores, foi objeto de ampla e variada produção legislativa.

As razoes são bastante conhecidas. O crescimento deste grupo etário em todo o mundo e, em especial, nos países em desenvolvimento, como já apontava o Plano de Ação Internacional de Viena , aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York em 1982, tem exercido uma forte pressão sobre o sistema de proteção social.

Além disso, uma maior abrangência e sistemas de sistemas e previdência tem propiciado a formação de uma massa de assalariados envelhecendo com condições melhores de renda, saúde, convívio familiar e comunitário e que os habilita ao exercício da cidadania ativa e, por consequência, a influência sobre os processos decisórios.

Ao adotar os princípios da transversalidade, da participação e do controle social, o Plano Municipal alinha-se com o paradigma adotado pelo Estatuto do Idoso. Ao assumir o paradigma da proteção integral do idoso, por inspiração do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso reconhece que ao efetivar os direitos da Pessoa Idosa, deve-se levar em consideração o indivíduo idoso em sua integralidade, seja como objeto de intervenção estatal como beneficiário de direitos sociais, seja como sujeito autônomo que intervém nos processos decisórios relativos ás políticas públicas, autonomia privada e autonomia pública que se reforçam mutuamente.

O idoso, no entanto, não é apenas objeto de ação estatal, mas deve ser compreendido como sujeito autônomo e capaz de intervir no processo de concepção e formulação das políticas públicas, assim como na avaliação, monitoramento e fiscalização dessas políticas.

A Constituição Federal contém dois artigos no Título VIII, dedicado a ordem social, a esse grupo social. Os artigos 229 e 230 da Constituição destaca o dever dos filhos maiores de amparar seus pais na velhice e o dever da família, da sociedade e do Estado garantir as pessoas idosas participação na comunidade, defesa de sua dignidade, bem-estar e direito a vida. A Constituição prevê, ainda, ainda no âmbito da Seguridade Social, especificamente em relação ao idoso, assistência social (art. 201, I) beneficio de prestação continuada para idosos sem condições de mante-se por conta própria ou por sua família (art. 203, V) aposentadoria pelo regime geral da Previdência (art.201, &7ª), ou no âmbito do serviço público (art.40); além do acesso universal ao sistema de saúde (art.196).

O principal documento infraconstitucional normativo a tratar da Pessoa Idosa no Brasil é, sabiamente é a Lei nª 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), antecedeu-lhe, todavia Lei nº 8.843/94, que institui a Politica Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso.

Com a introdução da Politica Nacional do Idoso, o Estado se propõe "assegurar os direitos sociais do Idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. O envelhecimento é colocado como questão pública de responsabilidade de todos, família sociedade e Estado e como um direito social dos idosos.

2.2 DIRETRIZES

As diretrizes da Politica Nacional, nos termos do seu artigo 4º, são:

I-Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua interação às demais gerações;

II- Participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação , implementação e avaliação das Políticas, planos ,programas e projetos a serem desenvolvidos;

III- priorização do atendimento ao Idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento institucional (asilar) com exceção para os idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;

IV-descentralização político administrativa;

V- Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;

VI- implementação de sistema de informação que permita a políticas dos serviços oferecidos, dos planos programas e projetos em cada nível de governo;

VII- estabelecimento de mecanismo que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos Biopsicossociais do envelhecimento;

VIII-priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados, prestação de atendimentos/serviços quando desabrigados e sem família;

IX-apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

No âmbito Município de Cruzeiro do Sul ,PR, em compasso com esses avanços legislativos, reconhece as necessidades, procura colocar em prática as prioridades ao atendimento a este público. Merece menção a Lei Municipal nº 200/2015, que cria o **CMDI**-Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa conforme capitulo V em seu art. 14, cria o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

O presente Plano Municipal dos Direitos do Idosa, constitui- se, assim esperamos, na tradução para o campo das Políticas Públicas dos direitos expressos nos documentos que compõem o marco normativo que ora apresentamos. Ele deve ser entendido como produto e como processo de discussão ele é, no mesmo, um ponto de pausa em um processo de deliberação em curso e que deve ser seguido pelo acompanhamento de sua implementação e correções/alterações que se fizerem necessárias.

2.3. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

São princípios que fundamentam a elaboração e a execução do Plano Municipal dos Direitos do Idoso de Cruzeiro do Sul , a Participação Social, o Controle Social e a Transversalidade.

A Participação Social:

É um principio de integração dos indivíduos nos diversos núcleos organizacionais da sociedade que discutem assuntos pertinentes ao ambiente social. Participação social está relacionada com a influência nos espaços e nas organizações tendo relação com a vida associativa e comunitária.

O Controle Social:

O controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão publica, na fiscalização no monitoramento e no controle das ações da ***Administração Pública***. Trata-se, deste modo, de importante mecanismo de fortalecimento da cidadania.

A Transversalidade:

A transversalidade, para o presente plano, é entendida como uma forma de trabalhar, objetivando uma integração de aspectos ou áreas, eventualmente isolados. Objetiva-se alcançar uma visão mais ampla e adequada das politicas públicas voltadas para a população idosa, assim como da realidade em que está inserida.

2.5-DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

A base de representatividade e defesa do idoso é composta pelas suas organizações, entidades e serviços de Assistência Social que prestam atendimento e assessoramento ao idoso, com representação no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Na implementação da política municipal de atenção ao idoso, são competências do Município:

I- Na área de promoção e desenvolvimento econômico:

a) apoiar as ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação da família, da sociedade e de entidades públicas e privadas;

b) apoiar/incentivar o desenvolvimento de simpósios, seminário e atividades que propiciem novas possibilidades de atuação;

c) apoiar iniciativas que capacitem o idoso e propiciem a sua inserção no artesanato, em feiras municipais e outras possibilidades de geração de renda.

I I- Na área de promoção e desenvolvimento social:

a) desenvolver/aprimorar ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação da família, da sociedade e de entidades públicas e privadas;

b) estimular em parceria com vários segmentos da sociedade, alternativas de atendimento ao idoso, como: centro de referência e promoção ao idoso, centro de atividades, grupos de convivência e fortalecimento de vínculos-SCFV, programas para atender situações de carência, de prevenção e maus tratos, programas para atividades visando a integração com a sociedade;

c) apoiar iniciativas que zelem pelos direitos da pessoa idosa e ações que coíbam abusos e lesões sofridas pelo idoso;

d) promover e incentivar o desenvolvimento de simpósios, seminário e atividades que propiciem novas possibilidades de atuação;

e) qualificar os profissionais que trabalham com idosos para que possam prestar serviços com bom nível de qualidade;

f) apoiar iniciativas que capacitem o idoso e propiciem a sua inserção no mercado de trabalho.

III - Na área de saúde:

a) assegurar ao idoso assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento realizados pela rede municipal de saúde;

b) prevenir, manter e promover a saúde do idoso, mediante programas e medidas específicas;

c) controlar, avaliar e fiscalizar encaminhar as ações e serviços dos Estabelecimentos Geriátricos e Similares;

d) desenvolver formas de cooperação entre os vários segmentos da sociedade, ligados à área de geriatria e gerontologia, para treinamento de equipes Inter profissionais;

e) realizar estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas à prevenção, tratamento e reabilitação;

f) criar serviços alternativos de saúde para o idoso.

IV - Na área de educação:

a) adequar currículos metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso, no âmbito municipal;

b) desenvolver programas educativos, especialmente no meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;

c) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino adequados ao idoso;

d) apoiar iniciativas que permitam o acesso das pessoas idosas a diferentes formas do saber.

V - Na área de cultura:

a) assegurar ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;

b) propiciar ao idoso o acesso aos eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito municipal;

c) incentivar os movimentos de idoso a desenvolverem atividades culturais;

d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural.

e) Palestras com assuntos diversos de interesse deste publico, bem como promover eventos intergeracional, inserido públicos de diferentes faixas etárias promovendo a inclusão social e cultural.

VI - Na área do esporte e lazer:

a) assegurar ao idoso acesso as informações sobre a aquisição de hábitos saudáveis para prevenção, manutenção e promoção de saúde;

b) propiciar atividades recreativas desenvolvendo a socialização;

c) incentivar a organização de grupos para a prática de atividades esportivas, promovendo o desafio e auto superação;

d) incentivar a sistematização das práticas corporais resultando no bem-estar físico e psicossocial dos idosos;

VI I- Na área de mobilidade urbana:

a) Planejar, coordenar PolíticasPúblicas voltadas a inclusão Social de pessoas com mobilidade reduzida, primando pela Acessibilidade Universal e Inclusão Social

b) proporcionar acessibilidade e mobilidade urbana nas vias públicas para atender a população idosa.

c) facilitar o acesso da população idosa aos órgãos e instituições públicas de forma prioritária.

d) No município por ser de pequeno porte não há transporte coletivo.

Considerações Finais

A articulação e a integração entre todas as políticas públicas constituem uma ação estratégica para assegurar a complementaridade da rede de atendimento às pessoas idosas, para que a população possa envelhecer com segurança e dignidade.

Prefeitura Municipal de Itaguajé
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

PORTARIA Nº 065/2019

O Prefeito Municipal de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferias pelos Incisos XVIII e XXVIII do Artigo 50 da Lei Orgânica Municipal.

TENDO EM VISTA o que foi requerido através do Protocolo n.º 0344/2018 de 30/07/2018;

ESTANDO DE ACORDO com o estabelecido pelo artigo 102, da Lei Municipal n.º 385 de 25/01/1993;

RESOLVE:

I - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 12/08/2019 a servidora **Silvia Cristina da Silva Souza Cruz**, portadora do RG n.º 4.257.917-3 SSP/PR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes devendo retornar as suas atividades no dia 11/11/2019.

II - Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé,

Em 09 de agosto de 2019

CRISÓGONO NOLETO E SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEBER MONFRÉ DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 066/2019

O Prefeito Municipal de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferias por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER ao funcionário público municipal, férias regulamentares, conforme discriminação abaixo:

FUNCIONÁRIO	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
JADIR RODRIGUES ANTUNES	04/08/2018 a 03/08/2019	06/09/2019 a 05/09/2019

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé,

Em 09 de agosto de 2019

CRISÓGONO NOLETO E SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEBER MONFRÉ DOS SANTOS
Secretário de Administração e Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 – Centro – Telefax (44) 3440-1221 – CEP 87.670-000

DECRETO N.º 077/2019,
DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Decreta Luto Oficial e Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município.

CLEBER GERALDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Inajá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o falecimento de **JULIANA CRISTINA DA SILVA**, pessoa estimada e membro de família tradicional e pioneira deste Município,

D E C R E T A:

Art. 1.º - Luto Oficial e Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município a partir das 13h00m do dia de hoje, 09 de agosto de 2019, até o término das cerimônias de sepultamento.

Art. 2.º - Os serviços considerados essenciais não serão interrompidos, devendo estes ser prestados segundo a necessidade de cada caso.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ,
ESTADO DO PARANÁ.
GABINETE DO PREFEITO,
EM 09 DE AGOSTO DE 2019.

Cleber Geraldo da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 054/2019,
DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

CLEBER GERALDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Inajá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei, tendo em vista ATESTADO MÉDICO de 29/07/2019,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Conceder **LICENÇA À GESTANTE** de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo de remuneração, desde **29/07/2019**, à **ERICA VIDOTTO FARINHA NARANTI**, Funcionária Pública Municipal, exercendo o cargo de PROFESSOR, conforme Art. 1.º da Lei n.º 980/2017 de 31/05/2017.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INAJÁ,
ESTADO DO PARANÁ.
Em 01 de agosto de 2019.

Cleber Geraldo da Silva
PRÉFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. 75.270.970/0001-62

DECRETO Nº. 036/2019

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Uniflor, para o Exercício Financeiro de 2019, no valor de R$=35.141,00 (trinta e cinco mil cento e quarenta e um reais), com recursos oriundos de Cancelamento de Dotações Orçamentárias e Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores.

DATA: 06 de agosto de 2019.

ALAN ROGERIO PETENAZZI, Prefeito do município de Uniflor, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o estabelecido pela Lei Municipal nº. 1150 de 03 de dezembro de 2018.

D E C R E T A

Artigo 1º. Fica aberto no corrente exercício financeiro um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** por **CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,** no valor de R$=540,11 (quinhentos e quarenta reais e onze centavos), destinados a seguinte dotação orçamentária:

7	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	
7.002	DIVISAO DE EDUCAÇAO INFANTIL E PRE-ESCOLA	
12.365.0003.2.020	Manutenção da Educação Infantil	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
135	Apoio a Creches - Manutenção da Educação Infantil	540,11
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CANELAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA		**540,11**

Artigo 2º Para cobertura do **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** por **CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,** no valor de R$=540,11 (quinhentos e quarenta reais e onze centavos), será oriundos recursos do seguinte cancelamento de dotação orçamentária:

7	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	
7.002	DIVISAO DE EDUCAÇAO INFANTIL E PRE-ESCOLA	
12.365.0003.2.020	Manutenção da Educação Infantil	
3.3.50.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
135	Apoio a Creches - Manutenção da Educação Infantil	540,11
CANELAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA		**540,11**

Artigo 3º. Fica aberto no corrente exercício financeiro um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** por **SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** no valor de R$=34.600,89 (trinta e quatro mil seiscentos reais e oitenta e nove centavos), destinados a seguintes dotações orçamentárias:

7	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	
7.002	DIVISAO DE EDUCAÇAO INFANTIL E PRE-ESCOLA	
12.365.0003.2.020	Manutenção da Educação Infantil	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3135	Apoio a Creches - Manutenção Educação Infantil - Ex.Ant.	3.109,99
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
8.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2.036	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Ex Anteriores	25.490,90
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
8.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0004.2.036	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3518	Bloco de Investimentos - F:518 EX ANT	6.000,00
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO		**34.600,89**

Artigo 4º Para cobertura do **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** por **SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** no valor de R$=34.600,89 (trinta e quatro mil seiscentos reais e oitenta e nove centavos), será utilizado recursos oriundos de **SUPERÁVIT FINANCEIRO DE FONTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** verificados em 31 de dezembro de 2018:

3135	Apoio a Creches - Manutenção da Educação Infantil - Ex.Anteriores	3.109,99
3500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Ex Anteriores	25.490,90
3518	Bloco de Investimentos - F:518 EX ANT	6.000,00
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		**34.600,89**

Artigo 5º Fica incluído na **Programação Financeira** e no **Cronograma de Desembolso** para o Exercício Financeiro de 2019 os seguintes valores como segue:

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso:				
Meses 2019	**Fonte: 3135 Valor R$**	**Fonte: 3500 Valor R$**	**Fonte: 3518 Valor R$**	**TOTAL**
Agosto	622,00	5.098,18	1.200,00	6.920,18
Setembro	622,00	5.098,18	1.200,00	6.920,18
Outubro	622,00	5.098,18	1.200,00	6.920,18
Novembro	622,00	5.098,18	1.200,00	6.920,18
Dezembro	621,99	5.098,18	1.200,00	6.920,17
SOMA	3.109,99	25.490,90	6.000,00	34.600,89

Artigo 6º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uniflor, 06 de agosto de 2019.

ALAN ROGERIO PETENAZZI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO
CNPJ 76.970.375/0001-46

DECRETO Nº 29/2019

SÚMULA: Nomeia os membros do CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL de Santo Inácio – Gestão 2019 a 2021.

O Prefeito de Santo Inácio, Estado do Paraná, Sr. JÚNIOR MARCELINO DOS SANTOS, usando das atribuições legais que lhe são conferidas:

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados para o **CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL** de Santo Inácio, gestão 2019 a 2021 os seguintes membros:

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Titular: Adriana Cristina Augusto
Suplente: Terezinha Zeloí Souza Corrêa

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Titular: Lucilaine de Fátima Arroyo Antão
Suplente: Cibele Freitas Treze

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Titular: Neuraci Silva Santos
Suplente: Rute de Jesus Oliveira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER:
Titular: Hugo Luiz de Jesus
Suplente: Deyvidy Hernandes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Titular: Wilson Alves de Alcântara Júnior
Suplente: Taís Aparecida de Araújo

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO INÁCIO
Titular: Wiliani Adani Amorim Sgrinholi
Suplente: Silvia Cristina dos Santos

PASTORAL DA CRIANÇA
Titular: Elza Maciel Matos
Suplente: Sonia Oliveira Da Silva Marrafão

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO
Titular: Elena Otília Herman Micheli
Suplente: Maria Aparecida do Nascimento Gonçalves

TRABALHADORES DA ÁREA:
Titular: Celislaine Andrade Seleguin
Suplente: Douglas Fernando Araújo de Paula

REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS DO SUAS:
Titular: Maria Aparecida Vilela
Suplente: Joelma Cristina Dias

PRESIDENTE: Elza Maciel Matos

VICE-PRESIDENTE: Celislaine Andrade Seleguin

1ª SECRETÁRIA: Elena Otília Herman Micheli

2ª SECRETÁRIA: Wilson

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

DECRETO Nº 107/2019

SÚMULA: Designa os membros do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa** e dá outras providências.

O Senhor Manoel Rodrigo Amado, Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1 – Ficam designados os membros e seus respectivos suplentes, com a finalidade de assegurar a pessoa idosa a liberdade, o respeito, e a dignidade como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, criando condições para promover a sua integração e participação efetiva na sociedade, dentre tantas outras, abaixo relacionado:

REPRESENTANTES DO GOVERNO:	REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
REPRESENTANTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Titular: Terezinha Correa Maciel Barbosa Suplente: Natalha Roberta Volpato	**REPRESENTANTE DA APMI:** Titular: Laura de Azevedo Coutinho Suplente: Neide Sola Caruzo
REPRESENTANTE DA SAÚDE: Titular: Francielli Vila Verde Volpato Suplente: Erica Coneglian	**REPRESENTANTE DOS VICENTINOS:** Titular: Olímpio Vieira Filho Suplente : Gizelda Aparecida Marquezoni
REPRESENTANTE DO ESPORTE E LAZER: Titular: Gustavo Henrique Trevizan Suplente: Marcos Cleber Longo	**REPRESENTANTE DA API:** Titular: Vera Lucia Coutinho Pádua Suplente: Leonildo Rodrigues

Art. 2° Os membros designados do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Ourizona exercerão mandato de 02(dois) anos, sendo 2019/2021.

Art. 3° Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ourizona, Estado do paraná, aos 09 dias do mês de agosto de 2019.

Manoel Rodrigo Amado
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 114/2019

O Sr. Manoel Rodrigo Amado, Prefeito do Município de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e,
Considerando a solicitação realizada pela Comissão do Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE

Art. 1.º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a contar da data de 12/08/2019 o prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar, instaurado através da portaria nº 085/2019 de 11 de junho de 2019, conforme o Art. 4° do Decreto nº 71 de 28 de maio de 2019.
Art. 2.º. Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 09 DE AGOSTO DE 2019.

Manoel Rodrigo Amado
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

Decreto nº 72/2019 de 08/08/2019

Ementa: Abre Crédito Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1050/2018 de 21/11/2018.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 113.700,00 (cento e treze mil setecentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		CHEFIA DE GABINETE	
02.001.04.122.0003.2.002.		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
2 - 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.800,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
05.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
05.001.04.122.0003.2.007.		DIVISÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS	
53 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200,00
05.001.04.122.0003.2.008.		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
73 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	5.700,00
05.001.04.122.0003.2.012.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO	
112 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	2.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.001.12.361.0035.2.019.		PROGRAMA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
165 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
06.001.12.365.0035.2.021.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
192 - 4.4.90.52.00.00	31124	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0012.2.025.		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE	
214 - 3.1.91.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.000,00
216 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
221 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
229 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	2.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.001.08.243.0029.2.046.		CONSELHO DO MENOR ADOLESCENTE	
295 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.244.0029.2.044.		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS	
305 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
307 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
09.001.15.452.0007.2.055.		CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
366 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.500,00
09.001.15.452.0007.2.058.		MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	
416 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
419 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
09.003.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE SERVIÇOS	
09.003.15.452.0007.1.201.		POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
472 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
		Total Suplementação:	**113.700,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º d servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
05.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
05.001.04.122.0003.2.006.		DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
48 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	20.000,00
05.001.04.122.0003.2.011.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
101 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
05.001.04.122.0003.2.012.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO	
105 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
06.001.12.361.0035.2.019.		PROGRAMA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
162 - 3.3.90.30.00.00	01107	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0012.2.025.		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE	
208 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
08.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.244.0029.2.044.		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS	
312 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16.200,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
09.001.15.452.0007.2.059.		MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
434 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.001.15.452.0007.2.061.		MANUTENÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL	
451 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
		Total Redução:	**113.700,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAGUAJÉ , Estado em 08 de agosto de 2019.

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal 81 – CEP: 87160-000.
PABX/FAX (44)3245-8400 - CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br - e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br

DECRETO Nº 6997/2019

O Senhor **Gilmar Cadamuro**, Prefeito Municipal em Exercício de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado (a), no cargo de provimento em comissão, Procurador Jurídico, símbolo CC-1, o (a) Senhor (a) **NATHANIA VANSAN CAMILLO**

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 26 de julho de 2019.

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 7003/2019

Súmula: Dispõe sobre a composição da Comissão Organizadora da 12ª EXPOMANDAGUAÇU.

O Senhor **Gilmar Cadamuro**, Prefeito Municipal em Exercício de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Pelo presente Decreto fica constituída a **Comissão Organizadora da 12ª EXPOMANDAGUAÇU**, que será composta pelos membros abaixo nominados:

Presidente	Elton Aparecido Mendes da Silva – CPF 066.673.549-27
Vice-Presidente	Antonio Alessandro Tassi Mansano – CPF 007.563.199-78
Tesoureiro	Luiz Marcelo Alves dos Santos – CPF 536.186.709-82
Membros	Clodomar Scapim de Carvalho – CPF 632.744.009-63 Fábio Carniel – CPF 019.938.839-32 Leandro Godois de Almeida dos Santos – CPF 037.768.479-13

Art. 2º Pelo presente Decreto fica constituída a **Subcomissão Organizadora da 12ª EXPOMANDAGUAÇU**, que será composta pelos membros abaixo nominados:

Representante do Clube de Boiadeiro	Fabricio Carlos Fonseca – CPF 006.996.399-13
Representante do Clube de Boiadeiro	Ricardo Cizaurre Alves – CPF 056.855.149-48
Representante do Clube de Boiadeiro	Francisco Carlos da Silva- CPF 611.149.109-10
Representante do Clube de Boiadeiro	Diego Alcarria Ré – CPF 051.496.159-78

Art. 3º A Comissão organizadora ora instituída deverá prestar contas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do evento.

Art. 4º Fica revogado em especial o Decreto nº 6990/2019.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de agosto de 2019.

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 6094/2019

O Senhor **GILMAR CADAMURO**, Prefeito Municipal em Exercício de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

CONCEDER a Senhora **ISABELA MARQUES SAES** servidora municipal, ocupante do cargo de Enfermeira, **LICENÇA MATERNIDADE**, pelo prazo de 120 dias, a partir de 27 de julho de 2019, de conformidade contida no artigo 44 da Lei Municipal nº 1420/2004 (RPPS – Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Mandaguaçu).

Mandaguaçu, 08 de julho de 2019.

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 6095/ 2019

O Senhor GILMAR CADAMURO, Prefeito do Município de Mandaguaçu do Paraná, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a real necessidade do incremento da prestação de serviços extraordinários por parte de servidores lotados no Departamento de Viação, Obras e Urbanismo deste Município, haja vista as inúmeras atividades de adequação nos serviços afetos àquele Departamento, tais como limpeza pública, reparo e conservação de vias e logradouros públicos, e outras, que vêm se acumulando;

CONSIDERANDO que tais atividades, não raras vezes, exigem prestação de serviços em dias e horários fora na normal jornada de trabalhado dos servidores; e

CONSIDERANDO o permissivo constante nos Artigos 49, inciso III; 59, inciso V; 73 e 74, todos da 1621/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídos e/ou elevados os atuais percentuais de encargos extraordinários dos servidores abaixo relacionados, nos termos seguintes:

MATRÍCULA	NOME	DE	PARA	CARGO
201243	Adilson Beck	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais
201331	Agnaldo Carlos de Oliveira	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais
200917	Altair Palma	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais
200479	Altemir Santos Rodrigues	0%	10%	Auxiliar de Mecânico
201192	Aparecida Cordeiro Petri	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais
201339	Aparecido Pereira	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais
200717	Daniel Alves Nunes	35%	40%	Op. De Máquina Pesada
200448	Daniel José da Silva	30%	40%	Pedreiro
201182	Gabriel Antônio da Silva	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais
201164	Givaldo da Silva	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais
201810	João Carlos Gomes	30%	40%	Eletricista/Encanador
200656	João Soares da Silva	30%	40%	Pintor
201252	José Bispo da Silva	30%	35%	Tratorista
200979	José Carlos Diniz	30%	40%	Motorista
200514	José Marques da Silva	30%	40%	Motorista
201732	Leandro Aparecido Ostolin	30%	40%	Motorista
201251	Odair Cândido Brobowski	20%	40%	Pintor
201148	Odair Garcia	30%	40%	Pintor
200455	Pedro Luiz Cesar	30%	40%	Eletricista/Encanador
201294	Ricardo Aparecido de Souza	30%	40%	Ag. Serviços Operacionais
201024	Rinaldo Guerreiro	30%	40%	Motorista
201513	Rodolpho Berlato	30%	40%	Motorista
200806	Rozalina Cristina Lozano	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais
200557	Samoel José da Silva	30$	40%	Pedreiro
201802	Saymon Grossi de Souza	0%	10%	Motorista
201692	Sherman Grossi de Souza	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais
200718	Valdecir Castrucci	0%	10%	Ag.ServiçosOperacionais
200475	Valdenir Caires Luz	30%	40%	Op. Máquina Pesada
201259	Zélia Machado de Oliveira	0%	10%	Ag. Serviços Operacionais

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu (PR), 09 de agosto de 2019.

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal e.e.

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

Avenida Siqueira Campos, 83, Centro
Jardim Olinda – Paraná – CEP. 87.690-000
CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 – Fax: (044) 33111214

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2019
ID – CONTRATO Nº 1016/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 050/2019
CERTAME: DISPENSA Nº 23/2019
CONTRATO: 061/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
CONTRATADA: ORTONORTE ORTESE E PROTESE LTDA

DO OBJETO:
AQUISIÇÃO DE PROTESE DE JOELHO PARA PACIENTE DO MUNICÍPIO EM CARATER DE URGÊNCIA.

DO VALOR TOTAL; R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07.008.10.301.0026.2070.3.3.90.30.00.00 – 01000 – MATERIAL DE CONSUMO
07.008.10.301.0026.2074.3.3.90.30.00.00 – 01000 – MATERIAL DE CONSUMO
07.008.10.301.0026.2074.3.3.90.32.00.00 – 01000 – MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

DA VIGÊNCIA;
Vigência até 30 de setembro de 2019 contados a partir de 09 de agosto de 2019.
DO FORO;
Foro da Comarca de Paranacity – PR

Lucimar de Souza Morais
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2019

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2019

DATA: 09/08/2019 PROTOCOLO: 50 / 2019 PROCESSO: 50

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

CONTRATADO(A)
Fornecedor: ORTONORTE ORTESE E PROTESE LTDA
CNPJ: 11.888.892/0001-25 Insc. Estadual: 90518182-34
Endereço: NEO ALVES MARTINS, 485
Bairro: ZONA 3 Cidade: MARINGA - PR CEP: 87.050-110
Telefone:

OBJETO
AQUISIÇÃO DE PROTESE DE JOELHO PARA PACIENTE DO MUNICÍPIO EM CARATER DE URGÊNCIA.

JUSTIFICATIVA
Em atendimento ao Departamento de Saúde, onde solicitação abertura de procedimento para AQUISIÇÃO DE PROTESE DE JOELHO PARA PACIENTE DO MUNICÍPIO EM CARATER DE URGÊNCIA, e conforme Proposta Comercial apresentada pela empresa ORTONORTE ORTESE E PROTESE LTDA, este Setor de Licitações junto a Comissão de Licitação iniciou procedimento, onde foi realizado pesquisas de preços no Sistema Menor Preço Nota Paraná, no endereço compras.menorpreco.pr.gov.br, no Sistema Banco de Preços, onde foi possível constatar que a Proposta Comercial apresentada esta abaixo dos preços praticados no mercado conforme Certidão emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação. Em razão do prazo que o paciente irá realizar a cirurgia que é no dia 13 de agosto não havendo prazo para abertura de um procedimento licitatório e em razão do valor esta dentro dos limites legais iniciamos abertura de Dispensa de Licitação. uma vez que atende aos dispositivos l

DESPESA

Programática	Fonte	Descrição
07007103010007207633903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
07008103010026207433903000000	1303	MATERIAL DE CONSUMO
07008105010026207433903200000	1303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ITEM(S)

Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	24953	PROTESE DE JOELHO ANTIALERGICA IMPORTADA	UN	1.00	9,500.0000	9,500.00
						Total:	9,500.00

EMBASAMENTO LEGAL
Artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93 de 21 de junho de 1993, conforme parecer jurídico.

Lucimar de Souza Morais
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2019
ID – CONTRATO Nº 1015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 47/2019
CERTAME: INEXIGIBILIDADE 03/2019
CONTRATO: 60/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CONTRATADA: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE FERRAMENTA DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

DO VALOR TOTAL; R$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
03.002.04.122.0003.2036.3.3.90.39.00.00 – 01000 – SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

DA VIGÊNCIA;
Vigência até 08 de agosto de 2020 contados a partir de 08 de agosto de 2019.

DO FORO;
Foro da Comarca de Paranacity – PR

Lucimar de Souza Morais
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2019

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 3/2019

DATA: 19/07/2019 PROTOCOLO: 47 / 2019 PROCESSO: 47

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

CONTRATADO(A)
Fornecedor: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA
CNPJ: 07.797.967/0001-95 Insc. Estadual: 90547068-01
Endereço: LOURENÇO PINTO, 160
Bairro: CENTRO Cidade: Curitiba - PR CEP: 80.010-160
Telefone:

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE FERRAMENTA DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

JUSTIFICATIVA
A pesquisa de preços para que a Administração possa avaliar o custo da contratação constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de contratação, estando prevista em várias disposições legais e sua obrigatoriedade é reconhecida por diversas jurisprudências.
Essa fase da pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante vários endereços de pesquisas do objeto pretendido e em diversos sites da Administração Pública. A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos a administração pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição. Portanto, é necessario que esta Administração Municipal tenha acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação.

DESPESA

Programática	Fonte	Descrição
03002041220003203633903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

ITEM(S)

Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	22821	LICENÇA ANUAL BANCO DE PREÇOS	UN	1.00	8,300.0000	8,300.00
						Total:	8,300.00

EMBASAMENTO LEGAL
Artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93 de 21 de junho de 1993.

Lucimar de Souza Morais
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

Decreto nº 94/2019 de 07/08/2019

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1170/2019 de 06/08/2019.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 380.930,00 (trezentos e oitenta mil novecentos e trinta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÂNGULO	
07.003.10.301.0009.2.024.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	
155 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	380.930,00
		Total Suplementação:	**380.930,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.8.04.11.01.09000000	Fonte: 1001	380.930,00
	Total da Receita:	**380.930,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ângulo , Estado do Paraná, em 07 de agosto de 2019.

ROGERIO APARECIDO BERNARDO
Prefeito Municipal

SAMAE SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
Estado do Paraná
Exercício: 2019

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº1 Termo do contrato nº.18/2018, objetivando a Contratação de serviços mecânicos para conserto de motocicleta para o Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto - SAMAE do Município de Ângulo com fornecimento de peças por um período de 12 (doze) mêses.. decorrente de Dispensa nº 10/2018, que entre si celebram SAMAE SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO e a LARISSA ALVES MARINHO - 087.894.789-24 inscrita no CNPJ sob nº. 23.741.935/0001-24. aditivam o contrato com término 30/12/2019 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

ANGULO 19 de junho de 2019.

JOSE CARLOS BORGES
DIRETOR DO SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 – Centro – Telefax (44) 3440-1221 – CEP 87.670-000

EDITAL N.º 012/2019
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

O Prefeito do Municipio de Inajá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***CONVOCA*** a candidata abaixo relacionada, aprovada no **Processo Seletivo Simplificado – PSS aberto pelo Edital n.º 001/2019**, a comparecer na **Prefeitura Municipal de Inajá - Divisão de Recursos Humanos**, no dia **12 de agosto de 2019**, das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, a fim de submeter-se a processo admissional, munida de cópia dos seguintes documentos:

1) Comprovação do nível de escolaridade exigida;
2) Comprovação dos títulos;
3) Declaração de não acumulação remunerada de cargo público, excetuando-se os casos estabelecidos no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, bem como funções ou empregos, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público, na forma do disposto no art. 37, inciso XVII, da Constituição Federal;
4) Atestado Médico, atestando-o apto física e mentalmente para a função;
5) CPF em situação regular junto à Receita Federal;
6) Título de Eleitor com comprovante de votação;
7) Certidão de Casamento ou Nascimento;
8) Cédula de Identidade; e
9) Inscrição PIS/PASEP (se houver).

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Magda da Silva	Professor	14.ª Classificada

O não comparecimento no período estipulado implicará na desclassificação da candidata.

Inajá, 09 de agosto de 2019.

Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal

Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

DECRETO Nº 702/2019

Nomeia cargo de Provimento efetivo e dá outras providências.

MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS E NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2013.

D E C R E T A:

Art.1º- Ficam nomeados e enquadrados os candidatos aprovados em Concurso Público Municipal, realizado em 01.07.2018, para cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Executivo Municipal de Colorado, de acordo com o Decreto de homologação nº 451/2018.

CARGO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

Nome	Nomeação	Nível	C.Horária
- Juliana Moreira da Costa	01.08.2019	15	40 horas

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogadas as disposições em contrário.

Colorado, 05 de agosto de 2019.

MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO
Prefeito

DECRETO Nº 687/2019

Exonerar o servidor comissionado, e dá outras providências.

MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

D E C R E T A:

Art.1º)- Exonerar a pedido- **GABIEL MAREGA,** Portador do RG nº 13.313.166-3-Pr., e CPF nº 109.357.859-90, com o cargo de Provimento em Comissão, como Assessor VI, Símbolo CC-6, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito a partir do dia primeiro do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

Art. 2º)- Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

Art. 3º)- Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 634/2019 de 23.04.2019.

Colorado, 11 de julho de 2019.

MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORAÍ
ESTADO DO PARANÁ
RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, Nº177, CENTRO, CEP 87.185-000, FLORAÍ - PR | CNPJ: 00.868.608/0001-32

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE FLORAI

DISPENSA DE LICITAÇÃO

CNPJ: 00.868.608/0001-32
RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 177
C.E.P.: 87185-000 - Floraí - PR

Compra Direta Nr.: 8/2019
Data da Compra: 08/08/2019

Folha 1/2

Fornecedor: MOVEIS FLORAI LTDA — Código: 10
Endereço: AV FAGION, 45
Cidade: FLORAI - PR
CNPJ: 05.850.123/0001-35 — Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE UMA COZINHA PLANEJADA, 01 MICROONDAS, 01 FOGÃO, 1 PIA GRANITO E 02 BANQUETAS.

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	1.000	UNI	COZINHA PLANEJADA 100% MDF	3.400,00	3.400,00
2	1.000	UNI	MICROONDAS 31 L	550,00	550,00
3	1.000	UNI	FOGÃO 4 AUTOMATICO	590,00	590,00
4	1.000	UNI	PIA GRANITO	600,00	600,00
5	2.000	UNI	BANQUETA ESTOFADA TUBULAR	60,00	120,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez:

Floraí, 8 de Agosto de 2019

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE FLORAI

DISPENSA DE LICITAÇÃO

CNPJ: 00.868.608/0001-32
RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 177
C.E.P.: 87185-000 - Floraí - PR

Compra Direta Nr.: 8/2019
Data da Compra: 08/08/2019

Folha 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Floraí, 8 de Agosto de 2019

Valor da Despesa: 5.260,00 (cinco mil duzentos e sessenta reais)

Pagamento.....: 30 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGULO
Estado do Paraná
** Elotech **
07/08/2019
Pág. 1/1

Exercício: 2019

Decreto nº 93/2019 de 07/08/2019

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1169/2019 de 06/08/2019.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 66.895,03 (sessenta e seis mil oitocentos e noventa e cinco reais e três centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
11.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	
11.003.15.452.0008.2.056.		MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	
589 - 3.3.90.30.00.00	33755	MATERIAL DE CONSUMO	8.456,68
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
12.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
12.001.04.122.0002.2.062.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
590 - 3.3.90.30.00.00	33754	MATERIAL DE CONSUMO	4.266,20
591 - 3.3.90.39.00.00	33754	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	54.172,15
		Total Suplementação:	**66.895,03**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ângulo , Estado do Paraná, em 07 de agosto de 2019.

ROGERIO APARECIDO BERNARDO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 – Centro – Telefax (44) 3440-1221 – CEP 87.670-000

ERRATA I
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

Referente ao processo citado acima, o presente tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais com fornecimento de cópias e impressões monocromáticas e impressoras com o fornecimento de impressões coloridas, para fornecimento aos Departamentos e Divisões pertencentes a esta administração, além de Setores com prestação de serviço público administrado por esta.

A alteração que diz respeito é perante ao valor total citado no primeiro item, devido a um erro de cálculo, e ao acréscimo de número de impressões mensais, para o item 2, referente a locação de máquinas com impressões coloridas:

ONDE SE LÊ: **valor de R$2.100,00 (Dois mil e cem reais) mensais, referentes a locação de 11 (onze) máquinas com impressões monocromáticas;**

LEIA-SE: **valor de R$1.540,00 (Hum mil, quinhentos e quarenta reais) mensais; e**

ONDE SE LÊ: **Item 02 – Locação de impressoras com fornecimento ilimitado de impressões mensais;**

LEIA-SE: **Item 02 – Locação de impressoras com fornecimento mensal de 1.000 (mil) cópias.**

Por motivo de nova publicação em Diário Oficial de nosso município, e alteração na proposta do presente processo, nova data para abertura fica estipulada:

Dia 23 de agosto do corrente ano, com horário limite para entrega de envelopes para às 15h e posterior abertura do certame para às 15h30min.

Não havendo expediente no dia previsto, fica para o próximo dia útil, mantidos os horários para protocolo e abertura.

Demais especificações contidas em Edital, permanecem inalteradas.

Em 08 de agosto de 2019.

RENATO RAFAEL DIOGO DO VALLE
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL
Renato Do Valle
Divisão de Licitação e Compras
Prefeitura Municipal de Inajá - PR

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 Caixa Postal 81
PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08 - E-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br

RELATORIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA
SEGUNDO BIMESTRE 2019 – MARÇO/ABRIL
(Art. 18 da Instrução Normativa nº 36/2009-TCE)

REPUBLICAÇÃO

		Prev. Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre
4.0.0.0	**RECEITAS**			
4.1.0.0	**RECEITAS CORRENTES**			
4.1.1.0	Receita Tributária	12.658.520,00	1.634.057,93	2.898.100,47
4.1.2.0	Receitas de Contribuições	4.770.000,00	720.726,48	1.196.208,34
4.1.3.0	Receita Patrimonial	3.572.200,00	500.400,51	1.031.018,16
4.1.6.0	Receita de Serviços	74.200,00	219.935,00	223.593,50
4.1.7.0	Transferências Correntes	53.844.820,00	7.349.607,70	16.240.863,35
4.1.9.0	Outras Receitas Correntes	106.000,00	411.664,53	927.158,19
	Total das RECEITAS CORRENT	**75.025.740,00**	**10.836.392,15**	**22.516.942,01**

		Prev. Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre
4.2.0.0	**RECEITAS DE CAPITAL**			
4.2.1.0	Operações de Crédito	530.000,00	945.623,19	945.623,19
4.2.2.0	Alienação de Bens	296.800,00	105.982,43	124.607,31
4.7.2.0	Receitas de Contribuições	6.974.800,00	541.494,13	1.062.981,29
	Amortização de Empréstimo:	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
	Destinadas à Criança e Adole	0,00	0,00	0,00
	Total das RECEITAS DE CAPIT/	**7.801.600,00**	**1.593.099,75**	**2.133.211,79**
	TOTAL GERAL DAS RECEITAS	**82.827.340,00**	**12.429.491,90**	**24.650.153,80**

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PROJETO/ATIVIDADE POR ÓRGÃOS		Dotação Atualizada	Empenhada no Bimestre	Empenhada até o Bimestre
07-	Departamento de Ação Social			
07.04-	Divisão da Família			
07.04.08.363.0009.2.031	Manut. Centros Municipais de apoio pedagógico	124.180,00	0,00	2.348,66
07.06-	Fundo Mun dos Direitos da Criança e Adolescente			
07.06.08.243.0009.6.026	Manutenção do Fundo M. dos Direitos da Criança e do	15.900,00	0,00	0,00
07.06.08.243.0009.6.057	Manter o Conselho Tutelar da Criança e Adolescente	165.820,00	24.307,60	56.096,86
07.06.08.243.0009.6.124	Formular e executar políticas	156.960,00	22.500,00	22.500,00
07.06.08.243.0009.6.126	Estabelecer termos de coope	21.200,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	**484.060,00**	**46.807,60**	**80.945,52**
	Despesa/Receita Tributária	**3,82%**	**2,86%**	**2,79%**

Edarson Pena Pereira da Silva
Contador - CRC/PR 063897-0-7
CPF 864.862.579-72

Gilmar Cadamuro
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO
Fone/Fax: (44) 3256.1133
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 94/2019

1- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2019
2- PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019
3- CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ângulo
4- Objeto do Contrato:
Prestação de serviços de professores de educação física, devidamente certificados pelo Conselho Regional de Educação Física (CREF), nas dependências esportivas do Município de Ângulo.
5- Fornecedor: MARCEL TUCCI – ME. - CNPJ: 33.773.846/0001-13
Valor: R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais).
6- Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses.
9- FORMA DE PAGAMENTO: Em 12 parcelas mensais de R$ 2.800,00.
10- Recursos: Próprios do orçamento municipal.
Edifício da Prefeitura Municipal de Ângulo, em 22 de julho de 2019.

Rogério Aparecido Bernardo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGULO
Estado do Paraná
Exercício: 2019

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº 3 do contrato nº. 89/2017, objetivando a Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de saúde, para até 80 kg/mês, incluindo elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos, projetos e licenciamentos ambientais, treinamentos e assessorias ambientais no Município de Ângulo, decorrente de Pregão nº 25/2017, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGULO e a SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. inscrita no CNPJ sob nº. 03.392.348/0001-60, aditivam o contrato com término 20/07/2020. As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Ângulo 08 de Julho de 2019.

ROGÉRIO APARECIDO BERNARDO
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2019

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº2 Termo do contrato nº. 46/2018, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADO DE JARDINAGEM NOS PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.. Decorrente de Pregão nº 18/2018, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a OTAVIANO DE LIMA PEREIRA inscrita no CNPJ sob nº. 18.292.184/0001-76. Aditiva o contrato na importância de R$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Jardim Olinda 08 de agosto de 2019.

Luciméri de Souza Morais
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2019

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº1 Termo do contrato nº. 46/2018, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADO DE JARDINAGEM NOS PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.. Decorrente de Pregão nº 18/2018, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a OTAVIANO DE LIMA PEREIRA inscrita no CNPJ sob nº. 18.292.184/0001-76. Aditiva o contrato com término 08/08/2020 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Jardim Olinda 08 de agosto de 2019.

Luciméri de Souza Morais
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO
Fone/Fax: (44) 3256.1133
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATOS Nº 99 e 100/2019

1- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2019
2- PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019
3- CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ângulo
4- Objeto do Contrato:
Aquisição de uma Motobomba submersa e um Painel de Controle para instalação em poço artesiano tubular profundo para o sistema de abastecimento de água potável do Município de Ângulo, com recursos do Governo Estadual, através do Instituto das Águas do Paraná, Convênio nº 053/2019.
5 - FORNECEDOR 01: GEO BOMBAS COMERCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.
CNPJ: 20.040.476/0001-63
Valor Total do Fornecedor: 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais).
6 - FORNECEDOR 02: PERFUTEC PERFURAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. ME
CNPJ: 13.779.101/0001-54
Valor Total do Fornecedor: 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).
7- Prazo de vigência do contrato: 150 (cento e cinquenta) dias.
8- FORMA DE PAGAMENTO: Parcela única, á vista.
9- Recursos: Governo Estadual do Paraná – Instituto Águas do Paraná e contrapartida do Município de Ângulo.
Edifício da Prefeitura Municipal de Ângulo, em 06 de Agosto de 2019.

Rogério Aparecido Bernardo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO
Fone/Fax: (44) 3256.1133
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 98/2019

1- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2019
2- PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2019
3- CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ângulo
4- Objeto do Contrato:
Fornecimento de um Reservatório Metálico Tubular fundo apoiado, com capacidade mínima para 250.000 litros em aço carbono para armazenamento de água potável, com entrega no Município de Ângulo.
5- Empresa Contratada: METALÚRGICA CARMAR - EIRELI. CNPJ: 07.413.622/0001-90.
6- VALOR DO CONTRATO: R$ 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais).
7- Prazo de vigência do contrato: 150 (cento e cinquenta) dias.
8- FORMA DE PAGAMENTO: Parcela única, á vista.
9- Recursos: Governo Estadual do Paraná – Instituto Águas do Paraná e contrapartida do Município de Ângulo.
Edifício da Prefeitura Municipal de Ângulo, em 01 de Agosto de 2019.

Rogério Aparecido Bernardo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO
Fone/Fax: (44) 3256.1133
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ORIGEM:	**Dispensa de Licitação nº 71/2019**
CONTRATANTE:	**Prefeitura Municipal de Ângulo**
CONTRATADA:	**SOLOGEOTECNICA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. CNPJ: 12.013.093/0001-78**
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM DE SOLO, COMPREENDENDO, CROQUI INDICANDO FUROS, NO ÍNIMO A CADA 200 METROS E NOS PONTOS CRÍTICOS, CLASSIFICAÇÃO DO SOLO DAS CAMADAS EXISTENTES E DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DA ÁGUA., LAUDO DO ÍNDICE DE SUPORTE DO SUB-LEITO, NO CASO DE PAVIMENTOS RÍGIDOS E FLEXÍVEIS (ASFÁLTICOS), CONFORME ORÇAMENTO EM ANEXO.
VALOR:	**R$ 5.000,00 (Cinco mil reais).**
BASE LEGAL:	**Art. 24, II, Lei nº 8.666/93**

Ângulo, 31 de Julho de 2019.

Rogério Aparecido Bernardo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 – Centro – Telefax (44) 3440-1221 – CEP 87.670-000

EXTRATO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DESTE MUNICÍPIO, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE SE ENCONTRA ABERTA A PARTIR DA SUA PUBLICAÇÃO, O **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 – MENOR PREÇO GLOBAL**, O QUAL TEM A SEGUINTE FINALIDADE:

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a seleção de Proposta visando **Contratação de empresa para prestação serviços "in loco" de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional especializados nas áreas de Recursos Humanos, Licitações, Tributação, Contabilidade, Convênios, Saúde e Controle Interno, apoio no acompanhamento de pendências junto aos Trinais de Contas do Estado e da União e orientação na adoção de medidas de gestão administrativa com carga horária de 8 (oito) horas semanais presenciais e a distancia de forma ilimitada, por um período de 12 (doze) meses no Município de Inajá, Estado do Paraná**, conforme especificações constantes no anexo I.

ENTREGA DE ENVELOPES: OS ENVELOPES DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO, DEVIDAMENTE PREENCHIDOS, DEVERÃO SER ENTREGUES ATÉ ÀS 09:30 HORAS DO DIA 29 DE AGOSTO DO CORRENTE ANO, NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS, NO ENDEREÇO CITADO ACIMA.

ABERTURA A ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS REFERENTES AO PRESENTE CERTAME, SERÁ REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2019, LOGO APÓS A ENTREGA DOS ENVELOPES (09h30min), NA DIVISÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS DESTE MUNICÍPIO, PODENDO OCORRER ALTERAÇÃO COM AVISO PRÉVIO AOS LICITANTES.

Qualquer informação referente ao presente processo, poderá ser obtida na sede desta Prefeitura Municipal, através do telefone (44) 3440-1221 ou por e-mail: licitacao.pminaja@hotmail.com.

O edital poderá ser retirado pelo sítio eletrônico municipal, juntamente com sua proposta eletrônica, através do endereço: www.inaja.pr.gov.br / Aba Licitações.

Em 09 de agosto de 2019.

- PREFEITO MUNICIPAL -
CLEBER GERALDO DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. 78.279.975/0001-62

DECRETO Nº 37/2019

DATA: 07 de agosto de 2019.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública, para fins de instituição da Servidão Administrativa, amigável ou judicial, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, as áreas de terras especificadas no art. 1º, deste Decreto, e dá outras providências.

O SENHOR ALAN ROGÉRIO PETENAZZI, PREFEITO MUNICIPAL DE UNIFLOR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDA PELO INCISO V, DO ARTIGO 72 E TENDO VISTA O CONTIDO NA ALÍNEA "a", DO INCISO I, DO ARTIGO 92, AMBOS DA LEI ORGÂNICA DESTE MUNICIPIO

DECRETA

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de Servidão Administrativa, amigável ou judicial, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, as áreas de terras abaixo descritas, destinadas à instalação da Faixa de Servidão Administrativa de Passagem do Emissário de Lançamento Final, empreendimento de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário–SES de Uniflor, bem como as benfeitorias que possam sobre as mesmas existirem, com fulcro nos artigos 2º, 5º, "e" e "h", e 6º, do Decreto – Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956:

Área de 240,00 m² - Faixa de Servidão Administrativa de Passagem do Emissário de Lançamento Final, empreendimento de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES de Uniflor.

Proprietário: João Alberto Pereira Delgado ou a quem de direito pertencer.

Situação: Lote de terras sob nº 186 e 227–REM., com a área de 1.182.711,06 m², da Gleba Santa Cruz, situado no Município de Uniflor, Estado do Paraná, imóvel objeto da Matrícula nº 26.387, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança – Estado do Paraná, com a seguinte **DESCRIÇÃO:**

Partindo-se da **estação 0=PP**, localizado na divisa com a Área da ETE e, distante de 150,00 metros da divisa com o Lote nº 187, seguiu-se em área do Lote de Terras sob nº 186 e 227-Rem, no rumo NO-07°48'12", medindo-se uma distância de 40,00 metros até o **marco M-01**, localizado na divisa com o Lote de Terras sob nº 185-A e, distante de 122,15 metros do Ribeirão Fundo.

Obs: Os rumos referem-se ao norte magnético e definem o eixo de uma faixa com 6,00 metros de largura, localizada integralmente no Lote de Terras sob nº 186 e 227-Rem.

Área de 666,00 m² - Faixa de Servidão Administrativa de Passagem do Emissário de Lançamento Final, empreendimento de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES de Uniflor.

Proprietário: Marcos Pereira Delgado ou a quem de direito pertencer.

Situação: Lote de terras sob nº 185–A, com a área de 229.900,00 m², da Gleba Santa Cruz, situado no Município de Uniflor, Estado do Paraná, imóvel objeto da matrícula nº 18.756, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança – Estado do Paraná, com a seguinte **DESCRIÇÃO:**

Partindo-se do **marco M-01**, localizado na divisa com o Lote de Terras sob nº 186 e 277-Rem e, distante de 122,15 metros da divisa com o Ribeirão Fundo, seguiu-se em área do Lote de Terras sob nº 185-A, no rumo NO-07°48'12", medindo-se uma distância de 15,00 metros até o **marco M-02; do marco M-02**, seguiu-se em área do mesmo Lote, no rumo NO-68°50'12", medindo-se uma distância de 96,00 metros até o **marco M-03**, localizado na divisa com o Ribeirão Fundo.

Obs: Os rumos referem-se ao norte magnético e definem o eixo de uma faixa com 6,00 metros de largura, localizada integralmente no Lote de Terras sob nº 185-A.

Art. 2º- Fica autorizada, a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a promover todos os atos, judiciais ou extrajudiciais, necessários para a efetivação da instituição de Servidão Administrativa, nas áreas descritas no art. 1º, deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 3º- Fica reconhecida, a conveniência da constituição de Servidão Administrativa, em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para os fins indicados, ficando-lhe assegurado o direito atribuído à Empresa de praticar todos os atos de reconhecimento e medição das áreas em questão.

Art. 4º- Os proprietários, das áreas atingidas pelo ônus de Servidão Administrativa, limitarão, o uso e gozo das mesmas, ao que for compatível com a existência de Servidão Administrativa, abstendo-se, conseqüentemente, da prática, dentro das referidas áreas, de quaisquer atos que causem danos às mesmas, incluídos, entre eles, os de erguer construções, fazer plantações de grande porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 5º- A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o art. 15, do Decreto–Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 6º- O ônus, decorrente da constituição de Servidão Administrativa, das áreas, a que se refere o art. 1º, deste Decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Art. 7º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Uniflor–PR,07 de agosto de 2019.

ALAN ROGÉRIO PETENAZZI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 – Centro – Telefax (44) 3440-1221 – CEP 87.670-000

EXTRATO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DESTE MUNICÍPIO, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE SE ENCONTRA ABERTA A PARTIR DA SUA PUBLICAÇÃO, O **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 -REGISTRO DE PREÇOS - MENOR PREÇO POR ITEM**, O QUAL TEM A SEGUINTE FINALIDADE:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para seleção da proposta mais vantajosa para aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, descritos e especificados no Anexo I deste instrumento convocatório.

ENTREGA DE ENVELOPES: OS ENVELOPES DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO, DEVIDAMENTE PREENCHIDOS, DEVERÃO SER ENTREGUES ATÉ ÀS 13:30 HORAS DO DIA 29 DE AGOSTO DO CORRENTE ANO, NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS, NO ENDEREÇO CITADO ACIMA.

ABERTURA A ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS REFERENTES AO PRESENTE CERTAME, SERÁ REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS, NA DIVISÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS DESTE MUNICÍPIO, PODENDO OCORRER ALTERAÇÃO COM AVISO PRÉVIO AOS LICITANTES.

Qualquer informação referente ao presente processo, poderá ser obtida na sede desta Prefeitura Municipal, através do telefone (44) 3440-1221 ou por e-mail: licitacao.pminaja@hotmail.com.

O edital poderá ser retirado pelo sítio eletrônico municipal, juntamente com sua proposta eletrônica, através do endereço: www.inaja.pr.gov.br / Aba Licitações.

Em 09 de agosto de 2019.

- PREFEITO MUNICIPAL -
CLEBER GERALDO DA SILVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 DE AGOSTO DE 2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, endereço à Av. Antonio Veiga Martins Nº 80/82, Centro, inscrita sob o C.N.P.J. Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - **PREFEITO MUNICIPAL,** casado, portador do RG nº 7.580.647-7 – SSP/PR e, C.P.F. nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA. Nº 367, CENTRO - Inajá - Estado do Paraná;

CONTRATADO: CAFÉ SOCIETY LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 12.740.348/0001-02, situada na AVENIDA SÃO PAULO, 172, ZONA 01 – CEP 87.013-040- MARINGÁ- PR, neste ato, representada pelo Sr. CHRISTOFER LEONAN PANICIO – SÓCIO- PROPRIETÁRIO, portador da Cédula de Identidade RG Nº 8.572.220-4 SSP/PR e CPF Nº 057.789.769-17, afirmam:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDA SHOW PARA REALIZAR SHOW ARTISTICO EM PRAÇA PUBLICA NO DIA 01/09/2019, EVENTO PARA COMEMORAÇÃO DO II FESTIVAL DE FANFARRAS E BANDAS DE INAJÁ - PR.

VALOR: R$ 8.500,00 (OITO MIL E QUINHENTOS REAIS).

PRAZO DE FORNECIMENTO: DIA 01/09/2019.

FORO: Comarca de Paranacity, Estado do PARANÁ.

INAJÁ, 07 DE AGOSTO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA
CLEBER GERALDO DA SILVA

CHRISTOFER LEONAN PANICIO
PROPRIETÁRIO

SANEPAR — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

SRI – 37.194

MEMORIAL DESCRITIVO

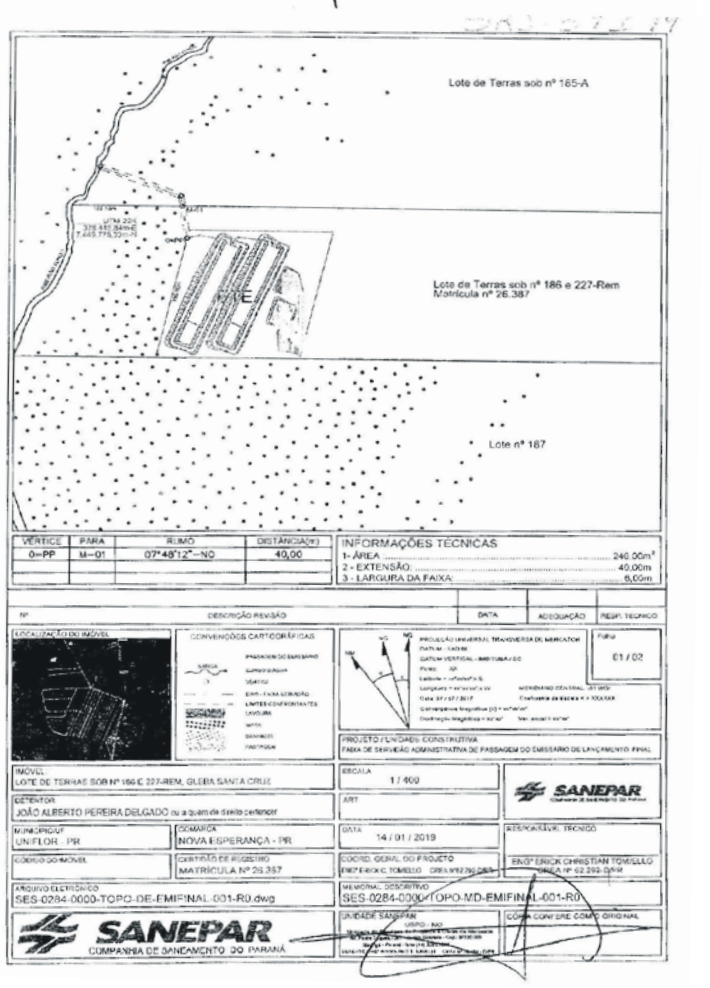
CODIFICAÇÃO: **SES-0284-0000-TOPO-MD-EMIFINAL-001-R0**
OBJETO: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO EMISSÁRIO DE LANÇAMENTO FINAL**
IMÓVEL: **LOTE DE TERRAS SOB Nº 186 E 227-REM**
GLEBA: **SANTA CRUZ**
MUNICÍPIO: **UNIFLOR-PR**
MATRÍCULA: **Nº 26.387 – DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - COMARCA DE NOVA ESPERANÇA-PR**
PROPRIETÁRIO: **JOÃO ALBERTO PEREIRA DELGADO OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
ÁREA: **240,00-M²** - EXTENSÃO: **40,00-M** - LARGURA DA FAIXA: **6,00M**
COORDENADA DE LOCALIZAÇÃO: **COORDENADA UTM-22K, 378.448,84m-E e 7.449.775,33m-N**

DESCRIÇÃO: Partindo-se da **estação 0=PP**, localizado na divisa com a Área da ETE e, distante de 150,00 metros da divisa com o Lote nº 187, seguiu-se em área do Lote de Terras sob nº 186 e 227-Rem, no rumo NO-07°48'12", medindo-se uma distância de 40,00 metros até o **marco M-01**, localizado na divisa com o Lote de Terras sob nº 185-A e, distante de 122,15 metros do Ribeirão Fundo.

Obs: Os rumos referem-se ao norte magnético e definem o eixo de uma faixa com 6,00 metros de largura, localizada integralmente no Lote de Terras sob nº 186 e 227-Rem.

Maringá-PR, 14 de Janeiro de 2019.

Responsável Técnico
Erick Christian Tomiello
CREA Nº 62.292/D-PR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Paraná - Comarca de Nova Esperança
REGISTRO DE IMÓVEIS
EDSON LUIZ DUARTE DIAS
Oficial
Livro 2 - REGISTRO GERAL
Matrícula Nº 26.387 Data: 25 de Maio de 2016 Ficha 01

Imóvel: Lote de terras sob nº 186 e 227-REM, com a área de 1.182.711,06 metros quadrados, iguais a 118,271106 hectares, da Gleba Santa Cruz, o primeiro situado no município de Uniflor-PR, e o segundo neste município de Nova Esperança-PR, ambos deste Foro Regional de Nova Esperança-RR, Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: "Principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na margem esquerda do Ribeirão Fundo, segue confrontando com o lote nº 302 no rumo Oeste cerca de 2.305,00m até um marco colocado na beira de uma estrada que vai para Maringá; daí mede-se pela dita Estrada, rumo a Maringá 502,20m aproximadamente até um marco semelhante aos outros; deste ponto segue confrontando com o lote nº 226-A no rumo Este cerca de 1.915m, até um marco fincado no Ribeirão Fundo e atravessando este, segue no mesmo rumo em confrontação com o lote nº 187 com 199,00m; parte então confrontando com o lote nº 186 e 227-A no rumo SO 12°54'58" NE com 164,90m até o marco fincado no lote; partindo deste confrontando com o mesmo lote no rumo NO 89°34'34" SE com 170,00m até o próximo marco, deste ponto segue confrontando com o mesmo lote no rumo NE12°59'39"SO com 164,34m até o marco fincado na divisa do Lote nº 186 e 227-Rem e Lote nº 187. Segue no rumo Este confrontando com o Lote nº 187 com 806,11m até um marco cravado no Espigão, segue acompanhando o dito espigão no rumo NO 26°07' por 207,00m até um marco igual aos outros, deste ponto segue confrontando com o lote nº 185-A no rumo Oeste cerca de 972,00 m até um marco fincado na margem direita do Ribeirão Fundo e, finalmente, descendo por este, segue até encontrar um marco na margem esquerda, ponto de partida desta descrição. Perfazendo um perímetro de 7.405,45 m, com área total de atingimento de 1.182.711,06m². Todos os rumos e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM, cadastrado no INCRA sob nº 716.138.002.739-8, conforme CCIR 2010/2011/2012/2013/2014, com os seguintes dados: Denominação do imóvel rural: Fazenda Jalao Lote 186 227 - Área total (ha): 121,0000 - Classificação fundiária: Média Propriedade - Data da última atualização: 08/11/2002 - Indicações para localização do imóvel rural: Estrada Funda Gl. Santa Cruz - Município sede do imóvel rural: Nova Esperança - UF: PR - Módulo rural do imóvel (ha): 27,5779 - Nº módulos rurais: 4,17 - Módulo fiscal do município (ha): 20,0000 - Nº módulos fiscais: 6,0500 - FMP (ha): 3,0000 - Área do imóvel rural registrada (ha): 121,0000 - Posse a justo título (ha): 0,0000 - Posse por simples ocupação (ha): 0,0000 - Nome do Titular do imóvel (declarante): Domingos Nazare Delgado - CPF/CNPJ: 126.515.599-20 - Nacionalidade: Brasileira - % de detenção do imóvel: 100,00 - Total de condôminos deste imóvel: 0 - Número do imóvel na Receita Federal: 0.375.802-8."-

Continua no verso

Verso da Ficha Nº 01

Proprietário: JOÃO ALBERTO PEREIRA DELGADO e sua mulher ROSANGELA ANDREO DELGADO, brasileiros, casados sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, em 14/05/2011, ele comerciante, inscrito no CPF nº 631.370.039-20, RG nº 3.157.162-6-SSP/PR, ela administradora de empresas, inscrita no CPF nº 032.799.459-25, RG nº 7.798.662-6-SSP/PR, residentes e domiciliados na Praça Souza Naves, 79, na cidade de Alto Paraná-PR.-

Registro Anterior: Registro nº R-1/18.757, deste Ofício.-

Dou fé. (Adliz Emilia Cancian Lopes) = Escrevente.-

AV - 1/26.387 = Sobre o imóvel retro descrito acha-se instituído o USUFRUTO vitalício, em favor de LAURINDA NUNES PEREIRA, conforme registro nº R-2/18.757, deste Ofício. Dou fé. Nova Esperança, 25 de maio de 2.016. (Adliz Emilia Cancian Lopes).= Escrevente.-

R - 2/26.387 = Prot. 99.930 em 25/05/2016 = **SERVIDÃO ADMINISTRATIVA** - Outorgantes: Nos proprietários: **JOÃO ALBERTO PEREIRA DELGADO** e sua mulher **ROSANGELA ANDREO DELGADO**, brasileiros, casados sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, em 14/05/2011, ele comerciante, inscrito no CPF nº 631.370.039-20, RG nº 3.157.162-6-SSP/PR, ela administradora de empresas, inscrita no CPF nº 032.799.459-25, RG nº 7.798.662-6-SSP/PR, residentes e domiciliados na Praça Souza Naves, 79, na cidade de Alto Paraná-PR; Usufrutuária: **LAURINDA NUNES PEREIRA**, brasileira, viúva, comerciante, inscrita no CPF nº 738.072.819-91, RG nº 667.631-6-SSP/PR, residente e domiciliada na Praça Souza Naves, nº 79, na cidade de Alto Paraná-PR; Outorgada: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR**, sociedade de economia mista Estadual, com sede na Rua Engenheiros Rebouças, nº 1376, Rebouças, em Curitiba-PR, inscrita no CNPJ sob nº. 76.484.013/0001-45, neste ato, devidamente representada por seu procurador, José Antônio de Oliveira Nobile, brasileiro, casado, técnico em transações imobiliárias, inscrito no CPF nº 598.533.019-20, RG nº 3.188.742-9-SSPPR, residente e domiciliado na Rua Engenheiros Rebouças, nº 1376, Rebouças, em Curitiba-PR.- Título: Escritura Pública de Instituição de Servidão Administrativa de Acesso e Passagem de Energia Elétrica, lavrada aos 25 de maio de 2016, no Serviço Notarial e Protesto de Títulos, desta cidade e Foro Regional de Nova Esperança-PR, Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR (Livro nº 0241-E - Fls. nº 141/142).- Área Atingida: Os outorgantes, instituem a Servidão Onerosa, sobre parte dos lotes acima, para Área de Servidão Administrativa de Acesso a Estação de Tratamento de Esgoto e Passagem de Energia Elétrica, nos termos do Decreto Municipal nº 66/2015 de 23 de setembro de 2015, ficando a servidão com as seguintes características: IMÓVEL: LOTE 186 E 227-REM - GLEBA SANTA CRUZ - MUNICÍPIO: UNIFLOR-PR - PROPRIETÁRIO: JOÃO ALBERTO PEREIRA DELGADO - LARGURA: 8,00 METROS - ÁREA DE ATINGIMENTO: 6.423,86 METROS QUADRADOS - DESCRIÇÃO: Principiando no marco fincado na divisa do Lote nº 186 e 227-Rem e Lote nº 187. Segue no

Continua na ficha 02

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Paraná - Comarca de Nova Esperança
REGISTRO DE IMÓVEIS
EDSON LUIZ DUARTE DIAS
Oficial
Livro 2 - REGISTRO GERAL
Matrícula Nº 26.387 Data: 25 de Maio de 2016 Ficha 02

rumo SO 89°45' NE confrontando com o Lote nº 187 com 806,11m até um marco cravado no Espigão, segue acompanhando o dito espigão no rumo SE 26°07' NO por 8,91m até um marco igual aos outros, deste ponto segue no rumo NE 89° 59' SO com 800,09m até a divisa do Lote nº 186 e 227-A, deste segue no rumo NE 13°3' SO uma distância de 8,10m até encontrar o ponto de partida desta descrição. Perfazendo um perímetro de 1.623,21m, com área total de atingimento de 6.423,86m2 e uma faixa de 8,00m de largura. Tudo em conformidade com o Mapa e Memorial Descritivo elaborado pelo engenheiro civil Enga Regina C. R. Penha - CREA/PR 11.352/D. Que os outorgantes emitem desde já o livre acesso da área.= **Valor:** Que a presente servidão é instituída pelo preço certo e ajustado de R$.18.000,00 (dezoito mil reais).= **FUNREJUS** - Recolhido pelo Tabelião R$.36,00, conforme anotado no título.= **Demais Condições:** Os constantes do título.= **Objeto:** Servidão Onerosa, sobre a área acima descrita, do imóvel descrito na ficha 1, da presente matrícula. Dou fé. Emol. VRC: 2.385,00 = R$.434,07 - Funarpen: R$.4,40.= Nova Esperança, 25 de maio de 2.016. (Adliz Emilia Cancian Lopes).= Escrevente.-

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA
ESTADO DO PARANÁ
16/07/2019
CERTIFICO e dou fé, que a presente fotocópia confere com a original, devidamente arquivada neste cartório. (Lei 6.015/73, artigo 19, §1º)

SANEPAR — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

MEMORIAL DESCRITIVO

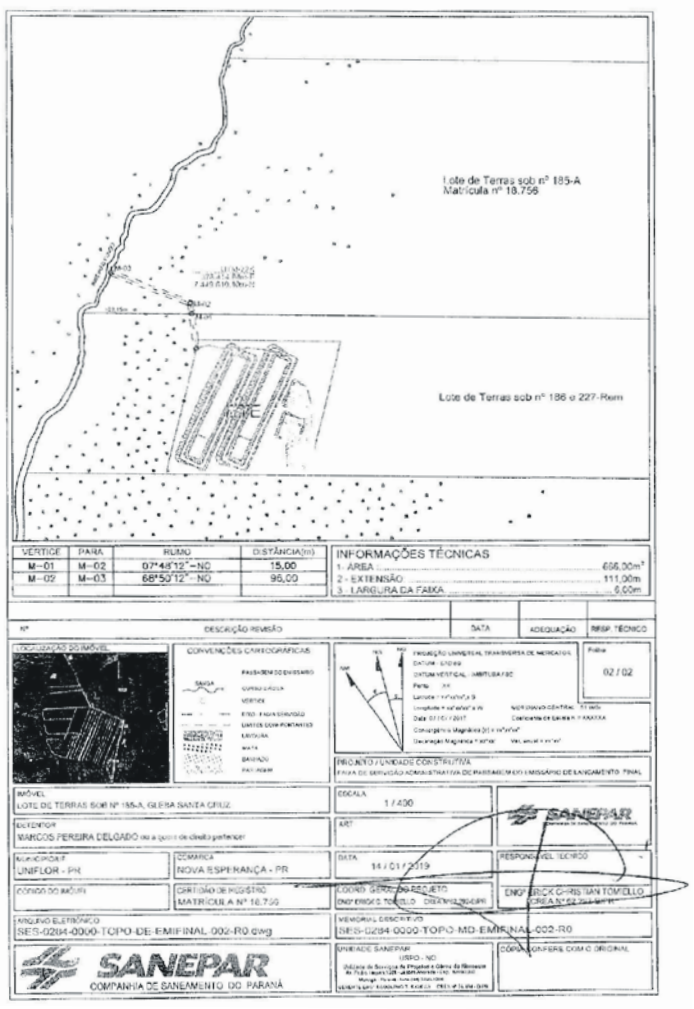
CODIFICAÇÃO: **SES-0284-0000-TOPO-MD-EMIFINAL-002-R0**
OBJETO: **FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DO EMISSÁRIO DE LANÇAMENTO FINAL**
IMÓVEL: **LOTE DE TERRAS SOB Nº 185-A**
GLEBA: **SANTA CRUZ**
MUNICÍPIO: **UNIFLOR-PR**
MATRÍCULA: **Nº 18.756 – DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - COMARCA DE NOVA ESPERANÇA-PR**
PROPRIETÁRIO: **MARCOS PEREIRA DELGADO OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
ÁREA: **666,00-M²** - EXTENSÃO: **111,00-M** - LARGURA DA FAIXA: **6,00M**
COORDENADA DE LOCALIZAÇÃO: **COORDENADA UTM-22K, 378.414,84m-E e 7.449.810,10m-N**

DESCRIÇÃO: Partindo-se do **marco M-01**, localizado na divisa com o Lote de Terras sob nº 186 e 277-Rem e, distante de 122,15 metros da divisa com o Ribeirão Fundo, seguiu-se em área do Lote de Terras sob nº 185-A, no rumo NO-07°48'12", medindo-se uma distância de 15,00 metros até o **marco M-02**; **do marco M-02**, seguiu-se em área do mesmo Lote, no rumo NO-68°50'12", medindo-se uma distância de 96,00 metros até o **marco M-03**, localizado na divisa com o Ribeirão Fundo.

Obs: Os rumos referem-se ao norte magnético e definem o eixo de uma faixa com 6,00 metros de largura, localizada integralmente no Lote de Terras sob nº 185-A.

Maringá-PR, 14 de Janeiro de 2019.

Responsável Técnico
Erick Christian Tomiello
CREA Nº 62.292/D-PR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Paraná - Comarca de Nova Esperança
REGISTRO DE IMÓVEIS
EDSON LUIZ DUARTE DIAS
Oficial
Livro 2 - REGISTRO GERAL
Matrícula Nº - 18.756 - Data: 04 de setembro de 2.008 Ficha - 1 -

Imóvel: O lote de terras sob nº 185-A, com a área de 9,50 alqueires paulistas, da Gleba Santa Cruz, situado no município de Uniflor, desta comarca de Nova Esperança, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na margem direita do Ribeirão Fundo, segue confrontando com o lote nº 185, no rumo Este, cerca de 635,00 metros, até um marco colocado no Espigão; daí mede-se pelo dito Espigão, no rumo SE 26° 07' - 333,00 metros aproximadamente, até um marco semelhante aos outros; deste ponto segue confrontando com o lote nº 186 no rumo Oeste cerca de 972,00 metros, até um marco fincado na margem direita do Ribeirão Fundo e, finalmente, descendo por este, segue até ao ponto de partida."-

Proprietário: **DOMINGOS NAZARÉ DELGADO**, português, casado sob o regime de Comunhão de Bens com **LAURINDA NUNES PEREIRA**, ele do comércio, inscrito no CPF nº 126.515.599-20, residentes e domiciliados na cidade de Alto Paraná-PR.-

Registro Anterior: Transcrição nº 14.109, deste Ofício.-

Dou fé. (Silvia Aparecida Remundini) = Escrevente.-

R - 1/18.756 = Prot. 77.587 em 22/08/2008 = **Transmitente**: O Espólio de **DOMINGOS NAZARÉ DELGADO.**= **Adquirente**: Herdeiro filho: **MARCOS PEREIRA DELGADO**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens com **ELOISE FERNANDES LOPES DELGADO**, em 14/11/1994, ele comerciante, capaz, inscrito no CPF nº 718.712.339-68, RG nº 3.157.523-0 SSP/PR, ela comerciante, capaz, inscrita no CPF nº 780.143.289-49, RG nº 4.910.982-2 SSP/PR, residentes e domiciliados na Praça Souza Naves, nº 79, na cidade de Alto Paraná-PR.= **Assistente**: RODRIGO TOSTA GIROLDO, brasileiro, casado,, advogado, inscrito no OAB-PR sob nº 28.676, e inscrito no CPF nº 026.441.139-03, com escritório profissional na Rua Salgado Filho, nº 995, na cidade de Paranavaí-PR.= **Título**: **INVENTÁRIO** - Escritura pública de Inventário e Partilha, lavrada aos 18 de março de 2008, no Cartório do 1º Ofício, da cidade de Paranavaí-PR (Livro n 0417-E = Fls. nº 001-013).= **Valor**: R$.229.900,00.= **Valor fiscal**: R$.1.291,400,00 (referente a vários imóveis, desta comarca e da comarca de Alto Paraná).= **Objeto**: O imóvel supra descrito, sendo que para viúva meira ficou somente o Usufruto, e os outros herdeiros filhos ficaram com imóveis desta e de outra comarca, cadastrado no INCRA sob nº 7151580009577, conforme CCIR 2003/2004/2005, com os seguintes dados: Denominação do imóvel rural: Fazenda Jalão Lote 185 e 185-A - Área total (ha): 49,0000 - Classificação fundiária: Pequena Propriedade Produtiva - Data da última atualização: 08/11/2002 - Indicações para localização do

continua no verso

Verso da Ficha Nº - 1 -

imóvel rural: Estrada Santa Cruz Gleba Santa Cruz - Município sede do imóvel rural: Uniflor - UF: PR - Módulo rural do imóvel (ha): 50,2272 - Nº módulos rurais: 0,88 - Módulo fiscal do município (ha): 16,0000 - Nº módulos fiscais: 3,06 - FMP (ha): 3,0000 - Área do imóvel rural registrada (ha): 49,0000 - Posse a justo título (ha): não consta - Posse por simples ocupação (ha): não consta - Nome do Detentor: Domingos Nazaré Delgado - CPF/CNPJ: 12651559920 - Nacionalidade: Brasileiro - Código da pessoa: 017388805 - % de detenção do imóvel: 0,0000 - Total de condomínos deste imóvel: 0 - Número do imóvel na Receita Federal: 0.375.803-6.= **ITCMD-GRPR** Causa Mortis - Comprovante de recolhimento no valor de R$.25.828,00 autenticado aos 18 de março de 2008, pelo Banco do Brasil S/A, juntamente com outros imóveis.= **DOI** - Emitida pelo Tabelião conforme declaração contida na escritura.= **FUNREJUS** - Recolhido pelo Tabelião R$.609,00, conforme via que fica arquivada.= Dou fé. Emol. VRC: 4.312,00 = R$.452,76.= Nova Esperança, 05 de setembro de 2.008. (Silvia Aparecida Remundini).= Escrevente.-

R - 2/18.755 = Prot. 77.587 em 22/08/2008 = **U S U F R U T O = Credor**: viúva meira: **LAURINDA NUNES PEREIRA**, brasileira, viúva, comerciante, capaz, inscrita no CPF nº 738.072.819-91, RG sob nº 667.631-6 SSP/PR, residente e domiciliada na Praça Souza Naves, nº 79, na cidade de Alto Paraná-PR.= **Devedor**: **MARCOS PEREIRA DELGADO**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens com **ELOISE FERNANDES LOPES DELGADO**, em 14/11/1994, ele comerciante, capaz, inscrito no CPF nº 718.712.339-68, RG nº 3.157.523-0 SSP/PR, ela comerciante, capaz, inscrita no CPF nº 780.143.289-49, RG nº 4.910.982-2 SSP/PR, residentes e domiciliados na Praça Souza Naves, nº 79, na cidade de Alto Paraná-PR.= **Título**: Escritura pública de Inventário e Partilha, lavrada aos 18 de março de 2008, no Cartório do 1º Ofício, da cidade de Paranavaí-PR (Livro n 0417-E = Fls. nº 001-013).= **Valor**: R$.229.900,00.= **Valor fiscal**: R$.1.291,400,00 (referente a vários imóveis, desta comarca e da comarca de Alto Paraná).= **Objeto**: Em Usufruto Vitalício: O imóvel descrito na ficha 1, da presente matrícula.= **ITCMD-GRPR**. Comprovante de recolhimento no valor de R$.25.828,00 autenticado aos 18 de março de 2008, pelo Banco do Brasil S/A, juntamente com outros imóveis. Dou fé. Emol. VRC: 2.156,00 = R$.226,38.= Nova Esperança, 05 de setembro de 2.008. (Silvia Aparecida Remundini).= Escrevente.-

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA
ESTADO DO PARANÁ
16/07/2019
CERTIFICO e dou fé, que a presente fotocópia confere com a original, devidamente arquivada neste cartório. (Lei 6.015/73, artigo 19, §1º)

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 – Centro – Telefax (44) 3440-1221 – CEP 87.670-000

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 DE AGOSTO DE 2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, endereço à Av. Antonio Veiga Martins Nº 80/82, Centro, inscrita sob o C.N.P.J. Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - **PREFEITO MUNICIPAL**, casado, portador do RG nº 7.580.647-7 – SSP/PR e, C.P.F. nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, Nº 367, CENTRO - Inajá - Estado do Paraná;

CONTRATADO: DIAS & NAVARRO LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 11.488.527/0001-23, situada na AV. SÃO JOSÉ, 1125, CENTRO – CEP 87.600-000-NOVA ESPERANÇA – PR., neste ato, representada pelo Sr. LUIZ CARLOS DIAS – RG Nº 34.264.365-4 -SSP-PR, CPF – 033.770.769-30- SOCIO- PROPRIETARIO da empresa.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇAÓ DE PLACAS AUTOMOTIVAS CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR, COM INSTALAÇÃO INCLUSA EM VEICULOS RECENTEMENTE ADQUIRIDOS POR ESTA ADMINISTRAÇÃO.

VALOR R$ 1.386,00 (UM MIL, TREZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS).

PRAZO DE FORNECIMENTO: Imediato.

FORO: Comarca de Paranacity, Estado do PARANÁ.

INAJÁ, 08 DE AGOSTO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA
CLEBER GERALDO DA SILVA

LUIZ CARLOS DIAS
PROPRIETARIO

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 66/2019 - DL
CNPJ: 76.970.318/0001-67 AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80 C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR	Processo Administrativo: 95/2019 Processo de Licitação: 94/2019 Data do Processo: 08/08/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 94/2019
b) Licitação Nr.: 66/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 08/08/2019
e) Objeto da Licitação: AQUISICAO DE PECAS E SERVICOS NA MANUTENCAO DE CAMINHAO RECEBIDO POR ESTA MUNICIPALIDADE, PROVENIENTE DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC, DO GOVERNO FEDERAL, MODELO ATRON 2729/48, PLACA AXX-2853

(em Reais R$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Desconto (%)	Total dos Itens
- 000317 - ILTON GRANDI - ME	9	0,0000	3.104,00
	9		3.104,00

Inajá, 8 de Agosto de 2019.

Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal
CPF: 037.233.919-07

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 65/2019 - DL
CNPJ: 76.970.318/0001-67 AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80 C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR	Processo Administrativo: 94/2019 Processo de Licitação: 93/2019 Data do Processo: 06/08/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 93/2019
b) Licitação Nr.: 65/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 08/08/2019
e) Objeto da Licitação: AQUISICAO DE PLACAS AUTOMOTIVAS CONFORME LEGISLACAO EM VIGOR, COM INSTALACAO INCLUSA EM VEICULOS RECENTEMENTE ADQUIRIDOS POR ESTA ADMINISTRACAO

(em Reais R$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Unid.	Quantidade	Desconto (%)	Preco Unitário	Total do Item
DIAS & NAVARRO LTDA - ME (572)					
1 PLACA AUTOMOTIVA CONFORME LEGISLACAO EM VIGOR - VEICULOS VARIADOS	PAR	7,00	0,0000	198,00	1.386,00
				Total do Fornecedor:	1.386,00
				Total Geral:	1.386,00

Inajá, 8 de Agosto de 2019.

Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal
CPF: 037.233.919-07

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 64/2019 - DL
CNPJ: 76.970.318/0001-67 AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80 C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR	Processo Administrativo: 93/2019 Processo de Licitação: 91/2019 Data do Processo: 07/08/2019
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 91/2019
b) Licitação Nr.: 64/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 07/08/2019
e) Data da Adjudicação: 07/08/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE BANDA SHOW PARA REALIZAR SHOW ARTISTICO EM PRAÇA PUBLICA, NO DIA 01/09/2019, EVENTO PARA COMEMORAÇÃO DO II FESTIVAL DE FANFARRAS E BANDAS DE INAJÁ-PR.

(em Reais R$)

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Cdade	Desctо (%)	Preco Unitário	Total do Item
CAFE SOCIETY LTDA (3681)					
1 CONTRATAÇÃO DE BANDA SHOW PARA II FESTIVAL DE FANFARRA E BANDAS DE INAJÁ.	UND	1,00	0,0000	8.500,00	8.500,00
BANDA COM 19 INTEGRANTES * TRÊS CANTORES * UMA CANTORA * UM GUITARRISTA * UM BAIXISTA * UM TECLADISTA * UM BATERISTA * QUATRO BAILARINAS(OS) * UM MOTORISTA * CINCO DA EQUIPE TECNICA * UMA ACESSORA DE IMPRENSA INCLUSO: SOM, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED					
				Total do Fornecedor:	8.500,00
				Total Geral:	8.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.201.3.3.90.39.00.00.00.00 (19)

Inajá, 7 de Agosto de 2019.

Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal
CPF: 037.233.919-07

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO
Santo Inácio — Uma Nova História!
CNPJ 76.970.375/0001-46

2º TERMO ADITIVOPRORROGAÇÃO DE PRAZO
CONTRATO Nº 089/2018-PMSI
INEXIGIBILIDADEN° 006/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
CONTRATADA: LEILA CRISTINA MARTINS 04917577942
CNPJ 18.444.985/0001-00

CLÁUSULA PRIMEIRA
§ 1º - Fica acertado entre as partes 2º TERMO ADITIVOPRORROGAÇÃO DE PRAZO do contrato n º 089/2018-PMSI, Edital Modalidade INEXIGIBILIDADE n º 006/2018, até 08/08/2020, cujo objeto é aPrestação serviços de aulas de artesanato, carga horaria 25 horas semanais.
§ 2º - Fica acertado entre as partes a Prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses no valor de R$-24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O crédito necessário no atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

06DEPTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
06.002FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0006.620MANUTENÇÃO DAS POLITICAS DE ASSISTENCIA SOCIAL
08403.3.90.39.00.00 00000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
08453.3.90.39.00.00 00933 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
08503.3.90.39.00.00 00934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
08553.3.90.39.00.00 00940 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

PRAZO DE VIGÊNCIA: 08/08/2020
FORO DO CONTRATO: Comarca de Colorado – Estado do Paraná.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 08de Agosto de 2019.

ER R A T A

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2019-PMSI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

ONDE SE LÊ :R$-76.500,00 (Setenta e Seis Mil e Quinhentos Reais)
SE LÊ : R$-74.250,00 (Setenta e Quatro Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)

HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICACÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019-PMSI

ONDE SE LÊ : Empresa RENATO GROTTO & CIA LTDA, CNPJ 19.982.699/0001-60, valor de R$-76.500,00 (Setenta e Seis Mil e Quinhentos Reais).
SE LÊ : Empresa RENATO GROTTO & CIA LTDA, CNPJ 19.982.699/0001-60, valor deR$-74.250,00 (Setenta e Quatro Mil e Duzentos e Cinquenta Reais).

PUBLICAÇÃO 04/08/2019
EDIÇÃO 3099
PAG. 004
O REGIONAL JORNAL
NOVA ESPERANÇA

SANTO INÁCIO PR.,07 DE AGOSTO DE 2019.

Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE VALOR

CONTRATO: Nº 238/2016.
CONCORRÊNCIA: Nº 002/2016.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COLORADO.
CONTRATADA: ITAFÉ CONSTRUÇÕES CIVIS EIRELI – EPP.
OBJETIVO: TERMO ADITIVO DE VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA CRECHE NO BAIRRO DEVILLE CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 5747/2013 NO MUNICÍPIO DE COLORADO.
VALOR: O presente Termo Aditivo de valor tem por finalidade alterar a Clausula Segunda do contrato originário, acrescendo o valor de R$ 45.884,79 (Quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos) do valor total inicialmente contratado, no valor de 1.756.000,00 (Um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
11.002.10.365.0010.1.012 – Construção e Ampliação dos Centros Educacionais.
4.4.90.51.01.03 – Creches Reduzido 699 (fonte 000).
Homologado em: 01 /06/2016.
Vigência: 18/04/2.020.

Colorado-PR, 08 de Agosto de 2.019.

Marcos José Consalter de Mello
PREFEITO

COMUNICADO DE NOVA DATA DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 006/2019

O MUNICIPIO DE COLORADO torna pública nova data de abertura da sessão presencial do processo licitatório na modalidade Edital do Pregão Presencial nº 006/2019 que tem por objeto **Aquisição de luminárias em led (100 watts e 150watss) atendimento ao Município de Colorado e Distrito Alto Alegre**, foi suspenso para análise e alteração do Edital, sob o regime de execução empreitada por preço unitário – tipo de licitação menor preço, foi prorrogado para o dia **08horas30 min do dia 22 de Agosto de 2019**, o edital e seus anexos poderão ser retirados após o dia 20/05/2018 no site da www.colorado.pr.gov.br/portaldatransparencia.

Colorado (PR), 07 de Agosto de 2019.

MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 291/2019.
INEXIGIBILIDADE: Nº 073/2019.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLORADO
CONTRATADA: ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLORADO.
OBJETIVO: REPASSE DE RECURSOS (MDS) A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLORADO- APAE.
VALOR R$ 10.650,38 (DEZ MIL SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS.
VIGÊNCIA: 31/12/2019
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS: _

Dotação	Departamento	Elemento de Despesa
10.001.08.244.0008.2031	Desenvolver as ações dos blocos da Proteção Social Especial	Ficha 650 (fonte 941) – 3.3.50.43.15.00 - Demais Entidades do Terceiro Setor.

Colorado - PR, 07 de Agosto de 2019.

Marcos José Consalter de Mello
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 292/2019.
DISPENSA: Nº 067/2019.
OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS E FECHAMENTO CONFORME EMENDA PARLAMENTAR N 08/2018 DE 10 DE DEZEMBRO 2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLORADO.
CONTRATADA: SERGIO AUGUSTO CESNIK PRODUÇÕES ME.
CNPJ: 17.558.611/0001-52.
VALOR: R$ 9.400,00 (NOVE MIL E QUATROCENTOS REAIS).
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:

07.01.002.13.392.0012.2.046 – Desenvolvimento Turístico		Locação de bens móveis – 3.3.90.39.14.00	REDUZIDO 186 - (FONTE 000)

Vigência: 90 (NOVENTA) DIAS.

Colorado - PR, 07 de Agosto de 2019.

Marcos José Consalter de Mello
PREFEITO

EXTRATO DA ATA.

ATA SRP:.....Nº 289/2019
PREGÃO PRESENCIAL:..Nº 45/2019
CONTRATANTE:.....PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO (PR);
CONTRATADA:..... L. C SANTOS & SANTOS LTDA ME
CNPJ: 00.622.479/0001-06
OBJETIVO:..... Aquisição de gêneros alimentícios tipo sendo: água, bolos, presunto, queijo, gelo, lanches, pizza, mortadela, pães, refrigerantes, salgadinho, suco e tortas para diversas secretarias dessa municipalidade.
VALOR DO CONTRATO: R$ 283.005,00 (duzentos e oitenta e três mil, cinco reais)

ITENS DA ATA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	500,00	UNI	AGUA MINERAL COM GAS DESCARTAVEL - 500 ML	CRISTAL	2,15	1.075,00
2	100,00	UNI	AGUA MINERAL SEM GAS DESCARTAVEL - 500 ML	CRISTAL	1,80	180,00
5	450,00	KG	BOLOS VARIADOS - MASSA PÃO DE LÓ COM SABORES: CHOCOLATE, LARANJA,COM COBERTURA APROXIMADAMENE COM 01 KILO .	PRÓPRIA	20,00	9.000,00
6	2.500,00	KG	FATIAS PRESUNTO - SEM CAPA DE GORDURA - DE PRIMEIRA QUALIDADE A EMBALAGEM ORIGINAL DEVE SER A VÁCUO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO - LIMPO - NÃO VIOLADO - RESISTENTE - QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO - ACONDICIONADOS EM CAIXAS LACRADAS A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO - PROCEDÊNCIA - INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS - NUMERO DE LOTE QUANTIDADE DO PRODUTO - NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA PORTARIA Nº369 DE 04/09/1997 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO E DO REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - VALIDADE MINIMA DE 120 DIAS.	PRÓPRIA	21,00	52.500,00
7	2.500,00	KG	FATIAS QUEIJO TIPO MUSSARELA DE 1ª QUALIDADE - COM INGREDIENTES : LEITE CONSERVAÇÃO 0 a 10ºC - PRODUTO PRÓRPIO PARA O CONSUMO HUMANO E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR - APRESENTAÇÃO EM BARRA - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA APROPRIADA - TRANSPARENTE - LIMPA RESISTENTE E INVIOLÁVEL - A EMBALAGEM ORIGINAL DEVERÁ SER A VÁCUO E CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROCEDÊNCIA - INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS - NUMERO DO LOTE - DATA DE VALIDADE - QUANTIDADE DE PRODUTO - NUMERO DO REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA - CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF E ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ANVISA E INMETRO - PRAZO DE VALIDADE DE 90 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA - CONSERVAÇÃO EM AMBIENTE REFRIGERADO.	PRÓPRIA	29,00	72.500,00
8	100,00	KG	GELO EM BARRAS - A SER ENTREGUE EM EMBALAGENS DE 05 a 10 KG .	GELO ALTO	12,00	1.200,00
9	250,00	KG	GELO EM CUBOS - A SER ENTREGUE EM EMBALAGENS DE 03 a 05 KG	GELO ALTO	12,00	3.000,00
10	2.500,00	UND	MINI LANCHE NATURAL COM PÃO DE BATATA - PESANDO NO MINIMO 60 A 65 GR - CONTENDO: 01 MINI PÃO FRANCES (MINIMO 25GR) - MEIA FATIA DE PRESUNTO (MINIMO 10 G) - MEIA FATIA DE MUSSARELA (MINIMO 10G) - 2 RODELAS DE TOMATE - MEIA FOLHA DE ALFACE - MAIONESE DE BOA QUALIDADE .	PRÓPRIA	1,25	3.125,00
11	2.500,00	UND	MINI LANCHE NATURAL COM PÃO DE FORMA - PESANDO NO MINIMO 60 A 65 GR - CONTENDO: 01 MINI PÃO FRANCES (MINIMO 25GR) - MEIA FATIA DE PRESUNTO (MINIMO 10 G) - MEIA FATIA DE MUSSARELA (MINIMO 10G) - 2 RODELAS DE TOMATE - MEIA FOLHA DE ALFACE - MAIONESE DE BOA QUALIDADE .	PRÓPRIA	1,25	3.125,00
12	2.500,00	UND	MINI LANCHE NATURAL COM PÃO FRANCÊS - PESANDO NO MINIMO 60 A 65 GR - CONTENDO: 01 MINI PÃO FRANCES (MINIMO 25GR) - MEIA FATIA DE PRESUNTO (MINIMO 10 G) - MEIA FATIA DE MUSSARELA (MINIMO 10G) - 2 RODELAS DE TOMATE - MEIA FOLHA DE ALFACE - MAIONESE DE BOA QUALIDADE .	PRÓPRIA	1,25	3.125,00
13	1.500,00	UND	MINI PÃES FRANCES - PESO 30 G - FORMATO FUSIFORME COM ADIÇÃO DE SAL - COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ÁGUA,SAL, FERMENTO QUÍMICO - DEVERÃO SER ACONDICIONADAS EM SACOS DE POLIETILENO ATÓXICO - RESISTENTE E TRANSPARENTE DE FORMA QUE O PRODUTO SEJA ENTREGUE ÍNTEGRO - O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 24 HORAS APÓS ENTREGA.	PRÓPRIA	0,35	525,00
14	2.000,00	UND	MINI PIZZA - COM RECHEIO DE PRESUNTO - MUSSARELA - TOMATE -MILHO VERDE - AZEITONA - OREGANO - NO MÍNIMO 60 G	PRÓPRIA	3,25	6.500,00
15	2.000,00	KG	MORTADELA - SEM CAPA DE GORDURA - DE PRIMEIRA QUALIDADE A EMBALAGEM ORIGINAL DEVE SER A VÁCUO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO - LIMPO - NÃO VIOLADO - RESISTENTE - QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO - ACONDICIONADOS EM CAIXAS LACRADAS A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO - PROCEDÊNCIA - INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS - NUMERO DE LOTE QUANTIDADE DO PRODUTO - NUMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA PORTARIA Nº369 DE 04/09/1997 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO E DO REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - VALIDADE MÍNIMA DE 120 DIAS.	MARBA	18,50	37.000,00
16	3.500,00	UNI	PÃO FRANCES - PESO 50 GR - FORMATO FUSIFORME COM ADIÇÃO DE SAL - COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ÁGUA, SAL E FERMENTO QUIMICO - DEVERÃO SER ACONDICIONADAS EM SACOS DE POLIETILENO ATÓXICO - RESISTENTE E TRANSPARENTE DE FORMA QUE O PRODUTO SEJA ENTREGUE ÍNTEGRO - O PRODUTO DEVERÁ APRESNTAR VALIDADE MÍNIMA DE 24 HORAS APÓS ENTREGA.	PRÓPRIA	0,65	2.275,00
17	300,00	PCT	PAO DE FORMA - AO LEITE DE 500 GRAMAS - E EMPACOTADO INDIVIDUALEMTE - ENRIQUECIDO COM FERRO E CALCIO - PRODUTO DE COR BRANCA NO MIOLO E COR MARROM NA CASCA - AROMA DOCE E DE LEVE FERMENTAÇÃO - SABOR ADOCICADO E LEVEMENTE SALGADO - CONSISTÊNCIA MACIA - ENTREGUE JUNTO COM A AMOSTRA A MARCA E A RELAÇAO DE INGREDIENTES DA COMPOSIÇÃO - PRODUTO ISENTO DE GORDURA TRNAS.	PRÓPRIA	5,50	1.650,00
19	1.600,00	UND	PAO HOT DOG - EMBALADO EM SACOLA PLASTICA APROPRIADA - ENTREGUE EM CAIXA TÉRMICA)	PRÓPRIA	1,00	1.600,00
20	1.000,00	UND	REFRIGERANTE - BASE DE COCA E GUARANÁ - EM EMBALAGEM PET DE 2 LITROS .	COCA - COLA	8,00	8.000,00
21	1.125,00	UND	SALGADINHO ASSADO - CENTO - COM APROXIMADAMENTE 30 G CADA - RECHEIO DIVERSOS: CARNE MOIDA - FRANGO - PRESUNTO - QUEIJO - SALSICHA - OS SABORES SERÃO DEFINIDOS NO MOMENTO DA EMISSÃO DA AF.	PRÓPRIA	49,50	55.687,50
23	500,00	litro	SUCO EM CAIXA DE 1 LITRO - NECTAR DE FRUTAS - SABORES VARIADOS	PURITY	4,75	2.375,00
25	375,00	UND	SALGADINHO ASSADO - CENTO - COM APROXIMADAMENTE 30 G CADA - RECHEIO DIVERSOS: CARNE MOIDA - FRANGO - PRESUNTO - QUEIJO - SALSICHA - OS SABORES SERÃO DEFINIDOS NO MOMENTO DA EMISSÃO DA AF.	PRÓPRIA	49,50	18.562,50
				Total		283.005,00

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.022.3390.30	1000	308/2019	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2.024.3390.30	594	341/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE
2.036.3390.30	1000	524/2019	MANTER OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA E COLETA DO
2.026.3390.30	3594	681/2019	MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPI
2.001.3390.30	1000	4/2019	GOVERNADORIA MUNICIPAL
2.018.3390.30	1104	211/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES NO ENSINO FUNDAMENTAL
2.019.3390.30	1103	248/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
2.026.3390.30	1303	391/2019	MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPI
2.034.3390.30	1511	478/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE OBRAS TRÂNSITO E URBA
2.035.3390.30	1510	510/2019	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS
2.041.3390.30	1000	572/2019	MANTER OS SERVIÇOS DA CAPELA MORTUÁRIA E CEMITÉRIO
2.023.3390.30	1000	320/2019	DIFUNDIR AS ATIVIDADES ARTISTICAS CULTURAIS E HIST
2.025.3390.30	494	370/2019	DESENVOLVER AS AÇÕES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE
2.007.3390.30	1511	70/2019	MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PAÇO MUNICI
2.025.3390.30	1303	369/2019	DESENVOLVER AS AÇÕES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE
2.035.3390.30	1000	509/2019	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS
2.043.3390.30	1000	599/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA AGRICULTURA E MEIO AM
2.018.3390.30	1103	210/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES NO ENSINO FUNDAMENTAL
2.027.3390.30	1000	415/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES ASSISTÊNCIAIS
2.031.3390.30	1000	446/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOC
2.034.3390.30	1000	477/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE OBRAS TRÂNSITO E URBA
2.021.3390.30	1000	623/2019	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR
2.031.3390.30	3941	671/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOC
2.024.3390.30	494	343/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE
2.030.3390.30	1000	434/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOC
2.036.3390.30	1511	526/2019	MANTER OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DO
2.003.3390.30	1000	23/2019	MANTER AS ATIVIDADES DA JUNTA MILITAR
2.024.3390.30	1303	342/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAUDE
2.028.3390.30	1000	402/2019	MANTER AS ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE
2.040.3390.30	1000	551/2019	DESENVOLVER OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA
2.007.3390.30	1000	69/2019	MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PAÇO MUNICI
2.019.3390.30	1104	249/2019	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
2.036.3390.30	1510	525/2019	MANTER OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA E COLETA DO
2.042.3390.30	1000	584/2019	DESENVOLVER O SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SAN
2.039.3390.30	1000	563/2019	MANTER OS SERVIÇOS DA DEFESA CIVIL
2.002.3390.30	1000	14/2019	DESENVOLVER O ASSESSORAMENTO GOVERNAMENTAL
2.035.3390.30	1511	511/2019	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Homologado: 02 de agosto de 2019.
Vigência: 12 (doze) meses

Colorado (PR), 05 de Agosto de 2019.

MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO
PREFEITO

Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO CNPJ: 76.970.326/0001-03 Avenida Brasil, 1250 C.E.P.: 86690-000 - Colorado - PR	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 45/2019 - PR Processo Administrativo: 172/2019 Processo de Licitação: 132/2019 Data do Processo: 14/06/2019
	Folha: 1/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 132/2019
b) Licitação Nr.: 45/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/08/2019
e) Objeto da Licitação: Aquisição de gêneros alimentícios tipo sendo: água, bolos, presunto, queijo, gelo, lanches, pizza, mortadela, pães, refrigerantes, salgadinho, suco e tortas para diversas secretarias dessa municipalidade

(em Reais R$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Unid.	Quantidade	Desctо (%)	Preco Unitário	Total do Item
L C SANTOS & SANTOS LTDA - ME (834)					
1 AGUA MINERAL COM GAS DESCARTAVEL - 500 ML - Marca: CRISTAL	UNI	500,00	0,0000	2,15	1.075,00
2 AGUA MINERAL SEM GAS DESCARTAVEL - 500 ML - Marca: CRISTAL	UNI	100,00	0,0000	1,80	180,00
5 BOLOS VARIADOS - MASSA PÃO DE LÓ COM SABORES: CHOCOLATE, LARANJA,COM COBERTURA APROXIMADAMENE COM 01 KILO . - Marca: PRÓPRIA	KG

Colorado PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO

Página: 1/7
Processo Nº.: 4/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2019

No dia 7 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO , Estado de PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.970.326/0001-03, com sede administrativa localizada na Avenida Brasil, 1250, bairro Centro, CEP nº. 86690-000, nesta cidade de Colorado-PR, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO, inscrito no CPF sob o nº. 357.938.149-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2019, Processo Licitatório nº. 4/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Contratação de empresa para fornecimento de combustível/óleo diesel para a frota do município de Colorado Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7880	AUTO POSTO MIGUEL EIRELI - EPP	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO POSTO MIGUEL EIRELI - EPP	20.257.654/0001-02	ALEXANDRE DA SILVA MIGUEL	018.640.279-16

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
Contratação de empresa para fornecimento de combustível óleo diesel para a frota do município de Colorado
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ata convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7880 - AUTO POSTO MIGUEL EIRELI - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OLEO DIESEL; CLASSIFICACAO S10 - 10 PPM DE ENXOFRE; UTILIZACAO EM AUTOMOTIVO; DE ACORDO COM AS LEGISLACOES VIGENTES DA ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO	LT	ESTRADA	180.000,000	3,5700	642.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem ca entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estabelecido;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento de registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na propostas de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Colorado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Colorado, 7 de Fevereiro de 2019.

MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO
PREFEITO

Empresas Participantes:
AUTO POSTO MIGUEL EIRELI - EPP CNPJ: 20.257.654/0001-02

Colorado PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO

Página: 1/8
Processo Nº.: 9/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2019

No dia 12 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO , Estado de PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.970.326/0001-03, com sede administrativa localizada na Avenida Brasil, 1250, bairro Centro, CEP nº. 86690-000, nesta cidade de Colorado-PR, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO, inscrito no CPF sob o nº. 357.938.149-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2019, Processo Licitatório nº. 9/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) avaliação de ocular de grau (armação e lentes) para serem adquiridos através de processo licitatório com vigência de 12 meses. A aquisição se faz necessária com a finalidade de atender a população carente do município de Colorado e Distrito de Alto Alegre Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6125	CLAUDECIR BORIN BASSO 45021953915	1, 3, 5
187	ÓTICA RELUX LTDA	2, 4, 6
9337	ULTRALICIT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CLAUDECIR BORIN BASSO 45021953915	16.528.278/0001-76	CLAUDECIR BORIN BASSO	450.219.539-15
ÓTICA RELUX LTDA	97.473.961/0001-55	ADRIANO CARLOS BARRIONUEVO S	945.481.969-00
ULTRALICIT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	24.504.667/0001-90	TIAGO HENRIQUE CASTELLI	327.322.378-25

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
aquisição de oculos de grau (armação e lentes) para serem adquiridos através de processo licitatório co, vigencia de 12 meses. A aquisição se faz necessaria com a finalidade de atender a população carente do municipio de Colorado e Distrito de Alto Alegre
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ata convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 187 - ÓTICA RELUX LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS - MATERIAL ARMAÇÃO ACETATO DE CELULOSE OU METAL - TAMANHO ADULTO E INFANTIL - TIPO HASTE COM AGULHA - TIPO ARO REDONDO - ESFÉRICO OU CILINDRICO - TIPO APOIO NARIZ PLAQUETA - CORES VARIADAS - COM PAR DE LENTES VISÃO BIFOCAL.	UNID	FIMART ESILU	120,0000	151,0000	18.120,00
4	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS - MATERIAL ARMAÇÃO ACETATO DE CELULOSE OU METAL - TAMANHO ADULTO E INFANTIL - TIPO HASTE COM AGULHA - TIPO ARO REDONDO - ESFÉRICO OU CILINDRICO - TIPO APOIO NARIZ PLAQUETA - CORES VARIADAS - COM PAR DE LENTES ALTO ÍNDICE NORMAL.	UNID	FIMART ESILU	100,0000	188,0000	18.800,00

Fornecedor: 187 - ÓTICA RELUX LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS - MATERIAL ARMAÇÃO ACETATO DE CELULOSE OU METAL - TAMANHO ADULTO E INFANTIL - TIPO HASTE COM AGULHA - TIPO ARO REDONDO - ESFÉRICO OU CILINDRICO - TIPO APOIO NARIZ PLAQUETA - CORES VARIADAS - COM PAR DE LENTES VISÃO SIMPLES.	UNID	FIMART ESILU	100,0000	122,9500	12.295,00

Fornecedor: 6125 - CLAUDECIR BORIN BASSO 45021953915

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS - MATERIAL ARMAÇÃO ACETATO DE CELULOSE OU METAL - TAMANHO ADULTO E INFANTIL - TIPO HASTE COM AGULHA - TIPO ARO REDONDO - ESFÉRICO - TIPO APOIO NARIZ PLAQUETA - CORES VARIADAS - COM PAR DE LENTE VISÃO SIMPLES.	UNID	ROMAN IHAY	190,0000	110,0000	20.900,00
3	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS - MATERIAL ARMAÇÃO ACETATO DE CELULOSE OU METAL - TAMANHO ADULTO E INFANTIL - TIPO HASTE COM AGULHA - TIPO ARO REDONDO - ESFÉRICO OU CILINDRICO - TIPO APOIO NARIZ PLAQUETA - CORES VARIADAS - COM PAR DE LENTES ALTO ÍNDICE GRAU FORTE.	UNID	ROMAN IHAY	100,0000	158,0000	15.800,00
5	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS - MATERIAL ARMAÇÃO ACETATO DE CELULOSE OU METAL - TAMANHO ADULTO E INFANTIL - TIPO HASTE COM AGULHA - TIPO ARO REDONDO - ESFÉRICO OU CILINDRICO - TIPO APOIO NARIZ PLAQUETA - CORES VARIADAS - COM PAR DE LENTES VISÃO MULTIFOCAIS.	UNID	ROMAN IHAY	100,0000	265,0000	26.500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o forn

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL 27/2019 PMP

Despacho de cancelamento de processo Licitatório em razão da medida cautelar suscitada pelo TC/PR - número: 11743.

A Prefeita Municipal de Paranapoema - PR, Senhora Leurides Sampaio Ferreira Navarro, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 8666/93 e alterações e

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento a solicitação de medida cautelar imposta pelo Tribunal de Contas dos Municípios – TC/PR, com vistas a determinação Cautelar, a sustação do procedimento licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019 PMP, no estado que se encontre. RESOLVE:

CANCELAR em todos os seus termos, por determinação do TC/PR, o processo licitatório tombado sob. nº 27/2019 PMP e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MERENDA ESCOLAR, destinados a desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminação no TERMO DE REFERÊNCIA em ANEXO I, ocorrido no dia 08 de Agosto de 2019.

Um novo edital será republicado em momento oportuno.

Paranapoema, 07 de Agosto de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
PREFEITA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

TERMO ADITIVO Nº 01/2019 CONTRATO Nº 1087-723/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E HOSPITALIDADE NA CIDADE DE CURITIBA. PREGÃO 34/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, com sede a Rua. Dr. José Cândido Muricy, 216, centro, nesta cidade, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.970.391/0001-39, doravante denominada Prefeitura Municipal, neste ato representado pela Prefeita Municipal Srª. **LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO**, brasileira, casada, residente e domiciliado a Av. Paranapanema, 551, nesta cidade, inscrito no CPF sob nº 564.835.839-87 e CI.RG sob n.º 2.256.731-4 - SSP/PR, e:

CONTRATADO: CEREZAMAR HOSPEDAGEM EIRELI pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Pref. Omar Sabag, 290, Bairro Jardim Botânico, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF n.º 04.254.088/0001-29, neste ato representado por Cleomar Del Gasparin, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Dr. João Skalski, 50 Apto 02, Bairro Jardim Botânico, CEP: 80.210-030, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.026.980-0, e do CPF/MF n.º 264.297.369-34.

Clausula Décima §1º - Fica aditivado o Contrato nº 1087-723/2018, no importe de 25% do valor contrato, conforme art. 65 da Lei Federal n° 8.666/93
Mantendo-se as demais condições no termos. ART 65, Parágrafo 1º, da Lei 8666/93.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem acordadas as partes assinam o presente termo em duas vias de igual teor e valor, com presença de 2 (duas) testemunhas, para os efeitos legais.

Paranapoema - PR, 08 de Agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA
SRª PREFEITA: LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
CONTRATANTE

CEREZAMAR HOSPEDAGEM EIRELI
CONTRATADO

Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

DECRETO 706/2019 DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

Nomeia os membros do governo municipal para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS **biênio 2019/2021**.

O Prefeito Municipal de Colorado-PR, Marcos José Consalter de Mello, no uso de suas atribuições legais, em consonância com a Lei Municipal nº. 2.618 de 30 de abril de 2014, e as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº. 2.824/2019, **DECRETA:**

Art.1º. Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social, os **membros** titulares e suplentes, indicados pelo governo municipal, como segue

I – Representantes do governo municipal

a) **Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania**:
Titular: Simone Mazzei
Suplente: Débora Cristina Rodrigues Capi Bernabe
Titular: Roseli Messias da Silva
Suplente: Clarice Monteiro Anjos
Titular: Alessandra Catarina Dias Piovesani
Suplente: Marilene Cicotti de Rezende

b) **Secretaria Municipal de Educação:**
Titular: Aparecida Jesus de Almeida
Suplente: Leila Cristina Fernandes Rafaine

c) **Secretaria Municipal de Saúde:**
Titular: Miriana Colavite Meneghin
Suplente: Merlen Jaqueline Conçani

d) **Departamento de Esporte, Cultura e Lazer:**
Titular: Mara Regina Pinheiro
Suplente: Maria Aparecida Ferreira Rodrigues

e) **Secretaria Municipal de Fazenda:**
Titular: Franciele da Silva Ferreira
Suplente: Denis Henrique Rodrigues de Jesus

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, devendo ser publicado.

Colorado, 09 de agosto de 2019.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito Municipal

Conselho Municipal de Assistência Social
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ 12.482.785/0001-65
email: assistsocial@colorado.pr.gov.br
Rua Pará, 491 - Fone: (44) 3323 - 1028 - CEP: 86690-000 - Colorado - PR

RESOLUÇÃO N.º 004, DE09DEAGOSTO DE 2019.

Homologa a composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Colorado-PR, Gestão 2019-2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Colorado, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Municipal nº. 2.618 de 30 de abril de 2014, e as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº. 2.824/2019 e:

Considerando a Lei Municipal nº 2.824/2019, a qual prevê que "O Conselho Municipal de Assistência Social será composto paritariamente de 14 membros titulares e respectivos suplentes, nomeados por ato do Prefeito Municipal, dentre os indicados pelos órgãos governamentais e pela assembleia das entidades da sociedade civil, com mandato de 02 anos, permitindo uma recondução".

Considerando a Resolução do CMAS nº 003, de 25 julho de 2019, que Estabelece os critérios para o processo de eleição dos conselheiros da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social, gestão 2019-2021;

Considerando o Decreto nº 706/2019 do Prefeito Municipal queindica as representações governamentais titular e suplente para a gestão 2019-2021 do Conselho Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Gestão 2019-2021, de Colorado-Paraná, conforme segue:

1- Representantes de Órgãos Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania:
Titular: Simone Mazzei
Suplente: Débora Cristina Rodrigues CapiBernabe
Titular: Roseli Messias da Silva
Suplente: Clarice Monteiro Anjos
Titular: Alessandra Catarina Dias Piovesani
Suplente: Marilene Cicotti de Rezende

b) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Aparecida Jesus de Almeida
Suplente: Leila Cristina Fernandes Rafaine

c) Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: MirianaColaviteMeneghin
Suplente: Merlen Jaqueline Conçani

d) Departamento de Esporte, Cultura e Lazer:
Titular: Mara Regina Pinheiro
Suplente: Maria Aparecida Ferreira Rodrigues

e) Secretaria Municipal de Fazenda:
Titular: Franciele da Silva Ferreira
Suplente: Denis Henrique Rodrigues de Jesus

2- Representantes Não Governamentais:

a) Usuários da Assistência Social:
Titular: Irene Bento de Almeida
Suplente: Maria Aparecida Santiago de Lucena
Titular: Marilia Fernanda Souza Aguiar
Suplente: Laize Ribeiro da Silva
Titular: Fernanda Aparecida Gonçalves
Suplente: Lídia Cezar Rocha

b)Entidades e/ou Organizações de Assistência Social;
Titular: Maria de Fátima da Silva
Suplente: KarllaAriany Dias do N. Odenique
Titular: Flávia Renata Blasques
Suplente: Maria Angelina Zóli

c) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor;
Titular: Juliana Andreza Faca
Suplente: Tainara de Oliveira Jacomasse
Titular: Aparecida Faca Sardinha
Suplente: Eunice Eulália da Silva Souza

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

Marilene Cicotti de Rezende
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI
PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 243-1157
CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivai – Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, com endereço na Praça Santa Cruz, nº 249 - Centro, em São Jorge do Ivaí – Paraná, comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 05/2019 no Departamento de Licitação, situado à Praça Santa Cruz, nº 249 - Centro, 1º andar, Edifício Anexo, para **Contratação de empresa de engenharia especializada em execução de drenagem e adequação de calçamentos do Cemitério Municipal de São Jorge do Ivaí, conforme especificações constantes no edital.** O Edital de Tomada de Preços nº 05/2019 completo encontra-se à disposição dos interessados no site do município *www.pmsjivai.pr.gov.br* que dispõe a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98 e alterações subsequentes. Horário da entrega dos documentos de habilitação e da proposta comercial: até as 08h 30min do dia 28 de agosto de 2019. Horário da abertura dos envelopes: às 09:00 horas do mesmo dia.

São Jorge do Ivaí/PR, 09 de agosto de 2019.

Helder Cernkovic
Secretário Municipal de Obras, Habitação e Viação

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JORGE DO IVAI
CNPJ: 76.282.649/0001-04
PRAÇA SANTA CRUZ, 249
C.E.P.: 87190-000 - São Jorge do Ivaí - PR

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 21/2018 - TP
Processo Administrativo: 120/2018
Processo de Licitação: 120/2018
Data do Processo: 27/11/2018
Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ANDRE LUIS BOVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 120/2018
b) Licitação Nr.: 21/2018-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 08/08/2019
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa de engenharia especializada em Pavimentação de vias urbanas com Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ, com 450,00m² que será executado no trecho entre a Rua Benedito José Muniz e a Rua José Ferreira de Castilho, conforme planilhas, projeto, especificações técnicas, memoriais e demais documentos constantes do edital do PARANACIDADE.

(em Reais R$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

		Unid.	Quantidade	Desc(o (%)	Preço Unitario	Total do Item
LOTE: 1						
WEILLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA (64)						
1	Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, com 450,00m², contendo os seguintes serviços: remoção da camada superficial, compactação de aterros, escavação carga e transporte de materiais de jazida, regularização e compactação de subleito, base de brita granada, imprimação com CM-30, pintura de ligação com emulsão, revestimento com concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ, meios-fios de concreto, caiçadas em concreto, plantio de grama, rampas de acesso para PNE, pintura de faixas de sinalização horizontal, placas de sinalização vertical, ensaios tecnológicos e placas de comunicação visual. Área pavimentada de 450,00m² - Calçadas de 184,20m² - Meio fio de 142,04m. Travessa projetada: entre rua Benedito José Muniz e Rua José Ferreira de Castilho.	UN	1,00	0,0000	61.346,40	61.346,40

Total do Fornecedor: 61.346,40
Total Geral: 61.346,40

São Jorge do Ivaí, 8 de Agosto de 2019.
ANDRE LUIS BOVO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 03192/2019
REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇOS N°03/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ.
CONTRATADO: EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA; CNPJ n° 02.539.384/0001-40.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, em diversas ruas do Município de São Jorge do Ivaí, sendo: continuação da Rua Santos Dumont no Parque Residencial São José e São José 2ª parte, abertura da Rua 05 no Jardim Canadá e continuação da rua Olívio de Oliveira no conjunto habitacional Caetano Carlos Crubelatti 2, totalizando 1.035,78 metros quadrados, conforme projeto, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e demais especificações constantes neste edital.
VALOR TOTAL: R$ 114.259,32 (cento e quatorze mil, duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.02.26.452.0017.1.014	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS URBANAS
44.90.51.00.00.00.000.00	OBRAS E I NSTALAÇÕES

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir da publicação do extrato
FORO: Comarca de Mandaguaçu – Estado do Paraná.
DATA: 05 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Itaguajé
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

EXTRATO DO CONTRATON°.62-2019

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 38-2019

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ**, Estado do Paraná, com sede à Av. Governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF n°76.970.359/0001-53.

CONTRATADO: **M. S TOLENTINO CONFECÇÕES – EPP - CNPJ Nº. 82.468.083/0001-02.**

OBJETO: **AQUSIÇÃO DE MANTAS TIPO COBERTOR PARA ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DESTE MUNICIPIO DESTE MUNICIPIO.**

VALOR TOTAL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	MANTAS TIPO COBERTOR, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER,TAMANHO 1,80M X 2,10 METROS, ESTAMPAS SORTIDAS.	UNIDADE	320	25,00	8.000,00

VIGÊNCIA:03 (três) meses.

DOTAÇÃO:

08.002.08.244.0029.2.044.3.3.90.39.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO

FORO: Comarca de Colorado – Estado do Paraná.

Itaguajé, 09 de Agosto de 2019.
CONTRATANTE
CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 38-2.019
PROCESSO LICITATORIO Nº. 84-2.019

Ratifico o ato que declarou a Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, para a**AQUSIÇÃO DE MANTAS TIPO COBERTOR PARA ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DESTE MUNICIPIO,** no valor de **R$ 8.000,00 (oito mil reais)**.

1-FORNECEDOR:

FORNECEDOR: M. S TOLENTINO CONFECÇÕES – EPP
CNPJ Nº. 82.468.083/0001-02
ENDEREÇO: Av. Paraná, 769
CIDADE: CAOLORADO - PR

Face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Itaguajé, 09de Agosto de 2019

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publique -se

EXTRATO DO CONTRATON°.63-2019

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 39-2019

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ**, Estado do Paraná, com sede à Av. Governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF n°76.970.359/0001-53.

CONTRATADO: **IMUNIZADORA E JARDINAGEM ASTORGA LTDA - ME CNPJ Nº. 11.972.782/0001-47**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS D`AGUA, DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NOS ORGÃOS MUNICIPAIS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ITAGUAJÉ – PR.**

VALOR TOTAL:R$ 14.481,10 (quatorze mil quatrocentos e oitenta e um reais e dez centavos).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses.

DOTAÇÃO:

05.001.04.122.0003.2.006.3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
06.001.12.365.0035.2.021.3.3.90.39.00.00 01104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
07.001.10.301.0012.2.028.3.3.90.39.00.00 31494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
09.001.15.452.0007.2.057.3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

FORO: Comarca de Colorado – Estado do Paraná.

Itaguajé, 09 de Agosto de 2019.
CONTRATANTE
CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 39-2.019
PROCESSO LICITATORIO Nº. 85-2.019

Ratifico o ato que declarou a Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, para a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS D`AGUA, DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NOS ORGÃOS MUNICIPAIS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ITAGUAJÉ – PR,** no valor de **R$ 14.481,10 (quatorze mil quatrocentos e oitenta e um reais e dez centavos)**.

1-FORNECEDOR:

FORNECEDOR: IMUNIZADORA E JARDINAGEM ASTORGA LTDA - ME
CNPJ Nº. 11.972.782/0001-47
ENDEREÇO: RuaJosé Gimenes nº. 610
CIDADE: Astorga – PR

Face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Itaguajé, 09 de Agosto de 2019

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publique -se

Prefeitura Municipal de Itaguajé
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

EXTRATO DO CONTRATON°.64-2019

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 40-2019

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ**, Estado do Paraná, com sede à Av. Governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF n°76.970.359/0001-53.

CONTRATADO: **AGAPE SOLUÇÕES EM GESTÃO PUBLICA LTDA – ME - CNPJ Nº. 11.666.404/0001-35.**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, CONFORME O ESTABELECIDO NA META 18 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESTE MUNICIPIO.**

VALOR TOTAL:R$ 8.000,00 (oito mil reais).

VIGÊNCIA:12 (doze) meses.

DOTAÇÃO:

06.001.12.365.0035.2.021.33.90.39.00.00 01104 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

FORO: Comarca de Colorado – Estado do Paraná.

Itaguajé, 09 de Agosto de 2019.
CONTRATANTE
CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 40-2.019
PROCESSO LICITATORIO Nº. 86-2.019

Ratifico o ato que declarou a Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, para a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, CONFORME O ESTABELECIDO NA META 18 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESTE MUNICIPIO,** no valor de **R$ 8.000,00 (oito mil reais).**

1-FORNECEDOR:

FORNECEDOR: AGAPE SOLUÇÕES EM GESTÃO PUBLICA LTDA – ME
CNPJ Nº. 11.666.404/0001-35
ENDEREÇO: Rua Rio banco nº. 437
CIDADE: Doutor Camargo - PR

Face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Itaguajé, 09 de Agosto de 2019

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publique -se

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019– PMO

Licitação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do inciso I, do artigo 48, da LC 123/2006.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA-PR, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação avisa aos eventuais interessados que até as**13:15**horasdo dia 22/08/2019 em seu Departamento de Licitação, sito à Rua Bela Vista, nº 1.014, estará recebendo os envelopes relativos aoPREGÃO PRESENCIALPARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2019, do tipo MENOR PREÇOGLOBAL, que tem por objeto:

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA, DESTINADOS A REPAROS EM VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICIPIO

Os envelopes de habilitação serão abertos às**13:30 horas** do mesmo dia acima mencionado, quando então haverá o competente julgamento.

Cópias do Edital e dos demais documentos poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, no horário normal de expediente, devendo ser realizada diretamente no Setor de Licitações desta Prefeitura Municipal ou pelo site www.ourizona.pr.gov.br.

Informações complementares poderão ser obtidas através do telefone (44) 3278-1591.

Ourizona/PR, 08de agosto de 2019.
MARCIA SCHINAIDER
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019– PMO

Licitação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do inciso I, do artigo 48, da LC 123/2006.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA-PR, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação avisa aos eventuais interessados que até as**08:15**horasdo dia 22/08/2019 em seu Departamento de Licitação, sito à Rua Bela Vista, nº 1.014, estará recebendo os envelopes relativos aoPREGÃO PRESENCIALNº 43/2019, do tipo MENOR PREÇOGLOBAL, que tem por objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM A SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO.

Os envelopes de habilitação serão abertos às**08:30 horas** do mesmo dia acima mencionado, quando então haverá o competente julgamento.

Cópias do Edital e dos demais documentos poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, no horário normal de expediente,devendo ser realizada diretamente no Setor de Licitações desta Prefeitura Municipal ou pelo site www.ourizona.pr.gov.br.

Informações complementares poderão ser obtidas através do telefone (44) 3278-1591.

Ourizona/PR, 07de agosto de 2019.
MARCIA SCHINAIDER
Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019- PMO

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR

Contratada: I.P. DE OLIVEIRA – ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE TREINAMENTO ESPORTIVO - MODALIDADE DE HANDEBOL NOS PROJETOS ESPORTIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

Duração: 12 MESES.

Valor: R$ 27.900,00 (Vinte e sete mil e novecentos reais).

Data da Assinatura: 09 de agosto de 2019.

Ourizona-PR, 09 de agosto de 2019.
MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
CNPJ: 76.282.672/0001-07
RUA BELA VISTA, 1014
C.E.P.: 87170-000 - Ourizona - PR

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 40/2019 - PR
Processo Administrativo: 88/2019
Processo de Licitação: 83/2019
Data do Processo: 15/07/2019
Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, MANOEL RODRIGO AMADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 83/2019
b) Licitação Nr.: 40/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 09/08/2019
e) Data da Adjudicação: 09/08/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE TREINAMENTO ESPORTIVO - MODALIDADE DE HANDEBOL NOS PROJETOS ESPORTIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

(em Reais R$)

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Qtde de Itens	Média Desc(o (%)	Total dos Itens
- 003545 - I.P. de Oliveira - ME	1	0,0000	27.900,00
	1		27.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.099.3.3.90.39.00.00.00.00 (486)

Ourizona, 9 de Agosto de 2019.
MANOEL RODRIGO AMADO

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 262-262/2019

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, endereço Rua Dr. José Cândido Muricy, 216, centro, PARANAPOEMA-Pr, inscrito no CNPJ nº. 76.970.391/0001-39, representado neste ato pela Prefeita Municipal, **LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO**, doravante denominado apenas por **MUNICÍPIO**, e a empresa **RCP NETWORKS INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.745.961/0001-49, com sede na Av. Paraná, nº 131, – cidade – Colorado estado do PR – CEP 86690-000, neste ato representada pelo Sr. (a) Rosana Claudia Paião Borri, nacionalidade brasileira, estado casada, portador do RG 4.754.756-3 SSP/PR e CPF 894.353.209-10, residente e domiciliado na Rua tulipas nº 123, jardim das Primaveras, CEP. 86.690-000, na cidade de Colorado – Estado - PR, doravante denominado apenas por **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,** mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA I. DO OBJETO
1.1 A presente licitação tem por objeto o **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA**, conforme descrições constantes no anexo I deste edital, bem como estabelecer as demais regras e condições para o fornecimento do objeto.

1.2 A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie, devendo o fornecedor cumprir as condições e obrigações desta Ata.
1.3. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão nº. 25/2019

CLÁUSULA II – PROCEDIMENTO DE ENTREGA/FORNECIMENTO E OS RESPECTIVOS PRAZOS.
2.1 – Os Objetos serão solicitados no prazo máximo de 24(vinte quatro) horas após o recebimento da "Autorização de Fornecimento" e deverão ser entregues em local indicado pela Secretaria solicitante, livre de despesas com frete, observando as condições estabelecidas neste edital

2.2 – Os objetos, uma vez solicitados deverão ser entregues pelo fornecedor, conforme cronograma ou necessidade da Secretaria Solicitante, de forma parcelada, a ele cabendo a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante às especificações, condições e obrigações.

2.3 - O fornecedor convocado que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas, estará sujeito às sanções previstas neste instrumento.
2.4 - Quando comprovada uma dessas hipóteses no item 2.3, o Município de PARANAPOEMA poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
2.5 - O prazo de entrega pode ser revisto nas hipóteses indicadas no art. 57, § 1º, a Lei nº. 8.666/93.
2.6 - Verificada a desconformidade dos objetos com as especificações exigidas no edital, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte quatro horas), sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital, nos termos do art. 69 da lei nº. 8.666/93.
2.7 - A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto, deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº. do Edital de Pregão, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
2.8 – Os objetos em desacordo com o estipulado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso.

CLÁUSULA III - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os equipamentos, suas especificações, quantidades estimadas de fornecimento durante o prazo de vigência desta ATA e o preço a ser praticado pelo Fornecedor são os seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
	Caixa de som 900w com microfone se,		1		
2	fio/rodinha e alça	UNID		1115,00	1115,00
3	Nobreak sms 600 VA BIV	UNID	5	423,00	2.115,00
					3.230,00

3.2. Nos preços registrados encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a entrega do objeto, acima relacionado.
CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO
4.1 - As contratações com os fornecedores registrados, respeitada a ordem de classificação, serão formalizadas pelo Município através da nota de empenho e/ou autorização de despesa, conforme art. 62 da lei nº. 8.666/93.
4.2 – Os pagamentos serão efetuados através de crédito na conta corrente, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do objeto, mediante apresentação de **nota fiscal eletrônica**, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pelo Município.
4.3 – O fornecedor ficará obrigado a repassar para o Município, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre a entrega do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.
4.4 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de PARANAPOEMA em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;
4.5 – O fornecedor não receberá pagamentos enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.
4.6 – Os pagamentos ficam condicionados à prova de regularidade fiscal da empresa contratada junto à regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Seguridade Social (INSS).
4.7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA – Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da dotação orçamentária:

08.010.08.244.0050.1241.449052.0000 RED. 605

CLÁUSULA V – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
5.1 - A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 17 do Decreto 7.892/2013 c.c art. 65 da Lei nº. 8.666/93, e nos seguintes termos:
5.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos equipamentos ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
5.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
5.4 - convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
5.5 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
5.6 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.7 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado e protocolado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
5.8 – realizar o reajuste dos preços que será deferido a contar da data do protocolo;
5.9 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
5.10 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
5.11 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
5.12 – Nos termos do **art.65, d, da lei 8.666/93, os contratos poderão ser alterados por acordo das partes,** para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.
5.13 - O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: o pedido deve ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de PARANAPOEMA e encaminhado a Gerencia de Licitações e Compras com os seguintes documentos:
5.14 - Justificativa do pedido de alteração (explicando quais as circunstâncias de mercado, enfim qual o problema que ocasionou o aumento de preço).
5.15 Juntar fotocópias de Notas Fiscais, tabelas de preços de fabricantes, lista de preços, matérias-primas e/ou Documentos equivalentes que comprovem o alegado na justificativa.
5.16 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº.8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
5.17 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo Município de PARANAPOEMA para alteração, por aditamento, do preço da Ata.
CLÁUSULA VI – DOS DEVERES DO MUNICÍPIO
6.1. Requisitar a entrega do objeto quando necessário nas condições estabelecidas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
6.2. Notificar a empresa fornecedora, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na entrega do objeto.
6.3. Efetuar o pagamento ao Fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
6.4. Comunicar à empresa qualquer irregularidade manifestada na execução desta Ata de Registro de Preços.
6.5. Supervisionar a execução desta Ata de Registro de Preço.
CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
7.1. Fornecer os objetos nas especificações estabelecidas, na forma e condições determinadas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, bem como as obrigações definidas no edital de pregão para registro de preço nº. **25/2019,** sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à entrega do objeto;
7.3. Manter, durante a vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de Habilitação da licitação;
7.4. São de inteira responsabilidade do Fornecedor arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora;
7.5. Fornecer os equipamentos a partir do recebimento "Autorização de Despesas", durante toda a vigência da Ata, pelo preço nela fixado;
7.6. Entregar os equipamentos nos locais mencionados na Autorização de Despesas, mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente ao pedido formal do Município;
7.7. Responsabilizar-se pela qualidade dos equipamentos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados a Prefeitura e/ou a terceiro na execução da Ata;
7.8. Substituir, de imediato, às suas expensas, os equipamentos que não se adequarem às especificações registradas na Ata;
7.9. Atender prontamente às reclamações da Prefeitura, bem como, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto fornecido com vícios, defeitos ou incorreções;
7.10. Todas as despesas relativas até o local de entrega dos equipamentos, correrão por conta exclusiva da licitante vencedora;

CLÁUSULA VIII - DA RESCISÃO
8.1 - Caberá rescisão do presente instrumento caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
8.2 - A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA IX – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1. A presente Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12(doze) meses, a partir da data da sua assinatura.
CLÁUSULA X – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
10.1 - Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta Ata, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:
I - advertência;
II – multa, nos seguintes termos:
a) pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato/ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração: até 5% (cinco por cento) do valor contratual;
b) pelo atraso na entrega, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da solicitação de despesa, por dia decorrido, **até o limite de 10% do valor dos objetos não entregues;**
c) pela recusa em realizar a entrega, caracterizada em vinte dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor dos objetos;
d) pela demora em substituir ou corrigir falhas do objetos fornecido, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor dos objetos, por dia decorrido, **até o limite de 10% do valor dos objetos não substituídos/corrigidos;**
e) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na entrega, entendendo-se como recusa a entrega não efetivada nos quinze dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor da entrega rejeitada;
f) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
10.2 - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 10.1.:
I - pelo descumprimento do prazo de entrega;
II - pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e
III - pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados nesta ata.
10.3 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
10.4 - As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
10.5. Na aplicação das penalidades prevista nesta ata, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XI – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
11.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta clausula, definem-se as seguintes práticas:
a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **"prática conluiada"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
e) "prática obstrutiva":
(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;
(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
11.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
11.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA XII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
12.1 - O Registro de Preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:
12.1.1 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
12.1.2 - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
12.1.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

12.1.4 - tiver presentes razões de interesse público.
12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
12.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
12.4 - A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito à Secretaria Municipal de Administração/Gerencia de Licitação e Compras, facultado à Administração a aplicação das sanções previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
12.5 - A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos objetos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias;
12.6 - O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação, independente de aplicação das penalidades cabíveis.
12.7 - No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.
CLÁUSULA XIII – DOS CASOS OMISSOS
13.1. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes do Decreto nº. 7.892/2013, Lei Federal nº. 10.520/02, Lei 8.666/93, Lei complementar nº. 123/06, Lei complementar nº 147/2014.
CLÁUSULA XIV – DA PUBLICAÇÃO
14.1. O extrato da Ata e os preços registrados serão publicados pelo Município em Jornal Oficial, em atendimento ao disposto no art. 15, §2º e art. 61, § único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XV- DO FORO
15.1. Fica eleito o foro da comarca de Paranacity, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando, as partes, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PARANAPOEMA, Dia 08 de Agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA
LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO – PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

RCP NETWORKS INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
_____
NOME
CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2019
DISPENSA 36/2019- PMO

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR
Contratada: NASRALLAH E NASRALLAH LTDA – ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE TANQUE DE POLIETILENO DE 10.000 LTS COM TAMPA PARA O ATERRO SANITÁRIO DO MUNICIPIO.
Duração: 31/12/2019.

Valor: R$ 3.299,00 (Três mil, duzentos e noventa e nove reais).

Data da Assinatura: 08 de agosto de 2019.

Ourizona–PR, 08 de agosto de 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 36/2019 - DL
CNPJ: 76.282.672/0001-07 RUA BELA VISTA, 1014 C.E.P.: 87170-000 • Ourizona - PR	Processo Administrativo: 100/2019 Processo de Licitação: 94/2019 Data do Processo: 08/08/2019 Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, MANOEL RODRIGO AMADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 94/2019
b) Licitação Nr.: 36/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 08/08/2019
e) Data da Adjudicação: 08/08/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE TANQUE DE POLIETILENO DE 10.000 LTS COM TAMPA PARA O ATERRO SANITÁRIO DO MUNICIPIO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R$)

	Qtde de Itens	Média Desco (%)	Total dos Itens
- 000310 - NASRALLAH E NASRALLAH LTDA - ME	1	0,0000	3.299,00
	1		3.299,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.067.4.4.90.52-00.00.00.00.00 (368)

Ourizona, 8 de Agosto de 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Caixa Postal nº 81
PABX/FAX (44) 3245-8400 - CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

I - TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2019

Pelo presente, de um lado o Município de Mandaguaçu (contratante) e, de outro, LOPESPAV – SERVIÇOS, CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – O presente termo tem por objetivo aditar a avença original, com o fim de promover a prorrogação do prazo de execução contratual, até o dia 14 de janeiro de 2020.

Cláusula Segunda – Fundamenta-se, o presente aditivo, no artigo 57, caput, II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como na necessidade da contratante de contar com a prestação dos serviços.

Cláusula Terceira – Em virtude da formalização desse aditivo:
I – fica alterado a cláusula quarta do contrato, passando a figurar nele a data de 14 de janeiro de 2020.

Clausula Quarta - Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor, com a assinatura das testemunhas.

Mandaguaçu, 14 de julho de 2019.

De acordo:

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Departamento de Licitação e Patrimônio

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO
CNPJ 76.970.375/0001-46

PORTARIANº 139/2019

O SRJÚNIOR MARCELINO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO , ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

***CONCEDER** aservidora,**ANA ELISA LEMES FIORANI**,matricula 3437 RG/ID 7.340.657-9 SESP PR CPF-034.670.139-29, na função de **ENFERMEIRA**, na Manutenção da Divisão de Saúde elevação na função gratificadapassando de 8,041% (oito por cento e quatro décimos)para 13,83% (treze por cento e opitenta e três décimos) para desempenhar função como Coordenadora Atenção Primária e também como enfermeira Responsável pela Saúde do Trabalhador respondendo e responsabilizando-se, por todos os atos da referida função a partir desta data.*

Esta portaria entrará em vigor ,com efeitos a partir de 01 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se , publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, dia um do mês de agostodo ano de dois mil e dezenove.

JUNIOR MARCELINO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIANº 140/2019

O SRJÚNIOR MARCELINO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO , ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

***CONCEDER** aservidora,**FRANCIELE CELESTINO DOS SANTOS COMOSSATO**,matricula 3445 RG/ID 8.194.116-5 SESP PR CPF-030.791.309-01, na função de **ENFERMEIRA**, na Manutenção da Divisão de Saúde gratificação de 16,57% (dezesseis por cento e 57 décimos)para desempenhar função como Coordenadora Atenção Primária respondendo e responsabilizando-se, por todos os atos da referida função a partir desta data.*

Esta portaria entrará em vigor ,com efeitos a partir de 01 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se , publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, dia um do mês de agostodo ano de dois mil e dezenove.

JUNIOR MARCELINO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 141/2019

O SRJÚNIOR MARCELINO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO , ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

Conceder progressão com elevação de nível por tempos de serviços, prova de títulos e graduação aos servidores abaixo relacionadosConforme artigo 18,19 e 20 da lei 1026/2012. (Plano de carreira).

NOME	*CARGO*	*NIVEL ANTES*	*NIVEL ATUAL*	*TIPO*
NATANI CRISTINA BERNARDO MATRÍCULA 3459 RG-10.489.738-0 SESP PR	*AUXILIAR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA*	*10*	*11*	*T*

Registra-se , publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, estado do Paraná, aos cinco diasdo mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

POS-pós graduação

TS-tempo de serviço

T- prova de título

Junior Marcelino dos Santos
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO
CNPJ 76.970.375/0001-46

PORTARIA 142/2019

JÚNIOR MARCELINO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ NOS USOS DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

R E S O L V E

CONCEDER, a funcionária **JACIRA LOCASTRE LOPES matrícula** 701**RG/ID** 2187710 SSP PR**CPF**-605.800.899-91**, OCUPANTE** do cargo de**PROFESSORA,** lotado naMANUTENÇÃO DA DIVISÃO ENSINO BÁSICO-EFETIVO 09**(nove)** meses de licença especial a partir de **07 de agosto de 2019 até0 dia 02 de maio de 2020 (270 dias)** referente aos períodosaquisitivos de 01/05/1987 à 30/04/1992, 01/05/2007 à 30/04/2012 e 01/05/2012 à 30/04/2017.

Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Santo Inácio, 06 de agosto de 2019.

JÚNIOR MARCELINO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 143/2019

JUNIOR MARCELINO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPALDO MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO PR NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

CONCEDERao funcionário**ORESTES CARDOSO NETTO**, matrícula 1252 RG/ID 1932522SSP PR , ocupante do cargo de**DENTISTA**, LOTADO NA **DIVISÃO DE SAÚDE –FMS-PROGRAMA ISB ODONTOLOGICO,**03(três) meses de**Licença Prêmio** no período de 12 de agosto de 2019 a 09 de novembro de 2019 totalizando 90 dias referente ao período aquisitivo de 02/01/1999 a 01/01/2004.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data com efeitos a partir da datade publicação.

Santo Inácio, 06 de agosto de 2019.

JUNIOR MARCELINO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARANACITY
PARANÁ - BRASIL
CNPJ: 76.970.334/0001-50
Rua Pedro Paulo Venerio, 1022 87560-000 / Paranacity-PR
(44) 3463-8101 - (44) 3463-8100 CONTATO@PARANACITY.PR.GOV.BR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019

PROCESSO DE COMPRA nº 034/2019

O Município de Paranacity, Estado do Paraná, torna público o Edital de **Pregão Presencial nº 029/2019**, Critério: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Objeto: **Contratação de empresa no ramo pertinente para o fornecimento de alimentação do tipo "Marmitex" e "Refeição Comercial" para diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Paranacity, com entrega fracionada**. Data de realização do certame **23/08/2019, às 08h45min protocolo dos envelopes e na mesma data às 09h00min abertura dos trabalhos.** Para melhores informações, favor dirigir-se à Divisão de Licitações e Compras, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Pedro Paulo Venerio, 1022 – Paranacity – Pr, pelo telefone (44) 3463-8101, pelo site: www.paranacity.pr.gov.br – link Portal Transparência/Processo Licitatório ou ainda pelo e-mail licitacao@paranacity.pr.gov.br. Paranacity, 09 de agosto de 2019.

Sueli Terezinha Wanderbrook
Prefeita Municipal

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CHAMAMENTO PUBLICO N.º 004/2017.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY.

CONTRATADO: ALINE APARECIDA FACINA – CLÍNICA DE FISIOTERAPIA - ME.

DO OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE ADITIVO É A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA COM CESSÃO DO ESPAÇO, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, BEM COMO PARA ATUAÇÃO DE FISIOTERAPEUTA DO MUNICÍPIO DE PARANACITY, CONSTANTE NOS AUTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO.

DO PRAZO: FICA PRORROGADO COMO FUNDAMENTO NO CONTRATO ORIGINAL E NOS TERMOS DO ART. 57 DA LEI DE LICITAÇÕES, A VIGÊNCIA DO CONTRATO OBJETO DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 05/08/2019 COM VENCIMENTO FINAL EM 04/08/2020.

DO VALOR: 40.800,00 (QUARENTA MIL E OITOCENTOS REAIS), SENDO R$ 3.400,00 (TRÊS MIL E QUATROCENTOS REAIS) MENSAIS.

PARANACITY, PR, 02 DE AGOSOTO DE 2019.

SUELI TEREZINHA WANDERBROOK
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL N. 016/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY.

CONTRATADO: MSA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA - LTDA.

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, COM ENTREGA FRACIONADA.

DO VALOR: R$ 140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS).

DA FORMA DE PAGAMENTO: O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO, EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APRESENTAÇÃO DA NF/FATURA E EFETIVA ENTREGA.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES.

DO FORO: ELEGEM O FORO DA COMARCA DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ.

PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ EM 17 DE JUNHO DE 2019.

SUELI TEREZINHA WANDERBROOK
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL N. 021/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY.

CONTRATADO: AS3 AUTOMOTIVA LTDA - EPP.

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, COM ENTREGA FRACIONADA.

DO VALOR: R$ 3.755,00 (TRÊS MIL, SETECENTOS E CINQÜENTA E CINCO REAIS).

**DA FORMA DE PAGAMEN

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

==========ESTADO DO PARANÁ==========

CNPJ: 75.731.000/0001 – 60

EDITAL Nº 013/2019

O Prefeito Municipal de Floraí, Estado do Paraná, através do Departamento da Administração e Planejamento, **em razão da renuncia da 2ª colocada THAISA LEITE DE MORAES, insc. Nº 0063606129 e da renuncia do 3º colocado MAURO FARIAS BOMBIERI, insc. nº 0015506129,** convoca a pessoa abaixo relacionada para comparecer – no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação deste Edital – na Divisão de Recursos Humanos, **munida de cópias xerográficas** dos documentos adiante especificados, com vistas a assumir o cargo para o qual fora aprovada no **CONCURSO PÚBLICO nº 001/2017**, realizado em 28.01.2018.

A não apresentação dos documentos, descritos neste edital de convocação, importara na eliminação dos candidatos classificados no concurso.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

INSC. Nº	NOME DO CANDIDATO	CLAS. Nº
0047106129	KELE CRISTHINE MARTINS JIOPATO	4º

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- Comprovante de residência
- Carteira de Trabalho e Previdência Social
- Carteira de Identidade
- CPF – Cadastro de Pessoa Física
- Título de Eleitor - (comprovante de votação da ultima eleição)
- Certidão de Casamento ou Nascimento
- Certidão de Reservista
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos
- Carteira de Vacinação de filhos menores de 14 anos
- 1 (uma) foto 3 x 4 - (recente e tirada de frente)
- Certificado de Escolaridade exigido para o cargo
- Atestado Médico de aptidão Física e Mental

Paço Municipal "Osvaldo da Silva", aos 09 dias do mês de agosto de 2019.

ROSELI APARECIDA LEITE MOLINA
Deptº de Pessoal
Matricula Funcional: 07

FAUSTO EDUARDO HERRADON
Prefeito Municipal

DECRETO N° 098/2019

SÚMULA: REVOGAÇÃO DE DECRETO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º - Revogar o Decreto 008/2019 datado de 16 de janeiro de 2019, que Nomeia **Michele Aparecida de Lima**, a exercer a função de Diretora do Departamento de Saúde.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, "Osvaldo da Silva", aos 09 dias do mês de agosto de dois mil e dezenove.

FAUSTO EDUARDO HERRADON
Prefeito Municipal

ROSELI APº. LEITE MOLINA
Deptº. Pessoal.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019
Processo nº 45/2019

O Pregoeiro do Município de Floraí, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 01/2019, de 04/01/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **22deagosto de 2019** às **09:00 horas** no endereço, Rua Presidente Getúlio Vargas, 177, Floraí-Pr., a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de **Licitação nº 32/2019** na modalidade Pregão Presencial.

Prazo máximo para protocolar os envelopes: **22/08/2019 até as 08:30horas**.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado.

Objeto da Licitação:**Aquisição de material destinado ao atendimento odontológico gratuito à população de Floraí.**

Floraí,09de agosto de 2019.

Ronaldo José Ferreira de Souza
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019
Processo nº 087/2019

O Prefeito do Município de Floraí, no exercício das atribuições que lhe confere, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **02 de setembro de 2019, às 09h00 horas** no endereço, Rua Presidente Getúlio Vargas, 177, Floraí-Pr., a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº **006/2019** na modalidade Tomada de Preços.

Prazo máximo para protocolar os envelopes**: 02/09/2019 até as 08h30 horas**.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado.

Objeto da Licitação**: Contratação de empresa para execução de recapeamento asfáltico e construção de calcadas em vias urbanas, conforme processo nº 1060173-48, Ministério das cidades do Governo Federal.**

FLORAI, 09 de agosto de 2019.

Fausto Eduardo Herradon
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

CNPJ: 75.731.000/0001-60
RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 177
C.E.P.: 87185-000 - Floraí - PR

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 25/2019 - PR

Processo Administrativo: 69/2019
Processo de Licitação: 69/2019
Data do Processo: 08/07/2019

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, FAUSTO EDUARDO HERRADON, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 69/2019
b) Licitação Nr.: 25/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 09/08/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, alimentação e utensílios domésticos, destinados a todos Departamentos e Secretarias desta Prefeitura.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R$)

	Qtde de Itens	Média Desc(o (%)	Total dos Itens
- 002634 - ATRIELI TRANSPORTE COMERCIO E DISTRIBUICAO	22	0,0000	19.942,60
- 000220 - FIOR & FIOR LTDA.	4	0,0000	8.198,00
- 000175 - IRMAOS CONTIN LTDA - ME	18	0,0000	16.950,50
- 000176 - MERCADO E FRUTARIA MORATTO LTDA - ME	17	0,0000	21.374,50
- 002620 - SUPERMERCADO FAMILIAO LTDA	2	0,0000	3.417,20
	63		69.882,80

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.070.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (43), 2.014.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (135), 2.073.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (149), 2.022.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (182), 2.022.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (183), 2.027.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (194), 2.032.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (205), 2.032.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (206), 2.032.3.3.90.32.00.00.00.00.00 (207), 2.061.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (251), 2.063.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (257), 2.063.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (258), 2.037.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (302), 2.037.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (303), 2.038.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (313), 2.038.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (315), 2.045.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (386), 2.045.3.3.90.32.00.00.00.00.00 (387), 6.001.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (414), 2.013.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (433), 2.030.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (451), 2.031.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (455), 2.065.3.3.90.30.00.00.00.00.00 (497), 2.032.3.3.90.32.00.00.00.00.00 (501)

FAUSTO EDUARDO HERRADON
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

==========ESTADO DO PARANÁ==========

CNPJ: 75.731.000/0001 – 60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

CNPJ: 75.731.000/0001-60
RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 177
C.E.P.: 87185-000 - Floraí - PR

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 2/2019 - TP

Processo Administrativo: 62/2019
Processo de Licitação: 62/2019
Data do Processo: 03/06/2019

Folha: 1/

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, FAUSTO EDUARDO HERRADON, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 62/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 09/08/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: construção de centro municipal de educação infantil no conjunto Floraí I.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R$)

	Qtde de Itens	Média Desc(o (%)	Total dos Itens
- 002295 - CONSTRUTORA DINIZ EIRELI - ME	24	0,0000	2.166.282,96
	24		2.166.282,96

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.0/0.4.4.90.51.00.00.00.00.00 (531), 1.0/0.4.4.90.51.00.00.00.00.00 (532)

FAUSTO EDUARDO HERRADON
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
CNPJ Nº 78.092.293/0001-71
Rua Governador Munhoz da Rocha, 215 - Fone/fax (44) 33131375-www.santaines.pr.gov.br
CEP: 86.660-000 – SANTA INÊS – PR

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 001/2019 - B

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Santa Inês - PR, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** a inscrição complementar referente ao Teste Seletivo aberto através do Edital nº 001/2019, conforme segue:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
416097	PROFESSOR	KAREN REGINA DE AZEVEDO	103632374
424373	PROFESSOR	LENIR SOARES DA SILVA	95388205

Art. 2º - Informamos aos candidatos homologados que a **Prova Escrita Objetiva** será aplicada no dia **11 de agosto de 2019 ás 14h30min** no **ESCOLA MUNICIPAL HILDA TEIXEIRA COUTINHO**, sito à Rua Governador Munhoz da Rocha, nº 170 – Centro em Santa Inês - PR.

Art. 3º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**
- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santa Inês - PR, 09 de agosto de 2019.

Bruno Vieira Luvisotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
CNPJ Nº 78.092.293/0001-71
Rua Governador Munhoz da Rocha, 215 - Fone/fax (44) 33131375-www.santaines.pr.gov.br
CEP: 86.660-000 – SANTA INÊS – PR

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 001/2019 - A

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Santa Inês - PR, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições conforme Anexo I, referente ao Teste Seletivo aberto através do Edital nº 001/2019.

Art. 2º - O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá interpor recurso, conforme disposto no item 12. do Edital de Teste Seletivo nº 001/2019, anexando o comprovante de pagamento. **O candidato que não interpor recurso em tempo hábil perderá o direito de realizar a prova.**

Art. 3º - Informamos aos candidatos homologados que a **Prova Escrita Objetiva** será aplicada no dia **11 de agosto de 2019 ás 14h30min** no **ESCOLA MUNICIPAL HILDA TEIXEIRA COUTINHO**, sito à Rua Governador Munhoz da Rocha, nº 170 – Centro em Santa Inês - PR.

Art. 4º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**
- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santa Inês - PR, 09 de agosto de 2019.

Bruno Vieira Luvisotto
Prefeito Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
417773	ENFERMEIRO	ANALICE DE PAULA LIMA	103871085
415145	ENFERMEIRO	EDINA DA SILVA	66129519
418229	ENFERMEIRO	ELIANA FRANCISCA DIAS	44942488
418462	ENFERMEIRO	FERNANDA GUIMARÃES CARPI PARRON	84277290
420362	ENFERMEIRO	FERNANDA CORREIA LIMA	76991952
414729	ENFERMEIRO	JESSYCA NITSCHE CADAMURO	85666355
424358	ENFERMEIRO	MARIANA FERREIRA BARBOZA DE SOUZA	559070810
414094	ENFERMEIRO	PRICILA MEDEIROS DE ARRUDA	82708197
422154	ENFERMEIRO	SUELLEN SEFRIAN TURCATO	91353288
422520	PROFESSOR	ADRIANA TEREZA DE OLIVEIRA	80103034
424330	PROFESSOR	ADRIANA DE SOUZA SOBRAL DENARDO	27145829
424363	PROFESSOR	ADRIANA MARTINS DE ARAÚJO	67046803
415092	PROFESSOR	ANGELA SANTANA	49376669
424328	PROFESSOR	BEATRIZ DE SOUSA RENATO NONATO	135121029
422896	PROFESSOR	CRISLAINE FREITAS	76256705
413810	PROFESSOR	EDIVANIA ZIPPE	88746597
421635	PROFESSOR	ELIANE LOPES	41412933
416107	PROFESSOR	ELIZANE OHSE SALBEGO	77509747
414664	PROFESSOR	ELY CRISTINA MENDONÇA LIMA	73584841
424335	PROFESSOR	ERICA MARTINS DE ARAUJO	80979193
424353	PROFESSOR	FLAVIA TATIANE MENEZES SANTOS	407055435
421597	PROFESSOR	FRANCISCA APARECIDA DA SILVA ARRUDA	40277056
415066	PROFESSOR	ISABEL CRISTINA ROSA GLOOR	76627975
417406	PROFESSOR	JAQUELINE DOMINGUES DA SILVA	124338565
413485	PROFESSOR	KEILA FERREIRA SANTOS TORRES	96740956
424362	PROFESSOR	LIDIANE ALVES DE OLIVEIRA	76542074
415228	PROFESSOR	LILIAN RIBIRA MARQUES	94061164
416260	PROFESSOR	LILIANE TACIANA BRONDANI VIEIRA	142976897
421602	PROFESSOR	LUCIANA CORREIA LIMA	70320770
420595	PROFESSOR	LUCIMARA ALVES ROSA	53948391
417474	PROFESSOR	MARCIA DE AVILA E SILVA	81142319
414054	PROFESSOR	MARIA LEITE MEDEIROS	236498630
414813	PROFESSOR	MARIA APARECIDA SANTOS ROCHA	51448820
424379	PROFESSOR	ROSILENE APARECIDA DE ANDRADE	407055708
421576	PROFESSOR	SUELI APARECIDA DA SILVA	50213528
424339	PROFESSOR	SUELI ALVES PINAFFI RIBEIRO	61526994
424380	PROFESSOR	TAMIRES APARECIDA SOARES LISBOA	138214672
424370	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ADRIANA LIMA SILVA	110578059
416737	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	AMANDA DOS SANTOS CAMARGO	110577591
422428	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CRISCIMAR CANCELA SILVA	144814622
422738	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GABRIEL MARQUES DOS SANTOS SILVA	108721324
417888	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GEISIHELEN SILVA OLIVEIRA	124756421
422602	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GISELE FERNANDA DE SOUZA RODRIGUES	94154081
413430	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	IARA REGINA LIMA	106922250

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
CNPJ Nº 78.092.293/0001-71
Rua Governador Munhoz da Rocha, 215 - Fone/fax (44) 33131375-www.santaines.pr.gov.br
CEP: 86.660-000 – SANTA INÊS – PR

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - B

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Santa Inês - PR, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** a inscrição complementar referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 001/2019, conforme segue:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
414309	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	SILVANO HENRIQUE DA SILVA	100672057

Art. 2º - Informamos aos candidatos homologados que a **Prova Escrita Objetiva** será aplicada no dia **11 de agosto de 2019 ás 14h30min** no **ESCOLA MUNICIPAL HILDA TEIXEIRA COUTINHO**, sito à Rua Governador Munhoz da Rocha, nº 170 – Centro em Santa Inês - PR.

Art. 3º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**
- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santa Inês - PR, 09 de agosto de 2019.

Bruno Vieira Luvisotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
CNPJ Nº 78.092.293/0001-71
Rua Governador Munhoz da Rocha, 215 - Fone/fax (44) 33131375-www.santaines.pr.gov.br
CEP: 86.660-000 – SANTA INÊS – PR

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - A

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Santa Inês - PR, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições conforme Anexo I, referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 001/2019.

Art. 2º - O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá interpor recurso, conforme disposto no item 12. do Edital de Concurso Público nº 001/2019, anexando o comprovante de pagamento. **O candidato que não interpor recurso em tempo hábil perderá o direito de realizar a prova.**

Art. 3º - Informamos aos candidatos homologados que a **Prova Escrita Objetiva** será aplicada no dia **11 de agosto de 2019 ás 14h30min** no **ESCOLA MUNICIPAL HILDA TEIXEIRA COUTINHO**, sito à Rua Governador Munhoz da Rocha, nº 170 – Centro em Santa Inês - PR.

Art. 4º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**
- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santa Inês - PR, 07 de agosto de 2019.

Bruno Vieira Luvisotto
Prefeito Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
415074	ASSISTENTE SOCIAL	ADRIANA DOS REIS GONÇALVES	87538516
414078	ASSISTENTE SOCIAL	ALINE FERNANDA ALVES DO NASCIMENTO	484923875
424354	ASSISTENTE SOCIAL	ANA PAULA DIAS FRANCO	68690722
424340	ASSISTENTE SOCIAL	DANIELA APARECIDA DE MELO FRANCISCO	99517220
420957	ASSISTENTE SOCIAL	ELIZABETH DAL BIANCO CHECOM	70526255
413337	ASSISTENTE SOCIAL	GABRIELY DOS SANTOS TURATO	106823146
424361	ASSISTENTE SOCIAL	GISLAINE APARECIDA DO NASCIMENTO SENA	401200565
424345	ASSISTENTE SOCIAL	GRAZIELLE MARIA ARCANJO DE ALMEIDA	103162976
413583	ASSISTENTE SOCIAL	PATRÍCIA NEVES DA SILVA	93216415
424357	ASSISTENTE SOCIAL	PÂMELA IARA COLAVITE CANDIDO	104696279
424378	ASSISTENTE SOCIAL	RANIELLI COITO	132501351
424364	ASSISTENTE SOCIAL	ROSIMARI MARIA CORRÊA	49175493
420819	FISIOTERAPEUTA	ADRICELI MENEZES DA SILVA	460113252
418348	FISIOTERAPEUTA	BRUNA FURINI NEVES	104033458
416376	FISIOTERAPEUTA	GEISA LENARA SOUZA CARVALHO	107442030
424372	FISIOTERAPEUTA	KAMYLLA SILVA CAMARGOS BIDOÍA	77631496
415848	FISIOTERAPEUTA	RAYANE ALMEIDA DA SILVA	110024720
424154	FISIOTERAPEUTA	RICARDO APARECIDO DE SOUZA	95807437
423604	FISIOTERAPEUTA	SILVIA LETICIA DA SILVA	78914238
419351	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	ALAN CORREIA DA SILVA	107845577
414746	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	ANGELA ANDRADE	26415017
424352	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	BRUNA DA SILVA COSTA	97941106
416375	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	DANILO MENOSSI ARAUJO	83902477
416043	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	EUZEBIO VALDEZ FERNANDES	128933620
422292	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	IAGO FERNANDO	124711819
416986	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	JOSÉ CESAR FERREIRA	71991857
424331	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	KLAYFER DIAS DE OLIVEIRA	103875269
414313	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	LEORNARDO MARCAL RODRIGUES CRUZ	107133542
419839	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	MANOEL FLAVIO	63119296
424327	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	RICHARD NONATO	134499699
413838	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	WANDERSON PACHECO BARBOSA	100672065
420289	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	CAIRO JOSE RODRIGUES	93269276
424365	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	CÍCERO ROCHA SANTOS	6473767
420172	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	ELIANE APARECIDA ELIAS	68299624
416272	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	FABIANO GONÇALVES BRONDANI VIEIRA	88745868
413829	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	JOÃO BATISTA BARBOSA	50242064
416768	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	MARCOS ANTONIO PANTALEÃO	103021480
424332	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	MARIO SERGIO DA SILVA	57648503
420151	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	RAFAEL MACHADO FERNANDES	79004871
424338	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II	ANDRÉ LOPES DA SILVA	123525078
416051	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II	CÍCERO ROCHA SANTOS	6473767
419865	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II	ELIANDRO APARECIDO PESCE	73416345
416880	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II	REGINALDO BENICIO DOS SANTOS	67812646
416894	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II	RUBERVAL DE CAMPOS CONSALTER	40397540
424351	PSICÓLOGO	ALANA APARECIDA MARQUES	123255526
416170	PSICÓLOGO	ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA	484906562
418167	PSICÓLOGO	GESSICA ARAUJO LEITE DA SILVA	134004592
424377	PSICÓLOGO	HANS WERNER ALVES	91878461
423221	PSICÓLOGO	IRSE ARAUJO FERREIRA	31180813
424333	PSICÓLOGO	JULIANA MILANEZI RAMALHO	92878740
415857	PSICÓLOGO	KAREN MACHADO ONÇA SILVERIO	104047513
419810	PSICÓLOGO	KESIA APARECIDA GALINDO DE OLIVEIRA NISHIKAWA	82496157
415022	PSICÓLOGO	LAINE LOTO VIOLATO	108744324
416911	PSICÓLOGO	LORENA RIBEIRO DA CRUZ	94271509
414902	PSICÓLOGO	MARCELA APARECIDA SILVA DE SOUZA	468597232
424360	PSICÓLOGO	MARIANA APARECIDA TEIXEIRA DE ANDRADE	102760948
416677	PSICÓLOGO	MAYARA HELOISE BERNABE SOARES	96949030
417456	PSICÓLOGO	NAIANI TIZZIANI	96894236
424371	PSICÓLOGO	SARAH ORTIZ CAMARGOS	135027880
415836	PSICÓLOGO	TALITA DANTAS FERREIRA	93216067
416924	PSICÓLOGO	THAIS MEDEIROS DE LIMA	103712580

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

==========ESTADO DO PARANÁ==========

CNPJ: 75.731.000/0001 – 60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

CNPJ: 75.731.000/0001-60
RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 177
C.E.P.: 87185-000 - Floraí - PR

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2019 - PR

Processo Administrativo: 79/2019
Processo de Licitação: 79/2019
Data do Processo: 18/07/2019

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, FAUSTO EDUARDO HERRADON, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 79/2019
b) Licitação Nr.: 27/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 09/08/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: contratação de restaurante para servir refeições na cidade de Maringá para funcionários deste município quando em serviço nesta cidade.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R$)

	Qtde de Itens	Média Desc(o (%)	Total dos Itens
- 002312 - LANCHONETE 2000 LTDA - ME	1	0,0000	37.000,00
	1		37.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.037.3.3.90.39.00.00.00.00.00 (307) Saldo: 61.895,44

FAUSTO EDUARDO HERRADON
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura do Municipio de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

CONCURSO PÚBLICO 001/2019
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR – Nº 023/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ**, torna público aos interessados o Edital de Classificação Preliminar do Concurso Público 001/2019.

Art. 1º Consta no Anexo I deste Edital a Classificação Preliminar na Ampla Concorrência.

Art. 2º Consta no Anexo II deste Edital a Classificação Preliminar na Condição de Afrodescendente.

Art. 3º Consta no Anexo III deste Edital a Classificação Preliminar na Condição de Pessoa com Deficiência.

Art. 4º Os candidatos que protocolaram recursos contra o Resultado Preliminar da Segunda Fase poderão consultar suas respostas na área restrita do candidato.

Art. 5º Haverá prazo recursal contra o Edital Classificação Preliminar no período de **12 a 14 de agosto de 2019**. Para protocolar o questionamento, os candidatos deverão acessar o site www.institutounifil.com.br, Concursos em Andamento, página específica do Concurso Público 001/2019 da Prefeitura Municipal de Mandaguaçu, *link* Área Restrita do Candidato, Recurso Contra Classificação Preliminar.

Art. 6º As respostas aos recursos serão disponibilizadas no dia 20 de agosto de 2019, conforme cronograma do Concurso constante no Edital de Abertura.

Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 11 de agosto de 2019.

MAURÍCIO APARECIDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	IDENTIDADE	NOTA FINAL	CLASSIF.
Auxiliar Administrativo	ADRIANA COMINI DA SILVA	005.200.333-14	134753161	87.50	1
Auxiliar Administrativo	JOSILENE DILCIMARA ARRABAL	005.200.335-08	97188211	87.50	2
Auxiliar Administrativo	LUCY MIDORI HAMA	005.200.346-72	48002854	85.00	3
Auxiliar Administrativo	WESLEY MARCEL FERRACIN CASARE	005.200.348-29	126954298	82.50	4
Auxiliar Administrativo	AMANDA ZULAI DE SOUZA	005.200.363-77	129016620	80.00	5
Auxiliar Administrativo	FELIPE TEIXEIRA DA SILVA	005.200.405-27	149303740	80.00	6
Auxiliar Administrativo	MARIANA BATISTA SOARES	005.200.359-87	6627726	80.00	7
Auxiliar Administrativo	KAILON ALEXANDRE OLIVEIRA GUERRA	005.200.338-39	135338516	80.00	8
Auxiliar Administrativo	ERICO HENRIQUE DA SILVA SONNI	005.200.398-63	4525163	80.00	9
Auxiliar Administrativo	JOSIANE GUIMARAES SGANZERLA	005.200.327-52	98962247	77.50	10
Auxiliar Administrativo	MATHEUS DE SOUZA SILVA	005.200.390-56	141268945	77.50	11
Auxiliar Administrativo	LUANA BENTO SATIN	005.200.363-46	9724657-2	77.50	12
Auxiliar Administrativo	THAIS CAROLINE NUNES	005.200.324-24	104657818	77.50	13
Auxiliar Administrativo	LORENA ALINE DE LIMA	005.200.357-31	127777004	77.50	14
Auxiliar Administrativo	AMANDA FIORILLO	005.200.319-83	132495742	77.50	15
Auxiliar Administrativo	HADASSA DE ALMEIDA SIQUEIRA CAETANO	005.200.332-45	147856091	75.00	16
Auxiliar Administrativo	VINICIUS RESPLANDES MESQUITA	005.200.389-90	25573861	75.00	17
Auxiliar Administrativo	SILBEINY KARYN CAMARGO	005.200.359-11	91750074	75.00	18
Auxiliar Administrativo	ISRAEL RONE FIORILLO	005.200.391-07	44043165	75.00	19
Auxiliar Administrativo	ANDRESA LOPES MAGALHÃES	005.200.315-85	104869424	75.00	20
Auxiliar Administrativo	LUCAS NAVARRETE RICKLI	005.200.334-95	12455758-5	75.00	21
Auxiliar Administrativo	LIGIA DA SILVA DEMICIANO	005.200.334-91	425147988	75.00	22
Auxiliar Administrativo	LINDAMIR BAULE COELHO	005.200.391-96	41715952	72.50	23
Auxiliar Administrativo	VIVIANE LOPES DA SILVA	005.200.388-54	3149284	72.50	24
Auxiliar Administrativo	ALBERTO SOUZA SILVA	005.200.321-68	111256772	72.50	25
Auxiliar Administrativo	PATRÍCIA SUELLEN DIAS	005.200.375-79	98709720	72.50	26
Auxiliar Administrativo	GEOVANNA ROMANOSKI GOMES	005.200.351-78	142012359	72.50	27
Auxiliar Administrativo	TIAGO AUGUSTO ASSIS MEN	005.200.363-02	109990051	72.50	28
Auxiliar Administrativo	SERGIO LUIZ RHODEN	005.200.315-37	80667744	72.50	29
Auxiliar Administrativo	GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA LIMA	005.200.352-35	140828610	70.00	30
Auxiliar Administrativo	VANESSA MATIKO SATO	005.200.370-44	27853952-X	70.00	31
Auxiliar Administrativo	GIZELE ALVES PINTO	005.200.366-66	107531947	70.00	32
Auxiliar Administrativo	GABRIEL ANTONIO GARCIA DE MORAES	005.200.396-47	136261100	70.00	33
Auxiliar Administrativo	MILENE LOPES MAGALHÃES	005.200.315-34	142267640	70.00	34
Auxiliar Administrativo	INGRID DAYANE RIBEIRO	005.200.398-69	134506644	70.00	35
Auxiliar Administrativo	PRISCILA FOCHI GOUVEIA	005.200.367-76	103115108	70.00	36
Auxiliar Administrativo	FLANCIELE POLPETA	005.200.337-31	10675093-6	70.00	37
Auxiliar Administrativo	GISELLE KAME TAIRA OTSUKA	005.200.369-98	153963681	70.00	38
Auxiliar Administrativo	SUSY DE OLIVEIRA PEREIRA	005.200.347-62	102278119	70.00	39
Auxiliar Administrativo	LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA	005.200.372-75	14.189.018-2	70.00	40
Auxiliar Administrativo	LILYAN QUINELLI ALMEIDA MARTINS	005.200.357-02	486903278	70.00	41
Auxiliar Administrativo	GUSTAVO SGOBERO BRAGA	005.200.366-64	106967113	67.50	42
Auxiliar Administrativo	LUMA TRIZI MANGANELLI	005.200.367-06	104216404	67.50	43
Auxiliar Administrativo	LORRAYNI SOARES DOS SANTOS PEREIRA	005.200.376-50	143534375	67.50	44
Auxiliar Administrativo	ANA VITORIA PAZ LAVERDE	005.200.331-14	139864972	67.50	45
Auxiliar Administrativo	LUCAS GABIATO CATHARIN	005.200.366-02	135506729	67.50	46
Auxiliar Administrativo	ISABELA POLOSCHI DOS SANTOS	005.200.388-57	138518574	67.50	47
Auxiliar Administrativo	KAREN DAIANE DOMINGUES DA SILVA	005.200.330-18	129464321	67.50	48
Auxiliar Administrativo	CACILDA MARINI LAUREANO	005.200.391-98	38564722	67.50	49
Auxiliar Administrativo	ANA CAROLINA BAULE DE OLIVEIRA	005.200.348-28	13801027-9	65.00	50
Auxiliar Administrativo	ARION BARBOZA CAETANO JUNIOR	005.200.332-67	102594851	65.00	51
Auxiliar Administrativo	RAFAELA GAMBA PIMENTEL	005.200.338-14	125098525	65.00	52
Auxiliar Administrativo	VINICIUS FELIPE VERGILIO DUARTE	005.200.326-46	140178233	65.00	53
Auxiliar Administrativo	DIEINE FERNANDA GOMES	005.200.407-08	98166602	65.00	54
Auxiliar Administrativo	LUCAS ALEXSANDRO PARRA FERNANDES RUFINO	005.200.355-34	133882715	65.00	55
Auxiliar Administrativo	MATHEUS SGOBERO DA SILVA VIANA	005.200.384-34	136094068	65.00	56
Auxiliar Administrativo	NEUSA APARECIDA OLIVEIRA	005.200.332-29	83077441	65.00	57
Auxiliar Administrativo	LEANDRO SOARES LEITE	005.200.331-92	76236003	65.00	58
Auxiliar Administrativo	LUCAS ANTUNES ZUFFA	005.200.384-33	134352167	65.00	59
Auxiliar Administrativo	NAYARA BERNARDES GOMES SILVA	005.200.316-92	94124085	62.50	60
Auxiliar Administrativo	ANA LUIZA BALANI RANDO	005.200.398-72	125749992	62.50	61
Auxiliar Administrativo	LINDOLFO PETTENAZZ NETO	005.200.371-63	99161582	62.50	62
Auxiliar Administrativo	GABRIELLE DOS SANTOS PARRA	005.200.390-25	104641741	62.50	63
Auxiliar Administrativo	BRUNO DE DEUS TIRAPELLE	005.200.356-48	125097693	62.50	64
Auxiliar Administrativo	THAINÁ BARBOSA DOS SANTOS	005.200.341-07	136257145	62.50	65
Auxiliar Administrativo	GUILHERME FREIRE DE ALMEIDA	005.200.365-35	129477059	62.50	66
Auxiliar Administrativo	DAIANE NAREZI FERNANDES	005.200.347-08	105032455	62.50	67
Auxiliar Administrativo	EVELIN MARIA MENEZES DAVANCO	005.200.366-60	001957502	62.50	68
Auxiliar Administrativo	MAYARA RIBEIRO DA SILVA	005.200.391-67	134700254	62.50	69
Auxiliar Administrativo	FERNANDO LUNARDON MAGLHÃES	005.200.333-27	139967801	62.50	70
Auxiliar Administrativo	HÊMILLY LIMA DE ALMEIDA	005.200.399-63	127010730	62.50	71
Auxiliar Administrativo	LEONARDO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS DA SILVA	005.200.357-68	135278734	62.50	72
Auxiliar Administrativo	YURI MATHEUS DA SILVA	005.200.349-18	14.359.705-9	60.00	73
Auxiliar Administrativo	GUSTAVO RODRIGUES SANTOS	005.200.366-32	135229628	60.00	74
Auxiliar Administrativo	MARIA HELOISA RODRIGUES SERTORIO	005.200.326-69	14.388.569-0	60.00	75
Auxiliar Administrativo	GISELE CRISTINA DE MEDEIROS	005.200.330-69	98148060	60.00	76
Auxiliar Administrativo	PAULO HENRIQUE DELFANTE	005.200.393-16	127548587	60.00	77
Auxiliar Administrativo	FERNANDA NOGUEIRA DE SOUSA	005.200.403-09	142040808	60.00	78
Auxiliar Administrativo	JEAN CARLO DOS SANTOS	005.200.393-56	111249911	60.00	79
Auxiliar Administrativo	JOICY MARA SOLDAN	005.200.318-43	127161780	60.00	80
Auxiliar Administrativo	BARBARA APARECIDA LINO	005.200.397-05	133581480	60.00	81
Auxiliar Administrativo	LUDMILA DOS SANTOS FRANÇA	005.200.383-80	130886116	60.00	82
Auxiliar Administrativo	PEDRO HENRIQUE SAMBINI DA SILVA	005.200.401-76	128659684	60.00	83
Auxiliar Administrativo	LUCAS DA SILVA MOREIRA	005.200.338-13	135593362	60.00	84
Auxiliar Administrativo	ANA GABRIELE COUTINHO DE SOUSA	005.200.364-30	553526	60.00	85
Auxiliar Administrativo	JAIME EZIDIO DOS SANTOS NETO	005.200.397-38	81427992	60.00	86
Auxiliar Administrativo	ROSINEIDE DA SILVA CALAIS	005.200.395-84	100134721	60.00	87
Auxiliar Administrativo	KARINA SILVA DE BARROS MOURA	005.200.315-40	106835934	60.00	88
Auxiliar Administrativo	ARLETE ANDRADE MOREIRA	005.200.331-31	49092695	60.00	89
Auxiliar Administrativo	DIEGO CARDOSO FERRO	005.200.388-15	1393145066	60.00	90
Auxiliar Administrativo	ISABELA DE OLIVEIRA FULGÊNCIO	005.200.358-68	14614731-3	60.00	91
Auxiliar Administrativo	VALDIR CRUZ DA SILVA	005.200.346-57	68293790	60.00	92
Auxiliar Administrativo	MATHEUS JOSÉ ADRIANO SILVA	005.200.353-43	94124123	60.00	93
Auxiliar Administrativo	MICHELY DE LIMA FERNANDES	005.200.320-95	83196840	60.00	94
Auxiliar Administrativo	JOÃO ALEXANDRE CORDEIRO	005.200.359-21	9446765-9	60.00	95
Auxiliar Administrativo	RAUL ROCHA LEONARDI	005.200.392-25	14.099.473-1	57.50	96
Auxiliar Administrativo	AMANDA RODRIGUES GOMES DA SILVA	005.200.332-63	10.731.844-5	57.50	97
Auxiliar Administrativo	JOÃO RENATO ANTONIAZZI	005.200.392-42	98441026	57.50	98
Auxiliar Administrativo	LUCAS SILVA DUARTE	005.200.329-74	142775506	57.50	99
Auxiliar Administrativo	DAROILLY BARATO PINELLI	005.200.367-83	75952058	57.50	100
Auxiliar Administrativo	NATALIA GONÇALVES SARAPIÃO	005.200.350-98	153631522	57.50	101
Auxiliar Administrativo	BRUNO MAGELA MACHADO	005.200.402-35	99871067	57.50	102
Auxiliar Administrativo	ELLEN CAROLINE RIBEIRO CORRÊA	005.200.393-68	134324465	57.50	103
Auxiliar Administrativo	LEANDRO APARECIDO OSTOLIN	005.200.335-01	93080602	57.50	104
Auxiliar Administrativo	GABRIELI DE SOUZA BUENO CAETANO RAMOS	005.200.366-04	150070708	57.50	105
Auxiliar Administrativo	FLAVIA IZABELLA BALDEZ CARNIEL	005.200.324-53	12545750-9	57.50	106
Auxiliar Administrativo	GILBERTO ALCANTARA FELIX DA SILVA	005.200.378-22	123384326	57.50	107
Auxiliar Administrativo	LEONARDO HENRIQUE TASSO	005.200.405-21	107168591	57.50	108
Auxiliar Administrativo	FRANCIELE DOS SANTOS LIMA	005.200.365-75	12.756.276-8	57.50	109
Auxiliar Administrativo	BEATRIZ REINALDO MAGALHÃES	005.200.322-34	135908541	55.00	110
Auxiliar Administrativo	ADRIANO ROGÉRIO DOS REIS JOÃO	005.200.347-47	137633167	55.00	111
Auxiliar Administrativo	OLISÂNGELA FERREIRA GALEGO	005.200.389-95	00001108984	55.00	112
Auxiliar Administrativo	FRANCIENI LISBOA CONSTANTINO PERROT	005.200.390-01	90091891	55.00	113
Auxiliar Administrativo	CYBELLI MARINA BAZZA	005.200.379-88	60154279	55.00	114
Auxiliar Administrativo	SUZANA ANANIAS MENDES	005.200.346-81	103448387	55.00	115
Auxiliar Administrativo	LEDA MARIA CASARE	005.200.348-12	108723599	55.00	116
Auxiliar Administrativo	LUANA DA SILVA LIMA	005.200.405-20	37.150.259-7	55.00	117
Auxiliar Administrativo	KATIELY FERNANDA SILVA	005.200.348-98	139051998	55.00	118
Auxiliar Administrativo	LARISSA BEATRIZ MARTOS	005.200.400-42	138970159	55.00	119
Auxiliar Administrativo	JUSCELINO DA SILVA DUTRA JUNIOR	005.200.318-14	492068355	55.00	120
Auxiliar Administrativo	ANDRESSA NOGUEIRA DA COSTA	005.200.371-43	001826516	55.00	121
Auxiliar Administrativo	LUANA GOMES DE OLIVEIRA	005.200.397-58	131985894	55.00	122
Auxiliar Administrativo	VANESSA BENTO DOS SANTOS SOARES	005.200.351-83	106858667	55.00	123
Auxiliar Administrativo	RAYSA APARECIDA DE ARAUJO ANTONIAZZI	005.200.392-34	107195785	55.00	124
Auxiliar Administrativo	ROSEMARY APARECIDA GONÇALVES	005.200.323-87	65702320	52.50	125
Auxiliar Administrativo	MONICA AYUMI NOGUTI	005.200.314-93	139349148	52.50	126
Auxiliar Administrativo	EDICLEIA MARTINS CUSTODIO	005.200.330-01	107139397	52.50	127
Auxiliar Administrativo	JOICE CRISTINA COELHO DE ASSUNCAO	005.200.319-64	100652846	52.50	128
Auxiliar Administrativo	LARISSA BIANCA DO NASCIMENTO	005.200.347-52	133754407	52.50	129
Auxiliar Administrativo	JORDAN MIRANDA BARBOSA	005.200.358-29	458642551	52.50	130
Auxiliar Administrativo	NATALIA CAROLINE DA CRUZ	005.200.342-89	134927143	52.50	131
Auxiliar Administrativo	ROGERIA FULGENCIO PILLER	005.200.402-16	97252084	50.00	148
Auxiliar Administrativo	LILIA MARIA RODRIGUES GALEGO	005.200.344-38	71070050	50.00	149
Auxiliar Administrativo	AMANDA LICERO GUERREIRO SILVA	005.200.364-26	139069404	50.00	150
Auxiliar Administrativo	ANA CLARA TASSO	005.200.343-43	141068237	50.00	151
Auxiliar Administrativo	BRENO GUSTAVO DOS SANTOS BONFIM	005.200.317-91	152285043	50.00	152
Auxiliar Administrativo	DANIEL MARQUES CERVANTE	005.200.393-42	141230042	50.00	153
Auxiliar de Consultório Dentário	EDIVANIA CRISTINA PEREIRA	005.200.350-48	57270438	65.00	1
Auxiliar de Consultório Dentário	FERNANDA CAROLINA REIS BERGAMO	005.200.406-19	72861027	65.00	2
Auxiliar de Consultório Dentário	DIELEN KAROLAINE DINIZ	005.200.315-22	126315252	60.00	3
Auxiliar de Consultório Dentário	JOSIMEIRE APARECIDA VICENTE	005.200.335-03	8293007-8	60.00	4
Auxiliar de Consultório Dentário	LEISLI FLAVIA DE ANDRADE DA SILVA	005.200.364-07	100754118	60.00	5
Auxiliar de Consultório Dentário	ANA PAULA BATU CARVALHO	005.200.378-46	91833328	60.00	6
Auxiliar de Consultório Dentário	JESSICA BIANCHINI DE OLIVEIRA	005.200.407-42	106041393	57.50	7
Auxiliar de Consultório Dentário	ELLEN CAROLINE RIBEIRO CORRÊA	005.200.393-78	134324465	55.00	8
Auxiliar de Consultório Dentário	MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS	005.200.317-58	390812080	50.00	9
Auxiliar de Consultório Dentário	VANESSA CRISTINA LEITE	005.200.364-82	82777458	50.00	10
Auxiliar de Consultório Dentário	NADIANY PEREIRA SILVA	005.200.383-71	94663644	50.00	11
Técnico em Enfermagem	RAFAELA ALVES DA SILVA	005.200.316-69	36509853x	72.50	1
Técnico em Enfermagem	MIRIAN PEREIRA TORRES	005.200.371-13	142666804	72.50	2
Técnico em Enfermagem	SIDNEIA MARIA CALZAVARA DE MORAES	005.200.401-75	53944418	67.50	3
Técnico em Enfermagem	MILENA VERNIL MARIM	005.200.318-19	126161867	67.50	4
Técnico em Enfermagem	JULIANA DA SILVA MENDES	005.200.321-44	126987293	67.50	5
Técnico em Enfermagem	SINCLEY DE SOUZA LUBKE	005.200.334-32	75387679	67.50	6
Técnico em Enfermagem	THAIS FERNANDA CANDIDO DA SILVA DE PAULA	005.200.339-83	91575981	65.00	7
Técnico em Enfermagem	AMANDA BEATRIZ BAULI RHODEN	005.200.348-58	125905730	65.00	8
Técnico em Enfermagem	ALEXANDRE DOS SANTOS	005.200.342-22	12578352	62.50	9
Técnico em Enfermagem	LUANA MARTINS SANTOS	005.200.385-14	12.407.794-0	62.50	10
Técnico em Enfermagem	DAIANI MICHELI MANFRINATO	005.200.319-16	108313676	62.50	11
Técnico em Enfermagem	DÉBORA FERNANDES CRESPILHO	005.200.344-66	425707404	62.50	12
Técnico em Enfermagem	CAROLINE FERREIRA PINELLI	005.200.316-26	130348491	62.50	13
Técnico em Enfermagem	SUELEN CANDIDO MALAQUIAS	005.200.362-00	96891903	60.00	14
Técnico em Enfermagem	LUCINEIA ADRIANA FERNANDES	005.200.344-10	75896654	60.00	15
Técnico em Enfermagem	ALINE DA SILVA CUSTODIO	005.200.358-91	106787409	60.00	16
Técnico em Enfermagem	NATALY ALVES BARBOSA	005.200.343-22	155385235	60.00	17
Técnico em Enfermagem	SAMIRA TAVARES	005.200.387-75	100017229	60.00	18
Técnico em Enfermagem	LUZIA REGIANE RODRIGUES CARDOSO	005.200.333-37	289050601	60.00	19
Técnico em Enfermagem	FABRICIA DAMARIS PESSOA	005.200.320-20	78861436	60.00	20
Técnico em Enfermagem	VINICIUS MARTINELLI GOMES	005.200.344-70	98746269	57.50	21
Técnico em Enfermagem	DANIELLE PEREIRA DA SILVA BARRETO	005.200.391-13	9.408.0835	57.50	22
Técnico em Enfermagem	ANNA FLÁVIA PORTILHO GANEO	005.200.355-29	366029861	57.50	23
Técnico em Enfermagem	KARINA APARECIDA DOS SANTOS	005.200.323-14	141028928	57.50	24
Técnico em Enfermagem	KELLY CRISTINA BARBOSA CAETANO	005.200.322-91	89199514	57.50	25
Técnico em Enfermagem	CIRENE CARVALHO DA SILVA	005.200.389-76	0269494	55.00	26
Técnico em Enfermagem	APARECIDA RIBEIRO DE CASTRO	005.200.348-93	332685834	55.00	27
Técnico em Enfermagem	LUCIENE ALVES LIMA PICHITELI	005.200.343-96	8690990-1	55.00	28
Técnico em Enfermagem	ERIKA APARECIDA DE FREITAS DE ALMEIDA	005.200.320-87	14.567.159-0	55.00	29
Técnico em Enfermagem	MONICA SOUZA	005.200.370-97	93711343	55.00	30
Técnico em Enfermagem	MAGALI FELICIANO DA SILVA	005.200.383-22	46015860	55.00	31
Técnico em Enfermagem	JUCILAINE ESQUIRO MARTINS	005.200.324-07	83798130	55.00	32
Técnico em Enfermagem	MARIANA ARIADNE DE SA CHAGAS	005.200.349-28	127372101	55.00	33
Técnico em Enfermagem	LETÍCIA DE ALENCAR GUTIERREZ ALPIRES	005.200.358-18	130690050	55.00	34
Técnico em Enfermagem	FABRISA FORCASSIN FERREIRA	005.200.333-06	78858036	52.50	35
Técnico em Enfermagem	ANDRÉ ROSSI LECHETA	005.200.354-95	99280077	52.50	36
Técnico em Enfermagem	ELINNE PATRICIA FOLTRAN	005.200.332-44	82838589	52.50	37
Técnico em Enfermagem	JOHN LENNON SILVA INACIO	005.200.405-68	105735324	52.50	38
Técnico em Enfermagem	JULIO CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	005.200.346-15	9061072-4	52.50	39
Técnico em Enfermagem	ALINE CASSIA CANTISLHERI PINHO	005.200.331-17	98166521	52.50	40
Técnico em Enfermagem	NATALI DE OLIVEIRA MELLO GARDELIN	005.200.333-54	93957482	50.00	41
Técnico em Enfermagem	FERNANDA CLAUDIA CANDIDO DOS SANTOS	005.200.317-26	98061886	50.00	42
Técnico em Enfermagem	GIANE MARA DE MORAES	005.200.347-23	76603863	50.00	43
Técnico em Enfermagem	AMANDA PEREIRA DAS NEVES	005.200.317-22	379613736	50.00	44
Técnico em Enfermagem	SOLANGE GRAZIELE LOURENCO	005.200.347-09	76095086	50.00	45
Técnico em Enfermagem	SIMONI GARCIA NOGUEIRA	005.200.354-27	94286280	50.00	46
Técnico em Enfermagem	ANA MÁRCIA ABRÃO DA SILVA	005.200.332-39	404668860	50.00	47
Técnico em Enfermagem	NATHALIA GABRIELA MIRANDA	005.200.393-35	14.202.578-7	50.00	48
Técnico em Enfermagem	LAIANE MENDES DAS NEVES	005.200.334-29	95705162	50.00	49
Técnico em Enfermagem	MEIRE DE OLIVEIRA CIRINO	005.200.364-32	126526563	50.00	50
Técnico em Enfermagem	NEUZA VICENTE	005.200.364-18	7121390-0	50.00	51
Técnico em Enfermagem	JESSICA CRISTINA DA SILVA DO ROZARIO	005.200.316-72	105132239	50.00	52
Técnico em Higiene Dental	CAMILA EVANGELISTA DA SILVA	005.200.343-71	129161868	55.00	1
Técnico em Higiene Dental	VERA LUCIA BONFIM SILVA	005.200.385-94	57058943	55.00	2
Técnico em Higiene Dental	GRAZIELLE FERREIRA MACHADO	005.200.325-22	90679201	50.00	3
Técnico em Higiene Dental	LEISLI FLAVIA DE ANDRADE DA SILVA	005.200.364-14	100754118	50.00	4
Técnico em Vigilância Sanitária	SILVANA APARECIDA PLAÇA	005.200.398-93	83312033	57.50	1
Técnico em Vigilância Sanitária	LAURA PAULINO MARDIGAN	005.200.395-48	105568770	52.50	2

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	IDENTIDADE	OBJETIVA	REDAÇÃO	NOTA FINAL	CLASSIF.
Agente Administrativo	JENIFER JULIANA LOPES RIBEIRO	005.200.345-57	98514694	97.50	100.00	197.50	1
Agente Administrativo	CLAUDIA CAROLINE VICENTINI BONFIM	005.200.365-25	102914201	97.50	94.00	191.50	2
Agente Administrativo	LUCAS MATER	005.200.346-23	127967644	90.00	100.00	190.00	3
Agente Administrativo	REGIANE FILITE	005.200.339-00	124271002	90.00	100.00	190.00	4
Agente Administrativo	DIEGO RODRIGUES CORREIA	005.200.345-27	8105801	90.00	99.00	189.00	5
Agente Administrativo	CARLA AYUME AYABE PEREIRA	005.200.360-53	102210140	87.50	100.00	187.50	6
Agente Administrativo	HELOISA VIEIRA PAPA	005.200.316-43	89698286	85.00	100.00	185.00	7
Agente Administrativo	GABRIELA GALETE FALDÃO	005.200.364-16	105917856	85.00	100.00	185.00	8
Agente Administrativo	DOUGLAS FABRICIO DALLAZEM DE FARIAS	005.200.334-64	108653817	85.00	100.00	185.00	9
Agente Administrativo	FELIPE GUILHERME BELLI DA SILVA	005.200.359-10	124651360	85.00	100.00	185.00	10
Agente Administrativo	DAVI LURIAM DE OLIVEIRA	005.200.355-87	133811052	85.00	100.00	185.00	11
Agente Administrativo	JANAINA FAVARETTO MARTELOZO	005.200.315-92	101062430	85.00	100.00	185.00	12
Agente Administrativo	SERGIO HENRIQUE FUJII	005.200.385-86	132140030	87.50	97.00	184.50	13
Agente Administrativo	LEONARDO ROSSI	005.200.331-86	106792437	85.00	99.00	184.00	14
Agente Administrativo	TAÍS SCHUEROFF DE MEIRA	005.200.338-05	105509766	82.50	100.00	182.50	15
Agente Administrativo	DIEGO DE SOUZA CÂNDIDO	005.200.342-35	1258252	82.50	100.00	182.50	16
Agente Administrativo	HELTON GOMES DE OLIVEIRA	005.200.323-22	109214612	85.00	97.00	182.00	17
Agente Administrativo	THIAGO QUEIROZ GONÇALVES	005.200.359-20	96205813	82.50	99.00	181.50	18
Agente Administrativo	MILENE ANDRIGUETTI DE SOUZA	005.200.332-64	335208010	82.50	99.00	181.50	19
Agente Administrativo	VINICIUS FERNANDO BATISTA BARBOZA	005.200.346-17	1073447999	82.50	99.00	181.50	20
Agente Administrativo	KAREN DE PAULA SILVA	005.200.340-42	94523222	82.50	99.00	181.50	21
Agente Administrativo	EDUARDO DE MORAIS MORI	005.200.327-04	107437916	82.50	99.00	181.50	22
Agente Administrativo	ISRAEL RONE FIORILLO	005.200.391-03	44043165	82.50	99.00	181.50	23
Agente Administrativo	CLÁUDIA REGINA GASPARINO PARISATO	005.200.348-45	63489425	80.00	100.00	180.00	24
Agente Administrativo	PRISCILA FOCHI GOUVEIA	005.200.367-72	103115108	80.00	100.00	180.00	25
Agente Administrativo	SIMONE YURIKO TANAKA	005.200.396-09	81058326	80.00	100.00	180.00	26
Agente Administrativo	RENAN CAVALLINI	005.200.384-78	46460969	80.00	100.00	180.00	27
Agente Administrativo	LUCIA HIRANO YAMADA	005.200.318-99	50646254	80.00	100.00	180.00	28
Agente Administrativo	LEONARDO CORRADI CASTILHO	005.200.383-75	422605086	82.50	97.00	179.50	29
Agente Administrativo	STEFANIA APARECIDA NAVARRO	005.200.333-68	325052797	80.00	99.00	179.00	30
Agente Administrativo	POLLYANNA BERNARDI CALLEGARI	005.200.341-99	79649236	80.00	99.00	179.00	31
Agente Administrativo	ALINE FABRÍCIA DA SILVA MARTINS	005.200.407-61	104962700	80.00	98.00	178.00	32
Agente Administrativo	RICARDO ORLANDO GOMES DE OLIVEIRA	005.200.394-11	102970616	80.00	98.00	178.00	33
Agente Administrativo	KAREN LAÍS BARBERO CHAVES	005.200.388-19	130415288	77.50	100.00	177.50	34
Agente Administrativo	SUSY DE OLIVEIRA PEREIRA	005.200.347-61	102278119	77.50	100.00	177.50	35
Agente Administrativo	VINICIUS HERRERA FRANCESCHINI	005.200.362-65	108748184	80.00	97.00	177.00	36
Agente Administrativo	É

(Continuação da página anterior)

Pedreiro	ADRIANO APARECIDO DE ALMEIDA	005.200.361-03	106243700	75.00	89.00	164.00	2
Pedreiro	PAULO RICARDO PEREIRA	005.200.352-20	80830866	62.50	93.00	155.50	3
Pedreiro	FLAVIO FERRARI	005.200.337-58	53981062	60.00	94.00	154.00	4
Pedreiro	RICARDO BENEDITO RODRIGUES	005.200.325-07	93164750	72.50	74.00	146.50	5
Pedreiro	APARECIDO MANUEL SANCHES	005.200.353-93	43338226	72.50	65.00	137.50	6
Tratorista	LUIZ ANTONIO DA SILVA AMORIN	005.200.348-39	12.681.913-7	60.00	93.50	153.50	1
Tratorista	CARLOS ALEXANDRE ZANETONI	005.200.342-27	110018851	55.00	96.55	151.55	2
Tratorista	ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS	005.200.336-46	48221955	50.00	98.00	148.00	3
Tratorista	PAULO SERGIO DA SILVA	005.200.330-26	64612328	52.50	92.94	145.44	4
Tratorista	LEANDRO NEGRI DE PAULA	005.200.401-39	98398295	55.00	90.00	145.00	5
Tratorista	VALDECIR MACHADO DO NASCIMENTO	005.200.406-83	82870547	47.50	90.00	137.50	6
Tratorista	THIAGO FULGÊNCIO	005.200.335-40	95751229	45.00	54.00	99.00	7

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	IDENTIDADE	OBJETIVA	TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF
Advogado	ANA CAROLINA DE ANDRADE BORBA	005.200.343-57	123370988	92.50		92.50	1
Advogado	NELSON FUGITA JUNIOR	005.200.397-66	97099855	87.50	3.00	90.50	2
Advogado	MAURÍCIO KUNZ	005.200.325-19	96858868	90.00		90.00	3
Advogado	TATIANE MAFFINI	005.200.317-05	89739683	87.50	2.00	89.50	4
Advogado	RENAN ROMÃO BARCALA	005.200.404-51	001461378	87.50	2.00	89.50	5
Advogado	CLAUDIANE DA SILVA SIQUEIRA	005.200.315-80	125245188	87.50		87.50	6
Advogado	CAROLINA SPERANDIO DOS SANTOS	005.200.334-48	82891714	85.00	2.00	87.00	7
Advogado	KLEBER PISCITELLO MELLO	005.200.364-73	208448175	85.00	2.00	87.00	8
Advogado	ADRIANA SAYURI IKENO	005.200.318-81	89699924	85.00		85.00	9
Advogado	NATÁLIA SANTIN MAZARO SAES	005.200.367-00	7836767-9	80.00	5.00	85.00	10
Advogado	ADAUHEBER MACEDO DA SILVA	005.200.344-05	109210366	85.00		85.00	11
Advogado	ALLISON MATHEUS SCAPIN	005.200.404-24	45.664.881-1	85.00		85.00	12
Advogado	LUIS OTAVIO DOS SANTOS MAZUREK	005.200.330-93	123085892	85.00		85.00	13
Advogado	ALINE BARANDAS SAMSEL	005.200.340-27	101354369	82.50	2.00	84.50	14
Advogado	EDUARDO DE MORAIS MORI	005.200.326-97	107437916	82.50	2.00	84.50	15
Advogado	RUBENS MASAHARU SAITO	005.200.364-91	89727316	82.50	2.00	84.50	16
Advogado	THAÍSA FÁIS BARBOZA	005.200.314-45	151338828	82.50	2.00	84.50	17
Advogado	AMIR LOPES MARTINS JUNIOR	005.200.323-29	86223392	82.50	2.00	84.50	18
Advogado	ALEXSANDRO OLIVEIRA DA COSTA	005.200.355-21	1190667	80.00	4.00	84.00	19
Advogado	NATHANIA VANSAN CAMILLO	005.200.333-78	96153597	80.00	4.00	84.00	20
Advogado	ADRIANO HENRIQUE CAMPI	005.200.402-15	13.158.749-0	82.50		82.50	21
Advogado	BRUNA RIBEIRO PEDROSO DA LUZ	005.200.341-76	46095491-x	82.50		82.50	22
Advogado	DEISE MARA ALVES RIBEIRO	005.200.315-59	92981444	82.50		82.50	23
Advogado	DOUGLAS FABRICIO DALLAZEM DE FARIAS	005.200.334-55	108653817	82.50		82.50	24
Advogado	GUILHERME TAPIA DE OLIVEIRA	005.200.319-90	110391820	82.50		82.50	25
Advogado	NELCINA JORGINA GOMES MATTJE	005.200.364-96	15898326-9	82.50		82.50	26
Advogado	CIBELLE KAROLINE PACHECO	005.200.388-33	106864560	82.50		82.50	27
Advogado	DANIEL SOUSA DA SILVA	005.200.322-18	14.214.371-2	82.50		82.50	28
Advogado	DOMINGOS ISSAMU KIMURA NETO	005.200.353-93	43338226	72.50	65.00	137.50	6
Advogado	SANDREA MARA TODON	005.200.323-66	6.738.479-2	77.50	2.00	79.50	41
Advogado	CARLA AYUME AYABE PEREIRA	005.200.360-51	102210140	77.50		77.50	42
Advogado	FABIANA BAÚ DA SILVEIRA	005.200.326-00	96817878	77.50		77.50	43
Advogado	JÉSSICA CONSOLIN AVELINO	005.200.334-77	107212515	77.50		77.50	44
Advogado	JUSCELINO PIRES DA FONSECA	005.200.391-10	73555663	77.50		77.50	45
Advogado	MICHELLE ANDRADE MASCOTE	005.200.400-11	6077963-5	77.50		77.50	46
Advogado	BRUNO GOMES FEDOSSI	005.200.338-28	442262553	77.50		77.50	47
Advogado	JANAINA DE CARVALHO DA COSTA	005.200.383-15	73867207	77.50		77.50	48
Advogado	LUCAS ARTHUR BARTZ CRUZ	005.200.357-10	133599649	77.50		77.50	49
Advogado	MAYRA CRISTINA GONÇALVES	005.200.404-62	971665505	77.50		77.50	50
Advogado	AMANDA APARECIDA DA SILVA CHIULO	005.200.330-19	124263921	77.50		77.50	51
Advogado	MARINA FOLMANN MAYER	005.200.401-26	89723477	77.50	0.00	77.50	52
Advogado	MARCOS VINÍCIUS LOPES FERREIRA	005.200.319-18	106209995	77.50		77.50	53
Advogado	EDUARDO HIRATA ARITA	005.200.350-01	9045155-3	75.00	2.00	77.00	54
Advogado	LAÍSE BRANCO JACOMEL	005.200.319-23	77281363	72.50	4.00	76.50	55
Advogado	VIVIANE TAÍS AZOIA	005.200.391-25	82683534	72.50	3.00	75.50	56
Advogado	MARLI APARECIDA SARAGIOTO	005.200.398-02	33366647	65.00	10.00	75.00	57
Advogado	FABIANA LAGE XAVIER	005.200.326-99	14229966	75.00		75.00	58
Advogado	GREGÓRIO KRAVCHYCHYN NUNES	005.200.337-35	52451957	75.00		75.00	59
Advogado	HELIO RICARDO STRASSACAPA	005.200.404-65	84760714	75.00		75.00	60
Advogado	ISRAEL ALVES PEREIRA	005.200.341-48	125589014	75.00		75.00	61
Advogado	ROBERTO ISQUIERDO DE CARVALHO JÚNIOR	005.200.340-83	100479800	75.00		75.00	62
Advogado	TAMARA FERNANDES	005.200.324-81	104509274	75.00		75.00	63
Advogado	ARTHUR NICOLETTI SGUAREZI	005.200.368-28	11.002.312-0	75.00		75.00	64
Advogado	CAMILA ALVES	005.200.356-90	131118430	75.00		75.00	65
Advogado	DANIELA APARECIDA DOS SANTOS	005.200.396-51	100736624	75.00		75.00	66
Advogado	LEANDRO BENAVIDE	005.200.325-64	89589835	75.00		75.00	67
Advogado	MILTON DA SILVA JUNIOR	005.200.405-62	82045317	75.00		75.00	68
Advogado	PAULA JULIA MARTINS ZAMIAN	005.200.376-38	109029068	75.00		75.00	69
Advogado	AYUMI KARINE PASQUARELLO IZAKI	005.200.338-94	100301377	75.00		75.00	70
Advogado	ANA PAULA ROSSI RONCOLETA	005.200.324-55	105070330	75.00		75.00	71
Advogado	SERGIO LUIS BORGES HERNANDES	005.200.347-55	94663091	75.00		75.00	72
Advogado	VINÍCIUS TAVARES SILVA	005.200.344-50	98517499	75.00		75.00	73
Advogado	LETICIA CAMARGO DOS SANTOS	005.200.392-89	108720247	72.50	2.00	74.50	74
Advogado	RODRIGO TELLES PIMENTA	005.200.314-42	91299925	72.50	2.00	74.50	75
Advogado	LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO	005.200.357-64	435711647	70.00	4.00	74.00	76
Advogado	JESSICA MARIANE FALQUEVEOZ MICHELS	005.200.321-22	127604894	72.50		72.50	77
Advogado	FRANCISCO BRUNO CARNIELI E SILVA	005.200.356-66	461669444	72.50		72.50	78
Advogado	CINTIA REGINA DE CARVALHO CASOTTI PEPINELLI	005.200.353-75	100204614	72.50		72.50	79
Advogado	GESSYCA RICARDO BAIÃO FREZE	005.200.353-03	12.488.792-5	72.50		72.50	80
Advogado	JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA VOLANRE	005.200.372-69	107094920	72.50		72.50	81
Advogado	MAXIMILIAN RICCI MARTINS	005.200.395-93	133357823	72.50		72.50	82
Advogado	CAMILA MARA NOGUEIRA	005.200.398-75	101385515	72.50		72.50	83
Advogado	RAFAEL PEREIRA	005.200.321-51	129306750	72.50		72.50	84
Advogado	REGIANE FILITE	005.200.338-97	124271002	72.50		72.50	85
Advogado	SAMIA ALESSANDRA HUSSEIN JAHA	005.200.386-98	105300956	72.50		72.50	86
Advogado	THAINÁ MAYUMI CARDUCCI NABETA	005.200.364-42	40674346-0	72.50		72.50	87
Advogado	JESSICA DA SILVA BISIKIRSKAS	005.200.378-92	151391621	72.50		72.50	88
Advogado	SIMONE YURIKO TANAKA	005.200.396-06	81058326	72.50		72.50	89
Advogado	LORENAH LEÃO FLORO DA SILVA GÓES	005.200.364-51	146403395	72.50		72.50	90
Advogado	RAYSSA SAMARA BENCK CALDEIRA	005.200.377-28	92289451	67.50	4.00	71.50	91
Advogado	DANIEL AUGUSTO FAVARO XAVIER RAVELLI	005.200.350-67	97839158	70.00		70.00	92
Advogado	EMANUELE PIFFER ROSSI DE LIMA	005.200.383-97	010010753	70.00		70.00	93
Advogado	GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA AVELAR	005.200.378-36	123688449	70.00		70.00	94
Advogado	JOÃO BATISTA WICHINESKI JUNIOR	005.200.384-63	110457219	70.00		70.00	95
Advogado	KESIA KELLY LEANDRO SOUZA SOARES	005.200.365-61	001339165	70.00		70.00	96
Advogado	MARCOS ANDRÉ DE SOUZA SILVA	005.200.350-73	126815050	70.00		70.00	97
Advogado	MARIA CAROLINA NOGUEIRA DOBBERT	005.200.404-72	4777385 64	70.00		70.00	98
Advogado	MARIA FERNANDA FERNANDES DA SILVA	005.200.379-34	104503691	70.00		70.00	99
Advogado	RENAN LINO DA SILVA	005.200.330-57	10300607	70.00		70.00	100
Advogado	RENATA LEITE GONÇALVES	005.200.402-32	129410663	70.00		70.00	101
Advogado	ALEXANDRE ZAPOROSZENKO CAVAZZANI	005.200.357-36	75511337	70.00		70.00	102
Advogado	KATSUREN MACHADO	005.200.323-65	105993544	70.00		70.00	103
Advogado	LUIZ ANTONIO FAVERO	005.200.375-56	86349612	70.00		70.00	104
Advogado	JÉFFERSON FERREIRA CASAGRANDE	005.200.341-26	001332086	65.00	5.00	70.00	105
Advogado	DIÓGENES ANDRÉ TAZAWA PEPINELLI	005.200.353-74	96049099	70.00		70.00	106
Advogado	DOUGLAS BARBETTO BAIÃO	005.200.316-63	86121379	70.00		70.00	107
Advogado	ERICKA DA SILVA TISSOT	005.200.336-66	124541808	70.00		70.00	108
Advogado	EVELYN STRICTAR PEREIRA	005.200.324-21	97273669	70.00	0.00	70.00	109
Advogado	JEFERSON VINICIUS RODRIGUES	005.200.336-75	128465642	70.00		70.00	110
Advogado	JESSICA RIBEIRO DE CASTRO	005.200.391-01	103189225	70.00		70.00	111
Advogado	JOÃO GUILHERME DE LIMA AZEVEDO	005.200.315-03	127957290	70.00		70.00	112
Advogado	JULIA MARIA TASSO	005.200.402-80	107167951	70.00		70.00	113
Advogado	LEONARDO ROSSI	005.200.330-75	106792437	70.00		70.00	114
Advogado	NATÁLIA CAROLINE DA SILVA NEVES	005.200.353-68	106789835	70.00		70.00	115
Advogado	STEFANI TIEMI PIRES NOZIMOTO	005.200.346-82	355039096	70.00		70.00	116
Advogado	YURI CHATALOV FERREIRA	005.200.323-55	108011319	70.00		70.00	117
Advogado	BRUNO VALERIO MARTINS	005.200.350-43	468904980	67.50		67.50	118
Advogado	EDSON DE SOUZA RODRIGUES	005.200.343-47	14546370	67.50		67.50	119
Advogado	FABIANO AUGUSTO PERNOMIAN	005.200.362-07	296038817	67.50		67.50	120
Advogado	JOÃO VICTOR DA COSTA COLOMBO	005.200.393-79	110038950	67.50		67.50	121
Advogado	LUIZ FELIPE ROCHA CARAVELO	005.200.362-14	124578400	67.50		67.50	122
Advogado	MARCUS VINÍCIUS GONÇALVES CAETANO	005.200.382-42	49649	67.50		67.50	123
Advogado	PEDRO HENRIQUE MUGLIO MENEGUETTI	005.200.333-45	108720298	67.50		67.50	124
Advogado	ANDRÉ PRADE MAY	005.200.401-97	8.704.832-2	67.50		67.50	125
Advogado	CAROLINE AYUMI HOSHINO PEREIRA	005.200.403-00	06677096851	67.50		67.50	126
Advogado	CAROLINE WATANABE FURUZAWA	005.200.320-02	106563985	67.50		67.50	127
Advogado	DAVID DE SOUZA CRUZ	005.200.317-37	90900412	67.50		67.50	128
Advogado	DAYANE NAYARA BARGAS	005.200.404-74	105245173	67.50		67.50	129
Advogado	FABÍOLA GAMBARINI SCHMITT	005.200.355-03	123135229	67.50		67.50	130
Advogado	FERNANDO ANTONIO VICENTINI DE SOUZA	005.200.323-99	11.057.937-3	67.50		67.50	131
Advogado	FRANCESLY TIBER	005.200.346-67	948353	67.50		67.50	132
Advogado	FREDERICO MATEUS BELLAVER SOUZA	005.200.396-61	105801483	67.50		67.50	133
Advogado	IRDINEIA DE AQUINO GARCIA MOLINARI	005.200.401-48	77571507	67.50		67.50	134
Advogado	IHONNY WILLIAN BRIQUEZI ROCHA	005.200.397-54	109891959	67.50		67.50	135
Advogado	NATÁLIA PRIZON TRONCO	005.200.346-90	96049145	67.50		67.50	136
Advogado	PAULO HENRIQUE GRANDIS	005.200.397-33	7867670-1	67.50		67.50	137
Advogado	SAMEA CAROLINE CRUZ CAIRES	005.200.407-62	110016115	67.50		67.50	138
Advogado	ARIANNE LOPES SAMPAIO FERREIRA	005.200.367-23	23541741	67.50		67.50	139
Advogado	CARLOS FREDERICO LOUREIRO BRACARENSE COSTA	005.200.326-59	95458424	67.50		67.50	140
Advogado	DANILO RODRIGUES DE FIGUEIREDO	005.200.363-13	102806344	67.50		67.50	141
Advogado	JOÃO VICTOR GOMES FELÍCIO	005.200.385-83	101529606	65.00	2.00	67.00	142
Advogado	ANGÉLICA FERREIRA ROSA	005.200.347-48	100283611	62.50	3.00	65.50	143
Advogado	GREGÓRIO SERCONEK VILELA	005.200.342-88	92823903	65.00		65.00	144
Advogado	LUÍS HENRIQUE TELES	005.200.338-79	102389395	65.00		65.00	145
Advogado	ANDERSON DANILO VIEIRA	005.200.335-21	102389190	65.00		65.00	146
Advogado	CLAUDEMIR TEODORO DA SILVEIRA	005.200.384-64	5.248.105-8	65.00		65.00	147
Advogado	GUILHERME ANTONIASSI BALDISSERA	005.200.400-29	124762383	65.00		65.00	148
Advogado	KEETBY THERESE MIDAUAR SEGHESI	005.200.344-81	88521811	65.00		65.00	149
Advogado	LENIR FATIMA DA SILVA MANHAES	005.200.347-26	42890650	65.00		65.00	150
Advogado	MARCELO HENRIQUE RODRIGUES	005.200.345-35	97673829	65.00		65.00	151
Advogado	VICTOR HUGO FELIPE COSTA	005.200.320-01	129889802	65.00		65.00	152
Advogado	ANA CLAUDIA HOELTGEBAUM	005.200.354-31	128969640	65.00		65.00	153
Advogado	BRUNA LAYS DA SILVA	005.200.375-01	130136036	65.00		65.00	154
Advogado	DOUGLAS ALEXANDRE DE MIRANDA BATISTA	005.200.316-81	104435262	65.00		65.00	155
Advogado	EDISLAINE APARECIDA GALINDO	005.200.388-75	103336457	65.00		65.00	156
Advogado	GABRIELE DE MARCHI SALOMÃO	005.200.343-30	108840935	65.00		65.00	157
Advogado	JENNIFER KARINE MARTINS RESENDE CARDOZO	005.200.316-67	41014262-1	65.00		65.00	158
Advogado	JÉSSICA CONSALTER CARDOSO PERDONCINI	005.200.321-93	101610160	65.00		65.00	159
Advogado	JHONATAN SILVA DE SOUSA DULTRA	005.200.332-41	127430365	65.00		65.00	160
Advogado	JORGE DE OLIVEIRA REBOUÇAS	005.200.360-03	56874607	65.00		65.00	161
Advogado	JOSIANE AKAMINE TORRECILHAS GOES	005.200.348-07	93367839	65.00		65.00	162
Advogado	KAUAN SAIKI WATANABE	005.200.352-59	129194340	65.00		65.00	163
Advogado	LEONARDO CAMILLO	005.200.333-33	128660879	65.00		65.00	164
Advogado	NICOLE BEHRINGER GARCIA	005.200.347-00	103539617	65.00		65.00	165
Advogado	TALITA LORENA CARVALHO CICHOCKI	005.200.403-33	107348166	65.00		65.00	166
Advogado	VICTOR HUGO LIPPI AREAS	005.200.331-10	103112079	65.00		65.00	167
Advogado	FERNANDA APARECIDA SANCHES KURITA	005.200.361-04	93215109	65.00		65.00	168
Advogado	GUILHERME RODRIGUES DE FIGUEIREDO	005.200.315-33	107339914	65.00		65.00	169
Advogado	MATHEUS PINATTI DE OLIVEIRA	005.200.380-71	108717955	65.00		65.00	170
Advogado	PEDRO COSTA JUNIOR	005.200.365-78	9.747.767-1	65.00		65.00	171
Advogado	RENAN GUIMARÃES MELO	005.200.333-31	98710167	65.00		65.00	172
Advogado	BEATRIZ AQUARONI FAVARIN	005.200.323-08	108294736	65.00		65.00	173
Advogado	LAIS PATRICIA MACHADO DOS SANTOS	005.200.321-96	88586786	65.00		65.00	174
Advogado	THAIS ORMELEZ OLIVEIRA OSSUCCI	005.200.327-50	106939942	65.00		65.00	175
Advogado	JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA BONFIM	005.200.354-68	452790207	65.00		65.00	176
Advogado	RAFAELLA GARCIA RAMOS	005.200.331-32	128850732	62.50	2.00	64.50	177
Advogado	JOSIANE RIBEIRO DOS SANTOS BRITO	005.200.380-55	70932466	62.50		62.50	178
Advogado	ADILSON ANACLETO DO CARMO	005.200.393-12	79123102	62.50		62.50	179
Advogado	ALINE CAPELETTO GASPARINI	005.200.396-33	130955754	62.50		62.50	180
Advogado	FLAVIO LUIZ DAMASCENO FERREIRA	005.200.346-73	147569297	62.50		62.50	181
Advogado	GUILHERME AUGUSTO OLIVEIRA	005.200.321-73	100476010	62.50		62.50	182
Advogado	JATIR VINICIUS TAVARES	005.200.336-56	99097515	62.50		62.50	183
Advogado	LORENA DE CÁSSIA PRINA DE SOUZA	005.200.333-38	129721049	62.50		62.50	184
Advogado	LUCAS ZAPAROLI OBICI	005.200.351-53	124602572	62.50		62.50	185
Advogado	RANGEL CHAGAS BARBOSA	005.200.320-46	127957240	62.50		62.50	186
Advogado	RICARDO DOS REIS	005.200.404-02	104423060	62.50		62.50	187
Advogado	VANUSA DE SOUZA DA SILVA	005.200.335-50	107465561	62.50		62.50	188
Advogado	ANA FLAVIA CARRILHO ALVES	005.200.331-94	87742660	62.50	0.00	62.50	189
Advogado	GABRIELA DIANA	005.200.347-27	104646018	62.50		62.50	190
Advogado	JUAN OSIAS DA SILVA MELO	005.200.394-51	123380606	62.50		62.50	191
Advogado	MAIKON VINICIUS MARTINS DE PAIVA	005.200.407-07	97584443	62.50		62.50	192
Advogado	MARILIA FUGGI CUGINOTTI	005.200.373-42	128395512	62.50		62.50	193
Advogado	RAFAEL ZAPATA BELATO	005.200.350-13	93776089	62.50		62.50	194
Advogado	THAIS VIEIRA CADAMURO	005.200.356-60	93080718	62.50		62.50	195
Advogado	THIAGO VINICIUS LANDGRAF	005.200.398-95	123623002	62.50		62.50	196
Advogado	YASMIM ALCARRIA VALENÇOLA	005.200.327-26	126161131	62.50		62.50	197
Advogado	ANIELLE SABINO DA COSTA	005.200.355-39	97911762	62.50		62.50	198
Advogado	CELSO CRUZ JÚNIOR	005.200.401-60	48721419	62.50		62.50	199
Advogado	GABRIELA DE MORAES RISSATO	005.200.340-95	103126282	62.50		62.50	200
Advogado	LORENE CELEM DA MATA	005.200.329-94	126789548	62.50		62.50	201
Advogado	MARISA FIGUEIRA	005.200.391-42	67302249	62.50		62.50	202
Advogado	SÂMELA HRECEK MUDRY	005.200.350-95	95329144	62.50		62.50	203
Advogado	VIVIAN KELLY BERTO	005.200.320-69	10.828.824-8	62.50		62.50	204
Advogado	HELOISE NASSAR DOMINGUES	005.200.401-59	124888050	62.50		62.50	205
Advogado	CAMILA PRECILDA BIANCHESSI	005.200.348-59	10.624.096-5	62.50		62.50	206
Advogado	CLEITON GROLA	005.200.348-30	92716287	60.00	2.00	62.00	207
Advogado	SAMARA SOUZA DE OLIVEIRA	005.200.339-22	10682939-0	60.00	2.00	62.00	208
Advogado	EDNO FERNANDO ALBERTONI CORRÊA	005.200.397-34	87359271	60.00		60.00	209
Advogado	GUILHERME BOURSCHEIDT	005.200.322-49	5090790287	60.00		60.00	210
Advogado	JULIANA PINO DE JESUS	005.200.362-01	78501804	60.00		60.00	211
Advogado	LAFAETE DE ALMEIDA	005.200.354-61	91483327	60.00		60.00	212
Advogado	LUCAS PATRICIO NISHI LAURIANO	005.200.356-17	88940768	60.00		60.00	213
Advogado	ROMÁRIO RODRIGUES COELHO	005.200.347-98	124523311	60.00		60.00	214
Advogado	ANA CAROLINA RODRIGUES	005.200.393-57	128842241	60.00		60.00	215
Advogado	ANDRÉ LEONARDO KANDA	005.200.357-62	98869824	60.00		60.00	216
Advogado	BIANCA CASAROTO BEZERRA	005.200.346-08	103326230	60.00		60.00	217
Advogado	CARLOS EDUARDO CAMILÓ	005.200.393-77	108708964	60.00		60.00	218
Advogado	CESAR FOLMANN MAYER	005.200.401-85	89723434	60.00		60.00	219
Advogado	FÁBIO CRISTHIANO SOARES BARBOSA FILHO	005.200.349-62	110586876	60.00		60.00	220
Advogado	FERNANDA ANDRADE RÉ	005.200.397-92	88143426	60.00		60.00	221
Advogado	GISELI BASSETTO	005.200.364-37	80615396	60.00		60.00	222
Advogado	JESSICA CAVALCANTE CORTEZ	005.200.357-93	103683793	60.00		60.00	223
Advogado	LAÍS MORETTO	005.200.340-30	10.517.410-1	60.00		60.00	224
Advogado	LUANA PINHEIRO	005.200.332-68	103180368	60.00		60.00	225
Advogado	MARCIELY CAROLINA GUZELLA GONÇALVES	005.200.349-92	107323767	60.00		60.00	226
Advogado	MARCIO HENRIQUE RODRIGUES	005.200.357-50	11057401	60.00		60.00	227
Advogado	RICARDO CÉSAR DELGADO	005.200.318-49	97863598	60.00		60.00	228
Advogado	VINICIUS DE BARROS MARTINS	005.200.323-32	98400613	60.00		60.00	229
Advogado	WELLINGTON JOSE FERREIRA DE LIMA BATISTA DA SILVA	005.200.337-79	3820356578	60.00		60.00	230
Advogado	ISABELLA KAMEI	005.200.362-96	128931252	60.00		60.00	231
Advogado	MARCELA ARIADNE PAGLIACI	005.200.324-54	103662621	60.00		60.00	232
Advogado	NAYARA GARCIA DIAS	005.200.384-74	99318600	60.00		60.00	233
Advogado	RITA DE CÁSSIA CHRISTOPHORO PACKER	005.200.341-28	32849954	60.00		60.00	234
Advogado	RODRIGO COLHADO CAZELATO	005.200.344-80	110579870	60.00		60.00	235
Advogado	BRUNO ALVES MIRANDA	005.200.366-00	102671422	60.00		60.00	236
Advogado	FERNANDA CARVALHO MARQUES	005.200.403-32	106834253	60.00		60.00	237
Advogado	FERNANDA MINARDI GALO	005.200.370-96	98627537	60.00		60.00	238
Advogado	ALEX VINICIUS KAVADA ASHIHARA	005.200.356-63	83372311	57.50		57.50	239
Advogado	JOCIMAR ARANTES RODRIGUES	005.200.341-35	132034460	57.50		57.50	240
Advogado	URSULA ERNLUND SALAVERRY GUIMARAES	005.200.396-60	12225032	57.50		57.50	241
Advogado	ALESSANDRA CRISTINA VALERIO	005.200.395-02	61176586	57.50		57.50	242
Advogado	IGOR KODHY TAGUCHI	005.200.350-51	84493392	57.50		57.50	243
Advogado	LARA FAVARO BORGHI	005.200.399-67	9709967-7	57.50		57.50	244
Advogado	MARIA ANGELA MATHEUS SANCHES	005.200.340-55	39344939	57.50		57.50	245
Advogado	MATHEUS ALLAN CHOMA	005.200.322-58	126368569	57.50		57.50	246
Advogado	RAISSA CORTEZ SANCHES	005.200.350-64	110585616	57.50		57.50	247
Advogado	SIMONE MARUSKA DA SILVA	005.200.367-87	102107349	57.50		57.50	248
Advogado	VICTOR HUGO GEORGETO ROVINA	005.200.365-34	71635520	57.50		57.50	249
Advogado	ANTONIO DOS SANTOS FILHO	005.200.399-26	4.227.405-4	57.50		57.50	250
Advogado	BIANCA FRANZINI GUALDA	005.200.355-24	129967544	57.50		57.50	251
Advogado	CAIO CÉSAR ROCHA RIBEIRO	005.200.406-98	3536715 51	57.50		57.50	252
Advogado	CAMILA SAYURI SHIRAKURA	005.200.332-94	102251148	57.50		57.50	253
Advogado	CAROLINE AKEMI TATIBANA	005.200.385-59	134856670	57.50		57.50	254
Advogado	JULIANA RIGOLON DE MATOS	005.200.347-20	64670379	57.50		57.50	255
Advogado	LAILA DAIANE QUEIROZ LOBATO	005.200.346-59	126218907	57.50		57.50	256
Advogado	LUCAS DA SILVA FERREIRA	005.200.355-58	109469785	57.50		57.50	257
Advogado	MÁRCIO MORENO MUNHOZ

(Continuação da página anterior)

Engenheiro Civil	PEDRO HENRIQUE BERNARDI BIRKAN	005.200.361-84	94033250	52.50		52.50	201
Engenheiro Civil	RENATA ALVES PEREZ	005.200.404-18	69644945	52.50		52.50	202
Engenheiro Civil	TALITA CARVALHO DOMINGUES	005.200.348-74	107262075	52.50		52.50	203
Engenheiro Civil	BRUNO HENRIQUE RODRIGUES CORREIA	005.200.338-20	488709441	52.50		52.50	204
Engenheiro Civil	JOÃO ANDRÉ VALDEVIESO DOS REIS	005.200.318-92	11.125.134-7	52.50		52.50	205
Engenheiro Civil	KAMILE EMANUELE MILARÉ	005.200.375-57	127947279	50.00		50.00	206
Engenheiro Civil	LEANDRO APARECIDO SEGALA	005.200.337-23	110013027	50.00		50.00	207
Engenheiro Civil	MICHELE RAMOS ROQUE	005.200.319-38	1246717160	50.00		50.00	208
Engenheiro Civil	PALOMA NASSER	005.200.352-06	130883028	50.00		50.00	209
Engenheiro Civil	VANIA TATIANE TISSEI	005.200.385-38	99660732	50.00		50.00	210
Engenheiro Civil	VICTOR HUGO MARTELI GRACIONALI	005.200.392-11	096032188	50.00		50.00	211
Engenheiro Civil	ALEXANDRE AMADO DE MOURA	005.200.367-13	95210333	50.00		50.00	212
Engenheiro Civil	DANIELA CAROLINE DE SOUZA	005.200.352-50	126134584	50.00		50.00	213
Engenheiro Civil	JEAN FELIPE BARIOTO	005.200.340-58	110043180	50.00		50.00	214
Engenheiro Civil	PAULO SERGIO DE ANDRADE	005.200.381-71	97191140	50.00		50.00	215
Engenheiro Civil	SABRINA OLIVEIRA DOS SANTOS	005.200.346-33	124366321	50.00		50.00	216
Fonoaudiólogo	JÉSSICA ANGELICA RIBEIRO	005.200.348-67	100708450	82.50	4.00	86.50	1
Fonoaudiólogo	FABIANA APARECIDA DEGAN	005.200.404-41	6966534-9	80.00		80.00	2
Fonoaudiólogo	MARCELE PRATAS	005.200.394-73	80259115	80.00		80.00	3
Fonoaudiólogo	BRUNA MARIS LOPES	005.200.402-99	123263979	75.00		75.00	4
Fonoaudiólogo	DENIZE MARIA CORREIA SIGAKI	005.200.341-88	94538840	70.00	0.00	70.00	5
Fonoaudiólogo	ANDREIA CRISTINA GOMES CHAVES	005.200.395-79	93744225	70.00		70.00	6
Fonoaudiólogo	TEREZINHA SOARES DOS SANTOS CELOTO	005.200.353-29	63550841	67.50		67.50	7
Fonoaudiólogo	IVONE MARQUES DA SILVA	005.200.324-39	5.671.830-3	62.50	4.00	66.50	8
Fonoaudiólogo	MARIANA FERRAZ CONTI UVO	005.200.340-80	40962502-4	62.50	3.00	65.50	9
Fonoaudiólogo	GABRIELA DE ARAGÃO DOS SANTOS	005.200.378-21	12775765-8	65.00		65.00	10
Fonoaudiólogo	ROSIMERI BERTOLINE	005.200.345-92	57039906	62.50		62.50	11
Fonoaudiólogo	JULIANA DIAS NEVES BARBOSA	005.200.351-87	77479961	60.00		60.00	12
Fonoaudiólogo	AMANDA DA COSTA RAMALHO	005.200.403-40	12404888-5	60.00		60.00	13
Fonoaudiólogo	KEREN APARECIDA MENDES FELTRIN	005.200.341-02	106318441	57.50		57.50	14
Fonoaudiólogo	NOEMI YOSHIDA FERNANDES DE SOUZA 20 08	005.200.332-71	111275750	55.00	2.00	57.00	15
Fonoaudiólogo	NICOLE ÉLERY CANASSA	005.200.403-55	137349540	55.00		55.00	16
Fonoaudiólogo	ANNALIA RABELO BARROS ESTEVES	005.200.343-46	101468186	52.50	2.00	54.50	17
Fonoaudiólogo	FLAUZINO PEREIRA DE OLIVEIRA NETO	005.200.355-35	4977437	52.50		52.50	18
Fonoaudiólogo	GABRIELA FACCIN BORGES	005.200.378-71	97022208	50.00		50.00	19
Médico Clínico Geral	ANA BEATRIZ RODRIGUES ROMANSINI	005.200.347-91	36769381-1	72.50		72.50	1
Médico Clínico Geral	MARCEL PADOVANI GIOLO	005.200.381-17	74061648	72.50		72.50	2
Médico Clínico Geral	RENATA BOLZANI DE MIRANDA	005.200.351-60	8058099576	70.00	2.00	72.00	3
Médico Clínico Geral	ALINE DA COSTA LOURENÇO	005.200.344-84	134062878	70.00		70.00	4
Médico Clínico Geral	GREICE KELLY VIEL	005.200.389-31	107575626	65.00		65.00	5
Médico Clínico Geral	PRISCILA MASSON MAIA	005.200.360-93	80937563	62.50		62.50	6
Médico Clínico Geral	CAMILA RONCHINI MONTALVÃO	005.200.326-86	107730885	62.50		62.50	7
Médico Clínico Geral	ANDREA CARNEIRO LEITE MARIZ ALVARES	005.200.376-46	76267650	62.50		62.50	8
Médico Clínico Geral	MARIA PATRICIA SEKO TAGUCHI TOZATO	005.200.344-12	633126652	62.50		62.50	9
Médico Clínico Geral	ELIAS CAVALCANTI DA SILVA	005.200.379-70	19285332	60.00		60.00	10
Médico Clínico Geral	THAÍS FERNANDES DE ARAÚJO	005.200.322-16	44025914	60.00		60.00	11
Médico Clínico Geral	ANA CAROLINA MARQUES FALEIROS	005.200.320-60	96748922	60.00		60.00	12
Médico Clínico Geral	MARCO AURELIO TOMADON	005.200.322-72	104423779	57.50		57.50	13
Médico Clínico Geral	SUELI AFONSO CORRÊA CERNKOVIC	005.200.327-85	36363460	50.00	4.00	54.00	14
Médico Clínico Geral	GASSI PAOLA DE SOUZA MAZIA	005.200.332-66	85411969	50.00		50.00	15
Médico Clínico Geral	NATANIELE DA SILVA	005.200.403-70	389684	50.00		50.00	16
Odontólogo	MAYARA CÂMARA BUSS	005.200.381-80	88669835	72.50	5.00	77.50	1
Odontólogo	MATHEUS CAVASSANI PEREIRA	005.200.375-10	10244117-6	75.00	2.00	77.00	2
Odontólogo	RODRIGO TRESSOLDI FREZE	005.200.350-17	129111992	75.00		75.00	3
Odontólogo	NORTON LUIS GERMANO BIBOW	005.200.318-44	50175910	75.00	0.00	75.00	4
Odontólogo	THAYNARA DE SOUZA LOPES ALMEIDA	005.200.364-98	1045132555	72.50	2.00	74.50	5
Odontólogo	LILIAN YUKARI HAYASHI	005.200.383-89	90536990	72.50	2.00	74.50	6
Odontólogo	IZABELA VOLPATO MARQUES	005.200.363-38	111267880	72.50	2.00	74.50	7
Odontólogo	MARCOS ALEXANDRE BALDES DA SILVA	005.200.389-94	34142122	70.00	4.00	74.00	8
Odontólogo	MARCIA CRISTINA HICKMANN REOLON	005.200.401-00	77169091	72.50		72.50	9
Odontólogo	BRUNA RADTKE DA SILVA	005.200.406-32	413837671	72.50		72.50	10
Odontólogo	MAIRA SUZANE ANTONELO SANTOS	005.200.345-17	102175565	70.00	2.00	72.00	11
Odontólogo	BÁRBARA DAIANA GUELFI	005.200.326-77	9984937-1	70.00		70.00	12
Odontólogo	LUIZ CARLOS ERDE	005.200.331-45	458101	67.50	2.00	69.50	13
Odontólogo	KELY BARBOZA RIBEIRO	005.200.339-49	78089385	67.50	2.00	69.50	14
Odontólogo	AMANDA MEIRA SARAIVA	005.200.400-12	95358586	67.50	2.00	69.50	15
Odontólogo	ANELISY FRANCINE VERSUTI LORETO	005.200.392-24	89498163	67.50	2.00	69.50	16
Odontólogo	FERNANDA CRISTINA GALVÃO DOS SANTOS	005.200.363-19	130954200	67.50		67.50	17
Odontólogo	KARINA MASSAKO HONDA	005.200.389-36	71040534	67.50	0.00	67.50	18
Odontólogo	GISLAINE CRISTINA NAKATA ISHITANI	005.200.367-26	35366697X	67.50		67.50	19
Odontólogo	BRUNA FREDERICHI CALÇADO	005.200.351-66	106466460	67.50		67.50	20
Odontólogo	ANDRIELLI BORRI COSTA	005.200.362-87	10258479-1	67.50		67.50	21
Odontólogo	JOSEANE SILVA MARTOS ERLER	005.200.373-64	82742328	65.00	2.00	67.00	22
Odontólogo	AMANDA FONTEQUE GIOZET	005.200.364-28	96411430	62.50	3.00	65.50	23
Odontólogo	LUNA MARCIA MATIAZZO GANASSIN	005.200.323-62	105375247	65.00		65.00	24
Odontólogo	KAMILLA ESPIN DE SOUZA	005.200.341-94	134219521	65.00		65.00	25
Odontólogo	DANIELE RUGGERO DA COSTA	005.200.347-51	101560244	65.00		65.00	26
Odontólogo	JEAN CARLOS RIBEIRO DA CONCEIÇÃO	005.200.383-24	126520352	65.00		65.00	27
Odontólogo	LETICIA BOAVENTURA SA PONHOZI	005.200.343-81	129015110	65.00		65.00	28
Odontólogo	ELIANE YURIKO KAWATA	005.200.365-26	518990	65.00		65.00	29
Odontólogo	ANNE CARLA RIBEIRO MEDEIROS	005.200.344-87	100671026	62.50	2.00	64.50	30
Odontólogo	JEANNIE KELLY EIDT	005.200.396-45	666653	62.50		62.50	31
Odontólogo	PATRICIA CARNEIRO DE SOUZA	005.200.405-24	12.426.280-1	62.50		62.50	32
Odontólogo	DANYELLY ALLINE ANGELI	005.200.363-12	89472547	62.50		62.50	33
Odontólogo	CAMILA GOMEDI	005.200.325-79	12.550.641-0	62.50		62.50	34
Odontólogo	GABRIELA MENEGAZZI CASEIRO	005.200.344-96	100145650	62.50		62.50	35
Odontólogo	ISABELA SILVA ROCHA	005.200.319-15	84485667	57.50	5.00	62.50	36
Odontólogo	ISABELLA ABELHA DE LIMA	005.200.371-11	136482084	60.00		60.00	37
Odontólogo	ROBERTA ANNI FORMIGONI	005.200.363-40	11.124.940-7	60.00		60.00	38
Odontólogo	MÁRCIA CRISTINA DA SILVA	005.200.315-36	84281158	60.00		60.00	39
Odontólogo	GABRIELA BERTO SENTINELO RAMALHO	005.200.388-39	99156945	57.50	2.00	59.50	40
Odontólogo	LUCILIANE DE FÁTIMA STURION SAMSEL	005.200.363-07	123279751	57.50		57.50	41
Odontólogo	JOÃO CARLOS CERNKOVIC	005.200.348-01	41849339	57.50		57.50	42
Odontólogo	RENATA DO AMARAL PALUDETTO	005.200.329-98	100844770	57.50		57.50	43
Odontólogo	SAMARA DE CASSIA CAMPANHA	005.200.367-45	134168307	57.50		57.50	44
Odontólogo	ANA PAULA DE OLIVEIRA MIRANDA	005.200.372-44	3330877	57.50		57.50	45
Odontólogo	CAROLINA VERONEZ GARBÚGGIO SANCHES	005.200.402-68	104812503	57.50		57.50	46
Odontólogo	AMANDA COUTO MARCÃO	005.200.383-92	130177131	57.50		57.50	47
Odontólogo	AMANDA MACEDO DOS SANTOS	005.200.334-01	129976276	57.50		57.50	48
Odontólogo	LARISSA ISHIZU	005.200.363-36	128923365	57.50		57.50	49
Odontólogo	ALINE MARTINS VIEIRA	005.200.344-43	93297300	57.50		57.50	50
Odontólogo	ADRIANO RIBEIRO OKIHIRO	005.200.378-51	10323769-7	57.50		57.50	51
Odontólogo	LUCAS MASARU MARUBAYASHI	005.200.357-74	102876059	57.50		57.50	52
Odontólogo	TULIO OKAMOTO	005.200.399-16	3044028-5	55.00	2.00	57.00	53
Odontólogo	NATÁLIA MIWA YOSHIDA	005.200.362-67	88100751	52.50	3.00	55.50	54
Odontólogo	DANIELI CAROLINI PALUDO	005.200.362-32	103128269	55.00		55.00	55
Odontólogo	LUANA DE OLIVEIRA CAVALCANTI	005.200.324-01	93779398	55.00		55.00	56
Odontólogo	TATIANI JUST	005.200.316-78	97469806	55.00		55.00	57
Odontólogo	GIOVANNA GARGIONI	005.200.342-67	12.821.918-8	55.00		55.00	58
Odontólogo	NATHÁLIA MATTOS	005.200.346-44	133227539	55.00		55.00	59
Odontólogo	BRUNASEVINHAGO PROVIDELO	005.200.389-10	113018379	55.00		55.00	60
Odontólogo	CAMILA PAULINO TESOLIN	005.200.347-99	92531864	55.00		55.00	61
Odontólogo	ELDA GONÇALVES DE OLIVEIRA CARDOSO	005.200.398-53	128700625	52.50	2.00	54.50	62
Odontólogo	CAROLINA CANCIAN	005.200.391-71	129036397	52.50		52.50	63
Odontólogo	KARINA SOARES HIDALGO	005.200.374-04	106992983	52.50		52.50	64
Odontólogo	MARILDA DA SILVA SOUSA	005.200.403-80	10050361	52.50		52.50	65
Odontólogo	THAYSLA FERNANDA LUCHETTI	005.200.348-72	130964605	52.50		52.50	66
Odontólogo	EDUARDO ROSSI MARCONI	005.200.373-46	130920810	52.50		52.50	67
Odontólogo	KELLY ROBERTA ARAÚJO FARIAS	005.200.373-49	134356154	52.50	0.00	52.50	68
Odontólogo	LOUISE MARIA PARRON	005.200.385-74	10.734.632-5	52.50		52.50	69
Odontólogo	WALDIRENE SUELY DE BRITO CAMBAROTO	005.200.339-18	49438451	52.50		52.50	70
Odontólogo	ROSANA FÁTIMA FERREIRA	005.200.389-48	110013086	52.50		52.50	71
Odontólogo	MAIARA MARIGUELLA DE LIMA	005.200.360-56	101459977	50.00		50.00	72
Odontólogo	SABRINA NOGUTI SILVA	005.200.324-23	110036809	50.00		50.00	73
Odontólogo	DANIEL TEIXEIRA GIOVANETTI PONTES	005.200.352-37	72624858	50.00		50.00	74
Odontólogo	KARINE DANIELE GIOVANELLA	005.200.361-27	4914919	50.00		50.00	75
Odontólogo	GISELE LIMA CAETANO	005.200.335-34	124267250	50.00		50.00	76
Odontólogo	CELSO GOMES CORREA NETO CERNKOVIC	005.200.318-06	108719672	50.00		50.00	77
Odontólogo	ISABELA PAULA CAPUCHO BEAL	005.200.364-31	13140539-1	50.00		50.00	78
Odontólogo	RAFAELA MODESTO MAIOLA	005.200.379-09	130907946	50.00		50.00	79
Odontólogo	KAELLIPY OLIVEIRA DE SOUZA	005.200.366-36	104450164	50.00		50.00	80
Odontólogo	CAROLINE PRIGOL	005.200.371-88	123896440	50.00		50.00	81
Odontólogo	GABRIELLE RIBEIRO TEIXEIRA	005.200.361-65	135181978	50.00		50.00	82
Odontólogo	MARIANA DE ARAUJO BUENO	005.200.397-98	131570880	50.00		50.00	83

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	IDENTIDADE	OBJETIVA	DIDÁTICA	TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIF.
Professor de Ensino Fundamental	DANIELLE ALVES DE CAMPOS	005.200.360-37	73732140	75.00	96.00	4.00	175.00	1
Professor de Ensino Fundamental	REIS							
Professor de Ensino Fundamental	ROBERTA DANUBIA QUAGLIO DOS SANTOS	005.200.355-73	85507958	72.50	98.00	4.00	174.50	2
Professor de Ensino Fundamental	ROSILENE GIMENES	005.200.331-67	69974783	72.50	98.00	4.00	174.50	3
Professor de Ensino Fundamental	LEONARDO VINÍCIUS SFORDI DA SILVA	005.200.397-32	106793166	77.50	92.00	4.00	173.50	4
Professor de Ensino Fundamental	CINTIA BICUDO	005.200.347-93	83910160	70.00	96.00	7.00	173.00	5
Professor de Ensino Fundamental	MAISA NETTO RAMIRES	005.200.333-35	123465539	72.50	98.00	2.00	172.50	6
Professor de Ensino Fundamental	FRANÇOASE FOGAÇA	005.200.389-88	103798590	67.50	96.00	7.00	170.50	7
Professor de Ensino Fundamental	FLÁVIA CAROLITA PINTO DE CARVALHO	005.200.392-54	106236372	77.50	92.00		169.50	8
Professor de Ensino Fundamental	GABRIELA FERREIRA PALMA	005.200.399-36	98834940	67.50	98.00	4.00	169.50	9
Professor de Ensino Fundamental	ANDRÉA REGINA ESTAVAS	005.200.329-42	76796688	72.50	86.00		158.50	10
Professor de Ensino Fundamental	GÉSSICA ALINE CARUZO	005.200.332-56	10.449.190-1	72.50	84.00	2.00	158.50	11
Professor de Ensino Fundamental	ANDREA DE SOUZA TEIXEIRA DA SILVA	005.200.388-47	66226344	72.50	80.00	4.00	156.50	12
Professor de Ensino Fundamental	GISLAINE SIMONE DOS SANTOS	005.200.322-95	104366724	77.50	78.00		155.50	13
Professor de Ensino Fundamental	ALINE YASMIN DA SILVA	005.200.319-49	134866136	72.50	82.00		154.50	14
Professor de Ensino Fundamental	LÍGIA VIEIRA RUMÃO TEIXEIRA	005.200.362-77	433580513	70.00	80.00		150.00	15
Professor de Ensino Fundamental	GISELE POTILA FACCIN GUI	005.200.389-52	78501677	67.50	80.00	2.00	149.50	16
Professor de Ensino Fundamental	VIVIAN ALVES ARANHA	005.200.349-69	61847413	67.50	76.00	2.00	145.50	17
Professor de Ensino Fundamental	CIBELE JULIANA DE MELO LOPES	005.200.395-89	96261080	67.50	62.00		129.50	18
Professor Educação Especial	EDNA PIRES DE OLIVEIRA BARBOSA	005.200.338-63	6.771.111-4	82.50	100.00	4.00	186.50	1
Professor Educação Especial	MARCIA MARIA PADOVANI DA SILVA CIOLI	005.200.401-56	78530626	80.00	100.00	4.00	184.00	2
Professor Educação Especial	ROBERTA MINARDI DE AZEVEDO MACHADO	005.200.392-14	98858547	82.50	94.00	4.00	180.50	3
Professor Educação Especial	ROBERTA DANUBIA QUAGLIO DOS SANTOS	005.200.388-93	85507958	75.00	100.00	4.00	179.00	4
Professor Educação Especial	MARIA JULIA PRESTES	005.200.330-45	38023691	77.50	90.00	4.00	171.50	5
Professor Educação Especial	LETÍCIA GONÇALVES BRAMBILLA SANTOS	005.200.325-60	128606432	70.00	92.00	5.00	167.00	6
Professor Educação Especial	MAISA NETTO RAMIRES	005.200.333-36	123465539	65.00	100.00	2.00	167.00	7
Professor Educação Especial	SIMONE AFONSO CORRÊA PIZZOLIM	005.200.384-69	47110785	60.00	100.00	4.00	164.00	8
Professor Educação Especial	SIRLENE ALZIRA TROLEZ DOSSO	005.200.385-24	84608106	67.50	92.00	4.00	163.50	9
Professor Educação Especial	VANESA MARIA FERRARI PORTO	005.200.397-46	102455940	65.00	90.00	4.00	159.00	10
Professor Educação Especial	VANIA MOLINA GANAZA	005.200.354-00	63177997	75.00	72.00	4.00	151.00	11
Professor Educação Especial	ENI FRANCO DE SOUZA	005.200.348-42	39767597	65.00	78.00	4.00	147.00	12
Professor Educação Especial	VIVIANE LOPES DE SOUZA	005.200.320-72	49907290	62.50	80.00	4.00	146.50	13
Professor Educação Especial	ROSE MEIRE FURLAN ROVERI	005.200.337-66	18601885	70.00	72.00		142.00	14
Professor Educação Especial	LIANE PASSALA VAZ	005.200.361-22	001428396	60.00	78.00	2.00	140.00	15
Professor Educação Especial	ISABELA CRISTINA SOUZA DA LUZ	005.200.344-17	71700895	65.00	68.00	4.00	137.00	16
Professor Educação Especial	JACQUELINE BARBOSA ZULIM	005.200.341-50	104656340	62.50	64.00	4.00	130.50	17
Professor Educação Infantil	ANA BEATRIZ SANTIAGO PICHININ	005.200.362-48	93439210	85.00	100.00		185.00	1
Professor Educação Infantil	NATALI BARDUCO STABILE	005.200.315-70	103990254	77.50	98.00	2.00	177.50	2
Professor Educação Infantil	ANDREA DE SOUZA TEIXEIRA DA SILVA	005.200.388-44	66226344	82.50	90.00	4.00	176.50	3
Professor Educação Infantil	CLAUDIA ROBERTA GUIDI	005.200.395-55	88627474	77.50	98.00		175.50	4
Professor Educação Infantil	LUCIMARA APARECIDA ALVES PINELLI	005.200.344-90	76095760	77.50	98.00		175.50	5
Professor Educação Infantil	FLÁVIA CAROLITA PINTO DE CARVALHO	005.200.392-49	106236372	80.00	94.00		174.00	6
Professor Educação Infantil	VIVIAN LORENA XAVIER	005.200.321-04	13.140.357-7	75.00	98.00		173.00	7
Professor Educação Infantil	IZABELA DOS SANTOS PELISSARI	005.200.384-01	10771312-3	77.50	90.00	4.00	171.50	8
Professor Educação Infantil	GÉSSICA ALINE CARUZO	005.200.332-52	10.449.190-1	75.00	94.00	2.00	171.00	9
Professor Educação Infantil	BRUNA ALESSANDRA FACCIN	005.200.355-16	99074574	80.00	86.00	2.00	168.00	10
Professor Educação Infantil	DIÉSSICA FABIOLA LICERRO DA SILVA ALCARRIA	005.200.360-48	99983973	75.00	88.00	0.00	163.00	11
Professor Educação Infantil	LEDA ADRIANA DELFINO	005.200.361-09	10.401.343-0	77.50	82.00		159.50	12
Professor Educação Infantil	GRACIANA DE OLIVEIRA SILVA	005.200.357-70	103803489	80.00	74.00		154.00	13
Professor Educação Infantil	ANGÉLICA VOLPATO BONILHA BORSATO	005.200.351-71	94876087	75.00	78.00		153.00	14
Professor Educação Infantil	ROSELY CRISTINA MARTINS	005.200.392-68	69974694	80.00	68.00	4.00	152.00	15
Professor Educação Infantil	JAQUELINE BATISTA DA SILVA	005.200.383-83	10.821.301-9	82.50	66.00		148.50	16
Professor Educação Infantil	MARIA DA CONCEIÇÃO PERES MANTOVANI	005.200.353-65	6146099-3	77.50	68.00	2.00	147.50	17
Professor Educação Infantil	TANIELLI S CABRAL DE OLIVEIRA	005.200.344-19	77303855	80.00	66.00	0.00	146.00	18
Professor Educação Infantil	PAULO DE ASSIS CHAVES FILHO	005.200.342-62	98083618	75.00	68.00		143.00	19
Professor Educação Infantil	MARIA EDUARDA TENÓRIO SACANI	005.200.382-43	12.930.409-0	77.50	64.00		141.50	20
Professor Educação Infantil	ALINE YASMIN DA SILVA	005.200.319-47	134866136	75.00	62.00		137.00	21
Professor Educação Infantil	MARCOS DA SILVA CARDOSO	005.200.329-93	83320915	75.00	60.00	2.00	137.00	22

ANEXO II – AFRODESCENDENTE

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	IDENTIDADE	NOTA FINAL	AFRO
Auxiliar Administrativo	MARIANA BATISTA SOARES	005.200.359-87	6627726	80.00	1
Auxiliar Administrativo	LORENA ALINE DE LIMA	005.200.357-31	127777004	77.50	2
Auxiliar Administrativo	VINICIUS RESPLANDES MESQUITA	005.200.389-90	25573861	75.00	3
Auxiliar Administrativo	LIGIA DA SILVA DEMICIANO	005.200.334-91	425147988	75.00	4
Auxiliar Administrativo	ALBERTO SOUZA SILVA	005.200.321-68	111256772	72.50	5
Auxiliar Administrativo	TIAGO AUGUSTO ASSIS MEN	005.200.363-02	109990051	72.50	6
Auxiliar Administrativo	KAREN DAIANE DOMINGUES DA SILVA	005.200.330-18	129464321	67.50	7
Auxiliar Administrativo	ARION BARBOZA CAETANO JUNIOR	005.200.332-67	102594851	65.00	8
Auxiliar Administrativo	VINICIUS FELIPE VERGILIO DUARTE	005.200.326-46	140178233	65.00	9
Auxiliar Administrativo	NEUSA APARECIDA OLIVEIRA	005.200.332-29	83077441	65.00	10
Auxiliar Administrativo	LEANDRO SOARES LEITE	005.200.331-92	76236003	65.00	11
Auxiliar Administrativo	THAINÁ BARBOSA DOS SANTOS	005.200.341-07	136257145	62.50	12
Auxiliar Administrativo	GUILHERME FREIRE DE ALMEIDA	005.200.365-35	129477059	62.50	13
Auxiliar Administrativo	LEONARDO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS DA SILVA	005.200.357-68	135278734	62.50	14
Auxiliar Administrativo	FERNANDA NOGUEIRA DE SOUSA	005.200.403-09	142040808	60.00	15
Auxiliar Administrativo	JEAN CARLO DOS SANTOS	005.200.393-56	111249911	60.00	16
Auxiliar Administrativo	BARBARA APARECIDA LINO	005.200.397-05	133581480	60.00	17
Auxiliar Administrativo	LUDMILA DOS SANTOS FRANÇA	005.200.383-80	130886116	60.00	18
Auxiliar Administrativo	PEDRO HENRIQUE SAMBINI DA SILVA	005.200.401-76	128659684	60.00	19
Auxiliar Administrativo	ANA GABRIELE COUTINHO DE SOUSA	005.200.364-30	553526	60.00	20
Auxiliar Administrativo	JAIME EZIDIO DOS SANTOS NETO	005.200.397-38	81427992	60.00	21
Auxiliar Administrativo	ROSINEIDE DA SILVA CALAIS	005.200.395-84	100134721	60.00	22
Auxiliar Administrativo	AMANDA RODRIGUES GOMES DA SILVA	005.200.332-63	10.731.844-5	57.50	23
Auxiliar Administrativo	ELLEN CAROLINE RIBEIRO CORRÊA	005.200.393-68	134324465	57.50	24
Auxiliar Administrativo	GABRIELI DE SOUZA BUENO CAETANO RAMOS	005.200.366-04	150070708	57.50	25
Auxiliar Administrativo	GILBERTO ALCANTARA FELIX DA SILVA	005.200.378-22	123384326	57.50	26
Auxiliar Administrativo	ADRIANO ROGÉRIO DOS REIS JOÃO	005.200.347-47	137633167	55.00	27
Auxiliar Administrativo	SUZANA ANANIAS MENDES	005.200.346-81	103448387	55.00	28
Auxiliar Administrativo	LUANA DA SILVA LIMA	005.200.405-20	37.150.259-7	55.00	29
Auxiliar Administrativo	JUSCELINO DA SILVA DUTRA JUNIOR	005.200.318-14	492068355	55.00	30
Auxiliar Administrativo	LUANA GOMES DE OLIVEIRA	005.200.397-58	131985894	55.00	31
Auxiliar Administrativo	VANESSA BENTO DOS SANTOS SOARES	005.200.351-83	106858667	55.00	32
Auxiliar Administrativo	EDICLEIA MARTINS CUSTODIO	005.200.330-01	107139397	52.50	33
Auxiliar Administrativo	LARISSA BIANCA DO NASCIMENTO	005.200.347-52	133754407	52.50	34
Auxiliar Administrativo	NATALIA CAROLINE DA CRUZ	005.200.342-89	134927143	52.50	35
Auxiliar Administrativo	JENIFFER FERNANDA ARAUJO	005.200.364-75	143870855	52.50	36
Auxiliar Administrativo	GUSTAVO DE FREITAS BALIELO	005.200.337-05	131827660	52.50	37
Auxiliar Administrativo	KELLY CRISTINA PINHEIRO	005.200.330-61	145902975	52.50	38
Auxiliar Administrativo	THAIS BRUNA BARBOSA	005.200.407-79	129893150	52.50	39
Auxiliar Administrativo	PAMELA SILVA TAVARES	005.200.360-02	397.439.337	52.50	40
Auxiliar Administrativo	TAYNARA CAROLINE TEIXEIRA DA SILVA	005.200.360-08	141311140	52.50	41
Auxiliar Administrativo	SILVANA APARECIDA DA SILVA LANDIN	005.200.326-20	78751924	52.50	42
Auxiliar Administrativo	ANDRESSA PEREIRA BARBOSA	005.200.400-74	128944923	50.00	43
Auxiliar Administrativo	GEOVANNA DOS SANTOS CAN

(Continuação da página anterior)

PALAVRA DO PREFEITO

Ao considerar que o envelhecimento populacional é uma realidade mundial e nacional, o planejamento de políticas públicas à população idosa é fundamental na consolidação do Estado democrático. O município de Mandaguaçu tem, dentre outros, o compromisso, a responsabilidade do atendimento às demandas desse público, proporcionando- lhes maior qualidade de vida.

A construção do Plano Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de 2018 a 2021 de Mandaguaçu será incluído no Plano Plurianual para se garantir políticas públicas a essa população vinculadas ao orçamento municipal. O referido Plano será o instrumento que norteará os programas, projetos e serviços da gestão municipal com o acompanhamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e todo o município no fortalecimento de uma sociedade mais inclusiva para todas as faixas etárias.

O respeito às pessoas idosas deve transcender gestões e garantir o caráter de sua continuidade para que ocorra o envelhecimento digno, ativo e sustentável dessa população por meio da promoção, proteção e defesa dos direitos às pessoas idosas em áreas transversais das

Maurício Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

PALAVRA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A efetivação de direitos humanos no que tange aos direitos sociais somente pode ocorrer mediante a participação ativa do Estado e de toda a sociedade. Os dados estatísticos vêm confirmando a necessidade da velhice se tornar cada vez mais objeto de políticas públicas.

O respeito à população idosa implica no reconhecimento da dinâmica e a totalidade das várias expressões da questão social relacionada às pessoas idosas.

Na atualidade, as reflexões e planejamento de políticas públicas às pessoas idosas vem de encontro à garantia das demandas existentes referenciadas no sistema de proteção social. Isto requer o redimensionamento da agenda pública e dos investimentos para superar ações pontuais e focalizadas.

É óbvio que as pessoas idosas não são um custo para a sociedade. Elas são sujeitos de direitos. Isso requer uma gestão de investimento para maior qualidade de vida das *mesmas*. São desafios para a organização de nossa agenda pública municipal com programas, projetos e serviços com as especificidades dessas pessoas idosas. Envelhecer com cidadania já!

Adriana Bueno da Silva
Departamento de Assistência Social

PALAVRA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Na relação entre Estado e sociedade, a concretização dos direitos sociais se faz com políticas sociais públicas. Historicamente, a materialização dos direitos conquistados exige lutas constantes. Especialmente, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Mandaguaçu vem fazer a defesa de ações intersetoriais e transversais para essa população.

Entendemos que já obtivemos alguns avanços no controle social como representantes governamentais e não-governamentais. Porém, temos que avançar nas possibilidades de ampliação desses direitos. Assim como rege o Estatuto do Idoso (2003), temos que buscar mais oportunidades e facilidades para a preservação da saúde física e mental, o aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade do idoso.

Luci Amorim dos Reis Mello
Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos da Pessoa Idosa

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial iniciado, a princípio, nos países desenvolvidos pela queda de mortalidade, das grandes conquistas do conhecimento médico, urbanização adequada das cidades, melhoria nutricional, elevação dos níveis de higiene pessoal e ambiental nas residências e no trabalho em decorrência dos avanços tecnológicos em fins da década de quarenta (40) e início dos anos cinquenta (50) do século XX (MENDES ET AL, 2005, p.423).

A tendência ao crescimento do processo de envelhecimento mundial é irreversível. Conforme SILVA (2016, p.219), a longevidade é uma conquista da humanidade que requer um redirecionamento das ações do Estado destinadas às pessoas idosas e a todas as gerações. As conquistas científicas, tecnológicas e epidemiológicas vêm assegurando maior qualidade e maior expectativa de vida ao ser humano.

Há uma complexidade em definir o que seja velhice. A Organização Mundial de Saúde- OMS define a velhice a partir dos sessenta anos. A Política Nacional do idoso também considera como idoso as pessoas com idade maior de sessenta anos. A Organização das Nações Unidas – ONU estabeleceu a idade de sessenta anos demarcando o início do estágio da velhice nos países em desenvolvimento e sessenta e cinco anos nos países desenvolvidos.

No processo de envelhecimento, o Estado, as novas configurações de famílias e a sociedade como um todo demandam novos posicionamentos e\ou enfrentamentos como nas várias expressões de violência contra as pessoas idosas. As tensões psicológicas e sociais podem apressar as deteriorações associadas ao processo de envelhecimento (MENDES, 2005, p. 424).

No envelhecimento populacional também se tem a feminização da velhice. Isso porque as mulheres apresentam maior expectativa de vida conforme a condição socioeconômica de cada país. Das várias explicações para a feminização da velhice está vinculada à questão da mortalidade diferencial por sexo, crescimento do número de mulheres idosas economicamente ativas, maior número de lares chefiados por mulheres idosas, redução da mortalidade materna, diminuição na taxa de natalidade e melhoria no padrão de vida das mulheres maduras. As mortes violentas também atingem, principalmente, os homens. Outras causas são o tabagismo, consumo de álcool, dieta rica em gorduras, hipertensão precoce e doenças decorrentes do trabalho; a queda da mortalidade materna devido aos avanços e uma maior distribuição de recursos oferecidos pela área médica. Assim, há um elevado contingente de viúvas e a maior longevidade feminina. Ainda, as normas culturais e sociais de alguns países também levam os homens a se casarem com as mulheres mais jovens (NERI, 2007, p. 50).

Nos países menos desenvolvidos como o Brasil, o aumento da expectativa de vida tem sido evidenciada pelos avanços tecnológicos como as vacinas, uso de antibióticos, quimioterápicos que tornaram possível a prevenção ou cura de muitas doenças, permitindo a ocorrência de uma grande explosão demográfica (MENDES ET AL, 2005, p.423).

É importante a apresentação de alguns dados para visibilizar o aumento da população idosa. No Brasil, em 1940, a população idosa era de 1,7 milhão e, em 2000, de 14,5 milhões (CAMARANO; PASINATO, 2004). A expectativa de vida era relativamente pequena, em virtude das péssimas condições sanitárias, da falta quase total de saneamento básico, da saúde pública extremamente deficiente, da desinformação, do atraso na medicina e das altíssimas taxas de natalidade (BRAGA, 2001, p. 9). Com a redução desses índices, a população idosa vem alterando a pirâmide etária populacional com grande redução de fecundidade. No Brasil, a esperança de vida ao nascer de homens era de 58,3 anos e, em 1996, de 63,2 anos. A esperança de vida aos 60 anos entre os homens saltou de 14,2 em 1980 para 16,3 em 1996. A das mulheres passou de 17,6 em 1980 para 20,4 anos em 1996 (NERI, 2007).

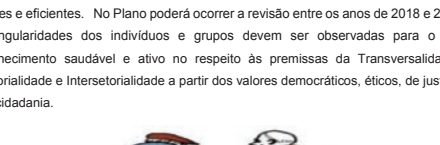
A população idosa está crescendo mais rapidamente do que a de crianças. Em 1980, existiam, aproximadamente, dezesseis (16) pessoas idosas para cada cem (100) crianças. Em 2000, essa relação aumentou para trinta (30) pessoas idosas por cem (100) crianças, praticamente, dobrando em 20 anos. Isso ocorre devido ao planejamento familiar com a conseqüente queda da taxa de fecundidade e, em consequência, a longevidade das pessoas idosas. O grupo com setenta e cinco (75) anos ou mais teve o maior crescimento relativo (49,3%) nos últimos dez anos, em relação ao total da população idosa (MENDES ET AL, 2005, p.423).

Conforme dados apresentados do IBGE, em 2009 havia, aproximadamente, uma população de 19.955 pessoas idosas, representando 10,5% da população do país (IBGE, 2009). Em 2012, 810 milhões de pessoas tinham 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global. A participação da faixa com mais de 65 anos avançou de 5,9% em 2000 para 7,4% em 2010. O envelhecimento foi reflexo do mais baixo crescimento populacional aliado às menores taxas de natalidade e fecundidade. As pessoas idosas com mais de 60 anos somaram 23,5 milhões dos brasileiros, mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas. Na comparação entre 2009 e 2011, o grupo aumentou 7,6%, ou seja, mais 1,8 milhão de pessoas. Há dois anos, eram 21,7 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o número de crianças de até quatro anos no país caiu de 16,3 milhões, em 2000, para 13,3 milhões, em 2011.

As informações disponíveis no DataSOCIAL da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (SAGI/MDSA, 2014) traz o Brasil na população de 50 a 59 anos, o número de 23.054.063 e a população com sessenta (60) anos ou mais de 27.881.872habitantes. No Paraná, a população de 50 a 59 anos era de 1.348.682 e a população com sessenta (60) anos ou mais era de 1.524.299 habitantes.

Atualmente, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca que existem cerca de vinte e oito (28) milhões de pessoas com idade igual ou superior a sessenta (60) anos, aproximadamente, 12% do total da população brasileira. A estimative para 2025 é de que o Brasil tenha aproximadamente trinta e dois (32) milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade, ficando em sexta colocação no ranking mundial de países mais longevos. A cada grupo de cem (100) jovens menores de quinze (15 anos), haverá mais de cinquenta (50) adultos com sessenta e cinco (65) anos ou mais. Em 2050, pela primeira vez haverá mais idosos que crianças menores de 15 (quinze) anos. Segundo a OMS- Organização Mundial da Saúde, em 2025, o Brasil será o sexto pais do mundo em número de pessoas idosas.

Ao se visualizar a realidade populacional acima apresentada, nesse Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Mandaguaçu referenda-se a necessidade de proporcionar maior atenção a essa população com respostas planejadas, efetivas, eficazes e eficientes. No Plano poderá ocorrer a revisão entre os anos de 2018 e 2019. As singularidades dos indivíduos e grupos devem ser observadas para o real envelhecimento saudável e ativo no respeito às premissas da Transversalidade, Territorialidade e Intersetorialidade a partir dos valores democráticos, éticos, de justiça e de cidadania.



Viver é envelhecer. Nada mais!
Simone de Beauvoir

1. MARCO REFERENCIAL

As principais referências para a orientação das políticas às pessoas idosas no Brasil são as constituições de vários países e as declarações internacionais. A mobilização social e o controle democrático são fundamentais. São as normativas externas como as internas definem os rumos das políticas sociais. Mesmo com a vinculação das políticas sociais aos mandamentos neoliberais de controle da pobreza, as normativas oferecem reais contribuições para a efetivação de direitos por meio da implementação de políticas sociais públicas (MENDONÇA, 2015, p. 35).

2. MARCO LEGAL INTERNACIONAL

2.1. Pressupostos Legais

As primeiras preocupações com os direitos humanos remontam a Antiguidade. Nesse item do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa se retomarão, historicamente, algumas referências na construção dos direitos dessa população.

A Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789 referenciou a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a liberdade do cidadão perante a lei, o direito à propriedade individual, o direito de resistência à opressão política e a liberdade de pensamento e de opinião (CAMPOS, 2009, p.15).

Em 1948, a Declaração Universal de Direitos Humanos foi redigida sob o impacto da Segunda Guerra Mundial e firmando as concepções da Revolução Francesa com os valores supremos da igualdade, liberdade e fraternidade. Em seu artigo I - "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade." O artigo II especifica: "Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as librdades nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição."

O artigo 25 da Declaração Universal de Direitos Humanos define:

"Todo o homem tem direito a um patrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados medicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em casa de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsisitencia em circunstancias for a de seu controle."

Na década de 1960, precisamente em 1966, como desdobramento, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou dois pactos internacionais: o de Direitos Civis e o de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em 1968, uma das primeiras medidas normatizadoras da assistência aos idosos foi restrita aos beneficiários do sistema previdenciário. O amparo previdenciário era para maiores de setenta anos de idade.

Por ocasião da Assembleia Geral realizada em 1973, a Organização das Nações Unidas – ONU apresentou a necessidade de proteger os direitos das pessoas idosas. Um documento para balizar as políticas destinadas a esse segmento populacional foi elaborado apenas em 1982.

Em 17 de novembro de 1988, um documento de caráter juridicamente vinculante para América Latina e Caribe incluía normas sobre os direitos básicos das pessoas idosas. Esse documento foi chamado Protocolo de San Salvador, assinado pelos Estados integrantes da Organização dos Estados Americanos por ocasião do Décimo Período de Sessões da Assembleia Geral. O documento também obrigava os Estados a garantirem, progressivamente, proteção especial à velhice para que os idosos desfrutassem de alimentação e de atenção médica especializada, de execução de programas trabalhistas específicos para favorecer a realização de atividades produtivas bem como a promoção da formação de organizações sociais para melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas. Esse Protocolo foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 19 de abril de 1995. Na relação dos documentos internacionais pautando os documentos nacionais, sabe-se que o governo brasileiro só depositou o instrumento de adesão a esse Ato em 21 de agosto de 1996, apesar do referido Protocolo ter sido amplamente contemplado no Estatuto do Idoso vigente.

Em 1991, as Nações Unidas lançaram uma Carta de Princípios para as Pessoas Idosas. Nela, incluiam a independência, participação, assistência, autorrealização e dignidade das pessoas idosas. Nesse mesmo ano, a ONU editou a Resolução nº 46. Os princípios dessa Organização em favor das pessoas idosas eram independência, participação, assistência, autorrealização e dignidade para um envelhecimento ativo e digno.

Em 1999, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – DESC afirmou que os Estados partícipes do Pacto do DESC devem prestar especial atenção ao fomento e proteção às pessoas idosas no que diz respeito à igualdade de direitos entre homens e mulheres, ao direito ao trabalho, à previdência social, à proteção da família, a um nível de vida adequado, à saúde física e mental, à educação e à cultura.

Em Madrid, a Organização das Nações Unidas realizou a IIª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, de 8 a 12 de abril de 2002. Nessa assembleia, as organizações não governamentais participaram, mas, sem direito à voz. Essas organizações não governamentais realizaram o Fórum Mundial das ONG's sobre envelhecimento, nos dias 5 a 9 de abril de 2002, em Madrid. E encaminharam os resultados de suas análises e discussões à Organização das Nações Unidas.

Em 2003, de 19 a 21 de novembro, foi realizada em Santiago do Chile, a I Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento – América Latina e Caribe. A organização foi do governo chileno em conjunto com a CEPAL, o Fundo das Nações Unidas sobre População – UNFPA, a Organização Panamericana de Saúde – OPS, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial e Programa sobre Envelhecimento das Nações Unidas. Essa Conferência foi a primeira de caráter intergovernamental sobre envelhecimento realizada na região, como instância de análise e de intercâmbio a respeito da situação do envelhecimento e de pessoas idosas. Os países participantes acordaram a estratégia regional de implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (2004). Essa estratégia estabelece metas, objetivos e recomendações para ações em favor das pessoas idosas em cada uma das três áreas prioritárias acordadas no Plano de Madri, destacando-se as que se referem ao cuidado.

Em relação à questão da sobrecarga que a pessoas idosa representa para a família, geralmente, uma só pessoa que quase sempre é a mulher ou outra pessoa idosa, se recomendou que é preciso reconhecer o papel que a mulher tem exercido em relação aos serviços e cuidados e tomar as devidas medidas para que essas atividades sejam também responsabilidades dos homens (CEPAL, 2004, p. 16).

Houve o reconhecimento também de que existem um desenvolvimento limitado e escasso da fiscalização das regulamentações que regem o funcionamento das instituições de longa permanência. Ficou definido como meta o acesso das pessoas idosas aos serviços de saúde integrais e adequados às suas necessidades para uma melhor qualidade de vida na velhice e na preservação de sua capacidade funcional e autonomia (CEPAL, 2004, p. 17).

As recomendações que compuseram o objetivo de uma cobertura universal das pessoas idosas nos serviços de saúde, incorporado o envelhecimento como componente essencial das legislações e políticas nacionais de saúde foram:

- Desenvolver um sistema de saúde que enfatize a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a provisão de cuidados equitativos e dignos às pessoas idosas;

- Formular políticas definindo os cuidados de que necessitam as pessoas idosas e os mecanismos de acesso a eles;

- Implementar um plano integral de saúde, dotando-o, progressivamente, dos recursos necessários tanto humanos como financeiros, no qual sejam coordenados os serviços destinados aos cuidados da saúde das pessoas idosas, em âmbito local, regional e nacional.

- Fortalecer a capacidade governamental e institucional para estabelecer, difundir e fazer cumprir regras e normas que regulamentem os estabelecimentos que oferecem cuidados de longa duração às pessoas idosas, especialmente as dependentes, visando a proteção de seus direitos e de dignidade e o combate a violações dos mesmos;

- Estabelecer estreita colaboração multisetorial para educar os provedores e usuários desses serviços acerca da qualidade dos cuidados e dos direitos humanos, liberdades e condições de vida ótimas para seu bem-estar, com o estabelecimento e difusão de mecanismos eficazes de transmissão de queixas de seus usuários e familiares;

- Fomentar a criação de redes de apoio aos cuidadores familiares para viabilizar a permanência da pessoa idosa em seu lar e prevenir o esgotamento físico e mental do cuidador;

- Fomentar a criação de alternativas comunitárias aos cuidados de longa duração às pessoas idosas (CEPAL, 2004, p. 18-20).

Nessas recomendações, as seguintes ideias-forças foram p envelhecimento ativo, protagonismo, respeito às diferenças das pessoas idosas, consideração do ciclo de vida e solidariedade intergeracional.

De 17 a 20 de junho de 2003 ocorreu a Reunião Regional da Sociedade Civil sobre Envelhecimento, em Santiago do Chile, organizada pela sociedade civil. Nessa ocasião, o Grupo Interagencial sobre Envelhecimento – GIE apresentou um documento com uma síntese do processo de seguimento da Assembleia Mundial do Envelhecimento. Nesse documento estavam detalhadas as atividades de segmento paralelo desenvolvido pela sociedade civil com a conclusão apresentando uma seção de anexos que continham os acordos e as recomendações das reuniões dos especialistas.

O GIE é integrado pela CEPAL, Organização Panamericana de Saúde (OPS), Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, Programa de Envelhecimento das Nações Unidas, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Organização Internacional do Trabalho – OIT, e tem o apoio da Divisão de População das Nações Unidas e da Secretaria de Cooperação Técnica Iberoamericana. Esse grupo elaborou um plano de atividades que contemplava três documentos de Recomendações de Políticas referentes às Redes de Apoio Social, Saúde e Segurança Econômica das Pessoas Idosas. Essas recomendações tiveram por objetivo geral fortalecer as redes de apoio social aos idosos para melhorar sua qualidade de vida e potencializar seu desenvolvimento como sujeito de direito.

Os princípios gerais em que se sustentam essas recomendações foram as pessoas idosas como sujeitos de direitos; Independência e autonomia; Integralidade das pessoas idosas e seus contextos; Enfoque do ciclo de vida e visão prospectiva; Complementariedade das ações em âmbito nacional, regional e local, tendo em vista a necessidade de acordos e coordenação entre distintos âmbitos de intervenção das ações dirigidas às pessoas idosas (CEPAL, 2003).

Das recomendações sobre redes de apoio das pessoas idosas estruturadas em quatro áreas de planejamento e intervenção: Pessoas idosas como sujeitos de direitos; Disponibilidade dos sistemas de apoio social das pessoas idosas; Igualdade dos sistemas de apoio social às pessoas idosas e Mecanismos de seguimento.

A Resolução nº 44/1, da Comissão de Desenvolvimento Social da ONU estipulou ao Secretário-Geral que apresentasse, em seu 45º período de sessões, um informe sobre os principais acontecimentos na esfera do envelhecimento desde a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento. Na referida resolução foi elaborado pelo Secretário Geral (2006) um Informe contendo os principais acontecimentos regionais e mundiais sobre envelhecimento, com a manifestação de progresso e de melhora da condição humana. No entanto, nesse informe já aparece que os países em desenvolvimento têm pouco tempo para adaptar-se ao acelerado processo de envelhecimento populacional.

O Informe registra também que nesses países persistem as desigualdades generalizadas de disponibilidade de serviços de assistência social para as pessoas idosas e de programas de pensões, dentre outros pontos.

Em 2007, foi realizada a II Conferência Intergovernamental sobre o Envelhecimento na América Latina e Caribe, da qual resultou a Declaração de Brasília. O Governo brasileiro apresentou em seu informe nacional sobre a aplicação da Estratégia Regional de Implementação para América Latina e Caribe, do Plano de Ação Internacional de Madri sobre envelhecimento, seus avanços por intermédio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). Destacaram a promoção do fortalecimento das instâncias de controle democrático (Conselhos de Direito) por meio de açoes como a realização da I Conferência Nacional dos Diretos da Pessoa Idosa; elaboração do Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa; promoção de audiências públicas sobre as Instituições de Longa Permanência para Idosos; realização de cursos e oficinas de capacitação de conselheiros; promoção de cursos de capacitação de recursos humanos para profissionais que lidam com a população idosa; estimulo à integração e à articulação dos Conselhos de Defesa da Pessoa Idosa nos três níveis de governo (nacional, estadual, municipal e Distrito Federal), com a participação da sociedade civil. Foi também mencionado que o governo se empenhou em atribuir caráter deliberativo a todos os conselhos de direitos e em instruir os conselheiros quanto à importância de seu papel e de sua participação na atividade de controle democrático (MENDONÇA (2015) apud INFORME BRASIL (2007).

Em março de 2008, Buenos Aires, por ocasião da 11ª reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Membros Associados, foi realizado o seminário Regional *"Idosos: discriminação, direitos humanos e políticas públicas"*. Os países participantes concordaram em estudar a possibilidade de fazer uma declaração de apoio do MERCOSUL à criação de uma Convenção sobre os Direitos das Pessoas Idosas.

Em junho de 2008 foi aprovada em Santo Domingo, República Dominicana, no XXXII Período de Sessão da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, a Resolução nº 644. Nessa Sessão, além de ser ratificada a Declaração de Brasília, a Secretaria Executiva da CEPAL solicitou assessoramento técnico da própria CEPAL para realização das reuniões de segmento da referida Declaração, em particular no que se refere ao tema de mecanismos internacionais de proteção dos direitos das pessoas idosas.

A primeira reunião de segmento da Declaração de Brasília foi organizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e Ministério das Relações Exteriores, com o apoio técnico do Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia-CELADE, – Divisão de População da CEPAL e do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA. Essa reunião ocorreu de 16 a 17 de setembro no Rio de Janeiro. Dela participaram treze países da América Latina e Caribe, Espanha, Portugal; representantes da CELADE, CEPAL, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas – UM/DESA, Comitê do Pacto de Direitos Econômico, Sociais e Culturais – PDESC, organizações não governamentais internacionais, Cáritas Alemã, Associação Internacional de Gerontologia, Global Action on Ageing, HelpAge Internacional; organismos brasileiros, como: Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa do Idoso e Pessoas com Deficiência – AMPID; Associação Nacional de Gerontologia; Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Serviço Social do Comércio – SESC; Centro Latino Americano de Violência e Saúde – CLAVES – FIOCRUZ; Confederação Brasileira de Aposentados Pensionistas e Idosos – COBAP; Associação Nacional de Defensores Públicos; Centro Interdisciplinar de Apoio e Pesquisa em Envelhecimento – CIAPE; representantes dos Conselhos de Defesa do Idoso do Piauí, Alagoas, Rio de Janeiro; Associação Municipal de Apoio Comunitário – AMAC; Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos da Argentina; Centro de Capacitação e Desenvolvimento do Chile; Confederação de Pensionistas e Idosos de Curaçao; Frente Parlamentar de Entidades Civis e Militares em Defesa da Previdência Pública e dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, Grupo Iberoamericano Interdisciplinar de Gerontologia da Universidade de Sevilha.

Nessa reunião, expositores do Brasil e dos organismos internacionais abordaram a importância de uma Convenção dos Direitos das Pessoas Idosas, do reforço aos mecanismos de segmento do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento, do enfoque dos direitos nos temas relacionados à velhice e da designação de um relator de direitos humanos para velar pelos direitos da pessoa idosa.

O principal ponto da reunião foi a minuta da criação da Convenção dos Direitos da Pessoa Idosa apresentada pela Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa do Idoso e Pessoas com Deficiência – AMPID, a qual foi repassada à representante da Argentina com o objetivo de prosseguir nas discussões. A representante do governo argentino solicitou da AMPID a minuta da Convenção porque o então Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SEDH se negou a apresentá-la como proposta brasileira, sob a justificativa de que o Brasil parecia estar impondo o documento aos demais países. Felizmente, o governo argentino abraçou a causa e embasou a convenção que vem sendo discutida no âmbito da OEA.

De 21 e 22 de maio de 2009, o governo argentino realizou a segunda reunião de segmento da Declaração de Brasília, contando com o apoio da CEPAL, CELADE e da UNFPA, e com a participação de 22 países da América Latina, Caribe e Europa; dos Estados Unidos e organizações não governamentais. Contou, ainda, com a presença de organismos internacionais, tais como: Organização dos Estados Americanos – OEA; Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Organização Panamericana de Saúde – OPS/OMS; Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas – UN/DESA; Organização Internacional do Trabalho e o Fundo das Nações Unidas para População. Presentes também representantes da Organização Iberoamericana de Seguridade Social – OISS; International Network for the Prevention of Elder Abuse; Cáritas Alemã; Associação Internacional de Gerontologia; Health Foundation of South Flórida; HelpAge Internacional; Conferência Interamericana de Seguridade Social – CISS do Centro de Estudos de Seguridade Social – CIESS e a Associação Internacional de Geriatria e Gerontologia.

Os resultados dessa reunião foram apresentados pelo governo da Argentina ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas e dos Estados Americanos, sob a forma de um documento que tinha como principal justificativa a necessidade de uma Convenção, além de conter uma lista de temas que deveriam ser incluídos em um instrumento de caráter vinculante. O governo argentino se empenhou e assumiu a presidência do GT de Composição Aberta sobre os direitos da pessoa idosa, constituído pela Organização das Nações Unidas, e também a presidência do GT sobre a Convenção no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, conduzindo todos os trabalhos.

A III Reunião de seguimento foi realizada nos dias 5 e 6 de outubro de 2009, em Santiago do Chile. Organizada pelo Governo chileno por intermédio do Serviço Nacional do Adulto Maior – SENAMA, com apoio da CEPAL, CELADE, Organização Panamericana de Saúde – OPS, UNFPA, Organização Iberoamericana de Seguridade Social-OISS e Rede Intergovernamental Iberoamericana de Cooperação Técnica-RIICOTEC, ela contou com a participação de 24 países. Nesse evento, foi discutido o documento da convenção. À Secretaria da CEPAL foi atribuída a tarefa de elaborar uma proposta de estratégia sobre como avançar os artigos 24 e 25, da Declaração de Brasília, e de elaborar conteúdos mínimos que deverão estar presentes, desde a perspectiva da América Latina e do Caribe, em uma convenção internacional sobre os direitos humanos das pessoas idosas. Foi sugerido, ainda, que a referida proposta fosse apresentada na reunião seguinte do Comitê de População e Desenvolvimento da CEPAL a ser realizada em 2010, que os Ministérios das Relações Exteriores de cada país fizessem gestão junto às suas missões na Organização dos Estados Americanos – OEA para a realização de uma sessão especial de especialistas e representantes de governos com vista à preparação de uma Convenção Interamericana de Direitos da Pessoa Idosa, com apoio da OPS e CEPAL – tal como foi estabelecido pela Assembleia Geral da OEA em sua Resolução AG/RES 2.455 do 39º período de sessões celebrado em San Pedro, Sula (Honduras, 4 de julho de 2009).

Em abril de 2009 ocorreu em Trinidad e Tobago, a 5ª Conferência das Américas. Nela foi assinada a Declaração de Porto Espanha. O artigo 42 dispõe: "Neste contexto promoveremos um marco regional e com apoio da OPAS e CEPAL um exame sobre a viabilidade de elaborar uma Convenção Interamericana sobre os direitos das pessoas idosas" (DECLARAÇÃO DE PORTO ESPANHA, OEA, 2009).

Durante a realização do XXXIX Período Ordinário de Sessões da Organização dos Estados Americanos, em San Pedro Sula, Honduras, entre os dias 2 a 4 de junho de 2009, sob o AG2455-XXXIX-O/09, ficou assentado:

Recordando os resultados da Segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento (Madrid, 2002) e as duas Conferências Regionais Intergovernamentais (Santiago, 2003 e Brasília, 2007);

Ressaltando que, na Declaração de Compromisso de Porto Espanha, as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo das Américas comprometeram-se a continuar '*trabalhando para incorporar temas referentes aos idosos nas agendas das políticas públicas' e a promover 'no âmbito regional e com o apoio da OPAS e da CEPAL, uma análise da viabilidade de uma convenção interamericana sobre os direitos dos idosos',*

RESOLVE:

1. Manifestar preocupação com a insuficiência de estudos e relatórios em nível hemisférico a respeito da institucionalidade e dos mecanismos singulares relacionados aos problemas das pessoas idosas, especialmente as violações e infrações de seus direitos, o que torna necessário avançar na criação de instrumentos internacionais para a sua devida avaliação e na adoção de medidas de proteção.

2. Encarregar o Conselho Permanente de incluir em sua agenda a abordagem da problemática que afeta as pessoas idosas no Hemisfério, com a perspectiva de promover uma cooperação regional para identificar suas necessidades específicas e as políticas públicas adequadas ao seu tratamento.

3. Instar o Conselho Permanente a convocar, com o apoio da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), se possível, uma sessão especial de representantes nacionais e peritos oriundos do setor acadêmico e da sociedade civil, bem como de organismos internacionais, com o objetivo de trocar informações e boas práticas, e estudar a viabilidade da elaboração de uma convenção interamericana sobre os direitos das pessoas idosas.

4. Solicitar ao Conselho Permanente que informe a Assembleia Geral, no 40º Período Ordinário de Sessões, sobre a implementação dos mandatos constantes desta resolução, cuja execução estará sujeita à disponibilidade de recursos financeiros alocados no orçamento-programa da Organização e de outros recursos (OEA, 2009, AG2455-XXXIX-O/09).

Os presidentes dos Estados componentes do MERCOSUL e Estados Associados, em 3 de março de 2010, na cidade de San Juan, República Argentina, na XXXIX Reunião do Mercado Comum reiteraram o interesse em aprofundar o tratamento dos direitos das pessoas idosas na Organização dos Estados Americanos e nas Nações Unidas, com o objetivo de contar com um instrumento internacional juridicamente vinculante que assegure os direitos dos mesmos e uma velhice com dignidade.

De 12 a 14 de maio de 2010, durante a realização da sessão do Comitê Especial da CEPAL sobre População e Desenvolvimento, foi solicitada à Secretaria Executiva do referido órgão: transmitir ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas o interesse dos países presentes de constituir um grupo de trabalho encarregado de liderar o processo de elaboração de um tratado internacional para proteger os direitos das pessoas idosas. Posteriormente, a Secretária-Executiva da CEPAL enviou carta ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, no dia 22 de outubro de 2010.

Em outubro de 2010 foi realizada uma sessão especial do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos – OEA, que contou com a participação de representantes dos Estados membros, e especialistas em direitos humanos e da sociedade civil. Se discutiu a viabilidade em criar um documento de caráter vinculante que protegesse e promovesse os direitos das pessoas idosas nas Américas, de acordo com a Resolução AG/RES 2.562 (XL0/10), reiterando a realização de uma reunião com especialistas. Isso ocorreu em outubro do mesmo ano.

Em 2011, a Assembleia Geral da OEA, por intermédio da AG/RES 2.654 (XLI-O/11), solicitou ao Conselho Permanente que criasse um grupo de trabalho composto por representantes nacionais, especialistas da área acadêmica, da sociedade civil, de organismos internacionais e agências especializadas. O GT apresentou uma minuta de convenção à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos, a qual foi encaminhada ao Conselho Permanente no final do primeiro semestre de 2012.

A Resolução AG/RES 2.726 (XLII-O/12) foi solicitado ao Conselho Permanente para ampliar o mandato do Grupo de Trabalho com o objetivo de negociação formal do projeto de convenção interamericana sobre os direitos das pessoas idosas, para que fosse apresentado no 43º Período Ordinário de sessões a ser realizado em 2013. Desde essa resolução, foram realizadas 19 reuniões formais e oito informais durante o processo de negociação que foi até maio de 2013. O Grupo de Trabalho solicitou a extensão do mandato por intermédio da Resolução AG/RES 2.792 (XLIII-O/13). A Assembleia Geral da OEA ampliou o mandato do Grupo de Trabalho até o segundo semestre de 2013, culminando com o processo formal de negociação do projeto de Convenção Interamericana sobre os Direitos Humanos das Pessoas Idosas.

A Resolução nº 65/182, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em 21 de dezembro de 2010, criou um grupo de trabalho de composição aberta com o objetivo de impulsionar a implementação do Plano de Madrid, visando aumentar a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas. Para isso, o marco internacional vigente deveria ser examinado e identificado suas possíveis deficiências para saná-las, incluindo a realização de estudos sobre a viabilidade de novos instrumentos e medidas. De 18 e 20 de abril de 2011, em Nova York, ocorreu a primeira sessão do Grupo de Trabalho criado. Essa primeira sessão enfocou os estudos da atual situação dos direitos humanos das pessoas idosas ao redor do mundo e incluiu dois painéis de discussão sobre marcos internacional e regional de direitos humanos e sua contribuição à proteção dos direitos na velhice.

A segunda sessão do Grupo de Trabalho ocorreu no período de 1º a 4 de agosto de 2011, também em Nova York com análise dos direitos econômicos, sociais e culturais das pessoas idosas. Apresentaram cinco painéis temáticos sobre discriminação e discriminação dupla múltipla; direito à saúde das pessoas idosas; violência e abuso na velhice; proteção social das pessoas idosas; idade e exclusão social.

Em janeiro de 2012, a presidenta do GT da OEA encaminhou às delegações o documento enviado pela CEPAL para que fosse utilizado como referência e as delegações enviassem comentários e propostas que achassem pertinentes, em cumprimento à Resolução AG/RES 2.654 (XLI-O/11). Infelizmente, no Brasil, o referido documento, que era a minuta da Convenção, não foi repassado pelo órgão coordenador da Política Nacional do Idoso (Secretaria de Direitos Humanos) aos demais Ministérios para que dessem as suas contribuições, principalmente no tocante à previdência, assistência social e saúde (MENDONÇA, 2015).

Em agosto de 2012, foram convidados todos os países signatários da Organização das Nações Unidas para dar continuidade às discussões do GT de composição aberta sobre os direitos da pessoa idosa. Apesar de não ter conseguido o apoio das grandes potências, o GT de composição aberta propôs-se a seguir discutindo o tema.

(Continuação da página anterior)

incrementando-se o número de contribuintes e de beneficiários. No entanto, desintegraram-se os esquemas associativos. Nesse sentido, a política social foi submetida a uma racionalidade privatizante com a queda da qualidade dos serviços. Foram definidos os espaços entre o público e o privado. Em 1975 foi instituído o Sistema Nacional de Saúde e feita a compra de serviços no mercado pelo Estado, transferindo a função provedora para a iniciativa privada. A partir daí, tiveram início as privatizações do sistema de saúde, desonerando o Estado e passando a responsabilidade ao contribuinte, o que representou retrocesso na política social no Brasil.

Em 25 de maio de 1971 foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, por meio da Lei Complementar nº 11. Essa Lei previa a concessão de benefícios de aposentadoria por velhice e invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social (melhoria dos hábitos e de suas condições de assistência, mediante ajuda pessoal, nos desajustamentos individuais e da unidade familiar e, predominantemente em suas diversidades). E a aposentadoria correspondia a 50% do salário mínimo. O que se tinha era uma "cidadania regulada", em que só eram reconhecidos aqueles que tivessem a carteira de trabalho assinada Mendonça (2015) apud Santos (1979).

A Portaria nº 3.286 de 1973 do o Ministério do Trabalho e Previdência Social regulamentou a aposentadoria por velhice, instituindo como beneficiário o segurado com sessenta (65) anos e mais de idade para o homem e sessenta (60) anos ou mais para as mulheres.

Em 25 de junho 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS pela Lei nº 6.062. Sua função era promover a maximização da equidade na sociedade brasileira. Nesse mesmo ano instituiu- se o amparo previdenciário às pessoas maiores de setenta (70) anos, incapacitados para o trabalho, sem exercer atividades remuneradas e que tivessem sido filiados ao INPS pelo menos doze (12) meses consecutivos ou tivessem ingressado no regime do INPS após completar sessenta (60) anos de idade. O benefício chamado de Renda Mensal Vitalícia não ultrapassava 60% do salário mínimo. Essa Lei foi a nº 6.179, de 11 de dezembro. O Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS implantou o Programa de Pronta Ação – PPA, estipulando regras para prestação de serviços médicos e previdenciários. O Programa oferecia também atendimento emergencial gratuito aos segurados ou não da Previdência Social e o Estado sinalizava a universalização do sistema público.

Em 4 de julho de 1974, o MPAS também editou a Portaria nº 82. Nela, se ampliava a proteção social ao segurado idoso, a assistência prestada em hospitais e ambulatórios de forma indireta ou por intermédio de convênios bem como atividades a serem programadas, enfatizando a importância do trabalho preventivo com ações motivadoras na comunidade e disciplinava condições para internação.

Em 1975, o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS unificou e uniformizou as prestações de benefícios e serviços aos trabalhadores integrados no mercado formal urbano. O IPASE foi responsável por prestar benefícios e serviços aos servidores públicos dos Estados, cobrindo uma categoria especifica de servidores públicos. Nesse período, os benefícios do INPS cobriam as aposentadorias por invalidez, velhice ou tempo de serviço, além de pensões e auxílios diversos (natalidade, doença, reclusão, funeral, tratamento fora do domicílio e exame médico pericial também fora do domicílio), abonos, pecúlios, salário-família, salário-maternidade e acidente de trabalho.

Até 1978, o Ministério da Previdência e Assistência Social se reorganizara em agências de previdência e assistência médica por meio da Lei nº 6.439, de 2 de setembro de 1977. O MPAS criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social –SINPAS com a seguinte missão: universalização do atendimento médico com a implantação do Plano de Ações Integradas de Saúde; concessão e manutenção de benefícios; prestação de serviços; custeio de atividade e programas; gestão administrativa, financeira e patrimonial da Previdência e Assistência Social. Para atender essas finalidades, foram criados o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS, o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, o INPS, a Central de Medicamentos – CEME, a Legião Brasileira de Assistência – LBA, a Empresa de Processamentos de Dados da Previdência Social – DATAPREV e a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor – FUNABEM.

Em 1976, o MPAS fez três seminários regionais (São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza). O objetivo era identificar as condições de vida da pessoa idosa. No mesmo ano, em Brasília, ocorreu um seminário nacional, com o tema "Política Social da Velhice". A conclusão foi a elaboração de um documento "Política Social para o Idoso: diretrizes básicas", editado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Foram definidas as seguintes propostas: implantação de sistema de mobilização comunitária, visando, dentre outros projetos, a manutenção do idoso na família; revisão dos critérios para concessão de subvenção para as entidades de longa permanência para idosos, os antigos asilos; criação de serviços médicos especializados para a pessoa idosa, incluindo atendimento domiciliar; revisão do sistema previdenciário e preparação para aposentadoria; formação de recursos humanos e a coleta de dados e informações sobre a situação da pessoa idosa pelo Serviço de Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social – Dataprev, em articulação com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentre outros.

Em 1979, a pessoa idosa não-previdenciária passou também a contar, pelo menos na lei, com essa assistência social. Em fins da década de 1970, a expectativa de vida do brasileiro era de pouco mais de 62 anos e seu crescimento populacional representava um aumento mais significativo em relação ao restante da população (PNAD).

Em junho de 1987, o Decreto nº 94.657 garantiu muitas das deliberações da VIII Conferência Nacional de Saúde, universalizando o atendimento médico e desaparecendo a distinção entre segurado e não segurado da Previdência e o privilegiamento da rede pública.

O governo federal propôs reformulações nas ações do MPAS, definindo áreas específicas de atendimento. A Fundação Legião Brasileira de Assistência Social – LBA ficou responsável por desenvolver todos os programas assistenciais, dentre eles, o de assistência à pessoa idosa. Antes, esse programa estava sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, instituído pela Portaria 838/77.

A LBA passou a executar a Política Nacional de Apoio ao Idoso em suas próprias unidades executoras por ação comunitária e, de forma indireta, por meio de convênios e contratos com entidades governamentais especializadas. As ações eram realizadas pelos projetos "Conviver" e "Asilar". Esses projetos cobriram cerca de 1.200 entidades e 2.600 municípios. Para sua execução eram repassados às instituições valores *per capita* pelos serviços prestados e por meio de convênios de cooperação técnica e financeira e/ou repasse de recursos para revitalização e construção de equipamentos da rede pública e privada.

Um divisor de águas foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a "Constituição cidadã". Pela primeira vez na História política do País, uma Constituição contemplou um Sistema de Seguridade Social composto pelas políticas de Previdência, Saúde e Assistência Social. Esta também foi reconhecida como política pública que deveria concretizar direitos sociais de caráter assistencial, assumindo, assim, um *status* legal diferente das ações assistenciais da LBA que foi extinta em 1995. Com essa extinção, as políticas assistenciais destinadas à pessoa idosa passaram a ser coordenadas pela Secretaria de Assistência Social, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Até a Constituição Federativa do Brasil de 1988, o dispositivo tratando dos direitos das pessoas idosas era quase inexistente. Isso porque era uma problemática desconsiderada pelos tecnocratas e ainda pouco visível para uma sociedade considerada jovem como a brasileira(MENDES, 2005,p.424).

Da Constituição Federal de 1988, alguns artigos estão intimamente ligados às legislações de promoção, proteção e defesa das pessoas idosas:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (…).

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

II - facultativos para os maiores de setenta anos (alínea b).

Art. 201. A previdência social será organizada sob forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - sessenta e cinco Anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

(…)

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela EC n. 42/2003)

I – despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela EC n. 42/2003) II – serviço da dívida; (Incluído pela EC n. 42/2003)

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela EC n. 42/2003)

É importante destacar que os artigos 203 e 204 da Carta Magna de 1988 garantiram à pessoa idosa um sistema de proteção social de acordo com as diretrizes emanadas das normativas internacionais.

Outros artigos da Constituição Federal correlacionados aos direitos da pessoa idosa:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Outras leis que amparam as pessoas idosas: Código de Defesa do Consumidor (1990); Estatuto do Ministério Público da União (1993); Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993); Política Nacional do Idoso (1994); Estatuto do Idoso (1993) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006). No Paraná, a Política Estadual do Idoso foi aprovada em 1997.

No ano de 1990 foi criado no Brasil o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo a saúde como direito fundamental do homem e dever do Estado. Mesmo sem ter sido citado especificamente na lei, o idoso é inserido como beneficiário já que a lei não traz distinção de idade. Em 1992, durante a Assembléia Geral da ONU, foram definidos princípios que favorecem especificamente a pessoa idosa como: independência, participação, cuidados, autorealização e dignidade. Foram estabelecidas ainda diretrizes que oportunizam a inserção social, política, econômica e cultural dos idosos, garantindo assim uma melhor qualidade de vida.

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI foi criado pelo Decreto nº 4.227, de 13 de maio de 2002, ainda com caráter consultivo e sem paridade entre sociedade civil e Governo. Entretanto, o Decreto nº 4.287, de 27 de junho de 2002, determinou a paridade de representação do Governo e da sociedade na sua composição. A primeira presidência do CNDI coube a uma instituição da sociedade civil – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Mas essa instituição não foi eleita de imediato: decorreram três meses após a posse dos conselheiros para eleição do presidente. Nessa gestão, nem todos os representantes eram de instituições de âmbito nacional.

O envelhecimento passa a ser discutido não só na área da saúde e do trabalho, mas também no âmbito social. Naquela oportunidade, aprovou-se um Plano Global de Ação, com o objetivo de garantir segurança econômica e social aos idosos, integrando-os aos planos de desenvolvimento do país (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Segundo PEREIRA, em artigo no site do Observatório Nacional do Idoso\Fiocruz, no atendimento a grupos particulares, entre os quais os idosos, a política pública de Assistência Social pauta-se pelo princípio da democracia participativa como um contrapeso ao domínio da democracia representativa, privilegiando duas grandes linhas de atuação: a da descentralização político-administrativa e a da participação da população, seja diretamente, ou por meio de organizações representativas, na formulação e implementação da política, bem como no controle desta.

A nova institucionalidade da Assistência Social prevê a construção e funcionamento de mecanismos gestores: Conferências de Assistência Social nas três unidades da Federação (União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal), que periodicamente avaliam a política e apresentam recomendações; Órgão Gestor, representado por uma Secretaria de governo, que elabora e implementa a política de Assistência Social, com base nas recomendações das Conferências; Conselhos de Assistência Social, de constituição paritária na representação do Estado e da sociedade, e caráter deliberativo nas suas funções de aprovação da política de Assistência Social e no controle dessa política; Entidades privadas de Assistência Social, que desenvolvem ações de interesse público individualmente ou em parceria com Estado, com base na LOAS e sob controle dos Conselhos; Fundos de Assistência Social, que alocam os recursos financeiros da Assistência Social e arcam com os seus custos; e Ministério Público, que constitui parte legítima na defesa dos direitos dos cidadãos associados à Assistência Social. http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_eixos/4.pdf

Da Proteção social básica e especial à pessoa idosa da política de assistência social, há a constituição de apoio financeiro federal a serviços, programas e projetos executados por governos de Estados, Municípios e Distrito Federal bem como por entidades sociais. O intuito é o atendimento de pessoas idosas pobres, a partir dos 60 anos de idade. Seu objetivo é contribuir para a promoção da autonomia, integração e participação do idoso na sociedade e fortalecer seus vínculos familiares. Para fazer jus a esse apoio financeiro, os Municípios terão de comprovar: implantação de Conselho e Fundo de Assistência Social bem como a existência de Plano devidamente aprovado pelo Conselho; alocação de recursos do tesouro municipal nos seu respectivo Fundo de Assistência Social; implantação de um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS; solicitação à Secretaria Estadual de Assistência Social, por meio de ofício, de inclusão do Município no critério de partilha do Serviço de Ação Continuada (SAC), informando o número de beneficiários por modalidade de atendimento; e co-financiamento da atividade. Outra proteção social básica desenvolvida pela política de Assistência Social que indiretamente beneficia os idosos é o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), realizado nos Municípios, em unidades locais de Assistência Social, denominadas Casa das Famílias, com vistas ao acolhimento, convivência, socialização e estímulo à participação social das família e seus membros.

Especificamente ao idoso, a política pública de Assistência Social, constitui área estratégica de expressiva cobertura em todas as unidades federadas: a) No âmbito federal: transferência continuada de renda a idosos impossibilitados de prover a sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; e proteção social básica e especial à pessoa idosa. b) No âmbito estadual, municipal e no Distrito Federal: ações desenvolvidas pelos governos que, em parceria com o governo federal ou instituições privadas, podem contemplar celebração de convênios para prestação de serviços especiais; distribuição de benefícios eventuais; criação e regulamentação de atendimentos asilares; realização de programas educativos e culturais; isenções fiscais de entidades particulares, dentre outros. http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_eixos/4.pdf

O Benefício de Prestação Continuada – BPC é a prestação paga pela previdência social que visa garantir um salário mínimo mensal para pessoas que não possuam meios de prover à própria subsistência ou de tê-la provida por sua família. Pode ser sub-dividido em Benefício Assistencial ao Idoso, concedido para idosos com idade acima de 65 anos e no Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência, destinado às pessoas com deficiência que estão impossibilitadas de participar e se inserir em paridade de condições com o restante da sociedade.

O Benefício Assistencial não pode ser acumulado com outros benefícios previdenciários ou outro benefício de prestação continuada. O valor do Benefício Assistencial é de um salário mínimo e não há décimo terceiro salário. O Benefício Assistencial deve ser revisto a cada dois anos, para verificar se o beneficiário ainda reúne as condições de concessão do benefício, cessando imediatamente no momento em que superadas as condições ou com a morte do beneficiário.

A composição da família do beneficiário do Benefício Assistencial é do cônjuge ou companheiro, os pais (inclusive madrasta ou padrasto), irmãos solteiros, filhos solteiros, enteados solteiros e menores tutelados. Desde que todos vivam sob o mesmo teto.

A publicação do Decreto nº 8.805/2016 estipulou a inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico como requisito obrigatório para a concessão do benefício. O cadastramento deve ser realizado antes da apresentação de requerimento à unidade do INSS para a concessão do benefício.

Em 1994 foi criado o Conselho Nacional do Idoso e da promulgado a Política Nacional do Idoso com o objetivo de "assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade" (art. 1). A Lei nº 8.842/94 foi quem criou o Conselho Nacional do Idoso para a viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade por meio da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados à sua faixa etária. Suas diretrizes priorizam o atendimento domiciliar; o estímulo à capacitação dos médicos na área da Gerontologia; a descentralização político-administrativa e a divulgação de estudos e pesquisas sobre aspectos relacionados à terceira idade e ao envelhecimento.

A Política Nacional do Idoso (PNI), pela Lei 8.842/ 94 e regulamentada pelo Decreto 1948/96, estabelece direitos sociais, garantia da autonomia, integração e participação dos idosos na sociedade, como instrumento de direito próprio de cidadania, sendo considerada população idosa o conjunto de indivíduos com 60 anos ou mais.

Reiteradamente, com a introdução da Política Nacional do Idoso e a criação do Conselho Nacional do Idoso, o Estado se propõe "assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade". O "problema" do envelhecimento é colocado como questão pública de responsabilidade de todos, família, sociedade e Estado e como um direito social dos idosos.

As diretrizes da política nacional, nos termos do seu art. 4º, são:

I viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;

II participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

III priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;

IV descentralização político-administrativa;

V capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;

VI implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas, projetos em cada nível de governo;

VII estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

VIII priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família; IX - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

A Política Nacional do Idoso destaca a importância do incentivo à participação social e política do idoso, bem como a preferência por atenção não institucionalizada, na própria família.

Em 1996, a Lei n° 8.842 foi regulamentada pelo Decreto Nº 1.948, de 3 de julho de 1996. Em comemoração ao Ano Internacional da Pessoa Idosa (1999), o Comitê das Nações Unidas preparou um documento orientando que cada país definisse por si mesmo uma política voltada às pessoas idosas. No Brasil, é aprovada em 1999 a Política de Saúde do Idoso.

A criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) ocorreu em 2002 e a elaboração e publicação do Estatuto do Idoso em 2003, que regulamenta os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Em 2003, o Brasil publicou o Estatuto do Idoso. É uma iniciativa inovadora na garantia de direitos, fruto de forte mobilização da Sociedade. A Lei 10.741/2003, ao criar o Estatuto do Idoso, teve como base princípios buscados na Constituição Federal, Códigos, Leis Ordinárias, Decretos, Regulamentos e Normas Técnicas, além da Política Nacional do Idoso – Lei 8.842/1994.

Essa lei foi fruto dos movimentos sociais de base para ampliação dos mecanismos de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa. Essa Lei também se pautou pelas orientações do II Plano Internacional para o Envelhecimento, resultante da II Assembleia Mundial do Envelhecimento, realizada em Madrid, em 2002, pela Organização das Nações Unidas.

A Lei no 10.741/2003 estrutura-se enquanto "Estatuto" para referendar seu alto teor de relevância e significação quanto ao atendimento prestado ao idoso, como mecanismo de promoção de comportamento eticamente mais avançado. Baseado na compreensão consciente da necessidade de se respeitar e promover os direitos da população idosa como uma nova possibilidade de respeito a esse processo, "não se cria o respeito aos mais velhos, isso só será obtido culturalmente com a educação da população [...] mas suscita o hábito e, com isso, e o passar do tempo, talvez logre copiar a Europa e o Japão" (MARTINEZ, 2004, p. 14) O Estatuto está dividido em sete títulos - disposições preliminares, direitos fundamentais, medidas de proteção - no artigo 43 destaca-se que as medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados:

"I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso da família;

III - em razão de sua condição de pessoa (BRASIL, 2003, p. 144) - política de atendimento, acesso à justiça, crimes e disposições finais e transitórias - distribuídos em 118 artigos, "como finalidade precípua, inspirada em uma filosofia do direito de cunho humanista, o usufruto dos direitos de civilização" (LARANJA, 2004, p. 37) e vem ampliar a dimensão do direito quando introduz um caráter finalístico nas ações no enfrentamento de situações imprevisíveis do cotidiano do idoso, indo ao encontro de Bobbio (2004, p. 17) quando se refere a "um sistema normativo que além das tradicionais funções de repressão e proteção, passasse a exercer também a função promocional do Direito". Neste sentido, o Estatuto, quanto aos direitos fundamentais e sociais já garantidos pela Constituição de 1988, não somente se repete, mas indica instrumentos mais eficientes para dar efetividade às garantias já determinadas; "é um instrumento que proporciona autoestima e fortalecimento a uma classe de brasileiros que precisa assumir uma identidade social" (BRAGA, 2005, p. 186).

Em 2003 também foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), ao qual coube a coordenação tanto da Política de Assistência Social como da Política Nacional do Idoso. Entretanto, sob o Decreto nº 6.800/2009, a coordenação da Política Nacional do Idoso foi atribuída à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Retomando, o governo federal ainda na década de 1990, instituiu programas de benefícios que foram ampliados significativamente pelo Programa Bolsa Família (2004). Nos últimos anos, as intituições governamentais brasileiras, organismos da sociedade civil e movimentos sociais conquistaram uma gama de leis, decretos, propostas e medidas que estabelecem direitos voltados para a pessoa idosa, referenciados pelas diretrizes internacionais (Plano de Ação internacional para o Envelhecimento).

De 2006 a 2011 foram realizadas, no Brasil, três Conferências Nacionais de Direitos da Pessoa Idosa que contaram, de forma progressiva, com uma expressiva participação da sociedade civil e do governo. Em relação ao estabelecimento de Políticas Públicas e Planos setoriais propostos de forma conjunta (governo e sociedade) destacam-se: a Política Nacional de Prevenção a Morbi-mortalidade por Acidentes e Violência (2001); o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2004); a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006); o II Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2007). De forma, concomitante, busca o fortalecimento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa por meio das seguintes ações: Programa Bolsa Família, Programa Brasil sem Miséria, Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Em resposta às demandas da sociedade civil, o Governo Federal propõe uma série de serviços e programas de atendimento às pessoas idosas: a fim de dar voz às vítimas que tiveram e têm seus direitos violados foi implantado em 2011 o Módulo Idoso do Disque Direitos Humanos – DDH 100.(http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadossobreoenvelhecimentonoBrasil.pdf

Outras ligslações referenciadas aos direitos da pessoa idosa: Lei nº 11.433/2006 instituiu em 1º de outubro como o Dia Nacional do Idoso; a regulamentação da Lei nº 5.296/2004, de Acessibilidade; publicação do Decreto nº 5.934/2006, que regulamenta o Art. 40 do Estatuto do Idoso, referente à utilização dos transportes coletivos interestaduais para idosos com renda de até dois salários mínimos que poderão adquirir passagens gratuitas e com descontos de 50%; aprovação da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/283/2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, que instituiu norma técnica definidora de padrões de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos; publicação da Portaria nº 5.228/2006, que aprova a Política de Saúde para Pessoa Idosa e da Portaria nº 2.529/2006, que instituiu a internação domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Em 2006, foi firmado convênio entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA para realização de pesquisa nacional sobre as "Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI", resultando em publicação na qual constam os números de ILPI's no Brasil, suas condições e a dos usuários.

Das ações realizadas pela SEDH em 2004-2005, figuram 52 cursos de capacitação para prevenção da violência contra a pessoa idosa, contemplando 649 pessoas; capacitação para a cidadania em todos os Estados da federação, formando 1.930 pessoas; cursos para gestores de ILPI's, capacitando 550 pessoas; formação de 400 conselheiros em direitos humanos; encontros anuais de conselhos de idosos, congregando público ao redor de 350 pessoas; capacitação de 500 operadores do sistema de transportes coletivos. Em 2006 e 2007, foram realizadas: oficinas para capacitação de conselheiros e gestores, formando 200 pessoas; oficina para preparação de recursos humanos para atuarem nos centros integrados de prevenção à violência contra a pessoa idosa. Foram, ainda, editadas 70.000 publicações para subsidiar cursos e oficinas, em especial os indicadores de condições de vida das pessoas idosas como recomendação do Plano de Madri. Além disso, o Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com a Universidade Católica de Brasília, por intermédio da Fundação Universa, realizou pesquisa sobre violência contra as pessoas idosas, contemplando ocorrências, vítimas e seus agressores. E, ainda, foram implantados meio de convênios com estados, municípios e organizações não governamentais Centros de Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa.

Em 2007, foi realizado, em Brasília, o Fórum das Organizações não governamentais, sob o patrocínio do Serviço Social do Comércio – SESC – Direção Nacional, em parceria com Organizações não governamentais da América Latina e do Caribe, destacando-se as seguintes participações: Coordenação de Organismos Regionais da Sociedade Civil da América Latina e Caribe – CORV; Programa Regional Adulto Mayor Cáritas na América Latina e da PRAM – Cáritas. Os resultados desse Fórum foram divulgados e repassados para CEPAL, nos quais constam as seguintes exigências:

- Que os organismos competentes conheçam e cumpram os compromissos estabelecidos pelos representantes dos governos na Declaração Política da II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, nas conferências da Organização das Nações Unidas, na Declaração do Milênio; e incorporem eficazmente o envelhecimento nas suas estratégias, políticas e ações socioeconômicas;

- Que os estados e governos promovam o irrestrito respeito aos direitos humanos das pessoas idosas e que seja elaborada a Convenção Internacional dos Diretos das Pessoas Idosas;

- Que haja a participação da sociedade civil, em especial das pessoas idosas, na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação, tanto das políticas públicas, como dos serviços, programas e projetos em âmbito local, nacional e internacional na área do envelhecimento.

Essas foram algumas das principais reivindicações da sociedade civil em defesa dos direitos das pessoas idosas, apresentadas nesse Fórum, do qual participaram 200 pessoas e representantes de 16 países.

Em 2013, o Decreto nº 8.114 de 30 de setembro de 2013 estabeleceu o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e instituiu a Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua implementação.

4. PRINCÍPIOS

Conforme a Política Estadual dos Direitos do Idoso do Estado do Paraná (1997) constante na Lei 11.863\1997 que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso e adota outras providências, observam-se no Artigo 2º os seguintes princípios:

I - o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo a sua plena convivência familiar e participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - a divulgação dos conhecimentos quanto ao processo natural de envelhecimento, através dos meios de comunicação;

III - o tratamento ao idoso sem discriminação de qualquer natureza;

IV - o direcionamento ao idoso como o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - o fortalecimento E a valorização dos vínculos familiares, de modo a evitar o abandono da pessoa idosa à ação pública ou internações inadequadas e/ou desnecessárias em estabelecimentos asilares;

VI - a formulação, a coordenação, a supervisão e a avaliação dos serviços ofertados, dos planos, programas e projetos no âmbito estadual, regional e municipal;

VII - A criação de sistemas de informações sobre a política e os recursos existentes na comunidade, bem como seus respectivos desempenhos;

VIII - o estímulo aos estudos e às pesquisas relacionados às condições reais e às melhorias da qualidade de vida das pessoas em processo de envelhecimento;

IX - a descentralização político-administrativa, mediante o estímulo, a criação e o funcionamento de conselhos municipais para o atendimento ao idoso.

5. DIRETRIZES

A execução das respectivas ações devem seguir as diretrizes abaixo:

I – atendimento, promoção e defesa de direitos:

a) o atendimento à pessoas idosas e seus familiares deverá garantir uma escuta qualificada, sem julgamento ou conceitos pré-concebidos, refletindo sobre cada situação individual e avaliando-a com a equipe multidisciplinar do projeto;

b) identificar o fenômeno e os riscos decorrentes a fim de prevenir o agravamento da situação e promover a interrupção do ciclo de violência com o intuito de favorecer a superação da situação de violação de direitos, a reparação das violências vividas, em consonância com as referências normativas, resoluções, orientações e planos vigentes na esfera dos direitos das pessoas idosas;

c) proporcionar, por meio de apoio psicossocial adequado, a manutenção da pessoa idosa em seu ambiente familiar e comunitário.

II – proteção:

a) garantir que as intervenções de proteção gerem a segurança para as pessoas idosas, por intermédio de técnicas psicossociais e pedagógicas para fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como referência a Política Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

b) fomentar o desenvolvimento de ações intersetoriais que busquem promover uma mudança, não apenas nas condições de vida, mas também nas relações familiares e na cultura brasileira para o reconhecimento das pessoas idosas como sujeitos de direitos.

III – intervenção:

a) reconhecer o direito à heterogeneidade sociocultural das pessoas idosas e seus familiares, de forma a possibilitar maior eficácia nas intervenções a realizar;

b) analisar e compreender as necessidades do indivíduo segundo as variáveis socioculturais, afetivas, familiares e a fase da vida em que se encontra;

c) propiciar a participação ativa e o empoderamento das famílias na rede de atendimento, como protagonistas na defesa dos direitos de sua comunidade tendo para tanto mais acesso à informação e a espaços de reflexão, a fim de melhor orientar as pessoas idosas visando maior conscientização sobre os direitos de cidadania, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a participação social;

d) apoio à famílias que possuem, dentre seus membros, pessoas idosas que necessitam de cuidados especiais, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta, troca de vivências familiares e orientação.

IV – prevenção:

a) ações de atuação em rede e de corresponsabilidade dos atores envolvidos no território. Trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços e vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso e fruição de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida;

b) fomentar as ações de prevenção por meio de campanhas de informação, orientação e apoio à pessoas idosas e seus familiares;

c) oferecer capacitação teórica e metodológica de profissionais e educadores sociais que atuam em programas de atendimento à pessoas idosas;

d) promover a mudança de concepção das instituições que trabalham com pessoas idosas, no sentido de assegurar a garantia de direitos para este público.

6. MARCO SITUACIONAL

6.1. Panorama Estadual

Um planejamento de políticas públicas ocorre por meio da construção de um panorama da realidade que permita conhecer, ao menos em termos descritivos e em linhas gerais, o que está acontecendo em um determinado território.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1980, o Paraná apresentava uma média de expectativa de vida ao nascer de 61,63 anos para homens e de 66,78 anos para mulheres. Com base nos dados de 2010, a mesma expectativa passa a ser de 71,97 anos para os homens e 78, para as mulheres, o que torna o Paraná o 7º estado no ranking das unidades da federação, no que se refere à longevidade.

Conforme o Observatório das Metrópoles (2011), nas últimas décadas, o Paraná apresentou uma nítida transformação em sua estrutura demográfica. De um Estado com elevada proporção de população jovem, passou a apresentar crescente participação dos grupos idosos na composição de sua população (figura 6). Em 1991, os grupos etários do Paraná configuravam uma pirâmide de bases largas, com a maior concentração populacional (22,4%) nas faixas entre 5-9 e 10-14 anos. A partir dessas, há um estreitamento contínuo em direção ao topo, e a faixa com mais de 80 anos incorpora apenas 0,6% da população. No ano 2000, o desenho estreita as bases e aponta os estratos mais significativos (19,7% da população) nos grupos etários jovens, ou seja, com idades entre 10-14 e 15-19 anos. Demonstra também um leve alargamento no topo. Uma década depois há uma reconfiguração na pirâmide etária do Paraná, com forte estreitamento da base, a maior concentração (17,5%) nos grupos entre 15-19 e 20-24 anos, portanto em idade jovem, e maior alargamento do topo, no qual o grupo de 80 anos e mais atinge 1,4% da população, com vantagem para a feminina.

A variação absoluta da população quanto as taxas de crescimento anual entre 2000-10 são bastante inferiores às verificadas entre os Censos de 1991-00. O "grande peso determinante para a drástica redução da taxa de crescimento atual advém da igualmente drástica queda da taxa

(Continuação da página anterior)

algum familiar, filho, filha, genro, nora ou netos, e, em alguns casos, pelo próprio cônjuge. Ao se fazer comparativo entre as denúncias recebidas pelo Disque 100 e o Disque Idoso Paraná, no período de 2011, 2012, e 2013, encontramos o seguinte panorama: O Dique Idoso Paraná vem se consolidando como referência estadual na garantia dos direitos e na orientação à população idosa e suas famílias, prevenindo e contribuindo para a redução da violação de direitos, seja no âmbito familiar, institucional ou social.

Historicamente, este serviço foi criado em 1997 como nome de SIGA (Sistema de Informações Gerais) e tinha por objetivo prestar informações diversas à população. Em 2000, com o intuito de oferecer à população paranaense um serviço de orientação sobre os direitos da população idosa, bem como de prestar informações sobre atividades oferecidas a esse segmento populacional no Estado do Paraná, passou a ser chamado de Disque Idoso Paraná.

Após 8 meses de inatividade, em outubro de 2003, o serviço foi reativado com a proposta de, além de informar e prestar orientações, acolher denúncias, reclamações e elogios, procedendo os devidos encaminhamentos, de acordo com a sua natureza. Desta forma, te sido, desde a sua concepção uma ferramenta extraordinária para orientar e proteger as pessoas idosas em situação de privação de seus direitos.

Mas recentemente, em nível federal, foi criado o Disque 100, cujo número de atendimento nacional é divulgado amplamente na mídia para contribuir na luta ao enfrentamento às violências de quaisquer naturezas, inclusive as praticadas contra a população idosa, permitindo-se inferir, por exemplo, que a violência contra a pessoa idosa pode sair das quatro paredes, quando a sociedade tem canais de denúncia e está mais amplamente conscientizada.

Por sua vez, o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso e o Ministério Público Estadual têm trabalho incessantemente na criação e reativação dos Conselhos Municipais, com o objetivo de fortalecer as políticas voltadas à pessoa idosa e agir no tempo e espaço objetivos que essa população reside.

Em paralelo, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome implementou algumas políticas públicas, entre elas a valorização e a ampliação do número dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, nos municípios, também com o objetivo de orientar e atender às pessoas idosas e suas famílias que sofrem violação de seus direitos. De acordo com os dados do Disque Idoso Paraná, dos anos 2011, 2012 e 2013, constata-se, com certo alívio, que houve diminuição na recepção de denúncias. No entanto, ao se comparar com o Disque 100, percebe-se que os totais continuam em linha ascendente, o que exige a ampliação de políticas de enfrentamento às violências contra as pessoas idosas.

Em 2010, o Ministério Público do Paraná, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso, divulgou os resultados de uma pesquisa de avaliação dos serviços de atenção ao idoso no Estado do Paraná, em especial nas Industria de Longa Permanência para Idosos – ILPIs. A pesquisa foi realizada, enviando- se um questionário aos municípios, sendo que 347 a responderam.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária define as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) como instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

Apurou-se que, em 2010, 220 municípios não possuíam Instituições de Longa Permanência- ILPIs, e dos 127 municípios que declararam possuir pelo menos uma ILPI, 99 só possuíam instituições privadas. Ainda, desses 127 municípios, 16 declararam possuir instituições irregulares.

O estudo apontou também que 95 municípios ofereciam formas alternativas de abrigamento, como Casa-lar, Condomínio de Terceira Idade, República, ou ainda outras formas de abrigamento. No total, eram 26 Casas- lares, 16 Centros-dia e 39 Condomínios da 3ª idade no Estado.

A mesma pesquisa levantou que 230 municípios do Estado ofertam programas de saúde específicos para as pessoas idosas. Levantou também as atividades de lazer, esporte e cultura desenvolvidas no município, cujos resultados encontram-se no gráfico abaixo.

O Censo SUAS de 2013 registrou a existência de 126 unidades de acolhimento no Paraná que atendiam exclusivamente pessoas idosas. Outras 33 unidades de acolhimento, que atendem inclusive idosos (dentre pessoas adultas, ou pessoas com deficiência), declaram possuir pelo menos uma pessoa de 60 anos ou mais acolhida no momento do Censo.

Nesse total de 159 entidades, 121 eram abrigos institucionais, nove eram casas de passagem de 20 casas-lares, duas casas lares em aldeia, três repúblicas, uma residência inclusiva, e três se qualificaram como “outras”.

Dentre as entidades que atendem exclusivamente pessoas idosas, a capacidade de atendimento declarada foi de 4.868 pessoas, sendo que, no momento da pesquisa, 4.511 vagas estavam ocupadas. Dessa maneira, o total de pessoas de 60 anos ou mais que todas as entidades declararam acolher é de 4.286 pessoas, indicando que as entidades que atendem exclusivamente a pessoas idosas estariam acolhendo pessoas com idade inferior a 60 anos, ou, ainda, que ocorre alguma forma de distorção na declaração do número de acolhidos.

A política da Assistência Social tem como instrumento de gestão o Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais, no qual devem ser inscritas as pessoas de baixa renda, e que possuem perfil para acesso a programas sociais. Hoje, estão inscritas, no Paraná, 376.490 pessoas com 60 anos ou mais. Dessas, 35.885 recebem o benefício Bolsa Família.

A partir da base de dados do CadÚnico, foi realizado um estudo da situação de vulnerabilidade nos municipios paranaenses, subsidiando o atendimento prioritário, por meio do Programa Família Paranaense, o qual está presente nos 399 municípios do Estado, sendo que, em 366 municípios, é realizado o acompanhamento familiar intersetorial. Umas das modalidades do Programa é o Renda Família Paranaense, criado em dezembro de 2013, benefício complementar de renda direto às famílias, criado pelo Governo do Estado para atender às famílias com renda per capita acima de RS 87,00, Que são beneficiadas pelo Bolsa Família. Assim, todas as famílias que possuem pessoas idosas e estão nesta condição têm este direito garantido. No mês de agosto de 2014, o Renda Família Paranaense foi transferido para 7.242 pessoas idosas. Ainda, com acompanhamento intersetorial e sistemático são atendidas 1.751 pessoas idosas.

Ao lado disso, o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, em agosto de2014, firmou convênio com a Pastoral da Pessoa Idosa- PPI, uma vez que a instituição está presente em 100 municípios do Estado, prestando atendimento a 25.388 pessoas idosas fragilizadas (PPI- Dados do 1º Trimestre- 2014) por meio de seu grupo de voluntários, fortalecendo e complementando as ações de efetivo atendimento à população idosa mais necessitada.

No Paraná, o Benefício de Prestação Continuada- BPC alcançou, no mês de junho de 2014, 86.297 pessoas idosas. Todos os municípios possuem pessoas idosas que recebem o BPC, cujo valor total repassado, no mês de junho de 2014, foi de RS 62.421.246,34.

Em relação ao controle social, especialmente, sobre as Conferências, n Paraná já realizou cinco Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa. Em cada uma delas estiveram presentes representantes municipais e estaduais, com seus Delegados, legitimamente constituídos, a fim de defender as demandas locais e regionais mais importantes para o segmento, elaborando as deliberações, os eixos e as propostas a serem cumpridos pela Federação, pelo Estado e pelos Municípios. A partir dessas Deliberações, as Secretarias de Estado foram convidadas a pontuar as ações a serem realizadas até 2018. As ações foram submetidas à Consulta Pública, entre os dias 15 de agosto e 1º de setembro de 2014, coletando contribuições da sociedade.

Diante do exposto, minimamente, tem-se alguns elementos aqui apresentados que podem vir a contribuir na elaboração das ações nos eixos estratégicos.

Disque Idoso- 0800 41 0001

O Disque Idoso Parana é canal de comunicação à disposição da populaçã paranaense para oferecer informações, orientações, receber denuncias, reclamações e sugestões em relação ao bem-estar da pessoa idosa, O serviços disponivel aos 399 municipios paranaenses.

Ligação gratuita e Sigilosa

Atendimento: De sgunda-feira a seta-feira, das 8:30 às 12h- 13:30 às 17:30

Email: disqueidoso@seds.pr.gov.br

Telefones úteis:

Conselho Estadual dos Direitos do Idoso- (041) 32102415

Ministério Público do Paraná- (041) 32504000

Policia Civil- 147

Policia Militar-190

Disque Direitos Humanos- 100

ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ E-mail: ermaringa@seds.pr.gov.br

Endereço: Avenida Herval, 151 / 87013-110

6.2. Panorama Municipal

A partir da realidade do município de Mandaguaçu, se favorecerá uma maior clareza na elaboração das ações a serem descritas nos eixos estratégicos. Inflizmente, não se tem muitos dados atualizados, mas, dentro do possível, esse Plano traz alguns dados referenciados de fontes secundárias.

6.2.1. Perfil Demográfico, Familiar e Socioeconômico

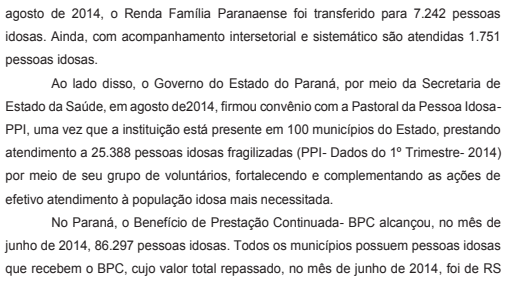
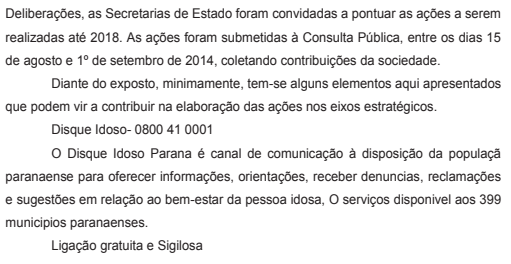


Imagem Departamento Municipal de Assistencia Social

Dados Gerais

População estimada [2017]	22.164 pessoas
População no último censo [2010]	19.781 pessoas
Densidade demográfica [2010]	67,28 hab/km²
Gentílico	mandaguaçuense
Prefeito	Maurício Aparecido Da Silva

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Mapa de Localização

Fonte: MPPR

Histórico Demográfico

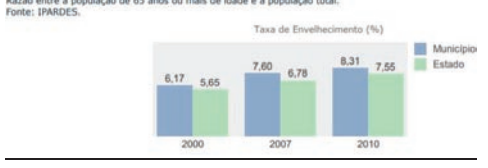
Apresenta a evolução do n.º de habitantes, considerando os dados do último Censo e de estimativas realizadas para os demais anos.
Fonte: IBGE.

Pirâmide Etária

Gráfico organizado para classificar a população censitária do município conforme as faixas de idade, dividindo-as por sexo
Fonte: IBGE.

Taxa de Envelhecimento

Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total.
Fonte: IPARDES.

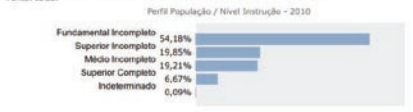


Grau de Urbanização

Indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida pelas administrações municipais.
Fonte: IBGE.

Perfil da População / Nível de Instrução

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução. A classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série e nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente.
Fonte: IBGE.



População Economicamento Ativa

Subgrupo da população em idade ativa integrado pelas pessoas que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma continua e regular ou, por não estarem ocupadas, se encontravam procurando trabalho no período de referência, tendo, para isto, tomado medidas concretas de procura. Inclui-se ainda o exercício ou trabalho precário. Em resumo, é a conjunção de ocupados e desempregados.
Fonte: IBGE.

Renda Média Domiciliar per Capita

Média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Considerou-se como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.
O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo calculada torna-se a referência para toda a série. Esse valor é corrigido para todos com base no INPC de julho de 2010, alterando o valor da linha de pobreza e consequentemente a proporção de pobres. O valor de referência, salário mínimo de 2010, é de R$ 510,00.
Fonte: IPARDES.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adaqua a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.
Fonte: IPEA / PNUD / FJM.

Índice Ipardes de Desempenho Municipal - IPDM

O Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM) procura avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber: a) emprego, renda e produção agropecuária; b) educação; e c) saúde.
Na construção do índice da dimensão Saúde são usadas as variáveis: número de consultas pré-natais; óbitos infantis por causas evitáveis, e óbitos por causas mal-definidas.
Na educação, as seguintes variáveis: taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono escolar (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); taxa de distorção idade-série (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); percentual de docentes com ensino superior (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano; 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano e ensino médio); resultado do IDEB (1ª a 4ª série / 1º a 5º ano e 5ª a 8ª série / 6º a 9º ano).
E na dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária as variáveis relacionadas ao salário médio, ao emprego formal e à renda da agropecuária.
Fonte: IPARDES.

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM

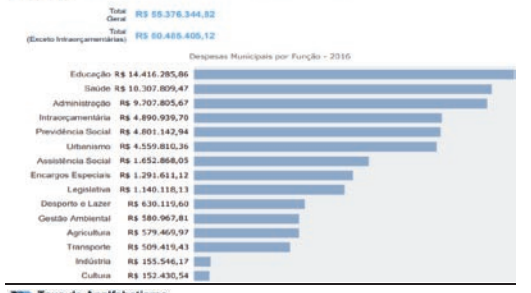
O IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.
Fonte: FIRJAN - Edição 2015.

Índice de Gini

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
Fonte: IPARDES.

Despesas Municipais por Função

Soma das despesas municipais por função mais as despesas intraorçamentárias.
Fonte: IPARDES.



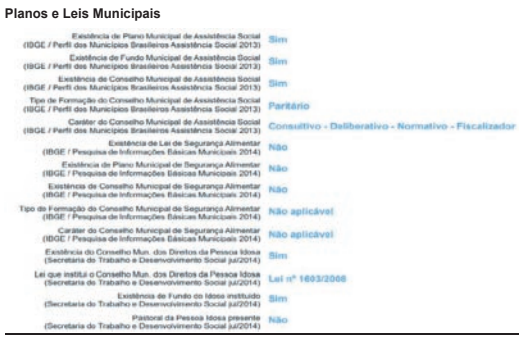
Taxa de Analfabetismo

É o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Considera-se, aqui, a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória.
Consideraram-se como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.
Fonte: IPARDES.

Taxa de Mortalidade Geral

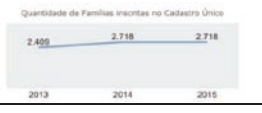
Número de óbitos, expresso por mil habitantes, ocorridos na população geral, em determinado período.
Taxa de Mortalidade Geral = (Óbitos Gerais / População) x 1000
Fonte: IBGE / DATASUS.

Planos e Leis Municipais



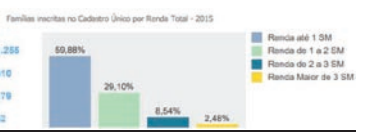
Perfil das Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais

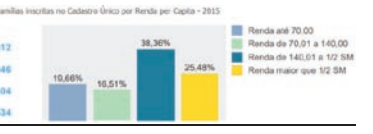
O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único - CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm:
• renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou
• renda mensal total de até três salários mínimos.
O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.
O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.
O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.
Fonte: SAGI / MDS / Data Social.



Famílias inscritas no Cadastro Único por renda total e per Capita

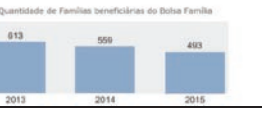
Fonte: SAGI / MDS / Data Social.





Programa Bolsa Família

O Governo Federal criou o Programa Bolsa Família em 2003 para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito delas à alimentação. Para isso, transfere renda direto para as famílias, por meio da CAIXA, onde a família beneficiária saca com seu cartão magnético o valor a que tem direito.
Desde sua criação, o Bolsa Família unificou em um só os seguintes programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.
A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda per capita de até R$ 70,00 por mês. As famílias pobres são aquelas que têm a renda per capita entre R$ 70,01 a R$ 140,00 por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.
Condições para participação no Bolsa Família:
• Inclusão da família, pela prefeitura, no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.
• Seleção pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
• No caso de existência de gestantes, o comparecimento às consultas de pré-natal, conforme calendário preconizado pelo Ministério da Saúde (MS).
• Participação em atividades educativas ofertadas pelo MS sobre aleitamento materno e alimentação saudável, no caso de inclusão de nutrizes.
• Manter em dia o cartão de vacinação das crianças de 0 a 6 anos.
• Garantir frequência mínima de 85% na escola, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.
• Garantir frequência mínima de 75% na escola, para adolescentes de 16 e 17 anos.
• Participar, quando for o caso, de programas de alfabetização de adultos.
Fonte: SICON / MDS / Data Social.

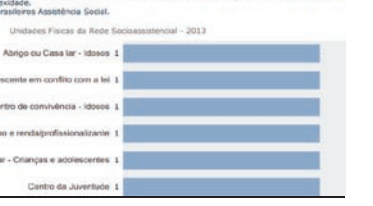


Benefiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC

O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente.
Fonte: SAGI / MDS / Data Social.

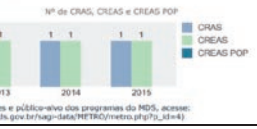
Unidades Físicas da Rede Socioassistencial

De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS/2005, a rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e sob a por níveis de complexidade.
Fonte: IBGE / Perfil dos Municípios Brasileiros Assistência Social.



CRAS, CREAS e CREAS POP

CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) – Oferece serviços de assistência social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Tem por objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários, buscando com suas ações priorizar a promoção da autonomia, das potencialidades e o fortalecimento das famílias e indivíduos.
CREAS (Centros de Referência Especializada de Assistência Social) – Unidade pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade. Responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva.
CREAS POP (Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua) – Objetivo na Política Nacional para a População em Situação de Rua.
Fonte: MDS / CENSO SUAS / Data Social.



Para maiores informações sobre ações e público-alvo dos programas do MDS, acesse: DataSocial 2.0 (http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4)

Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça

CAOPIPPD - Área do Idoso

Mandaguaçu

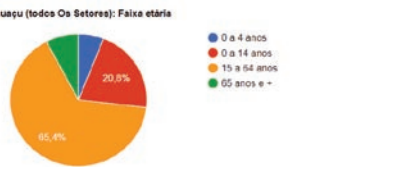
Município Mandaguaçu [14104]
Nome Daniari Faleiros Pácua
Cargo secretaria do conselho do idoso
Telefone (44) 3245-5663
E-mail crpasmgcu@gmail.com
Existe Conselho Municipal dos Direitos do Idoso no município? Sim [Y]
Informe o nº da lei que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso nº 1603/2008
Como é a atuação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso? atuante [1]
O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso faz a fiscalização das ILPIs, inclusive exigindo a inscrição de programas (artigo 48 do Estatuto do Idoso)? Sim [Y]
Existem Instituições de Longa Permanência no município? Sim, todas públicas [1]
Quantas ILPIs são públicas? 01
São todas regulares (por regulares entende-se autorizadas a funcionar com alvará da Vigilância Sanitária)? Sim [Y]
A Vigilância Sanitária local realiza a fiscalização das ILPIs? sim, procede fiscalização regularmente, com periodicidade semestral [3]
O município possui convênio(s) com outros municípios da região para dispor de ILPIs? Não [N]
Que outras formas alternativas ao asilamento existem no município? (casa-lar)
Que outras formas alternativas ao asilamento existem no município? (centro-dia)
Que outras formas alternativas ao asilamento existem no município? (condomínio da terceira idade)
Que outras formas alternativas ao asilamento existem no município? (república)
Que outras formas alternativas ao asilamento existem no município? (outra(s) forma(s))
Que outras formas alternativas ao asilamento existem no município? (não há forma alternativa) Sim [Y]
O município conta com sistema de transporte coletivo? Não [N]
O município tem em andamento programa de acessibilidade (remoção de obstáculos arquitetônicos)? Não [N]
O município reserva vagas para idoso em estacionamentos em cumprimento ao artigo 41 do Estatuto do Idoso? Não [N]
O município possui programa de saúde específico para a terceira idade? Sim [Y]

Descreva as principais ações do programa de saúde para a terceira idade! [Um grupo onde o departamento de saúde entrega medicamentos, e faz atividades e palestras voltadas a melhoria da qualidade de vida dos municípios, no dia de cada mês tem especialistas diferentes para palestrar. Também tem um grupo de ginástica, todos esses projetos são voltados a melhoria do desenvolvimento físico, sendo estas elaboradas de acordo com a habilidade dos mesmos.
Quais programas municipais estão implantados para as atividades de lazer, esporte e cultura destinados ao idoso? (Grupo de Convivência) Sim [Y]
Quais programas municipais estão implantados para as atividades de lazer, esporte e cultura destinados ao idoso? (Dia de 7ª Idade) Sim [Y]
Quais programas municipais estão implantados para as atividades de lazer, esporte e cultura destinados ao idoso? (Outro(s)) Sim [Y]
Quais programas municipais estão implantados para as atividades de lazer, esporte e cultura destinados ao idoso? (Cora) Sim [Y]
Quais programas municipais estão implantados para as atividades de lazer, esporte e cultura destinados ao idoso? (Dia de 7ª Idade) Sim [Y]
Quais programas municipais estão implantados para as atividades de lazer, esporte e cultura destinados ao idoso? (Outro do Gabinete)
Quais programas municipais estão implantados para as atividades de lazer, esporte e cultura destinados ao idoso? (Outros)

Fonte: MPPR (2017)

Mandaguaçu

O Gráfico abaixo demonstra a faixa etária, agrupando em grupos de 0 a 4 anos, 0 a 14 anos, 15 a 64 anos e 65 anos e +



FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO	PORCENTAGEM
0 a 4 anos	1266	6.4%
0 a 14 anos	4372	22.1%
15 a 64 anos	13768	69.6%
65 anos e +	1642	8.3%

*Número aproximados devido cálculos de porcentagem

Jovens x Idosos

Comparação entre Jovens e Idosos em Kosbrasil. Entende-se por jovens a faixa etária de 0 a 14 anos e por idosos pessoas com mais de 65 anos.

Em Mandaguaçu (todos Os Setores), Mandaguaçu, existem mais jovens do que idosos. Sendo a população composta de 22.1% de jovens e 8.3% de idosos.

Cuide bem de quem cuidou de você!

Dados tabulados sobre a População de Mandaguaçu (todos Os Setores)

Domicílios Particulares Permanentes	6.444
População Residente	19.781
População Homens	9.853
População Mulheres	9.928
Razão de Dependência Jovens	31.7%
Razão de Dependência Idosos	11.9%
Razão de Dependência Total	43.6%
Índice de Envelhecimento	37.7%
Razão de Masculino x Feminino	99.2%
Razão Crianças-Mulheres	26.5%
Média de moradores por Domicílios	3.2
Proporção de domicílios ocupados	95%
Proporção de domicílios não ocupados	5%

A equipe de trabalhadores\as encaminharam para o desenvolvimento desse Plano algumas informações, a saber: Fragilidade ou lacunas nos serviços de atenção à pessoa idosa, em área da assistência social.
- Ausência de protocolo de atendimento; dificuldade de mensurar a grandeza da população idosa e peculiaridades pertinentes ao grupo; necessidade de devida capacitação dos recursos humanos para o trabalho com essa população; promoção insuficiente de conhecimentos e informações a cerca dessa etária; escassa participação de idosos nos serviços disponíveis e na efetivação dos direitos dos idosos; necessidade de promoção da alfabetização e profissionalização; dificuldade de acompanhamento do idoso em domicílio.

Rede de atendimento de pessoas idosas no município:
- Asilo (registrado no Conselho); Pastoral do Idoso; Ginástica da Terceira Idade; Clube Raio de Luz; Vicentinos.
Pessoas idosas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada.
- 376 idosos dos quais: 142 cessados ou suspensos; 193 ativos; 41 cadastrados no CAD.
- Rede de atendimento das pessoas idosas na política de ass

(Continuação da página anterior)

Neoplasia maligna do lábio cavid oral e faringe	1	-	-	-	-	1
Neoplasia maligna do esôfago	4	2	-	1	-	7
Neoplasia maligna do estômago	-	-	1	-	-	1
Neoplasia maligna do cólon	9	-	-	-	5	14
Neopl malig junção retoss reto ânus canal anal	10	-	-	-	-	10
Neoplasia maligna do pâncreas	-	4	2	-	-	6
Outras neoplasias malignas de órgãos digestivos	-	-	2	-	-	2
Neoplasia maligna de traquéia brônquios e pulm	-	-	2	-	-	2
Outras neoplasias malignas da pele	1	1	2	-	3	7
Neopl malig do tecido mesotelial e tec moles	1	-	-	-	-	1
Neoplasia maligna da mama	1	-	-	-	1	2
Outras neopl malignas órgãos genitais femininos	1	-	-	-	-	1
Neoplasia maligna da próstata	-	1	1	-	-	2
Outr neopl in situ benigs e comport incert desc	2	3	1	1	-	7
03 Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	1	1	-	1	3
Outras anemias	-	1	1	-	1	3
04 Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1	-	3	4	4	12
Desnutrição	-	-	-	-	1	1
Outros transt endócrinos nutricionais metabólic	1	-	3	4	3	11
05 Transtornos mentais e comportamentais	2	1	1	-	-	4
Demência	-	-	1	-	-	1
Transt ment comport dev uso outr subst psicoat	1	-	-	-	-	1
Transtornos de humor [afetivos]	1	-	-	-	-	1
Outros transtornos mentais e comportamentais	-	1	-	-	-	1
06 Doenças do sistema nervoso	4	4	2	3	3	16
Doença de Alzheimer	-	1	-	-	-	1
Epilepsia	-	1	-	-	-	1
Enxaqueca e outras síndromes de algias cefálic	1	-	-	-	-	1
Acid. vascular cerebr. Isquem. Transit. e síndr. cor	1	2	2	2	3	10
Transtornos dos nervos raízes e plexos nervosos	1	-	-	1	-	2
Outras doenças do sistema nervoso	1	-	-	-	-	1
07 Doenças do olho e anexos	2	-	-	2	-	4
Descolamentos e defeitos da retina	2	-	-	2	-	4
09 Doenças do aparelho circulatório	16	15	10	7	8	56
Hipertensão essencial (primária)	1	-	-	-	-	1
Outras doenças hipertensivas	1	-	-	-	-	1
Infarto agudo do miocárdio	-	2	1	-	-	3
Outras doenças isquêmicas do coração	-	3	2	-	-	5
.. Embolia pulmonar	-	1	-	-	-	1
.. Transtornos de condução e arritmias cardíacas	1	-	2	1	-	4
.. Insuficiência cardíaca	2	2	2	2	4	12
.. Outras doenças do coração	1	-	-	1	-	2
.. Hemorragia intracraniana	2	-	-	-	-	2
.. Infarto cerebral	-	2	-	-	-	2
.. Acid vascular cerebr não espec hemorrág ou isq	2	3	1	3	2	11
.. Arteroesclerose	1	-	-	-	-	1
.. Embolia e trombose arteriais	-	-	-	-	2	2
.. Outras doenças das artérias arteríolas e capil	1	-	2	-	-	3
.. Flebite tromboflebite embolia e trombose venosa	1	-	-	-	-	1
.. Veias varicosas das extremidades inferiores	3	1	-	-	-	4
.. Hemorróidas	-	1	-	-	-	1
10 Doenças do aparelho respiratório	6	9	18	7	6	46
.. Pneumonia	4	4	8	5	3	24
.. Bronquite enfisema e outr doenç pulm obstr crôn	1	3	7	1	2	14
.. Asma	1	2	1	-	1	5
.. Outras doenças do aparelho respiratório	-	-	2	1	-	3
11 Doenças do aparelho digestivo	13	7	7	1	4	32
.. Outros transtornos dentes e estruturas suporte	-	-	-	-	1	1
.. Outr doenç cavidade oral glând saliv e maxilar	-	-	1	-	-	1
.. Gastrite e duodenite	1	1	-	-	-	2
.. Outras doenças do esôfago estômago e duodeno	-	-	-	-	1	1
.. Hérnia inguinal	1	2	1	1	-	5
.. Outras hérnias	2	-	1	-	-	3
.. Ileo paralítico e obstrução intestinal s/hérnia	-	-	1	-	-	1
.. Doença alcoólica do fígado	1	-	-	-	-	1
.. Colelitíase e colecistite	4	4	2	-	1	11
.. Outras doenças do aparelho digestivo	4	-	1	-	1	6
12 Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	-	-	-	-	1
.. Outras doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	-	-	-	-	1
13 Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	5	2	1	1	3	12
.. Artrose	3	2	-	1	2	8
.. Outros transtronos articulares	1	-	1	-	-	2
.. Doenças sistêmicas do tecido conjuntivo	-	-	-	-	1	1
.. Transtornos do tecido mole	1	-	-	-	-	1
14 Doenças do aparelho geniturinário	4	6	4	-	-	14
.. Insuficiência renal	2	1	3	-	-	6
.. Outras doenças do aparelho urinário	2	2	1	-	-	5
.. Hidrocele e espermatocele	-	1	-	-	-	1
.. Preprúcio redundante fimose e parafimose	-	2	-	-	-	2
18 Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	1	-	-	-	-	1
.. Outr sist sinais achad anorm ex clín labor NCOP	1	-	-	-	-	1
19 Lesões enven e alg out conseq causas externas	13	9	8	3	5	38
.. Fratura do pescoço tórax ou pelve	1	-	-	-	-	1
.. Fratura do fêmur	1	2	1	-	3	7
.. Fratura de outros ossos dos membros	5	4	3	1	2	15
.. Fraturas envolvendo múltiplas regiões do corpo	-	-	1	-	-	1
.. Luxações entorse distensão reg esp e múlt corpo	1	-	1	-	-	2
.. Traumatismo intracraniano	-	2	-	-	-	2
.. Lesões esmag amput traumát reg esp e múlt corpo	1	-	-	-	-	1
.. Outr traum reg espec não espec e múltipl corpo	4	1	-	2	-	7
.. Efeitos corpo estranho através de orifício nat	-	-	1	-	-	1
.. Cert compl prec traum compl cirúrg ass méd NCOP	-	-	1	-	-	1
21 Contatos com serviços de saúde	-	1	-	-	-	1
.. Pessoas contato serv saúde cuidados proc espec	-	1	-	-	-	1
Total	106	68	69	33	50	326

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Notas:

Situação da base de dados nacional em 29/04/2016.

Dados de janeiro de 2015 até março de 2016 sujeitos a retificação.

Morbidade Hospitalar do SUS - por local de residência - Paraná

Internações por Lista Morb CID-10 e Faixa Etária 2

Município: 411410 Mandaguaçu

Faixa Etária 2: 60 a 64 anos, 65 a 69 anos, 70 a 74 anos, 75 a 79 anos, 80 anos e mais

Período: Jan-Abr/2017

Lista Morb CID-10	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos e mais	Total
01 Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	1	-	1	4	6
.. Septicemia	-	-	-	1	3	4
.. Outras doenças bacterianas	-	1	-	-	1	2
.... Restante de outras doenças bacterianas	-	1	-	-	1	2
02 Neoplasias (tumores)	22	6	4	-	10	42
.. Neoplasia maligna do lábio cavid oral e faringe	-	-	1	-	-	1
.. Neoplasia maligna do esôfago	-	1	-	-	1	2
.. Neoplasia maligna do estômago	-	2	-	-	3	5
.. Neoplasia maligna do cólon	6	-	-	-	1	7
.. Neopl malig junção retoss reto ânus canal anal	10	-	-	-	1	11
.. Outras neoplasias malignas de órgãos digestivos	-	-	-	-	1	1
.. Neoplasia maligna de traquéia brônquios e pulm	-	-	1	-	-	1
.. Neoplasia maligna do colo do útero	2	-	-	-	-	2
.. Outras neopl malignas órgãos genitais femininos	-	-	-	-	3	3
.. Neoplasia maligna da próstata	4	2	1	-	-	7
.. Neoplasia maligna da bexiga	-	-	1	-	-	1
.. Neopl malig outr local mal def secun e não esp	-	1	-	-	-	1
03 Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-	1	1
.. Outras anemias	-	-	-	-	1	1
04 Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	-	-	1	1	4
.. Diabetes mellitus	1	-	-	-	-	1
.. Outros transt endócrinos nutricionais metabólic	1	-	-	1	1	3
05 Transtornos mentais e comportamentais	1	-	-	-	-	1
.. Esquizofrenia transt esquizotípicos e delirant	1	-	-	-	-	1
06 Doenças do sistema nervoso	1	-	-	1	1	3
.. Acid vascular cerebr isquêm transit e síndr cor	1	-	-	-	1	2
.. Outras doenças do sistema nervoso	-	-	-	1	-	1
07 Doenças do olho e anexos	-	-	-	1	-	1
.. Descolamentos e defeitos da retina	-	-	-	1	-	1
09 Doenças do aparelho circulatório	6	6	2	2	5	21
.. Infarto agudo do miocárdio	2	-	1	-	-	3
.. Outras doenças isquêmicas do coração	3	-	-	-	-	3
.. Embolia pulmonar	-	-	-	-	1	1
.. Transtornos de condução e arritmias cardíacas	-	-	1	-	-	1
.. Insuficiência cardíaca	-	4	-	-	-	4
.. Outras doenças do coração	-	-	-	1	-	1
.. Hemorragia intracraniana	1	-	-	-	-	1
.. Infarto cerebral	-	-	-	-	1	1
.. Acid vascular cerebr não espec hemorrág ou isq	-	-	-	1	2	3
.. Flebite tromboflebite embolia e trombose venosa	-	2	-	-	-	2
10 Doenças do aparelho respiratório	1	4	6	4	6	21
.. Pneumonia	-	2	5	3	3	13
.. Bronquite enfisema e outr doenç pulm obstr crôn	-	2	-	1	-	3
.. Asma	-	-	1	-	1	2
.. Outras doenças do aparelho respiratório	1	-	-	-	2	3
11 Doenças do aparelho digestivo	-	1	1	2	6	10
.. Gastrite e duodenite	-	-	-	1	-	1
.. Hérnia inguinal	-	-	-	-	2	2
.. Outras doenças dos intestinos e peritônio	-	-	-	-	2	2
.. Colelitíase e colecistite	-	-	1	-	-	1
.. Pancreatite aguda e outras doenças do pâncreas	-	1	-	-	-	1
.. Outras doenças do aparelho digestivo	-	-	-	1	2	3
12 Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	1	1
.. Outras doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	1	1
13 Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	2	-	-	-	2
.. Artrose	-	1	-	-	-	1
.. Outras dorsopatias	-	1	-	-	-	1
14 Doenças do aparelho geniturinário	-	6	5	1	2	14
.. Doenças renais túbulo-intersticiais	-	-	1	-	-	1
.. Insuficiência renal	-	6	2	1	-	9
.. Outras doenças do aparelho urinário	-	-	1	-	1	2
.. Hidrocele e espermatocele	-	-	1	-	-	1
.. Outros transtornos do aparelho geniturinário	-	-	-	-	1	1
19 Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	2	5	2	4	13
.. Fratura do fêmur	-	-	2	1	-	3
.. Fratura de outros ossos dos membros	-	1	-	-	3	4
.. Traumatismo intracraniano	-	-	1	-	-	1
.. Outr traum reg espec não espec e múltipl corpo	-	-	1	1	-	2
.. Efeitos tóxicos subst origem princ não-medicin	-	-	1	-	-	1
.. Cert compl prec traum compl cirúrg ass méd NCOP	-	1	-	-	1	2
21 Contatos com serviços de saúde	-	1	-	-	-	1
.. Pessoas contato serv saúde cuidados proc espec	-	1	-	-	-	1
Total	33	29	23	15	41	141

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Notas:

Situação da base de dados nacional em 29/04/2016.

Dados de janeiro de 2015 até março de 2016 sujeitos a retificação.

Em relação aos dados de empregos formais, seguem as informações segundo dados de empregos formais do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho:

Observa-se na tabela abaixo que a maior parte de admitidos para a faixa etária de 50 a 64 anos, em empregos formais, é na faixa salarial de 1,01 a 1,5 salários mínimos (1 a 1 salário mínimo e meio), foram 72 admitidos:

EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO FAIXAS SALARIAIS - FAIXA ETÁRIA DE 50 A 64 ANOS - MANDAGUAÇU - 2016

FAIXA SALARIAL	Admitidos	Desligados	Total
Até 0.50	2	1	1
0.51 a 1.0	5	9	-4
1.01 a 1.5	72	61	11
1.51 a 2.0	60	72	-12
2.01 a 3.0	21	42	-21
3.01 a 4.0	6	2	6
5.01 a 7.0	1	2	-1
7.01 a 10.0	0	1	-1
10.01 a 15.0	0	1	-1
15.01 a 20.0	0	1	-1
Total	168	192	-23

FONTE: MTE/CAGED

ELABORAÇÃO: OBSERVATÓRIO DO TRABALHO/SEJU/PR

Observa-se na tabela abaixo que tiveram apenas 9 admitidos no município nesta faixa etária de 65 anos ou mais, e 4 deles foram para salários de 1 a 1,5 salários mínimos:

EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO FAIXAS SALARIAIS - FAIXA ETÁRIA DE 65 ANOS OU MAIS - MANDAGUAÇU - 2016

FAIXA SALARIAL	Admitidos	Desligados	Total
1.01 a 1.5	4	4	0
1.51 a 2.0	2	7	-5
2.01 a 3.0	1	1	0
3.01 a 4.0	2	0	2
Total	9	12	-3

FONTE: MTE/CAGED

ELABORAÇÃO: OBSERVATÓRIO DO TRABALHO/SEJU/PR

Em 2017, no período de janeiro a abril, para a faixa etária de 50 a 64 anos, foram 41 admitidos no município, sendo que a maior parte deles (21), foi na faixa salarial de 1 a 1,5 salários mínimos:

EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO FAIXAS SALARIAIS - FAIXA ETÁRIA DE 50 A 64 ANOS - MANDAGUAÇU - 1º QUADRIMESTRE (JAN A ABR) DE 2017

FAIXA SALARIAL	Admitidos	Desligados	Total
Até 0.50	1	0	1
0.51 a 1.0	2	2	0
1.01 a 1.5	21	28	-7
1.51 a 2.0	12	14	-2
2.01 a 3.0	4	10	-6
3.01 a 4.0	1	3	-2
4.01 a 5.0	0	1	-1
Total	41	58	-17

FONTE: MTE/CAGED

ELABORAÇÃO: OBSERVATÓRIO DO TRABALHO/SEJU/PR

Em 2017, no mesmo período do 1º quadrimestre, só tiveram 3 desligados para a faixa etária de 65 anos ou mais:

EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO FAIXAS SALARIAIS - FAIXA ETÁRIA DE 65 ANOS OU MAIS - MANDAGUAÇU - 1º QUADRIMESTRE (JAN A ABR) DE 2017

FAIXA SALARIAL	Admitidos	Desligados	Total
1.01 a 1.5	0	2	-2
1.51 a 2.0	0	1	-1
Total	0	3	-3

FONTE: MTE/CAGED

ELABORAÇÃO: OBSERVATÓRIO DO TRABALHO/SEJU/PR

Especialmente, das entidades que desenvolvem serviços com a população idosa, o Asilo São Vicente nos traz um pouco de sua história e dinâmica:

O Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguaçu foi fundado em12 de janeiro de 1959 pela Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), caracteriza-se como uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, inserida no Serviço de Proteção Social. O asilo atende pessoas idosas com idade a partir de sessenta anos, de ambos os sexos, independentes ou dependentes que não possuem famílias, abandonados ou em situação de risco encaminhados pela Assistência Social Municipal, Vicentinos ou Poder Judiciário da Comarca de Mandaguaçu Estado do Paraná, com serviço de acolhimento institucional de longa permanência ILPI.

O Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguaçu, desde sua fundação até os dias atuais passou por expansão estrutural e de atendimento. Até o ano de 2014 atendia uma média de 25 asilados, desde dezembro de 2015 com instalações novas e ampliadas passou a ter a capacidade de atendimento a 40 idosos. Hoje tem 37 idosos asilados e 02 vagas para uso de Ministério Público.

Dos 37 asilados na instituição, 09 são beneficiários do BPC- Benefício de Prestação Continuada e os 28 restantes são aposentados.

A população de idosos em estado de asilamento nesta instituição é composta por 20 homens e17 mulheres, sendo 15 cadeirantes e 04 que fazem uso de alimentação enteral.

Os idosos asilados caracterizam-se por apresentar doenças crônicas e múltiplas muitas vezes manifestadas de forma atípica e que perduram por anos, com exigência de cuidados constantes, medicação contínua, exames periódicos e internações.

Segue quadro descritivo de patologias:

Patologias	Quantidade que possuem a patogia
Hipertensão	25
Diabetes	09
Osteoporose	03
Infarto	01
Cataratas	03
Acidente Vascular Cerebral (AVC)	02
Alzheimer	10

É necessário relatar que da população descrita acima, é realizada a avalição do grau de dependência como relatado na RDC nº283/2005, para que sejam tratados de maneira correlata a necessidade individual de cada um. Esta resolução descreve os graus de dependência da seguinte forma:

-Grau de Dependência I - idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de autoajuda;

-Grau de Dependência II - idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada;

-Grau de Dependência III - idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

Segue quadro com classificação, gênero e quantidade de idosos.

Grau de dependência	Homens	Mulheres
Grau I	09	07
Grau II	08	05
Grau III	03	05

O Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguaçu foi fundado em12 de janeiro de 1959 pela Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), caracteriza-se como uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, inserida no Serviço de Proteção Social. O asilo atende pessoas idosas com idade a partir de sessenta anos, de ambos os sexos, independentes ou dependentes que não possuem famílias, abandonados ou em situação de risco encaminhados pela Assistência Social Municipal, Vicentinos ou Poder Judiciário da Comarca de Mandaguaçu Estado do Paraná, com serviço de acolhimento institucional de longa permanência ILPI.

O Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguaçu, desde sua fundação até os dias atuais passou por expansão estrutural e de atendimento. Até o ano de 2014 atendia uma média de 25 asilados, desde dezembro de 2015 com instalações novas e ampliadas passou a ter a capacidade de atendimento a 40 idosos. Hoje tem 37 idosos asilados e 02 vagas para uso de Ministério Público.

Dos 37 asilados na instituição, 09 são beneficiários do BPC- Benefício de Prestação Continuada e os 28 restantes são aposentados.

A população de idosos em estado de asilamento nesta instituição é composta por 20 homens e17 mulheres, sendo 15 cadeirantes e 04 que fazem uso de alimentação enteral.

Os idosos asilados caracterizam-se por apresentar doenças crônicas e múltiplas muitas vezes manifestadas de forma atípica e que perduram por anos, com exigência de cuidados constantes, medicação contínua, exames periódicos e internações.

Segue quadro descritivo de patologias:

Patologias	Quantidade que possuem a patogia
Hipertensão	25
Diabetes	09
Osteoporose	03
Infarto	01
Cataratas	03
Acidente Vascular Cerebral (AVC)	02
Alzheimer	10

É necessário relatar que da população descrita acima, é realizada a avalição do grau de dependência como relatado na RDC nº283/2005, para que sejam tratados de maneira correlata a necessidade individual de cada um. Esta resolução descreve os graus de dependência da seguinte forma:

-Grau de Dependência I - idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de autoajuda;

-Grau de Dependência II - idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada;

-Grau de Dependência III - idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

Segue quadro com classificação, gênero e quantidade de idosos.

Grau de dependência	Homens	Mulheres
Grau I	09	07
Grau II	08	05
Grau III	03	05

Para esta instituição pensar o bem estar como algo maior, implica numa revisão conceitual do que sejam cuidados e a forma como são aplicados. Atendo-se ao quadro descritivo acima acerca das dificuldades de cada idoso asilado nesta instituição, cabe dizer que mesmo com funções definidas, dentro de um sistema que busca a eficiência, cada colaborador tem sua especificidade técnica, porém para se trabalhar com essa faixa etária é necessário ir além, pois se deve buscar as singularidades, individualidades, o fator humanitário que compõe cada ser.

Para realizar os atendimentos, esta instituição conta com um quadro com 23 colaboradores.

Não há um programa do setor público voltado exclusivamente para o funcionamento das instituições de longa permanência para idosos.

A instituição mantém-se com repasses, sendo eles: subvenções federal e municipal, transferência do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Fundo Pró idoso, receitas Judiciais Socioeducativas, e percentual permitido da aposentadoria do asilado. Vale colocar que estas receitas hoje não são suficientes para custear todas as despesas da instituição, que também conta com doações da comunidade e realiza promoções e campanhas.

Algumas deliberações para que se possa ver a possibilidade de inclusão como proposta no Plano Municipal dos Direitos do Idoso

- O aumento de internos, idosos, dependentes e com necessidades especiais, torna complexo o atendimento nas ILPI, que além de sua equipe própria, requisita um trabalho multidisciplinar e intersetorial da atenção primária, através das UBS, PSF, CAPS e demais estruturas de saúde como também das outras secretárias municipais.

-É importante fazer parte das capacitações ofertadas pelo município não só buscando o aprimoramento contínuo de seus colaboradores, mas também para que a rede trabalhe de forma uniforme.

- É necessário que o município oferte atividades que possibilitem melhoria na qualidade de vida do idoso, como oficinas temáticas, recreações voltadas para esse publico, meios de locomoção adequados e equipados.

- Desenvolver atividades que busquem aproximar a comunidade da realidade do idoso, visando não só o conhecimento a respeito das mazelas desta fase da vida, mas também para que haja um comprometimento com esse publico.

- Hoje existem politicas publicas fragmentadas no que diz respeito as ILPI, é fundamental buscar a criação de um programa publico voltado exclusivamente para as ILPI.

- Preparar melhor o jovem inserindo nas grades curriculares a temática do idoso como obrigatório, pois em razão da melhoria das condições de vida da população a expectativa de vida do idoso aumentou o que exigirá num futuro próximo adaptações complexas no sistema de saúde, mercado de trabalho e tudo o que envolve o dia a dia do idoso.

A instituição mantém-se com repasses, sendo eles: subvenções federal e municipal, transferência do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Fundo Pró idoso, receitas Judiciais Socioeducativas, e percentual permitido da aposentadoria do asilado. Vale colocar que estas receitas hoje não são suficientes para custear todas as despesas da instituição, que também conta com doações da comunidade e realiza promoções e campanhas.

7. METODOLOGIA. OBJETIVOS E AÇÕES A SEREM REALIZADAS

A titularidade de direitos das pessoas idosas facilita a compreensão e a execução das ações constantes nesse Plano. Há a ordenação de objetivos, ações, metas, prazo de execução, monitoramento, responsabilidade e correspondência das ações dispostas com base nos direitos das pessoas idosas. O Monitoramento congrega os itens necessários para a verificação do cumprimento das metas a partir de indicadores de resultado, dentre outros. Em todo o planejamento de políticas, a Avaliação é fundamental porque a sociedade é dinâmica e demanda novos olhares em novas configurações que, possivelmente, vierem a surgir quando o assunto for população idosa do município de Mandaguaçu.

8. OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

8.1. Objetivo geral

Promover o bem- estar e a qualidade de vida das pessoas idosas, especialmente das que estão em situação de vulnerabilidade social, articulando e integrando ações das Secretarias de Estado e Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Sociedade Civil, a fim de garantir a existência de estruturas físicas e humanas capazes de atender adequadamente ao envelhecimento digno, saudável, participativo e com inclusão e promoção social.

8.2. Objetivos Específicos

- Construir e fortalecer uma rede de atenção com serviços e ações, de forma a assegurar os direitos da pessoa idosa.
- Fortalecer a rede de atendimento à pessoa idosa para ampliação de políticas públicas voltadas à promoção do envelhecimento ativo.
- Garantir a formação permanente de profissionais que atuam direta ou indiretamente na atenção à pessoa idosa sobre a temática do envelhecimento em suas múltiplas dimensões.
- Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa no acompanhamento e avaliação das políticas públicas direcionadas a essa população e com incentivo à formação permanente dos\as conselheiros\as.
- Fomentar a formação para o próprio envelhecimento e a convivência intergeracional com valorização da pessoa idosa, possibilitando que as reflexões se estendam ao ambiente familiar e comunitário.
- Promover condições para a inclusão produtiva da população idosa, principalmente, das que se encontram em situação de vulnerabilidade social, apoiando iniciativas de complementação de renda e desenvolvendo políticas de acesso à requalificação profissional.

A organização do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, de 2015- 2018 apresentaram as seguintes temáticas:

EIXO	TEMÁTICA
EIXO 1	Promoção e Assistência Social
EIXO 2	Saúde
EIXO 3	Educação, Ciência e tecnologia
EIXO 4	Trabalho e Previdência Social
EIXO 5	Habitação e Urbanismo
EIXO 6	Justiça e Segurança Pública
EIXO 7	Cultura, Esporte e Lazer

A seguir serão apresentadas as propostas a partir das modalidades referenciadas na DELIBERAÇÃO N.º 001/2017 – CEDI/PR, atendendo ao critério para o recebimento do incentivo financeiro estadual Fundo a Fundo para atuação no desenvolvimento de ações para implantação e/ou implementação de projetos, programas e/ou serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR.

EIXO	TEMÁTICA
EIXO 1	Assistência Social
EIXO 2	Saúde
EIXO 3	Educação
EIXO 4	Trabalho
EIXO 5	Cultura
EIXO 6	Esporte e Lazer
EIXO 7	Comunicação e Qualificação Profissional
EIXO 8	Transporte e Urbanismo

9. EIXOS ESTRATÉGICOS

Este Plano Municipal voltado à promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas está estruturado em sete eixos estratégicos dos quais sete deles estão estabelecidos em consonância com o disposto no Art 3º da Lei Estadual nº 11.863, de 23 de outubro de 1997, tendo como embasamento as deliberações finais das Conferências. Os Eixos são Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Comunicação e Qualificação Profissional.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

9.1. QUADRO DESCRITIVO DAS AÇÕES

EIXO 1	ASSISTÊNCIA SOCIAL					
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	EXECUTOR	PRAZOS	FONTE DE RECURSOS	RESULTADOS ESPERADOS
Contratação de profissionais efetivos por meio de concurso público para a realização de atividades de vivência em grupo com experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer.	Valorização das experiências vividas como formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social.	Garantia de atendimento interprofissional.	Departamento de Assistência Social	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Aquisição de Segurança de Convívio Familiar e Comunitário bem como Segurança de desenvolvimento da autonomia pelas pessoas idosas.
Ampliação da qualidade e efetividade nos serviços, programas já existentes com estabelecimento de cronograma (palestras, atividades, dinâmicas, informações e orientações, dentre outros), de forma contínua e intersetorial trabalho social com as famílias, oportunizando o encontro intergeracional.	Capacitar conselheiros(as) do Conselho Mun. de Direitos da Pessoa Idosa, gestores(as) e técnicos(as) em parcerias. Mobilizar famílias atendidas na política de assistência social para a participação nas palestras e encontros. Estabelecer parceria com o Conselho Mun. de Direitos da Pessoa Idosa para efetiva divulgação e orientação dos	Avanço nos níveis de satisfação positivos em relação aos serviços e programas desenvolvidos às pessoas idosas.	Departamento de Assistência Social	2018- 2021	Municipal Estadual Federal	Aquisição de Segurança de Acolhida, Convivio Familiar e Comunitário bem como Segurança de desenvolvimento da autonomia pelas pessoas idosas.
	serviços socioassistenciais, benefícios eventuais, Benefício de Prestação Continuada -BPC, direito de prioridade em filas, bancos, ônibus, locais públicos, etc.					
Elaboração de diagnóstico socioassistencial e socioterritorial para identificação das situações de risco e vulnerabilidades das pessoas idosas.	Contratação de consultoria e assessoria para elaboração do diagnóstico socioassistencial e socioterritorial das pessoas idosas.	Levantamento do perfil para subsidiar as políticas para as pessoas idosas.	Departamento de Assistência Social Depto Municipal de Educação e Cultura Depto Municipal de Saúde Depto Municipal de Esporte	2018- 2021	Municipal	Reconhecimento do perfil e das singularidades da população idosa em Mandaguaçu.
Garantia de dotação orçamentária para a implantação e manutenção de um Centro Dia e Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Articular com todos os entes e mobilizar toda a rede de atendimento para priorizar esse(s) equipamento(s).	Ampliação do número de equipamentos para o acesso aos serviços das pessoas idosas.	Departamento de Assistência Social Depto Municipal de Educação e Cultura Depto Municipal de Saúde	2018- 2021	Municipal Estadual Federal	Garantia de maior inclusão das pessoas idosas no referido serviço com a diminuição da demanda reprimida.
Garantia de vagas para Acolhimento Institucional às pessoas idosas que se encontram em situação de risco social e pessoal, sob violação de direitos com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.	Manutenção de contratos/convênios para a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional às pessoas idosas.	Vagas existentes para o atendimento em serviço de Acolhimento Institucional às pessoas idosas.	Depto Municipal de Esporte Departamento de Assistência Social	2018- 2021	Municipal Estadual Federal	Redução da ocorrência de riscos, seu agravamento ou reincidência.
Promoção do apoio psicossocial adequado para a manutenção das pessoas idosas em seu ambiente familiar e comunitário.	Orientar, monitorar e acompanhar as pessoas idosas.	Ampliação de, no mínimo, 20% das pessoas idosas do acesso ao serviço.	Departamento de Assistência Social	2018- 2021	Municipal Estadual	Maior fortalecimento de vínculos das pessoas idosas em seu ambiente familiar e comunitário.
Oferta de capacitação teórica e metodológica de profissionais e educadores sociais que atuam em programas serviços de atendimento à pessoas idosas.	Reatualização dos conhecimentos segundo a legislação vigente.	Capacitação de, no mínimo, 50% dos/as profissionais referenciados	Departamento de Assistência Social	2018- 2021	Municipal Estadual	Melhoria na qualidade do atendimento às pessoas idosas.
Promoção de mudança das	Organizar equipe	Atingir toda a rede de	Departamento	2018- 2021	Municipal	Melhoria do
concepções das instituições que trabalham com pessoas idosas, no sentido de assegurar a garantia de direitos para este público.	multidisciplinar para interlocução com as entidades em parceria com o Conselho de Direitos.	atendimento local.	de Assistência Social Departamento de Saúde Departamento de Educação		Estadual	atendimento de toda a rede local, especialmente as entidades.
Ampliação do atendimento às pessoas idosas em situação de violações dos seus direitos e/ou de violência.	Fomentar a participação social em Comitê com elaboração de Plano de Ação.	Atendimento ampliado Ampliação de participação no Comitê Plano de ação elaborado	Departamento de Assistência Social Conselho Municipal dos Direitos do Idoso- CMDI	2018- 2021	Municipal Estadual Federal	Interrupção do ciclo de violência com a superação da situação de violação de direitos e a reparação das violências vividas, de forma intersetorial.
Atuação em rede e de corresponsabilidade dos atores envolvidos no território para fortalecimento na função de proteção das famílias.	Promover espaços coletivos de escuta, troca de vivências familiares e orientação.	Rede de atendimento eficiente na proteção das famílias.	Departamento de Assistência Social	2018-2021	Municipal	Apoio à famílias que possuem, dentre seus membros, pessoas idosas que necessitam de cuidados especiais.
Garantia de dotação orçamentária por meio de leis orçamentárias nas três esferas de governo para construir, implementar, manter e ou reformar todas as modalidades de atendimento previstos na Política Nacional do Idoso.	Estabelecimento de parcerias e definição de orçamento no PPA.	Efetivação na implantação/implementação das modalidades de atendimento à Política Nacional do Idoso.	Depto Municipal de Fazenda Depto Municipal de Assistência Social	2018- 2021	Municipal Estadual Federal	Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais. Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais. Melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e suas famílias.
Realização da construção/aquisição de um local próprio para reuniões, eventos e demais atividades dos grupos de convivência das pessoas idosas.	Articular e garantir dotação orçamentária entre os entes para a construção/aquisição de um local próprio para as pessoas idosas.	Garantir espaço amplo de uso coletivo aos grupos de pessoas idosas para realização de suas atividades e eventos.	Departamento de Assistência Social Departamento Viação, Obras e Urbanismo	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Prevenção e redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social nos territórios.
Criação de protocolo intersetorial de atendimento às famílias e pessoas idosas em situação de violações.	Garantir equipe técnica especifica para o atendimento às famílias e pessoas idosas em situação de violações dos seus direitos e/ou de violência (idosas, com deficiência) bem como estabelecimento de possíveis parcerias.	Ampliar o atendimento em 50%.	Departamento de Assistência Social	2018- 2021	Municipal Estadual Federal	5.1 Garantir equipe técnica especifica para o atendimento às famílias e pessoas idosas em situação de violações dos seus direitos e/ou de violência (idosas, com deficiência) bem como estabelecimento de possíveis parcerias.
Promoção do convívio e a interação social das pessoas idosas por meio de atividades de lazer.	Mobilizar e fortalecer as pessoas idosas em seus territórios.	Fortalecer o processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo.	Departamento de Assistência Social	2018- 2021	Municipal	Melhoria da condição de sociabilidade de idosos.
Fortalecimento do acompanhamento às famílias do PBF com pessoas idosas para que tenham a possibilidade do aumento de renda pelo Programa Familia Paranaense, a partir dos critérios estabelecidos.	Acompanhar, efetivamente, as famílias do PBF com pessoas idosas com aumento do número de famílias com renda complementar do Programa Familia Paranaense.	Realizar a transferência da renda do Programa Familia Paranaense à 100% das famílias com pessoas idosas e que atendam aos critérios.	Departamento de Assistência Social	2018- 2021	Municipal	Profissionais capacitados para garantia dos direitos das famílias com pessoas idosas.
Orientação, acompanhamento e monitoramento do Serviço de Convivência e Fortalecimento	Capacitar os/as profissionais sobre os serviços de Proteção	Capacitar 100% dos/das profissionais sobre os serviços de Proteção Social	Departamento de Assistência Social	2018- 2021	Municipal Estadual	Profissionais capacitados para a oferta de serviços
de Vínculos- SCFV; do Programa de Atenção Integral às Famílias- PAIF e dos benefícios socioassistencias(BPC e Eventuais) destinados às pessoas idosas.	Social Básica- PSB na sua relação com as pessoas idosas.	Básica- PSB na sua relação com as pessoas idosas..				com qualidade
Sensibilização de profissionais que atuam na política de assistência social para o atendimento humanizado às pessoas idosas.	Capacitar profissionais para o atendimento humanizado às pessoas idosas com a definição da interface dos serviços socioassistenciais.	Abordar o tema, no mínimo, uma vez por ano.	Departamento de Assistência Social	2018- 2021	Municipal Estadual	Gestores/as e trabalhadores/as instrumentalizados e capacitados para o atendimento humanizado às pessoas idosas.
Capacitação continuada aos/as conselheiros/as sobre suas atribuições e competências e, especialmente, sobre o gerenciamento e fiscalização do Fundo do Idoso, dentre outros.	Ofertar cursos específicos sobre o Fundo do Idoso.	Conselheiros/as capacitados/as, especialmente, sobre o funcionamento, gerenciamento, acompanhamento e fiscalização do Fundo do Idoso bem como clareza na suas atribuições e competências.	Departamento de Assistência Social	2018- 2019	Municipal Estadual	Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais com a efetividade do Fundo, dentre outros.
Realização de trabalho intersetorial para o fortalecimento das ações do Conselho e Planejamento Participativo.	Estabelecer cronograma de reuniões. Descentralizar as reuniões do Conselho do Idoso para os territórios em situação de vulnerabilidade. Promover reuniões interconselhos.	Conselho do Idosos fortalecido no âmbito intersetorial.	Todos os departamentos CMDI	2018-2019	Municipal	Maior interlocução do Conselho do Idoso com os demais Conselhos de Direitos bem como maior participação da sociedade civil.
Criação de Fórum Municipal voltados às políticas setoriais	Mobizar e articular, de forma intersetorial, a	Fórum constituído, de forma intersetorial	Todos os departamentos	2018-2019	Municipal	Favorecimento de oportunidades com
para discussão e participação efetiva das pessoas idosas, suas famílias e população em geral.	criação de Fórum de políticas sobre as pessoas idosas.		CMDI		Estadual	a participação de ações na defesa de direitos e na construção de políticas inclusivas às pessoas idosas.
Garantiadefinição de recursos para organização administrativa dos conselhos e capacitação local e/ou regionalizada dos Conselhos de Direitos acerca do orçamento público.	Mobilizar e articular a rede de atendimento para o fortalecimento dos Conselhos de direitos.	Garantia de capacitação e das provisões: ambiente físico e recursos materiais, dentre outros.	Depto Municipal de Assistência Social	2018- 2021 ANUAL	Municipal Estadual	Fortalecimento do controle social para a defesa, promoção e garantia dos direitos socioassistenciais as pessoas idosas.
Implementar o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para obtenção de recursos das três esferas de Governo.	Capacitar o Conselho do Idoso e gestores/as para maior instrumentalidade do Fundo na garantia de direitos das pessoas idosas Promover a articulação entre os entes	Previsão no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de orçamento específico para ações direcionadas às pessoas idosas.	Depto Municipal de Assistência Social Depto Municipal de Fazenda	2018- 2021 ANUAL	Municipal Estadual Federal	Redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social bem como a prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência.

EIXO 2	SAÚDE					
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	EXECUTOR	PRAZOS	FONTE DE RECURSOS	RESULTADOS ESPERADOS
Garantia de tratamento dentário e fornecimento de próteses para pessoas idosas.	Atender a Rede de Atenção à Saúde Bucal em parceria com a Secretaria Regional de Saúde, Universidades, dentre outros.	Acesso prioritário no atendimento de saúde bucal às pessoas idosas viabilizado.	Departamento de Saúde	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Melhoria do acesso ao atendimento de saúde bucal da população idosa com maior qualidade de vida e maior auto estima.
Promoção de cursos de Cuidadores/as	Estabelecer parcerias para	Oferta de cursos	Departamento	2018- 2021	Municipal	Profissionalizar
da Pessoa Idosa com noções gerais de Acessibilidade, Libra e Braile com estabelecimento de parcerias.	a manutenção e promoção de cursos de Cuidadores/as da Pessoa Idosa.	em unidades escolares já existentes	de Saúde SESA		Estadual	Cuidadores/as de Pessoas Idosas em nível técnico a partir de parcerias.
Garantia de vacinação contra gripe as pessoas idosas.	Promover campanhas de conscientização e liberação das vacinas contra a gripe, em tempo oportuno, às pessoas idosas.	Ampliar a cobertura para imunizar todas as pessoas idosas do município.	Departamento de Saúde SESA	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Diminuição das complicações e respiratórias das pessoas idosas com meta preconizada pelo MS cumprida.
Realização de orientações acerca dos cuidados com automedicação, uso correto de medicamentos, prevenção de acidentes domésticos, hábitos e alimentação saudável bem como temas relacionados à saúde das pessoas idosas.	Organizar Campanhas para diminuição do uso incorreto e/ou abusivo de medicamentos por pessoas idosas.	Capacitação de profissionais, no mínimo, uma vez, anualmente. Distribuição de materiais para 100% nos serviços de atendimento às pessoas idosas.	Departamento de Saúde SESA	2018-2021	Municipal Estadual Federal	População conscientizada e profissionais capacitados/as sobre os riscos do uso inapropriado de medicamentos por pessoas idosas.
Garantia de programas de distribuição de medicamentos (básicos e especiais)fornecidos pelo SUS com a inclusão de dietas especiais e fraldas geriátricas às pessoas idosas.	Viabilizar a incorporação de medicamentos, vacinas e procedimentos à saúde das pessoas idosas.	Aumento da distribuição de medicamentos e das dietas especiais pelo S.U.S.	Departamento de Saúde SESA	2018- 2021	Municipal Estadual Federal	Ampliação de produtos ofertados pelo SUS à pessoa idosa.
Fortalecimento na estruturação da rede de atenção à pessoa idosa por meio de parcerias.	Orientação às famílias e capacitação de profissionais da Atenção Primária.	Ampliação das equipes de Estratégia Saúde da Família	Departamento de Saúde SESA	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Melhoria da qualidade de atenção à saúde da pessoa idosa.
Garantia de atendimento para reabilitação visual, garantindo o fornecimento gratuito de lentes e óculos às pessoas idosas.	Estabelecer parcerias.	Acesso prioritário ao atendimento das pessoas idosas viabilizado.	Departamento de Saúde SESA	2018- 2021	Municipal Estadual	Melhoria na qualidade de vida e da auto estima.
Garantia do acesso das pessoas idosas na realização de consultas oftalmológicas e cirurgias de catarata.	Estabelecer parcerias.	Acesso prioritário ao atendimento das pessoas idosas viabilizado.	Departamento de Saúde SESA	2018- 2021	Municipal Estadual	Melhorias na qualidade de vida e da auto estima.
Garantia do acompanhamento periódico de Agentes Comunitários de Saúde- ACS de cada território às pessoas idosas.	Formar, capacitar os/as Agentes Comunitários de Saúde- ACS de cada território às pessoas idosas	Identificação das demandas Monitoramento do atendimento prestado	Depto Municipal de Saúde	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Melhoria no resultado do planejamento de ações às pessoas idosas.
Capacitação das equipes profissionais para atendimento qualificado às pessoas idosas e com abordagem das condições de saúde das mesmas, especialmente capacitação às/aos ACS- (Agentes comunitários de saúde) e equipe do CRAS- Centro de Referência de Assistência Social.	Incluir nos temas das capacitações as pessoas idosas, de forma intersetorial.	Agentes Comunitários/as de Saúde e equipe do CRAS capacitadas/os	Depto Municipal de Assistência Social Depto Municipal de Saúde	2018-2021	Municipal Estadual	Melhoria de satisfação das pessoas idosas e suas famílias.
Integração das equipes do Programa de Saúde da Família- PSF no trabalho intersetorial para contribuição destas equipes no mapeamento das condições/perfil das pessoas idosas de cada território.	Estabelecer as competências e atribuições dos setores com interlocução dos mesmos.	Mapa territorial elaborado pelas equipes de PSF com informações das pessoas idosas de cada território. Planejamento de ações conforme especificidades e particularidades de cada território.	Depto Municipal de Saúde	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Reconhecimento do perfil e das especificidades e particularidades das pessoas idosas.
Promoção de mudança das	Organizar equipe	Atingir toda a rede de	Departamento	2018- 2021	Municipal	Melhoria do
Gerontologia e geriatria com disponibilidade às pessoas idosas em ambulatório central, de forma a acompanhar e dar continuidade nos tratamentos.	médicos contratados.	Gerontologia e Geriatria contratados.	de Saúde			número de médicos especializados para atendimento às pessoas idosas.

EIXO 3	EDUCAÇAO					
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	EXECUTOR	PRAZOS	FONTE DE RECURSOS	RESULTADOS ESPERADOS
Ampliação da política pública de Educação para inclusão das pessoas idosas em todos os níveis do sistema educacional, especialmente, nos cursos de alfabetização e/ou na Educação de Jovens e Adultos – EJA.	Articulação e parcerias com a SEED.	Atender até 70% da demanda existente.	Depto Municipal de Educação e Cultura SEED	2018-2021	Municipal Estadual	Ampliar o atendimento nas políticas públicas de Educação à pessoa idosa.
Apoio e desenvolvimento de campanhas em escolas da rede pública e particular nas temáticas às "Respeito e Cuidados à Pessoa Idosa" e "Intergeracionalidade".	Fomentar os temas transversais relacionados às pessoas idosas nas escolas.	Inclusão no planejamento pedagógico dos temas refrenciados Campanhas realizadas	Depto Municipal de Educação e Cultura Conselho Municipal dos Direitos do Idoso CMDI	2018-2021	Municipal Estadual	Promover o convivio entre as várias gerações.
Promoção da inclusão digital e tecnológica às pessoas idosas por meio do acesso a serviços de educação continuada em parcerias, se necessário.	Ofertar cursos de inclusão digital e tecnológica.	Ampliar conhecimentos para uso de computadores e outras tecnologias: caixas eletrônicos, bancos, celulares; Proporcionar autoconfiança e auto estima.	Depto Municipal de Educação e Cultura	2018-2021	Municipal Estadual	Maior comunicação e diminuição do sentimento de solidão e isolamento das pessoas idosas com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

EIXO 4	TRABALHO					
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	EXECUTOR	PRAZOS	FONTE DE RECURSOS	RESULTADOS ESPERADOS
Inclusão ao mercado de trabalho das pessoas idosas com a intermediação de mão-de-obra.	Possibilitar a capacitação dos/as servidores/as que atuam na Agência do Trabalhador para realização dos atendimentos prioritários.	Ampliação do número de pessoas idosas no mercado de trabalho.	Agência do Trabalhador	2018-2021	Municipal Estadual	Inclusão das pessoas idosas no Mercado de trabalho com o fortalecimento de sua autonomia.
Estabelecimento de parcerias para capacitação de agentes públicos no atendimento às pessoas idosas, de forma humanizada.	Preparar agentes públicos para o atendimento humanizado às pessoas idosas.	No mínimo, cerca 70% de agentes públicos capacitados.	Agencia do Trabalhador	2018-2021	Municipal Estadual	Melhoria na qualidade do atendimento às pessoas idosas atendidas na Agência do Trabalhador.
Divulgação aos pré- aposentados e aposentados da legislação previdenciária.	Organizar palestras, oficinas para socialização de informações sobre a Previdência Social em parcerias.	Atingir, no mínimo, 30% da população idosa no município.	Depto Municipal de Assistência Social	2018-2021	Municipal Estadual	Aquisição de conhecimentos na legislação previdenciária pelas pessoas idosas.
Promoção do acesso aos projetos e programas de geração de renda pelas pessoas idosas.	Articular as pessoas idosas interessadas para o fomento da Economia Solidária. Organizar e apoiar os grupos de Economia Solidária, de forma intergeracional.	Fortalecimento do sentimento de pertença, produtividade e geração de renda.	Agência do Trabalhador Depto Municipal de Assistência Social	2018-2021	Municipal Estadual	Melhoria na qualidade de vida por meio da geração de trabalho e renda.
Organização de banco de dados com disponibilidade das vagas e de interessados/as nas vagas de trabalho para pessoas idosas.	Estabelecer parcerias para disponibilização de vagas de trabalho e de cursos para qualificação profissional às pessoas idosas.	Banco de dados, efetivamente, organizado e	Agência do Trabalhador	Continuo	Municipal Estadual	Reinserção das pessoas idosas no mercado de trabalho com melhoria na autoestima.

EIXO 5	CULTURA					
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	EXECUTOR	PRAZOS	FONTE DE RECURSOS	RESULTADOS ESPERADOS
Desenvolvimento de ações intersetoriais para a promoção de uma mudança nas condições de vida, nas relações familiares e na cultura brasileira para o reconhecimento das pessoas idosas como sujeitos de direitos.	Descentralizar as ações intersetoriais para os territórios de maior vulnerabilidades.	Atingir, no mínimo, 30% da população idosa atendida nos serviços e seus familiares.	Departamento de Cultura e demais órgãos	2018-2021	Municipal Estadual	Mudança de paradigmas nas várias relações sociais das pessoas idosas.
Participação das pessoas idosas acolhidas nos serviços aos programas de integração, cultura e lazer.	Estimular junto ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso, e à rede de atendimento a oferta dessas ações.	Estimular todo o Conselho e 100% da rede de atendimento a oferta dessas ações.	Departamento de Cultura Departamento de Assistência Social	2018-2021	Municipal Estadual	Promoção de um envelhecimento ativo e participativo.
Reconhecimento do direito à heterogeneidade sociocultural das pessoas idosas e seus familiares.	Organizar atividades, eventos dentro dos serviços já existentes que desenvolvam as novas configurações da sociedade e o respeito às diferenças.	Atingir, no mínimo, 30% da população idosa atendida nos serviços e seus familiares	Departamento de Cultura e demais órgãos	2018-2021	Municipal Estadual	Promoção do respeito às diferenças.
Garantia de dotação orçamentária destinada à construção de áreas de cultura às pessoas idosas.	Mobilizar a rede de atendimento às pessoas idosas para a garantia do acesso à cultura.	Áreas/espaços de cultura às pessoas idosas construídas.	Depto Municipal de Fazenda Depto Municipal de Educação e Cultura	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.

EIXO 6	ESPORTE E LAZER					
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	EXECUTOR	PRAZOS	FONTE DE RECURSOS	RESULTADOS ESPERADOS
Ampliação de Academias e/ou Clubes da Terceira Idade para atendimento às pessoas idosas com a garantia de monitoramento de profissionais qualificados.	Desenvolver projetos voltados às pessoas idosas.	Academias e/ou Clubes da Terceira Idade ampliados Profissionais qualificados	Esporte e Lazer	2018-2021	Municipal Estadual	Melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.
Ampliação do número de academias ao ar livre para exercícios com orientação e supervisão técnica de profissionais da área.	Estimular o uso das academias públicas pelas pessoas idosas.	Implantação de, no mínimo, mais uma academia ao ar livre.	SEET Depto de Esporte	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Melhoria da qualidade de vida.
Garantia de dotação orçamentária destinada à construção de áreas de esporte e lazer às pessoas idosas.	Mobilizar a rede de atendimento às pessoas idosas para a garantia do acesso ao esporte e lazer.	Áreas/espaços de esporte e lazer às pessoas idosas construídas.	Depto Municipal de Fazenda Depto Municipal de Esporte	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.

EIXO 7	COMUNICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL					
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	EXECUTOR	PRAZOS	FONTE DE RECURSOS	RESULTADOS ESPERADOS
Fomento de ações de prevenção por meio de campanhas de informação às populações idosas e suas famílias.	Equipe intersetorial para elaboração de cartilhas, folders e afins.	02 Campanhas informativas, no mínimo, anualmente.	Departamento de Assistência Social e demais órgãos, de forma intersetorial	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Orientação e apoio às pessoas idosas e seus familiars.
Ampliação da divulgação do Estatuto do Idoso, especialmente, no meio rural.	Disponibilizar exemplares do Estatuto do Idoso bem como divulga-lo nos vários espaços cursos,dentre outros) .	Manter em estoque os exemplares do Estatuto do Idoso.	SEJU Município	Continuo	Municipal Estadual	Tornar o Estatuto do Idoso amplamente conhecido.
Realização da Semana da Pessoa Idosa com atividades	Elaborar Plano de ação com a definição das	Semana da Pessoa Idosa	SEJU Departamento de	2018-2021	Municipal Estadual	Dar visibilidade às pessoas idosas
sobre envelhecimento saudável e divulgação dos direitos da pessoa idosa.	atividades na Semana da Pessoa Idosa, de forma intersetorial.	realizada com apoio da gestão estadual.	Assistência Social e demais órgãos.			como sujeitos de direitos e oportunizar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
Divulgação das ações realizadas no Conselho por meio de folders, programas nas rádios locais, enfatizando seu papel e sua importância.	Estabelecer parcerias.	Ações divulgadas Aumento de participação nas reuniões do Conselho	Conselho Municipal dos Direitos do Idoso -CMDI	2018-2021 ANUAL	Municipal	Ampliação do acesso às informações sobre direitos e participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo das pessoas idosas.
Elaboração de material gráfico com instruções referente a destinação de recursos do Imposto de Renda pessoa física ou jurídica ao Fundo do Idoso – FIPAR	Socializar materiais para ampliação de contribuintes ao FIPAR.	Divulgação da Lei que permite a dedução do Imposto de Renda pessoas físicas e jurídicas Parceria nas campanhas e distribuição de materiais como folders e/ou cartilhas e ampliação dos contribuintes.	Departamento de Assistência Social e demais órgãos. Conselho Municipal dos Direitos do Idoso- CMDI	2018-2021	Municipal Estadual	Proporcionar a ampliação das contribuições do Imposto de Renda no Fundo do Idoso.

EIXO 8	TRANSPORTE E URBANISMO					
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	EXECUTOR	PRAZOS	FONTE DE RECURSOS	RESULTADOS ESPERADOS
Realização de projetos de acessibilidade que	Melhoria nas condições das calçadas dos	Acessibilidade ampliada com	Depto Viação, Obras e Urbanismo	2018-2021	Municipal Estadual	Melhoria na qualidade de vida
contemplem as pessoas idosas com mobilidade reduzida e deficiência em vias públicas.	equipamentos públicos bem como sinalização adequada	inclusão dos recursos demandados no orçamento municipal			Federal	das pessoas idosas por meio da maior mobilidade com ampliação de acessibilidade.
Garantia de vagas prioritárias de estacionamento às pessoas idosas.	Re) Organizar espaço público para a garantia das vagas prioritárias.	Aumento do número de vagas de estacionamento às pessoas idosas e com deficiência.	Depto Viação, Obras e Urbanismo	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Melhoria na na qualidade de vida das pessoas idosas
Implantação de transporte coletivo no município, principalmente, para territórios de maior vulnerabilidade.	Estabelecimento de parcerias para a conquista de transporte coletivo no município	Transporte coletivo ofertado nos territórios de maior vulnerabilidade.	Departamento Viação, Obras e Urbanismo	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Melhoria na qualidade de vida das pessoas idosas.
Garantia de orçamento à contratação de transporte para interação com grupos das pessoas idosas de outros municípios bem como para a garantia de lazer fora do município.	Estabelecimento de parcerias	Garantia do acesso das pessoas idosas aos eventos municipais e/ou regionais com a oferta de viagens.	Departamento Viação, Obras e Urbanismo Depto Municipal de Assistência Social	2018-2021	Municipal Estadual Federal	Melhoria da condição de sociabilidade de pessoas idosas.
Acesso das pessoas idosas a Programas Habitacionais, em especial, aquelas que se encontram em moradias precárias e/ou em áreas de situação de risco.	Organizar e manter cadastro atualizado com pessoas idosas interessadas nos Programas Habitacionais.	Programas Habitacionais ofertados	Depto Municipal de Assistência Social Setor de Engenharia Depto Municipal de Obras	2018-2021	MUNICIPAL ESTADUAL FEDERAL	Melhoria na qualidade de vida das pessoas.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal dos Direitos será monitorado e avaliado pelo Escritório Regional da SEDS de Maringá. Isso porque a política da pessoa idosa no Paraná está vinculado à SEDS bem como o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, Ministério Público e toda a sociedade.

O Plano Decenal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Mandaguaçu estabelece um planejamento para os próximos quatro anos, considerando a intersetorialidade e a perspectiva intergeracional das políticas. O acompanhamento, monitoramento e avaliação, implicando o controle social com o Conselho de Direitos, especialmente, o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CEDI e a sociedade civil no compartilhamento de responsabilidades favorecerá a implantação e/ou implementação do Plano Municipal.

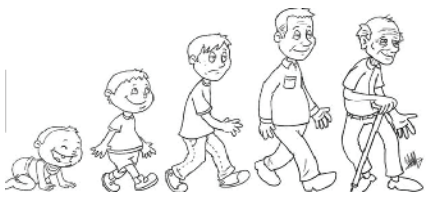
Especialmente, o Monitoramento implicará em funcionamento e desempenho das ações do início ao fim para identificar desvios na execução das ações (o programado e o executado). Se isso ocorrer, o Monitoramento deverá diagnosticar suas causas para propor ajustes operacionais para adequação entre o Plano Municipal e sua implementação.

A avaliação de todo o processo e resultado para efetivação das políticas públicas propostas no Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa demandará o estabelecimento desse fluxo de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de toda a rede de atendimento às pessoas idosas. O acompanhamento para saber se houve real diminuição das vulnerabilidades, o aumento dos serviços, o número de capacitações deverá nortear todo o processo.

10.1 Resultados Esperados

Os resultados esperados na implantação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa são:

- Instrumentalização da gestão municipal para atuação qualificada junto à população idosa.
- Fortalecimento da rede física e humana de atenção à pessoa idosa.
- Integração da gestão estadual e municipal na condução das políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos da população idosa.
- Mobilização da sociedade civil para a defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa.
- Geração de possibilidades e oportunidades de inclusão e de reconhecimento da população idosa nas áreas do trabalho bem como na participação social e política.
- Protagonismo da pessoa idosa.



REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto do idoso. Lei nº 10.741, de 1° de outubro de 2003. BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Plano Mais Brasil. PPA 2012-2015: Agendas transversais — monitoramento participativo. Pessoa idosa, ano base 2012. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão/SPI. Brasília, 2013a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República. Carta de São José sobre os direitos dos idosos da América Latina e Caribe. Brasília, 2013b. p. 507-519. _____. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. Política Nacional do Idoso. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. 1ª edição, Brasília. Reimpresso em maio de 2010.

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. 2014.

BRUNO, M. R. P. Cidadania não tem idade. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 75, p. 83, 2003.

CAMPOS, Mariza Salomão Vinco de Oliveira. Estatuto da Criança e do Adolescente: a proteção integral e suas implicações político-educacionais. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Orientador: Ricardo Ribeiro. 2009. 115 f.

CARTILHA DIREITOS DOS IDOSOS Uma publicaçãoDefensoriaPública do Estado do Ceará e Associação dos DefensoresPúblicos do Ceará. https://www.anadep.org.br/wtksite/CARTILHA_IDOSO_ADPEC.pdf

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Código de ÉticaProfissional dos AssistentesSociais, 1993

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Ana Célia Soares; Lodovici, Flamínia M.M.;Suzana Carielo da Fonseca. Envelhecimento? O que temos com isso? Considerações sobre o contexto do envelhecimento na sociedade atual. REVISTA PORTAL de Divulgação, n.51, Ano VII Jan/ Fev/Mar 2017.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. Capital Financeiro, Trabalho e questão Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAMMARELLA, Rosetta(Coordenação nacional). O Estado do Paraná no Censo 2010. Equipe responsável: Ana Lucia Rodrigues* , Anael Cintra**, Marisa Valle Magalhães** e Rosa Moura*** (coordenação do trabalho) Colaboração: Juciano Rodrigues, Arthur Molina e Lucrécia Zaninelli Rocha. 2011.

MENDES, Márcia R.S.S. Barbosa, GUSMÃO, Josiane Lima, FARO, Ana Cristina Mancussi, LEITE, Rita de Cássia Burgos de O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração.Acta Paul Enferm. 2005;18(4):422-6. Disponível em: http://www2.unifesp.br/acta/pdf/v18/n4/v18n4a11.pdf

MULLER, NeusaPivatto (Org.). Mapa das Políticas, Programas e Projetos do Governo Federal (2014). CompromissoNacionalpara o EnvelhecimentoAtivo, – Brasil. Brasília: Secretaria de DireitosHumanos da Presidência da República.

PARANÁ. Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. 2015-2018. SEJU- Secretaria de estado da Justiça, Cidadania e DireitosHumanos. Disponível em: http://www.cedi.pr.gov.br/arquivos/File/2015/publicacoes/Plano_Estadual_Idoso_publicado.pdf.

Pessôa, Elisângela Maia Assistência social ao idoso enquanto direito de proteção social em municípios do Rio Grande do Sul. / Elisângela Maia Pessôa. – Porto Alegre, 2010. 243 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Orientação: Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla.

PITANGA, Danielle de Andrade. Velhice na Cultura Contemporânea. Dissertação de MestradoemPsicologiaClínica. UniversidadeCatólica de Pernambuco. Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós- Gradu

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2019
PROCESSO DE COMPRA Nº 105/2019

Aos 2 de Maio de 2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 26/2019, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa: AVIAMENTOS TRICOLANDIA LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 76.572.553/0001-12, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
46	10	Viono gavi, pote com 150ml Verde para aplicação e pincel com sistemamos bifacial e saúgue limp.	ACRILEX	10,95	109,50
53	03	Linha cru nylon 0,20, 1 rolos de 100 metros cada linha com resistência e uniformidade.	ARTPESCA	9,90	149,00
122	16	Agulha de Mão Tapeçaria nº 20 - Agulha de mão, ponta boclet, medida boclet, agu 90/1600, ponta arredondada e alta liga, cromada com 10 unidades.	SIMMER	5,43	61,00
39	120	Cola em MDF cru de pão quadrado para decoração Medida mínima: (Largura x Profundidade x Altura) 15 x 15 x 0	BRASARTES	2,39	354,00
9	10	Massa para Biscuit, baixa de 1 kg, na cor branca, elástica, pode ser levemente umedecida. Conter informações no produto na embalagem.	PORTPOL	11,90	354,30
64	43	Kit para Cupcakes do (Cupcake), kit contendo 3 potes (1 vazio, 1 boa e 1 vento cristal), 3 furo cada pote. Cores variadas	ACRILEX	10,50	435,00
28	50	Caixa em MDF cru de aço quadrado para decoração, com tampa, medida de cada 3 perfeitos blocado e base floral (Medida interna (Largura x Profundidade x Altura) 15 X 15 x 6,5 cm.	BRASARTES	6,15	307,50
45	40	Tinta acrílica em spray, lata de 400 ml ou cor branca	AEROFLEX	10,40	416,00
58	60	Guarnecido para Decoupage, pacote com 20 unidades, medidas de guardanapo 45cm/ 33cm, material (tecido) tecido, animais, personagens, flores, morangos, cogumelos, frutas, cores, cenários, pessoas, fantasias, frases e muitos.	TOK	10,50	903,00
1	53	Anjos Natalino para artesanato com 100 ml, Composição: Água, adesivo e resina. Uso específico: Para trabalhos em madeira, papel, tecido, cerâmica, gesso, isopor, madeira, metal e metalizado. Modo de uso: Pode ser usado com pincel ou rolo para aplicação. Características: Solúvel em água.	ACRILEX	4,04	212,00
4	80	Rolo de espuma de espuma com 5 cm, Composição do produto: Rolo fabricado com espuma de poliéster, com cabo de plástico e haste metálica. Aplicação: à aplicação.	CORIFOR	3,40	170,00
54	5	Tecido de Seca Lisa, Tecido de seca lisa, composição 100% de algodão no mínimo, rolo de 70 cm ou largura e 20 metros de comprimento. Fill out the blanks.	RAMAVETEX	35,00	315,00
31	30	Caixa em MDF cru de aço quadrado para decoração, com tampa, dobradiças com 2 perfeitos blocado e fecho floral, Medida interna (Largura x Profundidade x Altura) 30 x 20 x 8,5 cm.	BRASARTES	7,35	367,50
66	05	Verniz Vinil, pote com 37 ml, cores variadas	ACRILEX	4,90	342,50

Valor Total: 4.356,80

0003000249

A empresa: TANGO LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 05.304.597/0001-08, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
34	60	Bloco de desenho A4 com 96 folhas em gramatura fina de 196 gramas.	papel branco	7,85	471,00
63	2	Papel Selfie A3 branco, liverpé, com as medidas de 29,7mm x 42,0cm e Segmentado 600MZ. A embalagem vira pacotes de papel adesivo contendo 600 folhas cada e as embalagem externa de forma a ao em todos contendo 10 (dez) pacotes com papel adesivo, conforme dados acima, para total fechamento e número e quantidade de produto para de duas e pacotes. Papel adesivo de qual se nos fabricação e acabamento o cuidado de Mídia. O papel adesivo pegão e de boa que bons para não saiam externos para utilização em impressoras de ou de jato ou laser e para uso em fotocopiadoras. Qualidade superior para impressão paralisia para mais vivas, excepcionais (Cores e preto Preto Brancos.	chamex	200,00	000,00
52	10	Fuxico de EVA, medida aproximada do desenho 20mm, formas e disponíveis variados.	folha e cola	25,00	250,00
48	25	Caixa de Lata de Coz, com tampa solta, produzido com material 100% reciclável, 1ª cha, com selo de qualidade do INMETRO estampado na embalagem, sem FSC, composição: pigmentos, aglutinantes, aditivos, água, metais, óleos e minerais. Cores vivas	latex	95,00	1.900,00
47	2	Lixa Folha 40, 1ª linha, pintada, medida aproximada: sem borracha, saio do fornecedor e certificado do FSC, cobre com 144 lapis.	cia	201,00	402,00
48	2	Lixa Folha 60, 1ª linha, pintada, medida aproximada, sem borracha, saio do fornecedor e certificado do FSC, cobre com 144 lapis.	cia	201,00	402,00

Valor Total: 4.334,00

A empresa: CAROL COMERCIAL - EIRELI - ME, C.N.P.J./M/F nº 10.607.322/0001-26, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
23	30	Pincel nº 10 cerda chata, cabo em madeira, virola em metal, pintura em laca, com identificação do tamanho e marca do fabricante.	ATLAS	9,50	285,00
62	10	Fuxico de EVA, medida mínima do desenho 15mm, formas e variados	TOKE E DIVE	13,90	139,00
61	20	Pincel para pintura em tecido, tamanho 04, pelo macio, cerda de boa, cabo longo, formato chato duro e virola em alumínio.	TIGRE	4,20	84,00
59	50	Produto Z, revestimento externo com PP e interno com Pluri Isopor, alta gramatura com alta resistência e Chat-Moldes flexíveis para peças e tamanhos de alta qualidade, kanto com medida mínima de 5cm, Altura mínima de 3Lcm e tempo mínimo de 14 Dias, com pedido, agua ou graffa.	FRIARA	7,90	189,00
20	100	Caixa em MDF cru de aço quadrado para decoração Medida mínima: (Largura x Profundidade x Altura) 7 x 7 x 5cm.	ART ARTESANATO	1,55	155,00
60	20	Pincel para pintura em tecido, tamanho 06, pelo bordas cerda de boi, cabo longo, formato chato duro e virola de alumínio.	TIGRE	4,20	84,00
26	100	Caixa de madeira em MDF cru de aço quadrado para decoração, com tampa, dobradiças com 2 perfeitos blocado e fecho floral, Medida interna (Largura x Profundidade x Altura) 10cm x 10cm x 5cm Tampa - 11cm x 11cm x 1,5 cm.	ART ARTESANATO	2,53	253,00
15	42	Cola branca 500 GRAMAS, 01 1 litro a base de EVA, sem características tóxicas, com six traço de antigem, cor cola: azul, secra de secagem. Composição: Acetato de Vinila (EVA) em dispersão.	TEX BOND	16,40	616,00
40	3	Lixa Folha 80, 1ª linha, pintada, medida aproximada, sem borracha, saio do fornecedor e certificado do FSC, cobre com 144 lapis.	LEON DA	30,00	60,00
10	52	Anjão em tecido com crinolina, formato retangular, com embalagem significativa, peso líquido de no mínimo 1 kg.	ANGELAS RESENDE	5,83	296,00

0003000250

A empresa: CAROL COMERCIAL - EIRELI - ME, C.N.P.J./M/F nº 10.607.322/0001-26, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
63	20	Pincel para pintura em tecido, tamanho 06, pelo bordas cerda de boi, cabo longo, formato chato duro e virola de alumínio.	TIGRE	4,02	124,00
7	48	Verniz para pintura para artesanato, 100 ml a base d água, Composição: Resina acrílica aquosa, água deionizada, conservantes, secativos e pilos.	ACRILEX	7,00	336,00

Valor Total: 2.942,00

A empresa: HERNANDES & CIA LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 20.788.926/0001-04, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
51	09	Viniz Acrilex, para telas e trabalhos artísticos em artista, pigmento de cores superiores. Aplicações: sem diluente e acrílicos. Pote de 20ml. Cores: Branca, vermelha, amarela, preta, marrom, azul, verde e rosa.	ACRILEX	18,75	187,50
36	20	Cartão ponta fina ponta 0,5mm para desenho.	LEVGALL	17,70	354,00
35	20	Cartão ponta fina ponta 1,0mm para desenho.	LEVGALL	17,70	354,00
27	100	Caixa em MDF cru de aço quadrado para decoração, com tampa, estampa com 2 perfeitos blocado, Medida interna (Tamanho externo (Largura x Profundidade x Altura) 10 x 10 x 5 cm.	RELASARTES	3,10	310,00
33	14	Fita de Veludo Fita de Veludo com mão de 50 metros, composição: 77% poliéster e 23% poliamida, nas cores vermelha, preta, azul royal, branca, amarela, alaranjado e rosa, 02 unidades (rolo) de cada cor.	CHACRELA	10,50	294,00
31	48	Lixa Para Cristal: Lixa para cristal, composição 100% óxido mineral/alto, rolo com 1000 metros, na cor branca, com 1 unidades (rolo) de cada cor.	CRISOLLO	6,60	316,80
30	50	Lixa Para Cristal: Lixa para cristal, composição 100% óxido mineral/alto, rolo com 1000 metros, na cor branca, com 1 unidades (rolo) de cada cor.	CRISOLLO	6,60	330,00
29	50	Lixa Para Cristal: Lixa para cristal, composição 100% óxido mineral/alto, rolo com 1000 metros, na cor branca, com 1 unidades (rolo) de cada cor.	CRISOLLO	6,60	330,00
57	50	Lixa Para Cristal: Lixa para cristal, composição 100% óxido mineral/alto, rolo com 1000 metros, na cor branca, com 1 unidades (rolo) de cada cor.	CRISOLLO	6,60	330,00
26	100	Caixa em MDF cru de aço quadrado para decoração, com tampa, estampa com 2 perfeitos blocado e fecho floral, Medida interna (Tamanho externo (Largura x Profundidade x Altura) 7,5 x 7,5 x 17,5 cm. Tamanho externo (Largura x Profundidade x Altura) 10 x 10 x 6,4 cm.	RELASARTES	3,10	310,00
17	50	Lixa Para Cristal: Lixa para cristal, composição 100% óxido mineral/alto, rolo com 1000 metros, na cor branca.	CRISOLLO	6,60	330,00
18	50	Tecido Xadrez Para Bordar, Tecido Xadrez para bordar, 100% algodão, para ter 10 metros de comprimento e 1,40 metros de largura, sua cores: amarelo com vermelho, branco com vermelho, branco com verde, branco com azul, branco com vermelho, branco com preto, branco com azul e branco com laranja, 10 (dez) unidades (peças) de cada cor.	CORLER	150,00	4.500,00
12	50	Linha para costura com 1.500 metros, cada, composição: 100% poliéster, indicado para costura reta em tecidos. Diversas variedades.	KNOW	3,50	175,00
37	30	Durdu ponta fina ponta 0,3mm para desenho.	LEVGALL	17,70	354,00
11	48	Tinta relevo na cor bronze, para artesanato, 03 ml, Características Não Mesa, pronto para uso, lavável em água, rapidamente resistivo	ACRILEX	3,73	179,00

0003000251

A empresa: HERNANDES & CIA LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 20.788.926/0001-04, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	60	Primer para pintura em vidro, para artesanato, com 100 ml, Composição: Resina acrílica, pigmentos anticorrosivos (Linha de metais preciosos), cargas minerais, solventes, água e conservantes. Validade de 36	ACRILEX	8,50	459,00

Valor Total: 8.731,09

A empresa: ELETROMAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, C.N.P.J./M/F nº 25.927.532/0001-09, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
64	23	Pincel para pintura em tecido, tamanho 10, pelo bordas cerda de boi, cabo longo, formato chato duro e virola de alumínio.	ATLAS	7,30	153,30
62	20	Pincel para pintura em tecido, tamanho 06, pelo bordas cerda de boi, cabo longo, formato chato duro e virola de alumínio.	ATLAS	6,45	129,00
62	20	Pincel para pintura em tecido, tamanho 08, pelo bordas cerda de boi, cabo longo, formato chato duro e virola de alumínio.	ATLAS	9,05	78,00
57	5	Lixa de Madeira Grão 220, , pacote com 50 folhas cada tamanho referência de 225 x 275 mm.	3M	25,00	127,50
46	60	Tinta acrílica em spray, lata de 400 ml na cor preta	CHEVY COLOR	8,30	543,00
45	120	Tinta acrílica em spray, lata de 400 ml na cores verde, violeta, amarelo, azul, marrom claro, bambu, vermelho, verde claro, rosa e	CHEVY COLOR	8,90	1.068,00
41	15	Pincel linha de pelo nº 14, composição pelo natural, metal, pigmento e material sintético, cabo longo e virola de alumínio.	ATLAS	8,10	121,50
42	15	Pincel linha de pelo nº 16, composição pelo natural, metal, pigmento e material sintético, cabo longo e virola de alumínio.	ATLAS	7,85	117,75
59	15	Pincel linha de pelo nº 04, composição pelo natural, metal, pigmento e material sintético, cabo longo e virola de alumínio.	ATLAS	5,70	85,50
55	5	Lixa de Madeira Grão 220, , pacote com 50 folhas cada tamanho referência de 225 x 275 mm.	3M	25,00	125,00
39	19	Pincel linha pelo nº 03, composição pelo natural, metal, pigmento e material sintético, cabo longo e virola de alumínio.	ATLAS	7,50	142,50
3	40	Tinta metal sur pote 40 ml, para artesanato, a base d água, Composição: Resina acrílica aquosa, água deionizada, conservantes, aditivos e pilos.	UNIVERSO	7,20	288,00
8	40	Tinta metal sur pote 80 ml, para artesanato, a base d água, Composição: Resina acrílica aquosa, água deionizada, conservantes, aditivos e pilos.	UNIVERSO	7,20	288,00

A empresa: ELETROMAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, C.N.P.J./M/F nº 28.007.532/0001-09, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	53	Lixa de parede 80 ou com 10 cm. Lixa de 1ª qualidade ao 65% de material abrasivo e 60% de material sintético, e lixa de 5 a 9 mm. peso com aproximadamente 2,50 KG	TIGRE	8,00	424,00

Valor Total: 3.849,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará sua(s) pedido(s) ao fornecedor, através de ordem de serviço ou de nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital do Pregão Presencial nº 26/2019.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(ns) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas no Processo de Preços, será de 7 dias , após o recebimento do pedido do fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta providencie a readequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d)A comunicação do indicado a ser entregue deverá ser acompanhada pela documentação da Contratada que comprove a relação detalhada dos empregados, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, relativamente às respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca qualidade e forma de uso.
e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g)Fica designado a servidora, Paulina Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8/6514, portadora do CI/RG nº 9988992-5 e inscrita no CPF/MF nº 062.046.879-22 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº 8.666/93.
h)Fica designado como Fiscal substituto Diego Akanta Rik, matrícula nº. 500283, portador (a) do CI/RG nº 9437439-0 e inscrito (a) no CPF/MF nº 061.661.979-72 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº 8.666/93. A fiscalização de que trata este dispositivo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverá ter validade mínima de 01 ano, contado a partir da entrega.

1.6 Os valores dos itens pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão reajustados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão comunicados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado a serem controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho especificadas:

0003000109

06.001.04.122.0000.2.017.449052.0001 - Recursos Livres
06.003.15.452.0019.2.020.449052.0001 - Teatro - Preservação de Espaços

10.001.16.542.0022.2.069.449052.0001 - Recursos Livres

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar com um ou mais licitantes, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto desta Pregão serão entregues sem nenhuma condição de uso e serviços ao acesso com o edital, nos exatos termos das contratações levados a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal de empresa, a obrigação de entrega se dá no momento em que é efetuado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado na ocorrência da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Presencial nº 26/2019.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa da contratada ou seus prepostos, obrigando-se ainda por qualquer responsabilidade decorrente de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Fica para integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 26/2019, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta vencedora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os licitantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em cobrar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguaçu - PR, excluídas as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, e pelo(s) Sr.(a) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(a) presentemente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada no Informativo Oficial.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

AVIAMENTOS TRICOLANDIA LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 76.572.553/0001-12

TANGO LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 05.304.597/0001-08

CAROL COMERCIAL - EIRELI - ME, C.N.P.J./M/F nº 10.607.322/0001-26

HERNANDES & CIA LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 20.788.926/0001-04

ELETROMAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, C.N.P.J./M/F nº 28.007.532/0001-09

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2019
PROCESSO DE COMPRA Nº 99/2019

Aos 2 de Maio de 2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 27/2019, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa: TERRABRAS - INDUSTRIA METALURGICA FIBERGLAS LT, C.N.P.J./M/F nº 77.438.356/0001-21, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	50	Confeccionar para sede da Sub, com dimensões mínimo de 1,000 litros, em chapa de aço nº 14 (2,00mm), medidas internas de 1,00m de comprimento X 0,60m de largura na base e 0,70 no lado X 0,60 de altura, mesmo onde altura 1,00m e espessura total de 1,00m, altura de revestido de garrafa 1,10m de altura. Caixa com 2 tampas em chapa de aço nº 14, dobradas em ângulo "U" de 3 X 4 X 3,0 mm. Fundo totalmente soldado a mais 12 cm no altura e dentro de 11" para mesa-mento da tubulação, base de rodas em ângulo "U" 100 X 50 X 3,0 mm, CAV, sendo 2(d) rodízios Fabricados. Fundo mais (grampeado em torno 1012/1230 de 11 traço de rede em aço SAE 1010/1020 5/16" (163 X 133 mm), usando das bodas em aço mesmo 10 X 10", sendo duros de rodas com 6 dobras e usado, todas em ângulo em quatro de 2 mm de espessura, medindo 3" X 3" (ou conforme) na rosca com no de ripas de 1", dimensão aço perfeita para capacidade. Proteção para chapa com material (soldagem e lubrificação) e peças ex: eventos similar de boa procedência, por	PADRÃO	1.750,00	52.500,00

Valor Total: 52.500,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de ordem de serviço ou de nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital do Pregão Presencial nº 27/2019.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(ns) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas no Processo de Preços, será de 7 dias , após o recebimento do pedido do fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta providencie a readequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d)A comunicação do indicado a ser entregue deverá ser acompanhada pela documentação da Contratada que comprove a relação detalhada dos empregados, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, relativamente às respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca qualidade e forma de uso.
e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g)Fica designado a servidora, Paulina Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8/6514, portadora do CI/RG nº 9988992-5 e inscrita no CPF/MF nº 062.046.879-22 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº 8.666/93.
h)Fica designado como Fiscal substituto Diego Akanta Rik, matrícula nº. 500283, portador (a) do CI/RG nº 9437439-0 e inscrito (a) no CPF/MF nº 061.661.979-72 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº 8.666/93. A fiscalização de que trata este dispositivo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverá ter validade mínima de 01 ano, contado a partir da entrega.

1.6 Os valores dos itens pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão reajustados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão comunicados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado a serem controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho especificadas:

05.001.04.122.0003.2.017.339039.0001 - Recursos Livres
05.001.04.122.0003.2.017.339099.0001 - Recursos Livres
05.001.22.661.0022.2.053.339000.0001 - Recursos Livres
05.004.29.661.0026.2.029.999099.0001 - Recursos Livres
06.002.12.361.0012.2.038.339000.0107 - Salario Educação
06.002.12.361.0013.2.039.999099.0107 - Salario Educação
06.002.12.361.0012.2.039.339000.0004 - Recursos Livres
06.002.12.361.0012.2.039.339000.0104 - Educação / 25% sobre Impostos
06.002.12.361.0013.2.039.339039.0104 - Educação / 25% sobre Impostos
06.002.12.361.0018.2.032.339032.0103 - Educação / 5% sobre Transf. Constitucionais
09.002.12.301.0011.2.047.339030.1494 - Bloco Custeio União
09.002.12.301.0011.2.057.339039.1494 - Bloco Custeio União
09.002.12.361.0011.2.048.339039.0001 - Recursos Livres
09.002.12.361.0011.2.048.339039.0003 - Salário / percentual vinc. s/ receita de impostos
09.002.12.361.0011.2.048.339039.0001 - Recursos Livres
09.002.12.361.0011.2.058.339039.0003 - Salário / percentual vinc. s/ receita de impostos
10.001.22.122.0004.2.060.339030.0001 - Recursos Livres
10.001.20.122.0024.2.066.339032.0001 - Recursos Livres
11.002.27.812.0030.2.045.339030.0001 - Recursos Livres
11.002.27.812.0030.2.045.339039.0001 - Recursos Livres
12.001.18.542.0022.2.060.339030.0001 - Recursos Livres
12.001.18.542.0022.2.060.339039.0001 - Recursos Livres

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar com um ou mais licitantes, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto desta Pregão serão entregues sem nenhuma condição de uso e serviços ao acesso com o edital, nos exatos termos das contratações levados a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a obrigação de entrega se dá no momento em que é efetuado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado na ocorrência da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Presencial nº 27/2019.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa da contratada ou seus prepostos, obrigando-se ainda por qualquer responsabilidade decorrente de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Fica para integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 27/2019, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta vencedora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os licitantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em cobrar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguaçu - PR, excluídas as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, e pelo(s) Sr.(a) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(a) presentemente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada no Informativo Oficial.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

TERRABRAS - INDUSTRIA METALURGICA FIBERGLAS LT, C.N.P.J./M/F nº 77.438.356/0001-21

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 186/2018

Aos 30 de Outubro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 91/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa: BELLA DECOR DECORADORES LTDA., C.N.P.J./M/F nº 04.661.206/0001-07, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	350	Persiana Horizontal em Alumínio 25 mm, em cores diversas.		59,94	20.979,00
1	203	Persiana Horizontal em Alumínio 25 mm, em cores diversas.		81,94	16.783,82

Valor Total

(Continuação da página anterior)

A empresa COMERCIAL OURIZONA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI , C.N.P.J./M/F nº 21.287.622/0001-45, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
287	10	Plastico de cep p/ cabo de medidor, largura 150mm, Multi Bitres, com vão oval, vs medidas dimensionais e compimento Mult 20 150mm/ peso milheiro 10,15 kg	TENAGE	36,00	1.320,00
288	20	Parafuso tipo arroz 6Sx1, um aço liso - cor preta.	MM	18,00	360,00
289	70	Pé quadrado nº 02, com cabo de madeira um Y e comprimento Mult do	TRAMONTINA	24,33	1.693,00
290	70	Parafusos cheese do tipo, com medidas de 10mm.	MINASAB	27,50	1.925,00
297	58	Mangueira flexível de jardim 20m, reforçada e/ camadas Internas em PVC, Intermediária em fio de fio poliéster trançado e externa em PVC, diâmetro de 1/2", suportando até 20/30bar 20 2,22mm. Acompanha um espadrilhado regulável adaptador c/engate c/mola soquetado,	OLITAN	26,00	1.140,00
298	30	Manete com cabo, 600 gramas o peso da cabeça, em aço soldado, cabo de madeira parafuso recartilhado,	TENAGE	9,40	188,00
299	10	Marreta de 1,5kg com cabo de madeira, de aço tratado para serviços pesados	TENAGE	17,00	170,00
300	10	Marreta com sede - peso de 1,000 kg - manete quadrado de 25cm com cabo de madeira.	TENAGE	12,90	129,00
301	30	Marreta com cabo de madeira, encaixada, pintado para cabo, aço maciços, face e arestas de martelamento, com cabeça em aço tratado de 600gr e lixado com cunha metálica, comprimento de 35cm/	FASETTA	10,00	1.200,00
302	100	Pulha de aço nº 01 (um), nº 02 (dois) e nº 03 (tres) de aço carbono para limpeza pesada e profunda, pintado com mínimo de 03 unidades 03	VEGA	20,00	2.000,00
303	300	Luva pertinacionada em raspa de couro, cano longo com 35cm com reforços costuras das palmas para ampliação da durabilidade do conjunto ou eliminação de fiapos soltantes, portugueses ao atrito e bragas contra agressivos e agressivos.	GR	8,99	2.697,00
304	100	Luva de látex para petróleo com comprimento de 47mm antiderrapante, tratado internamente com flocos de algodão, palma antiderrapante, fornecidos P.A.G.	KALIPSO	5,00	450,00
305	100	Luva de látex natural, para uso não médico, confeccionada em borracha natural, na cor branca, lisa/lisa, atóxica, com latex e descartável de uso único, nos tamanhos PP ,P ,M , G, Vendido 100 unidades em cada caixa.	MERCK	15,95	1.595,00
306	05	Perfurador em aço carbonado, forjado e temperado, para trabalhar com couro em geral e confecção de pulseiras/pedir a tabela.	LORD	11,00	220,00
307	200	Lixa de madeira nº 150	TATU	0,45	90,00
308	200	Lixa de madeira nº 100	TATU	0,45	90,00
309	200	Lixa de madeira nº 180	TATU	0,45	90,00
310	5	Serra pistola/pneumatica, com 3 níveis de ângulo de corte, grau livre para transporte, para se bloquear de cinco dedos duplo bolt.com, acessórios deste aparelho de corte e chave soquete. Potência: 2000 W, diâmetro do 180, 355 mm diâmetro do furo: 254 mm) especificar do disco/ lâmina, dimensões300x250x20 mm/ a 1 lâmina é lig	WESCO	910,00	2.550,00
311	100	Disco de corte para madeira 4.1/2" x 7/8"	VONDER	1,20	120,00
312	100	Disco de corte para madeira 7" x 7/8"	VONDER	1,80	180,00
313	100	Disco de corte para madeira 9" x 7/8"	VONDER	2,00	200,00
314	15	Trena para corte de cabo de 10" para serrar chapas, calhas, rufos, telhados, corte de chapas até 1mm de espessura, para folha de 0,5mm 30mg.	EDA	15,00	240,00
315	30	Parafusos de aço liso com linha de espaçamento	GOLD	60,00	1.800,00
316	60	Parafusos sextavado, cadmiado branco, com 40mm, medindo de diâmetro, com encaixo sextavado, acompanha 02 chaves,	ALIANÇA	35,00	2.100,00
317	30	Enxada nº 10 em peso de 0,900kg	DOMPEL	3,90	117,00

Valor Total: 35.627,00

A empresa SIRIUS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, C.N.P.J./M/F nº 29.024.323/0001-05, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
287	20000	Rebite pop 6S6, com diametro 6,0mm/30,00mm, bruto de ½ de 6mm,	REBITOP	0,01	240,00
288	10000	Rebite pop 6x6, com 6,0mm de diâmetro e 12,00mm de comprimento, de	REBITOP	0,09	1.000,00
289	20000	Rebite pop 4,8mm de diâmetro e 16,00mm de comprimento, de	REBITO	0,05	900,00
290	10000	Rebite pop 4,8, com 6mm de largura e 16,00mm de comprimento, de	REBITOP	0,04	500,00
291	20000	Rebite pop 3/16, bruto de 4,76 de 5mm, diâmetro 3,2x16mm,	REBITOP	0,03	500,00
292	100	Maçaneta Maxmo, patrimar, medidas 1 X 2,5mm	RPM	1,90	250,00
293	123	Maçaneta Maxmo, patrimar, medidas 1 1x02,5mm	RPM	2,03	350,00
294	30	Martelo com cabo de madeira bruto por metro, cabeça fabricada em aço tratado e temperado, cara cilíndrica do martelo com 38mm e diâmetro 38 de 38mm,	TIGRE	14,53	435,90
295	10	Picnito	MTX	10,00	100,00
296	10	Ferrita	MTX	11,50	115,00
297	1000	Fita vede rosca Vonvedton	GG	1,23	1.300,00
298	02	Fechadura ca fixa para porta de ferro.	SIAM	28,55	2.157,30
299	50	Eletrodo 4,00 mm tipo de fio aço carbono	ELITOX	9,96	497,00
300	50	Eletrodo 3,25 mm tipo de fio aço carbono	FENIX	8,99	449,50

A empresa SIRIUS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, C.N.P.J./M/F nº 29.024.323/0001-05, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
230	50	Eletrodo 2,5 mm tipo de fio aço carbono	FENIX	9,90	495,00
101	100	Disco de corte para madeira 9"	SID	9,80	980,00
316	100	Lixa de disco nº 80	WINHEAS	1,45	145,00
102	02	Disco plastico de aço 06	SIAK	3,89	195,00
103	200	Disco plastico de aço 5"x5	SIAK	0,78	350,00
104	200	Disco plastico de aço 1/8	SIAK	0,37	135,00
280	100	Mangueira para oxigeio PT 300 PSI 5/16	NOVA PUZA	2,99	349,00
112	50	Disco plastico de aço 1/2	SIAK	0,85	145,00
120	10	Concreto alta 3mm em pesagem 70% o concreto de alta 15mx30x3mm, resistencia de resistir de 12% kg	SAO CARLOS	21,80	1.526,50
111	100	Kits de barreto, pistola, cano longo com fixo, impermeável do TVC, ao cor para de 7" 38 ao 17" 46	CAMTECH	20,76	1.620,00
56	100	Mangueiras tipo II 4" JF		9,97	402,00
53	100	Abraçadeira tipo U 10" 4"		0,21	120,00
21	15	Chave de fenda 10,5 cm - ponta temperada em aço de extrema, aparelhada 3/8x165 cabeamento esquadrado, sem oleo isolado transversal		1,30	19,50

Valor Total: 23.808,30

A empresa MULTI USO FERRAGENS LTDA , C.N.P.J./M/F nº 07.113.882/0001-70, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
315	3	Serra Tico-Tico, 300 W/110 , voltagem de 60Hz, capacidade de corte de 3mm na madeira, 2mm em metais, 10mm de madeira, acompanha 4 lâminas para corte de madeira, metais e plásticos. Fixação com chave Allen (não inclusa) e guia para inclinação para até 45 graus. Para uso de até quatro horas	DWT	466,69	1.399,98
316	1	Serra copo para cimento 83	YONDER	19,50	390,00
317	02	Para alicate para roberto 30kg peso e dimens 8,5"x6,5"	VONDER	31,05	1.025,50
318	315	Lápis carpinteiro	BRASFORT	3,90	819,90
319	10	Facão	DEMA	0,09	9,00
320	40	Broca de videa phonesto dare 4x Vidia	WORKER	19,05	762,00
321	40	Broca de videa 5x8mm ca diamete	MTX	3,25	130,00
322	40	Broca de videa 10mm ca diamete	MTX	7,65	306,00
323	10	Broca de vidia redon 5x8mm de diamete	MTX	5,50	330,00

A empresa MULTI USO FERRAGENS LTDA , C.N.P.J./M/F nº 07.113.882/0001-70, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
197	50	Broca de aço rapido 4,5mm de diamete	MTX	2,70	135,00
110	50	Broca de aço rapido 3,5mm de diamete	MTX	1,45	72,50
111	50	Broca de aço rapido 3,0mm de diamete	MTX	1,30	65,00
115	50	Broca de aço rapido 2x5mm de diamete	MTX	1,45	72,50
51	100	Alça de aceio	EDMA	50,69	5.630,00
15	15	Chave Philips 6"/6" X 3"	DEMA	6,74	101,10
11	15	Chave Philips 5/16" X 4"	DEMA	8,20	66,80
10	15	Chave de fenda 5/16" X 8"	DEMA	7,30	109,50
240	200	Lixa de ferro nº 100	VONDER	1,20	240,00
5	15	Chave de fenda 5/16" X 6"	DEMA	5,30	82,50
9	15	Chave de fenda 1/8" X 4"	DEMA	2,54	44,50
8	15	Chave de fenda N° X 8"	DEMA	4,20	74,00
170	20	Serrote para corte de ferro	TRAMONTINA	2,69	149,05
4	15	Chave de fenda N° X 4"	DEMA	3,50	58,20

Valor Total: 17.473,63

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 93/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(ns) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas no Processo de Preços, será de 5 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

d)A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

g)A fiscalização de que trata este cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverão ter validade mínima de 01 ano, contada a partir da entrega.

1.6 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho especificadas:

03. 001 .04 . 122 . 0003 . 2 . 008 . 3390300 . 0001 - Recursos Livres

03. 001 .04 . 122 . 0003 . 2 . 008 . 449052 . 0001 - Recursos Livre

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto desta Pregão serão entregues em perfeita condição de uso e serviços de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações lavradas e efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 93/2018.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por qualquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas no presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Fez parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 93/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os itclantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguaçu - PR, seguindo-se as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal do Mandaguaçu, e pelo(s) Sr.(s) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada na Edilora Central Ltda.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeitura Municipal

[illegible] JUNIOR & CIA LTDA , C.N.P.J./M/F nº 02.883.499/0001-66

DEPOSITO MANDAGUENSE LTDA ME , C.N.P.J./M/F nº 24.216.077/0001-61

ANDRÉ & RENOSAK LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 20.677.346/0001-41

PATROVAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, C.N.P.J./M/F nº 28.807.832/0001-09

COMERCIAL OURIZONA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI , C.N.P.J./M/F nº 21.207.622/0001-45

SIRIUS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, C.N.P.J./M/F nº 29.024.323/0001-05

MULTI USO FERRAGENS LTDA , C.N.P.J./M/F nº 07.113.882/0001-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 200/2018

Aos 31 dias do mês de Outubro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 93/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, consubstanciado com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

Empresa M. P. L. METALURGICA PARANÁ - ME, C.N.P.J./M/F nº 21.102.760/0001-15 representada pelo Sr. VINICIUS DODE YAMANURA, RG: NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, CPF: 047.234.029-14, à saber:

Lote:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	120	Porta de aço com caixa/trilhas 90x25 e chapa trapézio esp=0,9	MPL	441,09	52.931,29
2	70	Fechadura de embutir para porta de banheiro, completa,	Stam	178,44	12.350,62
7	200	Guias para corredores de grades portões trocas de rodas e com	MPL	91,15	22.789,83
6	180	Portão de metalão 20x30 na parede 0,90 de aço e meio com	MPL	247,99	39.678,82
5	150	Portão de metalão 20x30 na parede 0,90 de comer com trilho	MPL	247,99	37.198,50
1	70	Fechadura de embutir com cilindro, externa, completa,	Stam	178,44	12.350,63
4	100	Porta de comer com caixa/trilhas 90x25 e chapa trapézio esp=0	MPL	470,50	47.049,98

Valor Total: 224.350,00

Empresa DIOGENES ALVES DE SOUZA - METALURGICA - ME, C.N.P.J./M/F nº 09.306.197/0001-66 representado pelo Sr. NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, RG: NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, CPF: NAO INFORMA, à saber:

Lote:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
13	01	Corrimão continuo de tubo de 1x1/2 no 1,20 com suportes de	MP	113,07	9.117,40
12	150	Corrimão com guarda corpo com chuta de 1,10m confeccionado	MP	237,96	34.190,94
11	100	Corrimão em tubo aço galvanizado 1 1/4" com braçadeira	MP	151,81	13.160,72
10	100	Corrimão em tubo aço galvanizado 2 1/2" com braçadeira	MP	151,03	15.162,76
9	100	Corrimão em tubo aço galvanizado 50" com braçadeira	MP	92,17	9.216,09
8	100	Guarda corpo com corrimão em ferro barra chata 3/16	MP	296,32	29.031,54

Valor Total: 110.909,00

Empresa METALURGICA BARI EIRELI -ME , C.N.P.J./M/F nº 26.671.693/0001-21 representado pelo Sr. NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, RG: NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, CPF: NAO. INFORMA, à saber:

Lote:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
15	150	Cretone metálicos para o escoamento de águas fetais com viga/s	BARI	1.134,16	170.121,45
14	200	Cruzetas metálicas para o escoamento de água fetais com corrim	BARI	544,39	108.878,65

Valor Total: 279.000,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 93/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(ns) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas no Processo de Preços, será de 5 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

d)A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

g)A fiscalização de que trata este cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverão ter validade mínima de 01 ano, contada a partir da entrega.

1.6 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho especificadas:

08. 002 .12 . 361 . 0013. 2 . 039 . 3390300 . 0103 - Educação / 5% sobre Transf. Constitucionais

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto desta Pregão serão entregues em perfeita condição de uso e serviços de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações lavradas e efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 93/2018.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por qualquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas no presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Fez parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 93/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os itclantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguaçu - PR, seguindo-se as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal do Mandaguaçu, e pelo(s) Sr.(s) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada na Edilora Central Ltda.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeitura Municipal

ABS AUTOMOTIVA LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 09.151.179/0001-92

CARGA SUL COMERCIO DE PNEUS EIRELI - EPP, C.N.P.J./M/F nº 08.998.979/0001-40

REINALDO JOSE BOLANHO ME, C.N.P.J./M/F nº 27.822.528/0001-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 199/2018

Aos 26 de Novembro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 95/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, consubstanciado com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa ABS AUTOMOTIVA LTDA - ME, C.N.P.J./M/F nº 09.151.179/0001-92, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
35	8	CAMARA DE AR 19,5 R 24	RS	198,00	1.584,00
33	30	Câmara de ar 17,5 R 25	CBOM	180,00	5.400,00
10	10	Protetor Aro R 22	CARRETEIRO	25,00	250,00
28	24	Protetor 17,5 R 25	CARRETEIRO	110,00	2.640,00
12	300	Câmara de ar R 650	MAGGION	68,00	20.400,00
5	12	Pneu 1100-22 Comum	GOODYEAR/GK	1.150,00	13.800,00
33	20	CAMARA DE AR 1400/24	MAGGION	140,00	2.800,00
17	2	Pneu 9,5 R 24 para trator Transoriline	MAGGION/FRONTE	795,00	1.590,00
28	16	PNEU 295-75 R16	FALKEN/WILDPEAK	670,00	9.700,00
14	12	Pneu 1400 R 24 para trator moto niveladora - 16 LONAS COMUM.	MAGGION/LAVORATI	1.897,00	23.664,00
11	10	Câmara de ar R 22	MAGGION	88,00	880,00
27	40	Protetor 1400 x 24	CARRETEIRO	42,00	1.900,00
23	4	Câmara de ar 14-4 R 24	CBOM	160,00	640,00
24	5	Câmara de ar 12-4 R 24	CBOM	150,00	750,00
4	44	Pneu 500-23 Comum	MAGGION/LUG	725,00	32.376,00

Valor Total: 118.334,00

A empresa CARGA SUL COMERCIO DE PNEUS EIRELI - EPP, C.N.P.J./M/F nº 08.998.979/0001-40, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
37	8	CAMAR DE AR 13,5/80/VA	AGRION 10,6/12,5/R	94,00	752,00
34	4	PNEU 12,5/80 - 18 12 LONAS	FIBTONE S. TRACI	1.102,00	4.408,00
32	100	PNEU 215/75 R17,5 BORRACHUDO	FIRESTONE FS658	643,00	64.300,00
33	103	Pneus 1000 x 20	MAGGION LUNGAVo	855,00	88.500,00

A empresa CARGA SUL COMERCIO DE PNEUS EIRELI - EPP, C.N.P.J./M/F nº 08.998.979/0001-40, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
23	8	Pneu 900/65 R19	RIDGESTONE EP19	294,00	1.076,00
26	100	Protetor 1300 x 25	RUBBER CARRETEI	24,00	7.200,00
22	4	Pneu 195-65 R 14	PUZION PUZION	202,00	808,00
20	40	Pneu 175-70 R 13	PUZION PUZION	217,00	8.680,00
9	12	Pneu 185/70 R 13	FIRESTONE FT03	202,00	2.640,00
6	53	Pneu 205/75 R 16 Radial	BRIDGESTONE DURA	467,00	23.302,00
31	300	PROTETOR R23	RUBBER CARRETEI	24,00	7.200,00
8	102	Pneu 205/70 R 15 Radial	BRIDGESTONE DUELI	367,00	36.114,00
3	100	Pneu 1000-20 Comum	MAGGION LUNGAVo	895,00	89.500,00
1	100	Pneu 275/80 R 22,5 Radial	WYTON DAYTON D9	1.237,00	120.789,00
7	24	Pneu 205/75 R 15 Radial	BRIDGESTONE DUELE	275,00	6.552,00

Valor Total: 465.588,00

A empresa REINALDO JOSE BOLANHO ME, C.N.P.J./M/F nº 27.822.528/0001-00, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	100	PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL	Bridgestone/DaytonD	579,00	57.900,00
22	3	Pneu 185/65 R15	Bridgestone/EP150	296,00	888,00
21	50	Protetor Aro R 22	Firestone/CV1030	248,00	14.700,00
19	8	Pneu 195-60 R 15	Bridgestone/Fuzion	226,00	1.808,00
18	40	Pneu 175-70 R 13	Bridgestone/Fuzion	159,00	6.360,00
16	4	Pneu 16-4 R 34 para trator New Holland	Firestone/SA723	2.570,00	10.280,00
15	4	Pneu 16-4 R 30 para trator New Holland	Firestone/SA723	1.810,00	7.240,00

A empresa REINALDO JOSE BOLANHO ME, C.N.P.J./M/F nº 27.822.528/0001-00, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
13	4	Pneu 13 5 R 24 para retroescavadeira - 12 LONAS	Firestone/KTUtility	2.140,00	8.560,00

Valor Total: 168.334,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao forneced